



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

MONISE VIEIRA BUSQUETS SOARES

TECENDO A LUTA
MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM
ARPILLERAS BORDADAS POR MULHERES ATINGIDAS PELA UHE
BELO MONTE

Palmas/TO
2019

MONISE VIEIRA BUSQUETS SOARES

TECENDO A LUTA

MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM
ARPILLERAS BORDADAS POR MULHERES ATINGIDAS PELA UHE
BELO MONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências do Ambiente para obtenção do título
de Doutor em Ciências do Ambiente.

Orientadora: Dr^a. Marina Hainzenreder Ertzogue.

Palmas/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S676t Soares, Monise Vieira Busquets.
TECENDO A LUTA: Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte . / Monise Vieira Busquets Soares. – Palmas, TO, 2019. 253 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, 2019.
Orientadora : Marina Hainzenreder Ertzogue

1. Pensamento Abissal. 2. Memória. 3. Arpilleras. 4. Amazônia. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

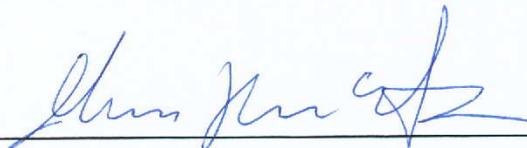
MONISE VIEIRA BUSQUETS SOARES

TECENDO A LUTA MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ARPILLERAS BORDADAS POR MULHERES ATINGIDAS PELA UHE BELO MONTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Ambiente para obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente.

Data de aprovação: 16 / 12 / 19

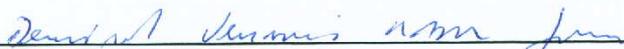
Banca Examinadora



Profa. Dra. Marina Hainzenreder Ertzogue, UFT - Orientadora



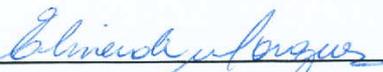
Prof. Dr. Artur de Souza Moret, UNIR



Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior, UFT



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda, UFT



Profa. Dra. Elineide Eugenio Marques, UFT

Palmas, 2019

Dedico esse trabalho a todas as mulheres com quem estive nas andanças amazônicas, dedico em nome de Edizângela, Dona Málaque e Dona Sonia, com quem pude aprender o significado da luta.

Dedico também às mulheres de minha vida, para as gerações que me antecederam, minha avó Leonilda Augusta (*in memoriam*), Rosa da Cruz e minha mãe Cilene Assunção, dedico ainda às mulheres que nasceram a partir de mim, Luísa e Clara, porque vem de vocês a força que subsiste em mim.

Vozes-Mulheres

Conceição Evaristo

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

AGRADECIMENTOS

Início este percurso com a certeza de que quem faz uma travessia como essa, um doutoramento, a escrita de uma tese, o faz pela colaboração ativa de muitas pessoas, algumas delas talvez não cheguem a ler esse texto, mas certamente saberão que um pedaço de suas vidas está empenhado aqui, assim como a minha própria.

De pronto, devo agradecer a meu esposo, não por um dever unicamente conjugal, mas, sobretudo, porque agradeço a sua vida na minha. Foi através das andanças dessa pesquisa que tive a grata oportunidade de conhecê-lo, que alegria e também que sorte a minha. José Soares, meu amor, muito obrigada por se unir a mim, por acreditar no que acredito, por me apoiar, por me guardar, por ser o meu lar. Agradeço também por ter me amparado quando das dúvidas, inquietudes, incertezas, por ter me tomado em seus braços quando as inseguranças de pesquisa se abateram sobre mim. Juntos temos construído esse espaço de amor, respeito, apoio mútuo, alegria e serenidade. Você é uma inspiração para mim.

Agradeço a minha querida mãe, a ela dediquei esse trabalho, mas foi nela também que encontrei uma parceria de alcunha memorável em todas as fases de pesquisa. Minha mãe sempre acreditou em minhas ideias, acho que ela se refez um pouco em mim, é sob a inspiração da voz dela que a minha voz ecoa aqui nesse texto. Espero também que na voz de meus filhos ecoe os caminhos que percorri.

Também quero agradecer nas primeiras linhas desse espaço à vida de meu pai, Eduardo Busquets, durante o percurso dessa pesquisa tivemos um evento dolorido, em que ele foi acometido por um infarto de grandes proporções, fato ocorrido ainda em 2018. Estivemos em muitas salas de espera, corredores de esperança e visitas na UTI, até que finalmente ele foi submetido a três pontes de safena. Felizmente está bem, feliz, forte e cheio de vida. E é por ter passado por essa experiência, ainda durante esse percurso de pesquisa, que aprendi que, mesmo sendo frágil a vida, é por ela que temos de fazer força, é por ela que temos que lutar.

Meu irmão Alex Busquets, por ser um entusiasta das minhas empreitadas, mas também por ter estado comigo nos momentos mais críticos, seja quando nosso

pai esteve doente ou mesmo quando estive sozinha, sempre pude contar com a sua mão e o seu carinho. Obrigada, Mano.

Marina Ertzogue, minha orientadora, obrigada por ter sido uma companheira incrível ao longo desses anos em que estivemos juntas, digo isso porque foi ela quem me ensinou a ser pesquisadora. Desde o mestrado temos nutrido essa parceria que não ficou apenas relegada ao espaço acadêmico e formal da universidade, Marina me ensinou muito ao longo desses anos de convivência próxima, foi ela também quem me apresentou as arpilleras, quem comigo estive quando conheci as arpilleras chilenas no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos – em Santiago, ou as arpilleras do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) da Exposição no Memorial da América Latina. Obrigada por ter acreditado em mim.

Deixo aqui o meu agradecimento especial ao amigo e professor Dernal Venâncio, por ter discutido comigo parte das ideias aqui contidas, por ter me apresentado leituras imprescindíveis para esse tema de pesquisa e para a minha vida, foi a partir dele que acreditei ser possível a realização de um trabalho pós-abissal.

Agradeço à Elineide Marques e à Simone Athayde pela oportunidade do Doutorado Sanduíche, na Universidade da Flórida – USA, uma experiência muito importante, não apenas para o meu currículo, como também para o meu crescimento pessoal, carrego comigo as lições aprendidas durante essa estada na Flórida.

Agradeço a minhas amigas, em especial à Adila de Lima, companheira de doutorado e de inquietudes, juntas fomos a muitos lugares, ao Jalapão, ao Chile, aos Estados Unidos. Tenho certeza que sem a força e alegria de Adila os meus dias teriam sido menos coloridos e divertidos. Nesse mesmo esforço de agradecer as minhas amigas, reporto-me à Adriana Medeiros, amiga poeta que conheci no Brasil, da qual pude me aproximar nos Estados Unidos, em uma sala no Grinter Hall, na Universidade da Flórida, descobri a força que essa menina tem.

Agradeço também a minha amiga Laryssa Marcelino, que mesmo de longe tem apoiado desde muito as minhas investidas na academia e na vida, sigamos sempre juntas. Agradeço a minha amiga Larissa Parente, obrigada por acreditar em

mim durante mais uma etapa de minha formação e por dedicar o seu tempo fazendo a revisão do texto que aqui está.

Agradeço ainda aos meus companheiros de trabalho na UFT, Gisana Nascimento, Elaine Alves, Raiane Silveira e Juniezer Barros, por terem compreendido minhas ausências estudantis, por terem cooperado com a minha pesquisa no que puderam fazer, sobretudo, na última fase.

Agradeço carinhosamente a todas as mulheres e militantes do MAB com quem conversei ao longo dessa pesquisa, Esther Vital, Tchena Mazzo, Edizângela Barros, Gisely Moura, Cleidiane Vieira, Rejanea, Judite da Rocha, Liany e sua mãe. Foi através da luta pela sobrevivência, que vocês empenharam e empenham, que esse trabalho foi possível. Agradeço também a todas as pessoas que estiveram comigo quando da estada em Altamira, momento central para a elaboração desse texto, Dona Málaque e Dona Sonia, a quem dedico esse trabalho. Agradeço também a Jhonatan Ferreira e esposa, por terem me recebido em seu lar, quando estive em Vitória do Xingu – PA.

Faço ainda um agradecimento à CAPES pelo suporte financeiro de uma parte dessa pesquisa, sendo alguns meses de bolsa e o financiamento do meu estágio doutoral na Universidade da Flórida.

RESUMO

Essa pesquisa estuda as narrativas de violência e violação dos direitos humanos sofridas no contexto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, inscritas em bordados tridimensionais coloridos, chamados de arpilleras. As arpilleras ficaram mundialmente conhecidas por denunciarem os contornos de crueldade da Ditadura Militar de Augusto Pinochet (1973-1992). No Brasil, essa mesma técnica de bordado serve como suporte para que mulheres do Coletivo de Mulheres, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), bordem as violências e violações dos direitos humanos a que estão sujeitas. Esse trabalho refletiu sobre as arpilleras bordadas no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, região Amazônica. Tendo como espinha dorsal analítica o Pensamento Abissal, postulado por Boaventura de Sousa Santos, o fazer científico fundado nas Epistemologias do Sul, além de refletir sobre a luta pela dignidade humana e sobre o cânone hegemônico dos direitos humanos universais. Por fim, esse trabalho estuda o caráter artesanal da luta empreendida pelas mulheres bordadeiras do MAB e como a violência é corporizada nos corpos concretos, sejam eles coletivos e individuais, além de fazer uma leitura sobre os elementos contidos em arpilleras com a temática da violência e violação dos direitos humanos, registrando o testemunho de mulheres que lutam pela dignidade humana através do bordado.

Palavras-chave: Amazônia; Arpilleras; Mobilização Social; Pensamento Abissal; Direitos Humanos; UHE Belo Monte.

ABSTRACT

This research studies the narratives of violence and violation of human rights suffered in the context of the Belo Monte dam construction, inscribed in colorful three-dimensional embroidery, called arpilleras. The arpilleras became known worldwide for denouncing the cruelty contours of the Military Dictatorship of Augusto Pinochet (1973-1992). In Brazil, this same embroidery technique serves as support for women from the Women's Collective of the Movement of Dam-Affected People, to embroider the violence and human rights violations to which they are subjected. This work reflected on the embroidered arpilleras in the context of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the State of Pará, Amazon region. Having as analytical backbone the Abyssal Thought, postulated by Boaventura de Sousa Santos, the scientific doing based on Southern Epistemologies, besides reflecting on the struggle for human dignity and the hegemonic canon of universal human rights. Finally, this work studies the artisanal character of the struggle undertaken by the embroiderers women of the Movement of Dam-Affected People and how the violence is embodied in the concrete bodies, be they collective and individual, besides formulating a reading about the elements contained in arpilleras with the theme of violence and violation of human rights by recording the testimony of women fighting for human dignity through embroidery.

Key-words: Amazon. Arpilleras. Social Mobilization. Abyssal Thought. Human Rights. Belo Monte Dam.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nacen los talleres de arpilleras – 1983. Relato de como aconteciam as oficinas de bordado.....	33
Figura 2 - No fragmento, carta que acompanha a arpillera. Santiago – Chile. (HUMANOS, 2012, p. P. 42).....	33
Figura 3 - Fornos de Lonquén – Chile – Aproximadamente 1979. Esta arpillera descreve os restos humanos encontrados nos Fornos de Lonquén em 1978.....	35
Figura 4 - Paz, Justiça, Liberdade. 1979.....	36
Figura 5 - Marcha de mulheres de familiares de detidos desaparecidos.	37
Figura 6 - Arpillera “Prisão e desaparecimento de Victor Díaz”.....	44
Figura 7 - Arpillera "Dónde están?".....	46
Figura 8 - Relação de cidades em que a exposição “Arpilleras da Resistência Política Chilena” esteve.	56
Figura 9 - Momento de reflexão das mulheres na Exposição no Memorial da América Latina em 2015. Foto: Monise Busquets, 2015.....	76
Figura 10 - Passo a passo da feitura das bonequinhas tradicionalmente inseridas nas arpilleras. Oficina de Arpilleras em São Caetano do Sul (SP), 2 de maio de 2016. Fotografia – Monise Busquets.....	90
Figura 11 - Oficina de arpilleras da exposição “Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos”, realizada em 27 de setembro de 2016. Fotografia – Monise Busquets.	92
Figura 12 - Processo de bordado coletivo da arpillera “Ouro na Morada dos Deuses”, oficina realizada em 27 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia – Monise Busquets.	93
Figura 13 - Grupo reunido com as arpilleras bordadas na oficina da exposição “Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos”, 29 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia: Monise Busquets.....	95
Figura 14 - Arpillera “Ouro na Morada dos Deuses”. Tela bordada por Cynthia Cárdenas, Mayara La Roque, Monica Lizardo, Monise Busquets e Ciléa Malato, acervo do MAB. Oficina de bordado realizada na exposição “Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos”, 29 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia: Monise Busquets. ...	96
Figura 15 - Pedras na casa de Dona Sonia. Dona Sonia e seu marido me mostram as pedras arremessadas no telhado de sua casa. Altamira, julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.....	100
Figura 16 - Brasil Novo Aguarda a Caravana Por Todo o Pará. A cidade de Brasil Novo antes da chegada da Caranava, em 10 de julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.	103

Figura 17 - Vitória do Xingu e a Caravana Por Todo o Pará. Fotografia da Caravana Por Todo Pará, na cidade de Vitória do Xingu em 11 de julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.	106
Figura 18 - Arena Xingu, localizada na cidade de Vitória do Xingu, uma das compensações da Norte Energia para o município. Fonte: RG 15/O Impacto e Ascom/VTX.	107
Figura 19 - Campanha da Borracha. Acervo Jean Pierre Chabloz , Fortaleza, 1943 – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - UFC.....	112
Figura 20 - Tu – Ira, índia Kayapó, ao protestar contra a construção do Complexo Hidrelétrico no rio Xingu, em 1989. Fonte: ISA (2010).....	136
Figura 21 - Estrume da Aneel. Manifestantes do Greenpeace despejam estrume na porta da Aneel em Brasília.Fonte: Band News, 2010. Foto: Roosevelt Pinheiro.....	143
Figura 22 - Elementos constitutivos do projeto de engenharia de Belo Monte. Fonte: RIMA (2009).....	145
Figura 23 - Volta Grande, antes e depois. Comparação do antes e depois da construção da UHE Belo Monte, região da Volta Grande do Xingu. Fonte: Observatório da Terra, Agência Espacial Americana (NASA).	147
Figura 24 - Arpillera “Quebra dos vínculos familiares e comunitários”. Fonte: Acervo MAB. Altamira – PA, 2015. Fotografia: Monise Busquets.....	181
Figura 25 - Arpillera “A destruição da comunidade” – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a luta por direitos – Centro Cultural Sesc Boulevard - Belém (2016). Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	183
Figura 26 - Arpillera “Divisora de águas” – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a Luta por Direitos. Centro Cultural Sesc Boulevard. Belém (2016). Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	186
Figura 27 - Vista aérea do bairro Jatobá, reassentamento construído pela Norte Energia. Fonte: BBC Brasil. 2014. Acesso em: 10 jun. 2016.	187
Figura 28 - Arpillera “Boate Xingu”. Bordador produzido na região de Altamira – PA, 2014. Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	193
Figura 29 - Carta “Prostituição e exploração sexual de mulheres e crianças no Xingu”. Altamira – Pará, 14/12/2014. Fonte: Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.	197
Figura 30 - Carta “Prostituição e exploração sexual de mulheres e crianças no Xingu”. Altamira – Pará, 14/12/2014. Fonte: Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.	198
Figura 31 - Arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	204
Figura 32 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	206

Figura 33 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	207
Figura 34 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	208
Figura 35 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	209
Figura 36 - Arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	213
Figura 37 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	217
Figura 38 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	218
Figura 39 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	220
Figura 40 - Carta da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB.	222
Figura 41 - Carta da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB.	223
Figura 42 - Arpillera “Quebra dos vínculos familiares e comunitários”. Fonte: Acervo MAB. Altamira – PA, 2015. Fotografia: Monise Busquets.....	242
Figura 43 - Arpillera “A destruição da comunidade” – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a luta por direitos – Centro Cultural Sesc Boulevard - Belém (2016). Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	243
Figura 44 - Arpillera “Divisora de águas” – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a Luta por Direitos. Centro Cultural Sesc Boulevard. Belém (2016). Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	244
Figura 45 - Arpillera “Boate Xingu”. Bordador produzido na região de Altamira – PA, 2014. Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	245
Figura 46 - Arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	246
Figura 47 - Arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.....	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	24
1.1 A Ditadura Militar no Chile (1973-1990)	24
1.2 Arpilleras chilenas, a narrativa do trauma.....	31
1.3 Arpilleras da resistência política chilena em exposição no Brasil	52
CAPÍTULO 2	58
2.1 Movimentos Sociais na América Latina, no Brasil e a constituição do MAB	61
2.2 Bordando a Resistência: As Arpilleras do MAB.....	70
2.3 Arpilleras, empoderamento e a conquista de novos espaços.....	73
2.4 Delineando as linhas de pesquisa	79
2.5 Tomando contato com as arpilleras	88
2.6 A estada em Altamira	97
CAPÍTULO 3	108
3.1 O processo conflitivo de ocupação da Amazônia: o Ciclo da Borracha	111
3.2 Expansão da Fronteira: a Era dos Megaprojetos	115
3.3 A construção de hidrelétricas na Amazônia.....	121
3.3.1 UHE Tucuruí.....	122
3.3.2 UHE Balbina	126
3.4 Belo Monte em perspectiva.....	132
3.4.1 O caminho ente Kararaô e Belo Monte	133
3.4.2 A construção de Belo Monte e os limites da mobilização social	140
CAPÍTULO 4	150
4.1 Direitos humanos e a construção de Belo Monte	151
4.2 As emergências da luta e as arpilleras do MAB	166
4.2.1 O ato de bordar – Aquecendo a razão e as suficiências íntimas.....	169
4.3 Tecendo a luta pela dignidade: Representação da quebra de laços de vizinhança, violência e exploração sexual no contexto de construção de Belo Monte	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS	238
APÊNDICES	248

INTRODUÇÃO

Começo esta introdução tendo em conta o trabalho que fiz. Mas este trabalho, esta pesquisa, esta tese, não começa assim somente quando ingressei no Programa de Doutorado em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em 2016. Não tenho interesses em acentuar este ou aquele evento em minha vida, apenas reforçar como um trabalho feito sob a perspectiva decolonial também pressupõe uma outra postura da pessoa que pesquisa. Pois bem. O meu lugar de fala é um lugar em que sou eu a primeira pessoa de minha família a concluir um curso em nível de doutorado.

A perspectiva política e acadêmica aqui contida tem seu início no mestrado, uma vez que entro em contato com os temas ligados aos barramentos, faço uma pesquisa que vai acentuando a consciência de um caminho que verse sobre a dignidade humana e que tento relatar aqui. Ainda no mestrado começo a ver as mulheres, reparar nelas, perceber como algumas coisas se sucedem, dores, ausência de horizontes. Gostaria de, com esse relato, deixar explícito, evidente, que a teoria que li, as bases epistemológicas que amparam minha discussão neste trabalho ratificam a necessidade de um compromisso humano com as pessoas com as quais trabalhei. Por isso devo, por razões humanas e éticas, considerar que a minha própria vida se fez também no ato mesmo de fazer a pesquisa, de ler os textos, de escrita desta tese.

Desde os filmes que fiz, documentários¹ que versaram sobre a esfera humana no contexto de construção de barragens, até a minha formação como pesquisadora, venho refletindo sobre a luta pela sobrevivência, assim como refleti sobre as dores do desterro, da violência do desenraizamento, dores que pude sentir nas pessoas com as quais conversei para a elaboração desse trabalho.

Também tive a felicidade de fazer uma estância na Universidade da Flórida, em Gainesville, Estado da Flórida – USA, para o doutorado sanduíche, um período de vivência e desafios, de se sentir como que fora de seu lugar, do seu próprio jeito de ser e viver no mundo, mas que somou no aprendizado para a tese e para a vida. O que percebi é que de longe se pode ter o distanciamento necessário para conceber novas aproximações, foi isso que organizei quando voltei ao Brasil.

¹ Da luz da Vida à Água que Morre (2012); Amjikin (2012); Vozes da Amazônia (2017).

Desde o início desse percurso de pesquisa, estive em muitos lugares, procurando compreender as várias nuances das emergências sociais abrigadas nesse texto, desde a passagem por Belém e São Paulo, até o ano de finalização da tese, com a minha estada em Altamira. A história das mulheres que lá ouvi não só confirmaram que estava no caminho certo quanto aos objetivos de meu trabalho, mas também reverberam fundo na minha pessoa, acentuavam em mim esse conforto de estar ouvindo pessoas que, a despeito de todas as dores, inclusive aquelas puramente físicas, teimavam em lutar, teimavam em se rebelar, teimavam em insistir, como se não houvesse um outro caminho possível.

É assim que com esse projeto busquei compreender porque as mulheres atingidas por barragens na Amazônia bordam seus sentimentos e seu desterro em *arpilleras*. Esse espaço ganha novos usos e sentidos quando o modo de vida é transformado, os projetos de vida são desfeitos e os laços afetivos são destruídos, disso deriva o sofrimento dos atingidos. Conforme informação contida no Banco de Geração de Energia, disponível no site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), atualmente o Brasil tem 217 hidrelétricas em operação, sendo Belo Monte a maior hidrelétrica em atividade no país, a segunda maior usina em geração de energia é Tucuruí, seguidas por Jirau e Santo Antônio que ocupam o quarto e quinto lugar respectivamente, fazendo da Amazônia² uma região potencial na produção de energia elétrica para o Brasil.

O trabalho de pesquisa é também um trabalho de solidão, de noites em claro, de leituras e apontamentos. Há também desapontamentos. Na medida em que eu ia percebendo o quanto o meu trabalho era a um só tempo um exercício acadêmico e uma viagem mais subjetiva, pude ter alguma noção do efeito da desterritorialização, processo que se efetiva por indenização das terras impactadas ou por reassentamentos, que, no jargão jurídico-burocrático, é de responsabilidade da empresa construtora da usina hidrelétrica e produz um enorme impacto sobre a população ribeirinha, incluindo-se mulheres extrativistas, pescadores, barqueiros, sem título de terra, posseiros. Todas estas pessoas são removidas para reassentamentos, estes, por sua vez, são locais sem

² Conforme dados do Banco de Geração do Brasil, disponibilizado no site da ANEEL, Belo Monte tem 9.400.992,22 KW de potência ficalizada, já Tucuruí apresenta 8.535.000 KW de potência. Tomando como pressuposto a geração de energia, ocupam os quarto e quinto lugares as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no rio Madeira, em Rondônia. Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipoFase.asp>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

condições de infraestrutura, locais que não reproduzem os espaços vividos e isto tem afetado diretamente a qualidade de vida das populações atingidas.

Quero enfatizar neste texto, que, como pesquisadora, mulher, mãe, senti de algum modo como todos os impactos possíveis de obras deste porte recaem sobre as mulheres atingidas. Por isso, durante a pesquisa a leitura do relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) afirma que elas “encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida”. As mulheres estão entre os grupos considerados vulneráveis. Não sendo respeitadas em suas especificidades e dificuldades particulares e, por isso, “têm sido [elas] as principais vítimas de processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento e da operação de barragens” (CDDPH, 2010, p. 54).

Além desses impactos, existem aqueles impactos que poderia eu considerar mais simbólicos, como a perda do contato com o rio, com a natureza e os espaços sagrados: cemitérios e igrejas e a dissolução dos laços de vizinhanças pela dispersão das populações atingidas. Todos esses fatores têm como consequências as perdas de lugares afetivos. TUAN (1983) classifica de topofilia essa relação de pertencimento e afeto com o lugar vivido. Em decorrência disso, especialmente, para populações idosas, surgem ainda mais acentuados os sintomas de saudade, melancolia e solidão, sendo agravados por doenças como a depressão.

Neste trabalho demonstro que a defesa dos direitos das populações deslocadas pela construção de barragens é feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, (1991). O MAB é um movimento popular, cujo objetivo é reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos pelas barragens para defesa de seus direitos. Dentro do próprio MAB, constituiu-se um Coletivo de Mulheres Atingidas por Barragens, que está organizado em torno de pautas específicas para tratar questões de gênero e empoderamento.

A partir do MAB o grupo de mulheres em luta organizou-se em um Coletivo de mulheres atingidas, criado a partir do I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES ATINGIDAS, ocorrido de 04 a 07 de abril de 2011. O encontro aconteceu em Brasília e reuniu mais de 500 mulheres, incluindo também mulheres indígenas. O Coletivo de Mulheres promoveu uma série de ações com as atingidas para denunciar a violação dos direitos humanos decorrente da implantação das barragens. Entre as ações, destaca-se

a elaboração de projetos com fomento internacional para organização do movimento e denúncias da violência contra mulheres em áreas de grandes empreendimentos como a UHE Belo Monte.

Dentre as ações propostas, foram organizadas oficinas de arpilleras em 11 estados brasileiros, contando com a participação de aproximadamente 900 mulheres, procurava-se debater questões como violência doméstica, prostituição, acesso aos espaços decisórios e outros temas, além de ensinar a técnica de confecção das *arpilleras*, conforme descrito no *Dossiê das Mulheres Atingidas por Barragens*, elaborado pelo MAB (2015).

Para sensibilização das mulheres atingidas, o coletivo do MAB adotou a metodologia das oficinas usadas pela Vicaria da Solidariedade, entidade ligada à Igreja Católica, organizadas no Chile durante a ditadura de Pinochet (1973-1990). Nas oficinas, as mulheres aprendiam a bordar arpilleras para denunciar a violação dos direitos humanos e garantir o sustento da família dos desaparecidos e presos políticos.

Foi durante a ditadura chilena que a costura em *arpilleras* se tornou popular, símbolo de resistência das mulheres contra as atrocidades do regime de Augusto Pinochet, a técnica tem sua origem numa antiga tradição popular de Isla Negra – Chile.

A palavra *arpillera* deriva-se do tecido rústico de linhagem, conhecido no Brasil como juta, depois de preparado, recebe bordados com retalhos, fios de lã, sendo alguns confeccionados com figuras em alto relevo, compondo-se assim uma espécie de tapeçaria colorida e tridimensional. A arpillera utiliza sobras de tecidos e de lã para contar histórias que são costuradas sobre o tecido rústico que era reaproveitado pelas mulheres pobres de Santiago como base do bordado, dessa forma, essa técnica de bordado ficou conhecida como "arpillera".

No Brasil, o primeiro contato do MAB com a tapeçaria chilena ocorreu com a exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena (2011), no Memorial da Resistência de São Paulo, de 20 de julho a 30 de outubro de 2011 e, no ano seguinte, a mesma exposição, financiada por meio de edital do Ministério da Justiça, o projeto Marcas da Memória percorreu cinco estados brasileiros: RJ, DF, RS, PR e BH.

A partir da exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena, o MAB elaborou um projeto de cooperação internacional com a União Europeia com objetivo de diminuir os

riscos de violação dos direitos humanos em áreas atingidas por barragens. O projeto do MAB foi gestado durante a mostra *Arpilleras da Resistencia Política Chilena*, a partir de um intercâmbio com a curadora chilena da exposição e a coordenadora do projeto do MAB, Esther Vital, pesquisadora têxtil e arpillerista.

Em 2013, O MAB iniciou a sensibilização e a agenda de oficinas para ensinar as mulheres ligadas ao movimento às técnicas da costura e bordado em tecido. O projeto “*Arpilleras, bordando a resistência*” tinha por finalidade denunciar os impactos socioambientais na vida das mulheres atingidas e a violação dos direitos humanos, além da vulnerabilidade das mulheres em canteiros de obras das grandes usinas hidrelétricas.

A trajetória é bonita, transformadora e feita à mão. Essencialmente voltado para a população feminina, o projeto *Arpilleras: bordando a resistência* é uma extensão do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e utiliza a subjetividade artística como ferramenta para o engajamento político e reivindicação de direitos. (JANUZZI, 2015, p.1-2)

Da mesma forma que as *arpilleras* chilenas, as *arpilleras* produzidas por mulheres atingidas são uma forma de empreender a luta pela dignidade humana, através do bordado. Toda *arpilleira* conta uma história e o conjunto dessas histórias, costuradas por agulha e linha, materializa-se, numa cartografia singular, uma *arpillera* pode dizer muito sobre a condição das mulheres atingidas pela construção de hidrelétricas.

Essa tapeçaria colorida nasceu de uma tradição campesina do Chile, antes mesmo do golpe de estado chileno, tiveram notoriedade mundial através da obra da cantora, folclorista e artista chilena, Violeta Parra. Antes do golpe, retratavam cenas cotidianas e regionais, como os bailes típicos da “La Cueca”³. Violeta Parra divulgou a técnica da *arpillera* em Paris, expondo no Pavilhão Marsan do Museu de Artes Decorativas do Palácio do Louvre em 1964.

As artes têxteis também possibilitaram dar voz a outros povos oprimidos na América Latina. No Peru, na região andina de Ayacucho, muitas famílias tiveram que deixar suas terras e migrar para os subúrbios de Lima. Suas comunidades foram afetadas pelas diferentes partes envolvidas no conflito, e as suas aldeias foram devastadas durante o período que durou a guerra entre o governo do Peru com o grupo Sendero Luminoso (1980-2000) (GARCIA, 2008).

³ Trata-se de um ritmo musical oriundo da Argentina, Chile e Bolívia, particularmente no Chile a Dança da Cueca foi oficialmente designada como dança nacional em 1979, herança de uma tradição campesina fragmentada pela violência da ditadura militar Chilena (Villaruel; Jara, 2014).

Embora a costura, o tricô e os bordados fossem parte da tradição do povo peruano de se expressar, tinham como tema a religiosidade e a vida cotidiana e nesse momento as arpilleras foram utilizadas como forma de resistência a atos repressivos. Para Cusicanqui (2010), o colonialismo do poder têm nas palavras uma função muito peculiar, pois ao contrário de dizerem, elas encobrem, e sob esse signo os povos andinos desenvolveram uma perspectiva própria de resistência. Ainda segundo a autora, as imagens têm a força de construir uma narrativa crítica, são as imagens, mais que as palavras, capazes de captar os sentidos bloqueados pelo silêncio, pela impotência do dizer.

Assim como no Chile, apesar de serem vítimas de partidos antagônicos ao conflito, foram capazes de encontrar pontos em comum sobre suas experiências, as histórias de deslocamento, perda de entes queridos e a identidade como comunidades rurais, que no caso da comunidade peruana, teve de enfrentar e se adaptar a um ambiente urbano até então desconhecido (GARCIA, 2008).

Assim também as mulheres da África do Sul denunciaram as políticas segregacionistas do Apartheid através do bordado de colchas, costurados a partir de telas. Esses bordados tiveram um papel importante para denunciar e se opor ao Apartheid de forma não violenta, além de canalizar a dor das mulheres que contavam suas histórias através de agulha e linha.

Países da Ásia Central e do sudeste asiático também utilizaram as técnicas têxteis como forma de comunicar suas vivências. No Afeganistão, o ato de tecer expressou as vivências sobre a guerra, desde a invasão russa à luta antiterrorista, liderada pelos Estados Unidos, transformou os desenhos afegãos em testemunhos da vida diária, refletindo a violência a que as pessoas estavam submetidas (*Ibidem*, 2008, p.76).

Meu interesse é investigar as lutas empreendidas pelas mulheres atingidas pela barragem de Belo Monte (PA), estabelecendo um contraponto com o movimento de contestação social operado por mulheres bordadeiras no período da ditadura de Augusto Pinochet no Chile.

Pretendo, ainda, demonstrar como os elementos figurativos estão representados nos bordados, sobretudo, aqueles que expõem a violência e a violação dos direitos humanos no contexto da construção de Belo Monte. Algumas perguntas nortearam essa

pesquisa, entre elas: Como as arpilleras produzidas por mulheres atingidas por barragens repercutem protagonismo feminino?

Quais violações de direitos humanos estão representadas em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela usina hidrelétrica Belo Monte e quais símbolos dispostos no bordado reforçam a cena das violações representadas?

A partir dessas perguntas, eu fiz uma mais geral: Como estão representadas as temáticas da violência e da violação dos direitos humanos no bordado das arpilleras chilenas e brasileiras, considerando-se o contexto de extrema privação da dignidade humana a que estão sujeitas?

Ainda aqui nesta introdução eu apresento o objetivo geral deste trabalho: analisar as narrativas de violações dos direitos humanos, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres atingidas por Belo Monte, considerando a interface das arpilleras políticas chilenas, demonstrando, ao longo do trabalho, as especificidades conjunturais do Chile e do Brasil que nortearam a produção delas.

Desse objetivo geral, construí os objetivos específicos, quais sejam: contextualizar a influência das arpilleras chilenas no processo de construção do movimento de mulheres atingidas, através do protagonismo do Coletivo Nacional do MAB, desde a sua fundação, em 2011. Investigar a metodologia para a confecção de arpilleras, através do estudo de memórias das arpilleras chilenas e a execução de propostas elaboradas pelo Coletivo para denunciar a violência contra a população atingida através do bordado. Interpretar os elementos contidos nas arpilleras com a temática da violência e violação dos direitos humanos, em bordados produzidos por mulheres atingidas pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Registrar o testemunho de mulheres que participaram de oficinas do MAB e bordaram arpilleras representando a violência e violação dos direitos humanos no território onde está localizada a UHE Belo Monte.

Até aqui expliquei um pouco de meu percurso, do tema da pesquisa, dos objetivos do trabalho. Agora faço um panorama do texto e do percurso metodológico. De pronto, deixo claro que, como sinalizei na parte autobiográfica desta introdução, o texto não é um construto linear. Ele foi surgindo para mim em vários momentos, por isso, a metodologia empreendida na pesquisa é o resultado de várias possibilidades de trabalho.

O Coletivo de Mulheres do MAB não é, também, um objeto de estudo ou um *lócus* de minha pesquisa. Não acessei a essas mulheres pressupondo que elas fossem minhas depoentes, entrevistadas ou objetos de escuta. Para eu ver estas pessoas como pessoas, como entes em si, tive de me precaver para não sucumbir ao ímpeto analítico como cerne de meu trabalho. Por isso, sobretudo, é tão importante a escolha epistemológica que faço: fazer uma pesquisa acadêmica que expresse como o sofrimento humano aqui relatado é fruto da invisibilidade política, o caráter artesanal da luta empreendida pelas mulheres bordadeiras do MAB e como a violência é corporizada nos corpos concretos, sejam eles coletivos e individuais.

Claro que meu compromisso é com o resultado da investigação ser validado dentro de um determinado escopo, que necessariamente é a academia, a universidade, ainda com suas normas e regramentos. Ainda assim, desejo entregar um produto que satisfaça os requisitos formais, e importantes, mas que não deixe de refletir a humanidade das pessoas com as quais conversei.

Para a elaboração desse trabalho fiz uso de algumas categorias de análise, tendo como espinha dorsal da fundamentação engendrada nesse texto o autor Boaventura de Sousa Santos, aqui citado como Santos (2007, 2019a, 2019b), utilizei o Pensamento Abissal por ele proposto como fio condutor da análise, tendo também articulado uma discussão a respeito da memória e representação do trauma por meio das observações de Seligmann-Silva (2000; 2008; 2010), teci ainda considerações sobre a Amzônia como fronteira econômica, direitos humanos e a luta pela dignidade humana segundo os pressupostos do que Santos (2019a) compreende como Epistemologias do Sul.

Assim, apresento esta tese, dizendo que ela tem 04 capítulos, interligados entre si e que ratificam a base epistemológica de minhas escolhas metodológicas. Também quero ressaltar que esta lógica de organização em capítulos é um arranjo para melhor apresentar as argumentações, mas não representa, em absoluto, um construto que somente pode ser lido na forma aqui apresentada.

No capítulo 01, faço uma breve explanação sobre o conceito de *arpillera*, perpassando pelo contexto político ditatorial chileno e refletindo como o bordado foi importante para o momento histórico de privação da dignidade humana, faço ainda uma discussão a respeito da prática imagética do testemunho e o ato de narrar o trauma, por meio das considerações de Seligmann-Silva (2000; 2008; 2010). Já no capítulo 02,

apresento a luta das pessoas atingidas por barragens e também nesta parte do texto indico os caminhos de minha escolha metodológica, falando dos eventos, das pessoas, dos/as autores/as. Assim, um capítulo vai se complementando no seguinte, tanto reconstituindo o que foi dito, quanto reforçando as ideias explicitadas.

Na terceira parte, o capítulo 03, faço referência ao modelo de uso da Amazônia como fronteira econômica. Foi necessário fazer esta pequena digressão porque, como demonstro no texto, a política energética levada a cabo no contexto atual tem suas raízes em tantos outros projetos, igualmente danosos e devastadores quanto nesse imaginário de inesgotabilidade da riqueza amazônica, ou a leitura desse espaço amazônico como um lugar não habitado, passível, portanto, de uma ação ativa da lógica capitalista-colonial-patriarcal.

Já no capítulo 04, inicio o debate sobre uma compreensão hegemônica dos direitos humanos e as dimensões das lutas sociais, dentre elas, o ato de bordar. Procedo uma leitura das *arpilleras* a partir de tudo que vivi, que vi, li, escutei ao longo dessa jornada de doutoramento. Também é nesta parte do texto que acentuo o diálogo com os argumentos de Rita Segato (2014; 2016) com relação à violência relegada aos corpos femininos, sobretudo, nos territórios coloniais. A sustentação dos meus argumentos perpassam também por ideias da antropologia, sociologia, história, entre outras áreas. Em todo caso, tento alinhar uma argumentação interdisciplinar, premissa fundamental do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente.

CAPÍTULO 1

ARPILLERAS: CONSTRUINDO UMA RESISTÊNCIA POLÍTICA DURANTE A DITADURA DE PINOCHET (1973-1990)

As bordadeiras de Santiago
Eduardo Galeano

As crianças, que dormem três na mesma cama, estendem seus braços na direção de uma vaca voadora. Papai Noel traz um saco de pão, e não de brinquedos. Aos pés de uma árvore, mendiga uma mulher. Debaixo do sol vermelho, um esqueleto conduz um caminhão de lixo. Pelos caminhos sem fim, andam homens sem rosto. Um olho imenso vigia. No centro do silêncio e do medo, fumega um caldeirão popular.

O Chile é este mundo de trapos coloridos sobre um fundo de sacos de farinhas. Com sobras de lã e velhos farrapos bordam as bordadeiras, mulheres dos subúrbios miseráveis de Santiago. Bordam arpilleras, que são vendidas nas igrejas. Que exista quem as compre é coisa inacreditável. Elas se assombram:

_ Nós bordamos nossos problemas, e nossos problemas são feios. Primeiro foram as mulheres dos presos. Depois, muitas outras se puseram a bordar. Por dinheiro, que ajuda a remediar; mas não só pelo dinheiro. Bordando arpilleras as mulheres se juntam, interrompem a solidão e a tristeza e por umas horas quebram a rotina da obediência ao marido, ao pai, ao filho macho e ao General Pinochet...

O primeiro capítulo contextualiza o momento histórico em que as arpilleras políticas chilenas foram usadas como ferramenta de denúncia e resistência, delineando os contornos de crueldade que o regime ditatorial chileno operou sobre a sociedade naquele momento. Testemunhar foi, para além da narrativa do trauma, a luta pela vida, a busca por respostas e pela esperança mesmo na ausência de familiares presos e desaparecidos em razão do regime militar. Pretendeu-se, ainda, descrever a influência das arpilleras chilenas no processo de construção do projeto “Arpilleras, bordando a resistência”, capitaneado pelo Coletivo de Mulheres do MAB.

1.1 A Ditadura Militar no Chile (1973-1990)

Até 1973 o Chile havia sido um país de tradição democrática, as ideias eram respeitadas e a opção política era parte da democracia. Os que haviam triunfado antes, em 4 de setembro de 1970, com a eleição de Salvador Allende Gossen, a partir de 1973 foram brutalmente perseguidos.

Nos anos do governo Allende, uma série de greves dos trabalhadores do transporte e mineiros, somada ao caos econômico, ocasionou uma queda no preço do cobre e a

escassez de alimentos. Além das tentativas do então presidente americano, Richard Nixon, de desestabilizar o governo chileno.

Obra de referência para o estudo das arpilleras chilenas: *Tapiestries of hope, threads of Love* (1996), de Marjorie Agosín, relata que mulheres das classes média e alta chilena abandonaram a passividade e tomaram as ruas com o objetivo de exigir a mudança de governo. Até o final do 1971, mulheres de bairros de classe alta iniciaram uma série de ações coordenadas, organizando as conhecidas marchas “dos potes vazios”, protestavam contra a escassez de alimentos que havia naquele momento no Chile.

O movimento das mulheres “de potes vazios” se considerava apolítico, mas estava envolvido em um clima político controlado pelos opositores do governo de Allende. Paradoxalmente, essas mulheres, que organizavam o movimento contra a escassez de alimentos, não estavam morrendo de fome como as mulheres das favelas de Santiago, muitas delas integravam as marchas junto às suas empregadas domésticas.

Agosín (1996) descreve o comentário feito por um membro das forças armadas brasileiras, sobre a manipulação do papel da mulher na política, usado para desestabilizar o governo esquerdista de João Goulart (1964)

Women constitute the most eficiente political weapon; they have time, they are capable of great emotion and they mobilize quickly. For instance if you want to start a rumor that the President drinks too much or that he has serious health problems, use women... By the next day the rumor will be all over the country (AGOSÍN, 1996, p. 5)⁴.

Um dia depois do golpe, Pinochet agradeceu publicamente às mulheres pela ajuda na “batalha pela democracia”, declarando o estado de sítio, administrando o poder como em um estado de guerra. As garantias constitucionais foram suspensas e a vida cotidiana transformou-se como a de um país ocupado. As mulheres que compunham a marcha de “potes vazios”, mesmo as que apoiavam Pinochet, viram e sentiram o horror da perseguição política (AGOSÍN, 1996; CORPORACIÓN CULTURAL DE PEÑALOLÉN, 2016).

Depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 1973, o Chile vivia um tempo de incertezas, centrado no medo da morte, produzido pela guerra cotidiana, mas também

⁴ As mulheres se constituem na arma política mais eficiente; elas têm tempo, são capazes de grande emoção e se mobilizam rapidamente. Por exemplo, se você quiser espalhar o boato de que o presidente bebe demais ou tem sérios problemas com a saúde, use as mulheres... No dia seguinte, o boato estará em todo o país (AGOSÍN, 1996, p. 5) .

sobre o futuro político e econômico. A tensão do ambiente se agudizava por conta dos novos limites dos direitos básicos da sociedade e, sobretudo, das violações dos Direitos Humanos dos que estavam contra o regime.

Em junho de 1974, foi criada oficialmente a Direção Nacional de Inteligência (DINA), responsável pela maior parte das pessoas perseguidas, presas e desaparecidas no Chile, o organismo tinha uma atuação próxima à da GESTAPO alemã (CARO, HENRÍQUEZ, BECERRA, 1997).

Conforme relatado por (AGOSÍN, 1996; SASTRE, 2011), após o golpe militar, muitos homens, esposos e pais foram presos e outros tantos desapareceram por terem filiação política esquerdista. A repressão política chilena atingiu preponderantemente aos homens, conforme descrito a seguir:

Según los datos oficiales proporcionados por el informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación de 1991, de las 3.195 personas asesinadas por la dictadura, 2.992 son hombres y solo 199 son mujeres (Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, 1996), (SASTRE, 2011)⁵.

Essa diferença entre homens e mulheres assassinados pela ditadura se deve à maior participação dos homens na política e nos espaços de trabalho, de modo que o desaparecimento desses filhos e esposos impactou de forma muito aguda as famílias, não apenas pelo desaparecimento de um ente querido, mas também implicou no afastamento do sujeito responsável pelo sustento familiar. Dessa forma, as mulheres se viram no papel de supridoras das necessidades financeiras familiares, forçando-as a encontrarem maneiras alternativas de proverem seus filhos (AGOSÍN, 1996; SASTRE, 2011).

O Informe da Comissão Nacional Sobre Prisão Política e Tortura (2005), do governo chileno, revela que do total dos casos de desaparecimento levantado pela Comissão durante a ditadura chilena, 23.856 foram de homens e 3.399 de mulheres.

A repressão massiva que se instalou no Chile a partir de 1973 tinha como ideal a guerra anti-subversiva, sistematizada através dos manuais sobre a doutrina de Segurança Nacional, implantada durante as décadas de 1960 e 70 em toda a América

⁵ De acordo com dados oficiais fornecidos pelo relatório da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação de 1991, das 3.195 pessoas assassinadas pela ditadura, 2.992 são homens e somente 199 são mulheres (Informe da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, 1992), (SASTRE, 2011).

Latina, e desenvolvida pelo Serviço de Inteligência dos Estados Unidos e da Escola Superior de Guerra brasileira.

Conforme esclarece o Coletivo de Memória Histórica Corporación José Domingos Cañas (2005), essa mesma doutrina pode ser qualificada como ideologia, pois se apresenta em uma concentração de políticas, ações econômicas, estratégias militares e a ideia de Estado com necessidades e objetivos próprios, interesses esses que estão acima do próprio povo, tornando os cidadãos subordinados às finalidades desse Estado.

Ademais, ainda segundo as perspectivas da Segurança Nacional, as necessidades do Estado-Nação estão acima de qualquer interpretação e interesse partidário ou político que fossem demandas do povo, assim como os autores revelam

Por lo tanto, la tarea de interpretar las necesidades y voluntades del Estado-Nación no puede ser función del pueblo, fácilmente seducido por el conflicto social e ideologías que lo prediquen, sino de un contado número de élites dirigentes, específicamente la élite militar, quienes estarían apartados de los conflictos sociales y políticos y por lo tanto especialmente iluminados para defender la integridad del Estado, y descubrir e interpretar las necesidades y voluntades del “Alma nacional” (COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS, 2005, p. 35).

Essa perspectiva criava um ambiente em que qualquer crítica ao governo correspondia a um ataque às Forças Armadas e ao Estado-Nação. A ideologia de Segurança Nacional compreende o conflito social como uma espécie de patologia, resultado da conspiração do socialismo e comunismo, a invasão cultural estrangeira. Segundo essa mesma lógica, a agitação social é algo que precisa ser controlado, banido do corpo social, por meio da censura e eliminação das pessoas e organizações que atuassem nesse sentido.

Desta forma, a população do país começou a ser entendida como o inimigo em potencial, levando o regime ditatorial a ações brutais e sistemáticas de repressão do que era entendido como subversão. Ainda no texto do Coletivo de Memória Histórica Corporación José Domingos Cañas (2015, p. 37), o termo subversivo se aplicava “às pessoas que promoviam o melhoramento das condições das classes trabalhadoras ou viam com simpatia sua causa”. A DINA (Direção Nacional de Inteligência) tinha como lema “Combatemos pelas sombras para que todos os chilenos possam viver ao sol”, o combater pelas sombras fazia menção ao uso de torturas, a segurança nacional era mais importante que os direitos humanos (COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS, 2005, p. 38).

A tortura implica, em essência, no suplício físico e mental para extrair uma verdade que, sendo ela dita ou não, servirá como prova, “um desafio físico que deve decidir sobre a verdade”, Foucault (1987, p. 58). A “Convenção Contra Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes” da Organização das Nações Unidas – ONU, reconhece ainda como tortura, “quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência” (1984, p. 1).

No caso chileno, o objetivo principal da tortura foi destruir o torturado em sua capacidade de atuar politicamente e socialmente, as informações obtidas por meio de tortura servem para dobrar sua resistência e destituir o torturado de sua integridade física e moral (COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS, 2005).

As informações obtidas por meio da tortura serviam para intimidar outros envolvidos e aterrorizar o núcleo social a que pertenciam os torturados, mas também agiam diretamente sobre o corpo humano, atuando entre o sofrimento, o confronto e a verdade,

O corpo interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E do mesmo modo que a presunção é solidariamente um elemento de inquérito e um fragmento de culpa, o sofrimento regulado da tortura é ao mesmo tempo uma medida para punir e um ato de instrução. MICHEL FOUCAULT (1987, p. 61).

No Chile, a tortura foi aplicada a todo grupo de pessoas que se opunham ao regime autoritário de Pinochet, segundo a Corporación José Domingos Cañas (2005) *apud* Briceño, as torturas aplicadas no Chile tinham os seguintes objetivos:

- 1 – Obtener información para seguir um processo judicial.
 - 2 – Obtener información para usarla em operaciones inmediatas o posteriores de la “guerra”.
 - 3 – Obtener información sobre el enemigo (tipo de gente, hábitos, métodos de trabajo, etc).
 - 4 – Obtener una confesión (extraer más bien dicho).
 - 5 – Neutralizar al detenido, a los grupos a los que él o ella pertenecen, al sector social al cual pertenece y de la población opositora en general.
 - 6 – Obtener colaboración imediata y/o permanente: transformar al detenido en colaborador.
 - 7 – Destruir o quebrar o detenido.
 - 8 – Castigarlo.
 - 9 – Castigar, a través del detenido, a los grupos a los que pertenece el detenido.
 - 10 – La información reunida es utilizada para manipular a la población.
- (COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS, 2005, p. 66).

Diante das denúncias contra o governo militar chileno, como resposta aos massivos desaparecimentos e às violações dos direitos humanos, o regime iniciou uma tentativa de forjar explicações para o desaparecimento de presos políticos. A Operação Colombo foi uma dessas tentativas, a Junta Militar publicou duas listas com 119 nomes de desaparecidos, considerando-os como mortos em enfrentamentos em países vizinhos.

Segundo relato de Caro, Henríquez, Becerra (1997, p.15), essa foi a primeira constatação que os familiares tiveram de que os desaparecidos estavam sendo assassinados, provocando uma profunda dor e dessa dor nasceu o agrupamento no Comitê para a Paz, que tinha como objetivo fazer frente à barbárie através das denúncias, “se os agentes da DINA se organizavam e coordenavam a nível internacional, nossa responsabilidade foi a de organizarmos para que nossas denúncias tivessem mais forças”⁶.

As organizações de familiares das vítimas eram importantes, além de um conforto para as famílias, tinham também o objetivo de denunciar as violações dos direitos humanos aos organismos internacionais, levando a verdade do que se passava no país. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada pelo Chile antes do golpe, estabelece em seu artigo 5º que “Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, [s/p]).

Desde 1984 a ONU adotou a “Convenção Internacional Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis” como forma de proibir e prevenir a tortura, nas últimas décadas, a noção de tortura tem sido ampliada pelos organismos internacionais de proteção aos direitos humanos. Contudo, antes de uma articulação mais recente dessas noções de tortura, o regime ditatorial chileno instaurou a tortura como um fenômeno multidimensional, pois buscava instaurar um clima de medo para imobilizar o corpo social, contendo assim os protestos populares diante das constantes violações dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS, 2005).

⁶ Si los agentes de la DINA se organizaban y coordinaban a nivel internacional, nuestra responsabilidad fue organizarnos para que nuestra denuncia tuviera más fuerzas (CARO, HENRÍQUEZ, BECERRA, 1997, p.15).

Os familiares de presos políticos fizeram suas primeiras manifestações públicas em 1977, na sede da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL), na ocasião, os manifestantes fizeram uma greve de fome. Além desse primeiro ato, também se reuniram em frente aos Tribunais de Justiça, pedindo explicações de onde estavam seus entes queridos. As denúncias tinham um peso tão grande que acabaram obrigando o Governo Ditatorial a encerrar as atividades da DINA, criando porém uma outra comissão com o mesmo fim, a Central Nacional de Informações (CNI) (CARO, HENRÍQUEZ, BECERRA, 1997).

Já depois das primeiras consequências advindas do regime autoritário, e sobretudo, em razão do crescente número de perseguidos políticos, diferentes congregações cristãs e outros grupos não cristãos começaram a desenvolver um trabalho que cooperava para a paz, realizando tarefas mais urgentes, prestando assistência ao crescente número de pessoas que recorria às igrejas em busca de apoio e proteção.

Diante de todo esse cenário, o Cardeal, Pastores e Rabinos criaram um organismo que fosse capaz de auxiliar as pessoas perseguidas pelo regime militar, o Comitê dos Refugiados e o Comitê Pró-Paz. Inicialmente, a atuação do Comitê Pró-Paz não enfrentou a resistência do governo de Pinochet, especialmente porque havia o interesse que o Comitê retirasse estrangeiros que tivessem ideias opostas às do regime. Contudo, com o decorrer de algum tempo, a ação do Pró-Paz tomava mais protagonismo e importância no país, se convertendo em um incômodo para o governo (AILLAPÁN et al., 2012).

Pinochet escreveu pessoalmente para o Cardeal Arcebispo Raul Silva Henríquez, pedindo o fechamento do Comitê, sob a acusação de o mesmo estar promovendo o marxismo no país e protegendo terroristas. Esse pedido formal para que as atividades do Pró-Paz fossem encerradas terminantemente acabou levando o Comitê a cessar suas atividades em 31 de dezembro de 1975, contudo, um dia depois nasce a Vicaría de la Solidariedad, em 1º de janeiro de 1976 (AILLAPÁN et al., 2012).

Conforme Aillapán (2012), a igreja via a solidariedade como um dever moral e social para desenvolvimento da cultura, a matéria comum a esse preceito eram os direitos humanos. As bases doutrinárias que ampararam a igreja católica chilena provinham do Evangelho, que tem como principal objetivo a integridade humana. O

serviço social desenvolvido pela Vicaría de la Solidariedad pretendia defender os direitos humanos das pessoas perseguidas pelo regime, assim como buscar soluções para os problemas da sociedade chilena da época.

O Estado chileno não deu suporte financeiro à Vicaría de la Solidariedad, a maior parte dos recursos foi assumida por contatos no exterior, através de projetos que a Vicaría demandava. Não apenas por meio da pessoa do Cardeal Silva Henriquez, que apelava em nome do princípio da solidariedade para angariar fundos, mas também seus contatos, sobretudo, fora do Chile.

Outro fator que deu suporte ao financiamento da Vicaría de la Solidariedad foram as congregações e instituições que compunham o já extinto Comitê Pró-Paz, alguns desses organismos seguiram cooperando financeiramente. A Vicaría tinha boas relações no Chile, mas também no exterior, destacando-se o Conselho Nacional de Iglesias de Estados Unidos y el Conselho Mundial de Iglesias (CMI), sediado em Genebra, essas instituições foram basilares para a atuação da Vicaría no Chile (AILLAPÁN et al., 2012).

1.2 Arpilleras chilenas, a narrativa do trauma

Tecer, bordar, criar cor e movimento com agulha e linha tem sido, através da história, meio de expressão para as mulheres, são escrituras de um mundo silenciado, que por não poder dizer, borda. A matéria-prima é o próprio corpo de quem precisa dizer, é ele quem dá forma à expressão: dedos, unhas, braços.

Após o golpe militar, muitas famílias foram desestabilizadas com a desaparecimento repentina de seus entes queridos e também provedores, muitas dessas mulheres se viram sozinhas e sem trabalho, com filhos pequenos para alimentar. Uma das alternativas para que as mulheres conseguissem ganhos financeiros era através das oficinas de Arpilleras, conforme relatado por Agosín (1996), o Comitê Pró-Paz, que posteriormente se converteu na “Vicaría de la Solidariedad”, impulsionou a criação das oficinas com o objetivo de apoiar as mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade em razão do momento político chileno. Conforme Agosín,

The first arpillera workshops were formed in March of 1974 as part of the handicraft workshops under the sponsorship of the Vicariate. At the height of despair, approximately fourteen women arrived at the Vicariate. They didn't know what to do to

placate the grief, to remedy the economic crisis, and to feed the children who were without fathers (AGOSÍN, 1996, p. 11)⁷.

O Vicariato da Solidariedade, além de apoiar a realização de oficinas de arpilleras, também se responsabilizava pela venda dos bordados. Atuava como mediador, ao comprar as arpilleras das bordadeiras, revendia a interessados nas obras (SASTRE, 2011).

Segundo Agosín (1996), o Vicariato de la Solidariedad era uma organização que funcionou inteiramente dentro da igreja Católica e estabeleceu vinte escritórios em diferentes regiões do país, a fim de oferecer ajuda legal, oportunidades de trabalho e assistência em saúde àqueles que foram vilipendiados pelo golpe político. No trecho a seguir a autora considera que

Within this social context arose an art form that has been unequalled in popular Latin American art, an art born from adversity as well daily life, an art that defied fascism: the arpillera (AGOSÍN, 1996, p. 10)⁸.

Desta maneira, o trabalho de feitura das arpilleras aplacava as necessidades materiais imediatas das famílias e também era uma maneira que essas mulheres encontraram de elaborar todo sofrimento a que estavam sujeitas em tempos tão enegrecidos como esses em que o Chile e toda a América Latina estiveram mergulhados.

As oficinas estabeleciam uma data mensal para que as mulheres pudessem entregar as arpilleras finalizadas, a fim de que o Vicariato pudesse comprá-las. Cada mulher recebia o dinheiro de sua arpillera vendida e contribuía com cinco ou dez por cento para o fundo comum da oficina. Algumas funções eram estabelecidas entre as mulheres, tais como tesouraria (se incumbia de distribuir os ganhos da venda das arpilleras), outra mulher se encarregava de que as arpilleras estivessem cuidadosamente finalizadas e que trouxessem em seu bordado temáticas interessantes; havia também a distribuição das arpilleras nos diversos centros de Santiago (AGOSÍN, 1985; 1996).

⁷ A primeira oficina de Arpilleras foi formada em março de 1974, como uma oficina de artesanato sob o apoio do Vicariato. No auge de seu desespero, cerca de quatorze mulheres chegaram ao vicariato. Elas não sabiam o que fazer para apaziguar a dor, para remediar a crise econômica e para alimentar suas crianças que estavam sem os pais (AGOSIN, 1996, p.11).

⁸ Dentro deste contexto social em que nasceu uma forma de arte inigualável na arte popular latino-americana, uma arte nascida da adversidade e também da vida cotidiana, uma arte que desafiou o fascismo: a arpillera (AGOSÍN, 1996, p. 10).



Figura 1 - Nacen los talleres de arpilleras – 1983. Relato de como acontecían las oficinas de bordado.

Grupo de mujeres Hijitas Nº 2.
 Todos los miércoles nos juntamos en reunión
 y una vez al mes hacemos una convivencia,
 es eso lo que quise representar en
 esta arpillera.
 Rencé 83.

Figura 2 - No fragmento, carta que acompaña a arpillera. Santiago – Chile. (HUMANOS, 2012, p. 42).

A criação de arpilleras era uma ação que conseguia se efetivar com um investimento muito pequeno, inicialmente, a assistência técnica utilizada para fazer as primeiras telas foi feita por voluntários artistas plásticos ou pintores. A maior parte do material usado para a feitura das arpilleras, financiado pela Vicaría de la Solidariedad, era reunido por meio de doações vindas de todo o Chile e também do exterior. A quantidade de materiais disponíveis era variável, dependia da arrecadação, como havia muita escassez, o material era entregue a cada grupo, à medida em que as arpilleras finalizadas retornavam ao Vicariato (AGOSIN, 1996).

Em pátios e igrejas de bairros pobres, as histórias feitas de tecido e lã narravam o que era proibido. As arpilleras como testemunho nasceram em um período em que a cultura chilena estava desolada, quando os cidadãos falavam em voz baixa e a escrita estava censurada, as vozes contidas nas narrativas dos bordados prosperaram em uma nação silenciada.

Inicialmente, as bordadeiras eram orientadas a bordar cenas de suas vidas diárias, coisas que viam e sentiam, as casas eram todas iguais e feitas em telas cinzas, pensavam que ninguém chegaria a comprar suas telas, relata a autora, “eram feias e a ninguém interessaria a vida das pessoas pobres” (AGOSIN, 1996, p. 22)⁹.

Depois desse primeiro momento, as mulheres aprenderam a observar mais cuidadosamente à sua volta e por terem a motivação de bordar a realidade, foi aí que se atentaram para o que de fato estava acontecendo no país. Com o passar dos anos, o ponto de vista das mulheres mudou, elas passaram a compreender melhor a realidade que as cercava e, em relação à técnica, conseguiram aprimorar os bordados, produzindo arpilleras cada vez mais bem finalizadas.

No trecho a seguir podemos compreender como o ato de bordar vai além da primeira intenção de sua existência, ser fonte de sustento para as famílias

But more than that, the arpillera ceased to be just a means of earning their daily bread and became an outlet for their feelings, a form of social, artistic, and political expression. One woman, still speaking of the early days said, “It was hard. We would come to the meetings because we had to work together, and the men at home didn’t want us to go out. But I had to earn some money so we could eat. Later I began to enjoy the work because we were learning new things.” This “learning new things” was a very important outcome of the arpillera workshops people (AGOSIN, 1996, p. 22)¹⁰.

Testemunhar, abrir luz em meio a sombras, e através de agulhas e linha serem narradoras da sua própria história, ainda que elas mesmas não estivessem presentes, seus bordados falavam ao mundo da dor e desolação a que experimentavam em dias sombrios.

⁹ They were ugly and nobody would be interested in the lives of poor people (AGOSIN, 1996, p. 22).

¹⁰ Mais que isso, a arpillera deixou de ser somente um meio de se ganhar o pão de cada dia e se converteu em uma saída emocional, uma forma de expressão social, artística e política. Uma mulher, referindo-se às etapas iniciais, disse, “Era duro. Vínhamos as reuniões porque tínhamos que trabalhar juntas e os homens em casa não queriam que saíssemos. Mas eu precisava ganhar um pouco de dinheiro porque tínhamos que comer. Logo comecei a gostar do trabalho porque estávamos aprendendo coisas novas”. Este “Aprender coisas novas” foi um resultado muito importante das oficinas de arpilleras (AGOSIN, 1996, p. 22)



Figura 3 - Fornos de Lonquén – Chile – Aproximadamente 1979. Esta arpillera descreve os restos humanos encontrados nos Fornos de Lonquén em 1978¹¹.

¹¹ Esta arpillera descreve os restos humanos encontrados nos Fornos de Lonquén em 1978. O restos mortais eram de 15 homens detidos em circunstâncias diferentes, na comunidade rural de Ilha de Maipo. As detenções aconteceram em 7 de outubro de 1973. Dentro dos fornos foram encontrados pedaços de crânios, cabelos soltos e pedaços de roupas masculinas, fato que abalou a opinião pública e confirmou a suspeita dos familiares de presos desaparecidos, a de que seus entes queridos não voltariam (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 24)



Figura 4 - Paz, Justiça, Liberdade. 1979¹².

¹² Nessa arpillera foram utilizados retalhos de uma calça e de uma camisa de um desaparecido político. Expressa a ação de um protesto não violento no subúrbio de Santiago. Catálogo – Arpilleras da Resistência Política Chilena (JUSTIÇA, 2012, p. 21).



Figura 5 - Marcha de mulheres de familiares de detidos desaparecidos¹³.

¹³ Coleção Isabel Morel, Catálogo do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, Santiago – Chile (HUMANOS, 2012, p. 42).

As arpilleras contam uma história, seu discurso não é especulativo e nem teórico, é concreto, surge por meio da vida das arpilleras, testemunham o que a voz não pode contar. As diversas cores são características imprescindíveis e residem na composição dos detalhes: as árvores, a cordilheira, o grande e brilhante sol. Marjorie Agosín, em *Agujas que hablam* (1985, p. 524), ressalta que

Por medio de los rústicos hilos se preserva una memória colectiva, escrita-cosida por aquellas anónimas y tantas veces ignoradas mujeres. Ellas, al dar cada puntada, se arriesgan, al igual que la escritora que en cada palabra se atreve a ser ella y a decir su verdad (AGOSÍN, 1985, p. 524).

Os desenhos são testemunhos de vivências de extrema necessidade, ligados a eventos que o país vinha enfrentando naquele momento, nas arpilleras chilenas há desenhos de massacres, posições de tortura, rostos de desaparecidos, prisões, crianças descalças, denúncias de presos políticos e o constante apelo por justiça.

A mulher, antes subserviente, envolvida nas tarefas domésticas, converte um punhado de tecido, agulha e linha em mensagens que relatam a vida de luta e resistência política

Cabe subrayar aquí que la aparente sencillez de la arpillera puede engañar al observador superficial, quien catalogaría este producto como un objeto de consumo turístico-folklórico. La arpillera es todo lo contrario: tanto el dibujo presentado como la arpillera en sí representan a consciencia la resistencia al régimen opresor (AGOSÍN, 1985, p. 526).

A tela que dá suporte aos bordados é feita de sacos de batata, farinha ou açúcar e sobre ela são sobrepostas figuras em relevo, são bordadas na tela árvores, casas pequenas, grandes sóis da esperança, igrejas e pessoas, entre essas pessoas quase sempre estão os desaparecidos, os que foram subtraídos da vida das mulheres que agora se perguntam “dónde están?”. Cada elemento é bordado sobre o tecido rústico com cuidado para criar uma atmosfera mágica em cor e harmonia.

As cores de que fala Agosin (1985;1996) estão presentes nos personagens em movimento, no verde das árvores e na cordilheira dos Andes, que é a marca de todas as arpilleras, “una arpillera sin la cordillera de los Andes no sería real; ésta despierta en el observador un extraño júbilo, una tierna esperanza infantil” (AGOSÍN, 1985, p. 529).

Outro elemento que tem muito destaque nas arpilleras chilenas é o sol, muitas telas apresentam um sol muito grande e redondo, refletindo a energia vital que se desprende

das mãos que costuram, esperam e que sonham. Formaram a memória do passado e exigiam um futuro melhor

The women Always made arpilleras on the anniversary of the abductions to commemorate the lives of those lost. Their arpilleras touch us because the language inscribed on the cloth is one of love, a language of poetry and color amid a society immersed in silence and darkness (AGOSÍN, 1996, p. 13)¹⁴.

Enquanto as mulheres estavam sentadas bordando, geralmente contavam os detalhes de sua dor, falavam dos desaparecidos e relatavam nas telas as andanças à procura de respostas e do paradeiro de seus entes queridos, conforme relata Agosín (1996), o que quase sempre essas mulheres ouviam é que não haviam essas pessoas detidas ou que haviam deixado o país.

As arpilleras não levam assinaturas, no anonimato as arpilleras se protegeram contra qualquer possível perseguição do governo de Pinochet, cada oficina era organizada por meio de grupos de costura divididos em aproximadamente vinte mulheres.

O primeiro passo para a feitura das arpilleras era decidir o tema a ser tratado, cada mulher compartilhava a ideia com o grupo e cortavam-se as formas que seriam o fundo, tais como: o sol, a cordilheira, nuvens, árvores e rios. Para a composição de uma arpillera, revela a autora, “that’s the way the arpillera is constructed: the scene is set, and within the scene, as in a stage set, the action, the drama is created by adding the dolls and other elements”¹⁵ (AGOSÍN, 1996, p. 23).

Os bonecos costurados sobre a tela são um elemento substancial do bordado, são eles que dão vida à peça e cintilam as representações contidas na arpillera, para isso, eram cortados pequenos pedaços de tecido, que eram enrolados e costurados formando a cabeça do boneco, que era feito separadamente. O cabelo geralmente era feito de lã escura, podendo em algumas ocasiões, na falta de lã, ser usados pedaços de cabelo das próprias bordadeiras, imprimindo um tom muito realista ao personagem ali retratado. Os olhos e a boca eram feitos por meio de pequenos pontos bordados sobre a cabeça de tecido.

¹⁴ As mulheres sempre faziam arpilleras nos aniversários dos sequestros para comemorar a vida dos seres perdidos. Suas arpilleras nos tocam porque a linguagem inscrita na tela é a linguagem do amor, uma linguagem de poesia e cor a uma sociedade imersa no silêncio e na obscuridade (AGOSÍN, 1996, p. 13).

¹⁵ Assim se constrói uma arpillera: se coloca a cena, e dentro da cena, como em um cenário de teatro, se cria drama agregando bonecos e outros elementos (AGOSÍN, 1996, p. 23).

Cada bonequinho era vestido comumente com tecidos estampados, dando uma aparência o mais realista possível, muitas vezes esses tecidos eram fragmentos das roupas dos desaparecidos, era uma forma de homenagear o ente querido e também conviver com ele, se tratava da memória viva dos que ali não estavam. As arpilleras ganhavam vida por meio das mãos de suas idealizadoras e, a um só tempo, eram a própria vida de quem as criava, pois continham elementos tão particulares, tecidos, pedaços de cabelo, que pertenciam às memórias mais significativas.

A história contada em cada uma das arpilleras é tão palpável, se trata de um testemunho material, por meio de pedaços de tecido (outrora usados por pessoas importantes de suas vidas), telas de sacos de farinha, um punhado de agulhas e linha. Essas mulheres conseguiram expressar cenas proibidas para o momento político, mas reais, eram as prisões clandestinas, torturas, a fome que assolava os bairros pobres de Santiago, o desaparecimento e a solidão. Agosín (1996) entende que para essas mulheres os acontecimentos políticos e suas vidas diárias se tornaram inseparáveis.

Denuncia hecha con restos de géneros y lanas. Esta artesanía recorre el mundo denunciando nuestro drama y es tomada, con el correr de los años, como modelo en otros países del mundo que también sufren la violación de sus derechos más elementales (AGRUPACIÓN DE FAMILIARES DETENIDOS-DESAPARECIDOS, [s.d.], p. 6).

Cusicanqui (2010), ao refletir sobre o que ela chama de sociologia da imagem, diz que o colonialismo tem uma função particular para as palavras, muito porque elas não querem dizer, encobrem. Segundo essa mesma autora, no período republicano boliviano, quando foi necessária a adoção de ideologias igualitárias ao mesmo tempo em que se escondiam os direitos da maior parte da população, as palavras se converteram em um registro ficcional, coberto de eufemismo que eclipsava a realidade ao invés de clareá-la

Los discursos públicos se convirtieron en formas de no decir. Y este universo de significados y nociones no-dichas, de creencias en la jerarquía racial y en la desigualdad inherente de los seres humanos, van incubándose en el sentido común, y estallan de vez en cuando, de modo catártico e irracional. [...] Nos cuesta decir lo que pensamos y hacernos conscientes de este trasfondo pulsional, de conflictos y vergüenzas inconscientes (CUSICANQUI, 2010, p. 20).

Esse movimento citado pela autora cria modos de duplo sentido, forma de esconder o que se deseja através da fala, convenções sociais que distanciam a ação da palavra, provocando uma série de subentendidos que mais escondem do que querem dizer. Para essa mesma autora, já as imagens oferecem narrativas sociais e interpretações que, se utilizando dos signos imbricados na cultura, podem oferecer uma perspectiva mais clara

da crítica social. E, desde sua perspectiva histórica, pode trazer sentidos que não foram censurados pela linguagem oficial ou mesmo a verbal.

Cusicanqui vê, no que ela chama de “histórias alternativas”, a pluralidade de significados que pode haver na história, segundo quem sejam os sujeitos que narram ou que a representem

En la cultura boliviana moderna, esta pluralidad se ha manifestado en diversos formatos no escritos, incluyendo el testimonio oral, el dibujo, la pintura, la fotografía y el cine. En una sociedad colonial y abigarrada como la boliviana, con una población indígena mayor al 60% del total, en la que un alto porcentaje de la población habla qhichwa, aymara, guaraní o besiro – además de muchas otras lenguas – las imágenes han jugado un papel crucial en la comunicación intercultural: son un lenguaje proliferante de códigos y mensajes tácitos que se despliegan en múltiples sentidos, sin formar un trayecto rectilíneo o unidimensional (CUSICANQUI, 2015, p. 73).

Essa perspectiva nos ajuda a compreender porque as arpilleras, bordados que contam histórias de luta e dor, puderam ir para além das palavras, com a representação que comunica a dor e o sofrimento de pessoas sufocadas por um regime autoritário, as arpilleras contavam muito mais do que simplesmente uma história retilínea, porque, através de símbolos e cores, podiam fazer o que Cusicanqui (2015) enumera no parágrafo anterior, abrindo uma história para os múltiplos sentidos que ela contém, sem com isso fazer dessa narrativa algo retilíneo ou unidimensional.

Da falta completa da possibilidade de comunicar, sobretudo, porque a vida de quem denunciava as violências sofridas estava em jogo, surge uma possibilidade cheia de signos usualmente conhecidos da vida cultural, cores que contavam de um mundo sem palavras, mas que encontravam seu próprio meio de comunicar a dor e trazer à vida quem já não existia mais.

Cusicanqui nos diz que nos Andes existe uma tradição do teatro social, da pintura e do bordado como modos de comunicação visual, esse cenário comunicativo era pouco estimado pelo colonizador, que tinha como fonte primeira da comunicação a retórica e, sobretudo, a escrita. A autora ainda defende que a imaginação e a oralidade são caminhos paralelos de interpretação e compreensão da sociedade.

No trecho a seguir, Patricia Hidalgo conta como era difícil viver sem liberdade e como o desejo por ver Pinochet fora do poder alimentava sua luta em bordar mesmo em condições tão difíceis

Antes, el objetivo mío era ayudar un poquito – porque nadie lo iba a hacer solo, iba a ser entre muchos a que se fuera Pinochet. Quería que se fuera él, que dejaran de andar

milicos en la calle, que dejaran de meter susto. ¡Me daba rabia la falta de libertad! Uno no podía hablar ni con los vecinos. [...] Por eso también me acostumbré a trabajar de noche. Porque hacer arpilleras era clandestino. En mi casa todavía no había ni reja ni llave, cualquiera llegaba y entraba. Entonces, en la noche cerraba, ponía una frazada o algo para que no se viera desde afuera y me amanecía cosiendo – ahora me quedo hasta la una de la mañana y ya tengo los ojos irritados, no aguanto. Y había que esconder las arpilleras. Cada una tenía su forma. Yo, como tenía hartas niñas y siempre estaban los cordeles con ropa, las colgaba debajo o las escondía entre la ropa de ellas que estaba guardada. Por eso también no les poníamos nombre ni nada. Y esa costumbre quedó para siempre. Hasta hoy una arpillera nunca lleva el nombre de quien la hizo (CORPORACIÓN CULTURAL DE PEÑALOLÉN, 2016).

No fragmento que acabamos de ler, compreendemos como bordar se converteu em uma resistência diária, como visto anteriormente, as oficinas de arpilleras puderam contribuir para o despertar de uma consciência política em um momento onde os direitos humanos eram negligenciados, mas, sobretudo, havia o desejo recorrente de romper o silêncio, nesse caso com formas e cores, falar ao mundo o que ia nas ruas escuras do Chile.

Aqui o ato de produzir imagens é tão mais importante do que as próprias palavras, é interessante se pensar que em um ambiente opressor as pessoas encontram caminhos para criar uma consciência social sem o uso da retórica, assim como nos exemplos que Cusicanqui enumera na Bolívia, no caso da ditadura chilena pudemos ver o mesmo fenômeno se repetir.

Em Seligmann-Silva (CORNELSEN; VIEIRA; SELIGMANN-SILVA, 2012), considera-se as imagens ligadas a fatos que possuem uma fortíssima carga emocional, como hiperimagens. E a imagem do momento é cristalizada, como se nela o real fosse impresso e, toda vez que revisitada, tinha o poder de contaminar com o estorpecimento.

Em geral, essa intensidade emocional ligada a uma imagem tem sua origem em fatos violentos, como conta a arpillera “Prisão de desaparecimento de Victor Díaz”, não que toda a sucessão de fatos tenha sido acompanhada pela arpillera, mas a imagem do seu ente querido sendo levado se petrificou na memória, os dias foram se passando sem que houvesse nenhuma notícia, nenhuma esperança e a dor daquele instante era indizível.

Ainda Seligmann-Silva (2012), ao refletir sobre Walter Benjamin (1985), sugere que a lembrança surge como uma onda de raios, iluminações isoladas que são despertadas pelo momento presente, mas se referem a um momento vivido. O momento traumático

pode servir como uma espécie de conservador das imagens, em outras palavras, as imagens se petrificam em razão do choque

[...] guarda as imagens independentemente do tempo de exposição às impressões: o decisivo é a intensidade que advém os choques, das quebras e rupturas no habitual – o salto (Sprung) fora da “catástrofe contínua” é que determina a cristalização das imagens. Essas são ruínas: mascar tanto da destruição como também da conservação: para Benjamin “a destruição fortalece” a eternidade dos destroços (Benjamin, 1987, p. 47). As ruínas da memória, em partes soterradas, guardam o esquecido que choca aquele que recorda com o segredo que ele (o esquecido) encerrava (CORNELSEN; VIEIRA; SELIGMANN-SILVA, 2012).

Nessa passagem, podemos intentar que o que provoca o peso do testemunho é o vestígio de uma vida já perdida, uma imagem a qual já não se pode encontrar. O tempo histórico contido na arpillera aqui colocada é marcado pela reencenação das imagens traumáticas, carregadas de violência, que se acomodam, na denominação dada por Seligmann-Silva, como hiperimagens.

Gil (2012, p. 161) também se apoia em Walter Benjamin ao dizer que o acesso ao passado se faz pela via visual como que num lampejo, em um processo “entre o mito da imagem arcaica a qual nunca acederemos e a dialética da possibilidade da redenção crítica do presente”. A autora nos diz que o acesso ao passado se dá em razão da memória singular, “complexificada pela pluralidade dos sujeitos, que acabam por revelar como uma plataforma desbotada”, nesse ponto ela apresenta a tensão entre a apropriação do passado pela memória singular e a negociação com os consensos desatentos da memória coletiva.

Em outro momento desse mesmo texto, Gil (2012) avalia que a memória tem se apresentado como um dos temas mais populares da produção cultural, tanto no entretenimento, como na academia. O passado, mesmo sendo pesado, se tornou uma ferramenta para diagnosticar e refletir sobre as questões e contradições de nosso tempo, mas, sobretudo, para reaver as experiências obscuras e não reclamadas.

A visualidade constitui um dos modelos ontológicos primordiais da relação mnemônica com o passado, que se assenta, sobretudo, na (re)construção individual directa ou indirecta – através das projeções de testemunhas do evento, ou pela mediação de artefatos da memória cultural – de um momento vivido (GIL, 2012, p. 162).

Ao retomarmos Seligmann-Silva (2008), quando trata sobre o testemunho, podemos ver o reconhecimento que, para além de existir uma narrativa testemunhal, também se deve pensar em uma arte testemunhal. Essa proposta nos leva a pensar as arpilleras como a prática imagética do testemunho.



Figura 6 - Arpillera "Prisão e desaparecimento de Victor Díaz"¹⁶.

¹⁶ Coleção Isabel Morel, Museu da Memória e dos Direitos Humanos, Santiago – Chile. Catálogo de Arpilleras (MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANO, 2012). Víctor Díaz Lopes foi ex-Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi Subsecretário-Geral do Partido Comunista do Chile. Detido e desaparecido durante a ditadura militar. A arpillera conta a história de vida de Víctor antes e depois do golpe militar. Víctor é preso, torturado e morto, seu corpo é jogado no mar para que não deixasse vestígios. Informações obtidas no endereço - <<http://memoriaviva.com/Desaparecidos/D-D/dia-lop.htm>>.

Quijada (2012), em um pequeno texto que compõe uma reflexão maior de (CORNELSEN; VIEIRA; SELIGMANN-SILVA, 2012), escreve a respeito da fotografia na história chilena e, dentre outras reflexões, comenta algo importante para a discussão que está sendo desenvolvida. Mesmo apesar da perspectiva original de Quijada se referir à fotografia, acredito que podemos usar essa mesma dinâmica conceitual para compreender as arpilleras no contexto da ditadura militar.

O autor nos diz que o silencioso ato de tomar o retrato do desaparecido político como um intento de fazê-lo não ser esquecido, refunda a comunicação visual no Chile. Pois, uma vez que a imagem fotográfica volta a estabelecer os conceitos elementares da representação básica, não é apenas uma recuperação semântica, senão “su sentido profundo donde la muerte y las fantasmagorías constituyen la primera autenticidad de la filosofía fotográfica” (QUIJADA, 2012, p. 241). Ele ainda nos alerta que com o objetivo de promover o desaparecimento, se instituíram áreas especiais escondidas – prisões clandestinas – que, organizadas pelo Estado, tinham o objetivo de promover a morte, provocando o desaparecimento do rosto e do corpo de presos políticos na geografia local. Organizando a destruição sistemática do rosto das pessoas mortas, intentava-se apagar os indícios da identidade.

No se trataba de una muerte en privado, sino de una muerte sin identidad, por lo que el centro clandestino no era sólo un espacio institucional de vulneración y muerte, sino de organización del olvido porque la muerte indeterminada y anónima solo explicitaba la violencia de la negación, de la inexistencia (QUIJADA, 2012, p. 241).

Nesse trecho podemos compreender porque a dor era tão agudizada para os familiares de desaparecidos políticos, porque a espera, o convívio com as lembranças e a memória dos dias que não voltariam mais era atormentada pela violência do esquecimento. O que é visto comunica, emite juízos de valor, mostra; o que não é visto oculta e acende o questionamento.



Figura 7 - Arpillera "¿Dónde están?"¹⁷.

¹⁷ Catálogo da Oficina de Arpilleras do Grupo de Familiares de Presos-Desaparecidos. Narra a busca das mulleres por seus entes queridos desaparecidos. (DETENIDOS-DESAPARECIDOS, [s.d.], p. 11).

Essa arpillera fala exatamente da espera, dos anos que se foram desde que os familiares dos desaparecidos políticos pedem informações sobre o paradeiro de seus familiares, na imagem pode-se notar como os olhos das mulheres são tristes, há um peso no olhar, o cabelo delas se tornou branco, as rugas vêm surgindo, falando de toda a dor que elas carregam. Na descrição dessa arpillera, contida no Catálogo da Oficina de Arpilleras do Grupo de Familiares de Presos-Desaparecidos, está o seguinte enunciado: “bordando este dolor, la rabia, la impotencia, la esperanza, no tan solo nuestras, también las de nuestro pueblo, es um desahogo (DETENIDOS-DESAPARECIDOS, [s.d.], p. 11).

O poder transformador ou enunciador da memória está ligado à capacidade das lembranças de suportar as versões hegemônicas, por isso a memória construída por imagens é, antes de tudo, um feito coletivo, múltiplo e que vai se transformando. É por meio do imaginário que se pode alcançar as representações das dores, dos medos, dos anseios e esperanças de um grupo social, permitindo que as sociedades desenhem suas identidades, organizando seu passado e suportando seu presente (QUIJADA, 2012, p. 242). Nas representações contidas nas arpilleras políticas chilenas podemos intentar a ferida que faz parte de uma história de silenciamentos, invisibilidades e de testemunhos carregados de dor e esperança.

O narrar era uma forma de garantir a memória de quem se foi, mas também a sobrevivência de quem testemunha, para Seligmann-Silva (2008), o testemunho é uma atividade elementar, pois quando o sobrevivente volta de (ou se depara com) uma incursão traumática, é desencadeada aí uma carência absoluta de narrar. Para esse mesmo autor, a narrativa tem o desafio de estabelecer uma conexão com as outras pessoas que não vivenciaram o trauma, atua como um tipo de resgate do sobrevivente, rompe a barreira entre o vivido, no caso a ditadura chilena, e as pessoas que passaram a conhecer as atrocidades operadas pelo Estado. A circulação das imagens de tortura, desaparecimento, fome e desamparo são para quem as produz um tipo de elixir de religação com o mundo, uma tentativa de encontro com o que sobrou de si. “Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.66)

Nas perseguições violentas ou genocídios, a memória do trauma é uma busca de compromisso entre a memória individual e a construída pela sociedade. Em Freud observa-se que as neuroses traumáticas indicam que na raiz desse trauma existe a

fixação com o momento do acidente traumático, repetindo-se, portanto, as situações traumáticas por meio de sonho, onde se pode transportar para a situação traumática tal anteriormente vivida.

Não cabe aqui fazer uma análise profunda dos sintomas e nem debater a neurose, mas antes disso compreender como a narrativa do trauma pode cooperar na construção da memória de um tempo. Freud compreende em uma de suas conferências o termo traumático como uma

[...] experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera (FREUD, 1915-1916, p. 25).

Nessa passagem, observamos que o trauma é um tipo de memória pulsante de um passado que não passa e onde os fatos vividos são tão pesados que muitas vezes podem ser sentidos como irrealis. Neto e Cremasco (2011), ao referirem-se a Freud, propõem que o trauma não é necessariamente o acontecimento, mas a lembrança recalcada de uma cena insuportável. Dito em outras palavras, os efeitos do passado determinam a angústia presente pelo atravessamento dos afetos pretéritos à situação atual.

As mulheres do Chile, as que foram submetidas ao real sofrimento quando seus entes queridos foram presos, na solidão imensa que sentiam, retomavam lembranças de antes da partida, se embriam na memória daqueles dias de risadas e do pão compartilhado, e para continuarem vivas, lutavam e testemunhavam, era uma forma de participar da vida ou fazer existir quem já não estava, como no trecho a seguir,

Cuando volvíamos a nuestras casas llevabamos su foto prendida en el pecho, sabíamos que era un atentado en contra del orden establecido. Sabíamos que a causa de esa fotografia, podían aplicarnos la Ley de Seguridad Interior del Estado, pero nuestra foto iba ahí, firme, libre, sin que nadie pudiera enrejarla, sonándose a mi y yo sonando con los tiempos que tuve y que perdi, aquellos tiempos donde todos podíamos compartir el pan, el país y la mesa (CARO; HENRÍQUEZ; BECERRA, 1997, p. 36).

Para Seligmann-Silva (2008), a cena advinda do choque traumático adquire tridimensionalidade através das narrativas, a construção de metáforas, as diversas vezes em que a história é contada e revivida, tudo trabalha no sentido de dar uma nova dimensão aos fatos antes cristalizados. O ato de narrar é ainda uma forma de sair da posição de sobrevivente ou testemunha e voltar à vida. O autor salienta que evidentemente nenhuma simbolização é integral e que algumas das experiências, ou

mesmo cenas, vividas no momento traumático permanecem introjetadas no sobrevivente, não sendo passíveis de narrativa.

Retomo mais uma vez o depoimento dos desaparecidos políticos chilenos, dessa vez, um trecho um tanto mais longo, para estruturarmos as dificuldades do testemunho,

Hemos sido capaces de caminar con firmeza sin dejar de tener prudencia y le preguntamos a usted, que esta leyendo estas paginas, si a usted le hubiesen asesinado a su padre, lo hubiesen hecho desaparecer, le hubiesen robado su cuerpo del Instituto Medico Legal, le hubiesen golpeado a los hijos, si fuese usted quien estuviese esperando en la puerta, si fuese usted quien esperase esa llamada con esa voz que reconoce, y que el palpito que sentia en el pecho era otra invencion de su sombra, y que el sonido de aquellos pasos nunca fueron de su marido o hijo; y que las risas de sus captores detras del telefono, hacen anonimos por siempre de una sociedad que, ademas les protege otorgandole la impunidad y dejandolos con las manos libres para volver a actuar, y ahora si que puede ser en contra suya, ¿que haria? (CARO; HENRÍQUEZ; BECERRA, 1997, p. 37).

No testemunho do trauma há uma lacuna entre a linguagem possível para a narrativa e a experiência vivida, o corpo procura meios de expressar o que urge em ser dito, ainda que a gramática não tenha potência para o desejo de expressar, eis aí um dos dilemas de quem testemunha. E o trauma vai adquirindo contornos no inimaginável, dada a dureza da realidade, assim como explica Seligmann-Silva (2008, p. 70), “a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração”.

A crise de testemunhar, como vimos, passa pela incapacidade da gramática em se articular produzindo um testemunho à altura do vivido, o elemento inverossímil da realidade experimentada e a vital necessidade de narrar como meio de sobrevivência, se não a própria, a dos que já não estão ao alcance da palavra – entes queridos desaparecidos.

Seligmann-Silva (2000, 2008) faz reflexões acerca dos desafios do testemunho, sobretudo, quando visto sob o prisma da literalidade da situação traumática, o autor compreende que a imaginação, por meio da arte, pode fazer o enfrentamento dessa crise. Em suas reflexões, se atém à literatura, mas penso que podemos utilizar esse mesmo modelo no caso dos bordados em arpilleras, a arte como uma forma de introjeção da cena traumática.

As questões são, como testemunhar algo que vai além da nossa capacidade de representar? Estaria então o compromisso com o real ao alcance do sentimento gestado a partir do trauma?

“Do ponto de vista da vítima, toda catástrofe é única”, ao refletirmos com Seligmann-Silva (2008, p. 73), podemos entender que a literalidade da cena traumática impede a simbolização da memória e o testemunho – como evento singular – desafia, por isso mesmo, a linguagem e também o ouvinte.

O autor alerta que essa passagem do fato traumático para o imaginário torna o testemunho como um híbrido de singularidade e de imaginação. Singularidade porque a literalidade da situação vivida traz em seu bojo a sensação de singularidade absoluta; e a imaginação se deve à tentativa do universo simbólico em cobrir as lacunas deixadas pela ruptura com a literatura imaginativa,

O testemunho como híbrido de singularidade e de imaginação, como evento que oscila entre a literalidade traumática e a literatura imaginativa [...] Por outro lado, o testemunho também se quer compreensível e, mesmo, o testemunho se quer exemplar (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

O autor citado compreende o testemunho como uma unidade da memória e toca em um ponto importante para a compreensão do trabalho aqui estudado quando diz que a memória sempre foi pensada como uma combinação entre verbalidade e imagem. A memória é então uma espécie de arquivo de imagens, um conjunto imagético de impressões sensoriais adicionado a um componente temporal, por isso mesmo é um arquivo, por se tratar de uma coleção de imagens sobre o passado.

Ainda antes de refletirmos sobre a questão da memória imagética, discussão que quero firmar mais à frente, é importante refletir como a imaginação se dá na narrativa. Em Beatriz Sarlo (SARLO, 2007, p. 24), compreendi que a narrativa da experiência é um tipo de união do corpo e da voz, é a presença real do sujeito na cena passada, “Não há testemunho sem experiência, mas também não há experiência sem narração [...] A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a do seu acontecer, [...] mas a de sua lembrança”.

Ao tomarmos essa mesma autora, quando se refere à Hannah Arendt, podemos intuir que quando uma história é contada sem o uso da imaginação perde a sua dizibilidade, perde o que Hannah Arent chamava de pensar com a “cabeça aberta”, consumindo-se nas vivências e nos atos repetidos,

É possível dar sentido a esse torvelhinho, mas apenas se a imaginação cumprir seu trabalho de exteriorização e distância. Trata-se de uma qualidade não só do historiador, mas de quem o escuta: a imaginação “faz uma visita” quando rompe com aquilo que a constitui na proximidade e se afasta para capturar reflexivamente a diferença. A condição dialógica é estabelecida por uma imaginação que, abandonando o próprio território, explora posições desconhecidas em que é possível surgir um sentido de experiências desordenadas, contraditórias e, em especial, resistentes a se render à ideia simples demais de que elas são conhecidas porque foram suportadas (SARLO, 2007, p. 41).

Ainda sobre a atuação da imaginação, a autora salienta que é preciso um trajeto que a transporte para fora de si mesma, tornando-a reflexiva. Desta forma, a imaginação entende que a história não poderá ser totalmente contada, tampouco terá um desfecho, pois nem todos os meandros da experiência subjetiva podem ser percorridos e sua acumulação não resulta de um todo, essa subjetivação é fragmentada. Ainda defende a autora, que, desta forma, a narração “não poderia sustentar a identidade nem a tradição, nem dotar de legitimidade uma prática”, não cumprindo assim a função de fortalecimento identitário e as lendas nacionais, permite, ao contrário, ver o excluído das narrações identitárias reivindicadas por um grupo dominante, permite ver o que destoa do discurso dominante (SARLO, 2007, p.42).

Com o fim das ditaduras militares na América Latina, o ato de lembrar foi uma atividade de restauração do tecido social, esgarçado no processo sofrido no meio da violência que provinha do Estado durante as ditaduras. O que os algozes desejam é o silenciamento de toda narrativa de terror sofrida, procurando sempre apagar as marcas de seus crimes, esta é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. Em primeiro lugar porque o sobrevivente vive o dilema da culpa da sobrevivência e, justamente porque esteve em uma situação limite, transforma o testemunho indizível em algo inaudito

[...] o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento [...] irrealidade da situação vivida. O negacionista parece coincidir com o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional. O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A resistência quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. Este sentimento comum mora no próprio sobrevivente e o tortura, gerando uma visão cindida da realidade (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Sarlo (2007) apresenta uma perspectiva que se opõe à de Seligmann- Silva (2008) no que tange à veracidade do testemunho, não que ela minimize a importância da narrativa testemunhal, mas como ela mesma assevera, é preciso compreendê-lo como discurso, devendo, portanto, ser visto com certa dose de ceticismo e crítica. Essa perspectiva não inviabiliza a memória como um bem comum, um dever e uma

necessidade moral, política e jurídica para com a sociedade. Sobre esse tema devo colocar a minha aderência ao olhar de Seligmann-Silva (2008), quando compreende que o modo de pensar apoiado na comprovação e na atestação e não como discurso de um sobrevivente, tende a não garantir espaço para uma fala reticente e quase sempre fragmentada do testemunho do trauma, negando por si só a multiplicidade da realidade outrora vivida.

A busca do local de testemunho talvez seja uma errância e por meio dessa andança pode-se abrir o olhar à assimetria, à assistematicidade, às lacunas e aos silêncios presentes na memória que revive o trauma. Para Seligmann-Silva (2008), ainda que utopicamente, a literatura e as artes poderiam acolher com mais generosidade o testemunho do trauma, servindo de dispositivo testemunhal para os sobreviventes de genocídios ou ditaduras violentas.

1.3 Arpilleras da resistência política chilena em exposição no Brasil

O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 (1995), elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e de Desaparecidos Políticos, relata que a atuação dos familiares e desaparecidos políticos se tornou mais intensa a partir da década de 70, quando o número de desaparecidos cresceu alarmantemente. Muitas das pessoas que foram sequestradas, torturadas e mortas pelos órgãos de repressão jamais tiveram o reconhecimento do Estado. As autoridades governamentais nunca assumiram a autoria de suas prisões e mortes, considerando-as apenas como desaparecidos.

O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) apresenta o termo “morto oficial” como o reconhecimento público da morte de pessoa presa, contudo, era necessário localizar os restos mortais, conforme trecho a seguir,

[...] é necessário ainda localizar os restos mortais que foram enterrados com nomes falsos – num flagrante ato de ocultação de cadáveres, já que as autoridades oficiais sabiam a verdadeira identidade dos mortos. Na maioria das vezes, a versão policial da morte é totalmente falsa (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995).

Para Seligmann-Silva (2010), o testemunho tem o papel de abrir caminho para a construção de uma nova identidade depois da catástrofe, é uma forma de sublimar socialmente o que foi vivido pelas vítimas de perseguições políticas. O testemunho, em suas várias possibilidades, seja jurídico ou artístico, pode cooperar com a construção de

um novo espaço político que coexista com os traumas, mas que serve para a construção de novos laços políticos e identitários. Sobre a importância do testemunho, o autor salienta que é fundamental que exista esta passagem, tanto para as vítimas, como também para sociedades pós-ditadura.

A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, marcou para os familiares de pessoas desaparecidas e mortas durante o regime militar a perda definitiva de seus parentes, muito embora ela tenha trazido os exilados e presos políticos de volta ao convívio social, os mortos e desaparecidos continuaram com seu paradeiro incerto e nada foi esclarecido, conforme relato a seguir,

Pressionado pela opinião pública, o regime militar foi obrigado a conceder a Anistia muito embora não fosse aquela anistia que todos clamavam, ampla, geral e irrestrita. Mas uma anistia onde foi incluída a humilhante proposição de se dar um atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades, e impedir a elucidação das reais circunstâncias dos crimes cometidos (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995).

A ideia de revanchismo foi utilizada como argumento para se promover uma espécie de auto-anistia aos envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964 e, mesmo com o retorno ao Estado de Direito, os crimes cometidos por agentes do governo continuaram fora das pautas de investigação, quase sempre motivadas pelos familiares de vítimas da ditadura.

Nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos. O fantástico e escandaloso sequestro das provas e dos testemunhos mantém o Brasil como que congelado no tempo, quando se trata do enfrentamento político-jurídico e do trabalho de memória da nossa ditadura (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13).

Conforme relato do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 (1995), os familiares dos desaparecidos fizeram uma série de tentativas de obter informações acerca das mortes e a localização dos restos mortais, foram audiências com Chefes de Estado, ações judiciais visando responsabilizar a união, ações de retificação de registro de óbitos, a maioria dessas demandas judiciais foi esvaziada, mas alguns casos tiveram como resultado a responsabilização da União pelo desaparecimento ou morte de ativistas políticos.

Em setembro de 1990, foram encontrados ao todo 1.049 restos mortais de perseguidos políticos dados como desaparecidos pelos órgãos de repressão da ditadura, as ossadas estavam em uma vala sem identificação no cemitério Dom Bosco, localizado

na periferia de São Paulo. Depois da descoberta da vala, conhecida como Vala Perus, os familiares das vítimas passaram a reivindicar de forma mais incisiva o acesso aos arquivos da ditadura, (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995).

Ainda de acordo com os relatos do Dossiê, a prefeitura de São Paulo criou à época da descoberta da Vala Perus a “Comissão Especial para Investigação das Ossadas do Perus”, iniciativa que acabou desembocando na abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, capitaneada pela Câmara Municipal de São Paulo. Ato que, posteriormente, cooperou na formação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, na Câmara Federal.

Mesmo diante dessas ações que visavam o esclarecimento dos fatos e, sobretudo, a tentativa de promoção de uma cultura da memória, boa parte das iniciativas e das ações surgiram por intermédio dos familiares de desaparecidos políticos do Brasil inteiro, tal como se segue,

Outras valas clandestinas foram abertas, graças às pesquisas feitas pelos Grupos Tortura Nunca Mais: no Cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco. Nelas se encontram despojos de presos políticos. Na vala comum do Rio, há pelo menos os restos mortais de 14 presos políticos e em Recife há os despojos dos mortos da “Chacina São Bento”, quando, em 1973, o delegado da polícia paulista, Sérgio Paranhos Fleury, foi até lá, orientado pelo agente infiltrado Cabo Anselmo, matar militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995, p. s/n).

Fato inegável é que quase cinquenta anos se passaram entre a ditadura e a instauração da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, após anos de luta dos familiares de desaparecidos políticos que exigiam informações acerca do sumiço de seus entes queridos.

Em novembro de 2011, após aprovação no Congresso Nacional, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela Presidente da República, Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011.

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira. A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946-1988, contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de

nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos (CNV, v. 1, 2014, p. 3).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada em 16 de maio de 2012, com prazo de dois anos para desenvolver seus trabalhos. Em 2014 o Relatório da CNV foi concluído. Em 2012 também foi criada a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para contribuir e fiscalizar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Em consonância com a CNV, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça¹⁸, criada para promover a reparação de violações aos direitos fundamentais praticados entre 1946 e 1988, fomentou ações nesse sentido. A Comissão configura-se “em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento” (FUNARTE, 2012, p.1).

Em 2010 foi lançado o primeiro edital do projeto Marcas da Memória, tratava-se de uma ação voltada à memória e à reparação coletiva para o Brasil, tinha o objetivo de expandir o processo de reflexão e o aprendizado coletivo,

[...] fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos (JUSTIÇA, 2012, p. 3)

Com vistas a atender esses objetivos, o projeto Marcas da Memória foi dividido em quatro linhas de atuação: 1) audiências públicas; 2) projetos de memória de coleta oral; 3) chamadas públicas de fomento a iniciativas da sociedade civil; 4) publicações.

Através de editais públicos, o projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, financiou iniciativas culturais que permitissem o acesso do público à memória e à verdade dos fatos ocorridos durante os regimes de exceção da América do Sul.

Na segunda edição do Marcas de Memória (2011) foram financiados 19 projetos, dentre os quais as Arpilleras da resistência política chilena, sob a curadoria de Roberta Bacic. A exposição ocorreu em 2012 e percorreu as seguintes capitais: Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

¹⁸ Criada, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Durante as exposições ocorreram as oficinas de arpilleras, com aprendizagem da técnica usada por mulheres chilenas para denunciar as violações na ditadura. Um grupo de mulheres do Coletivo do MAB participou das oficinas, como veremos mais adiante. A coordenadora Esther Vital registrou o interesse delas no uso da técnica das arpilleras com os movimentos sociais.

Durante as exposições também ocorreram seminários com parceiros e participantes, atingindo um total de 2.500 pessoas em toda a programação, segundo informações do relatório final do projeto Marcas da Memória, disponível no portal do Ministério da Justiça (2012).

CAPITAL	LOCAL	PERÍODO	OFICINAS
Brasília	Biblioteca Nacional	22 a 29/03	2
Porto Alegre	Memorial do RGS	10 a 17/04	2
Curitiba	Memorial de Curitiba	08 a 14/05	2
Belo Horizonte	Centro Cultural da UFMG	18 a 24/05	2
Rio de Janeiro	Arquivo Nacional	29/05 a 05/06	2

Figura 8 - Relação de cidades em que a exposição “Arpilleras da Resistência Política Chilena” esteve¹⁹.

Em relação à exposição Arpilleras da resistência política chilena, vencedora do edital Marcas da Memória, o proponente²⁰ ressaltou que a partir do evento foi possível reconhecer o dia-a-dia das mães, esposas e filhas dos perseguidos políticos, assim como as arpilleras reprimidas pelo regime militar chileno.

Isso fica evidente através de peças artesanais que representam suas vidas, memórias e luta de resistência. A proximidade com as experiências de repressão e resistência no Estado de exceção brasileiro são notáveis e muito facilmente percebidas a partir das angústias e inquietações vivenciadas por aqueles que sobreviveram a tais processos e agora compartilham suas memórias (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 2).

¹⁹ Figura elaborada a partir dos *folders* da exposição Arpilleras da Resistência da Política Chilena (2012).
Fonte de informações <<https://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/about/www.pesquisadoressemfronteira.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

²⁰ Ressalta-se que a exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena foi trazida pela primeira vez ao Brasil em 2011, 28 telas foram expostas no Memorial da Resistência de São Paulo, de julho a outubro. Durante a mostra foram realizadas oficinas de arpillera. No mesmo ano, um projeto de exposições itinerantes foi apresentado no edital Marcas da Memória por uma equipe executora instituída pela ONG Pesquisadores Sem Fronteiras (SP).

No tocante aos direitos humanos, observamos que a maioria dos casos de violações tem sua origem por meio de ações ou omissões do estado e justifica-se pela soberania nacional, imposta por interesses e objetivos de segurança deliberados pelo próprio Estado, conforme considerações de Boaventura de Souza e Santos (SANTOS, 1998).

Passemos agora ao outro ponto desse mesmo novelo, compreender como o projeto Marcas da Memória e as Arpilleras Chilenas entraram em rota de encontro com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a partir das ações da CNV, sem antes nos esquecermos de traçar um breve relato a respeito da composição dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil, em seguida uma breve descrição da formação histórica do MAB e sua atuação.

CAPÍTULO 2

A LUTA POR DIREITOS E O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Poema do Aviso Final
Torquato Neto
É preciso que haja alguma coisa
alimentando o meu povo;
uma vontade
uma certeza
uma qualquer esperança.
É preciso que alguma coisa atraia
a vida
ou tudo será posto de lado
e na procura da vida
a morte virá na frente
a abrirá caminhos.
É preciso que haja algum respeito,
ao menos um esboço
ou a dignidade humana se afirmará
a machadadas.

No bojo das discussões da teoria social ocidentalocêntrica, o tema da luta social e da resistência ao capitalismo e ao colonialismo foi muito tratado sob o prisma da ordem social, como um subtópico da questão social. Por outro lado, movimentos sociais e partidos políticos que empreendem lutas contra as opressões capitalistas, coloniais e patriarcais – procuraram canalizar seus esforços para uma profunda reflexão sobre o tema da luta.

Boaventura de Sousa Santos (2019a), ao abordar o tema das lutas sob uma perspectiva das Epistemologias do Sul, lança luz sobre os movimentos que transformam pequenas margens de liberdade em oportunidades de libertação, e quando o autor fala das pequenas margens de liberdade, esclarece que transformar a liberdade mínima em libertação implica a consciência de que os limites que contornam a liberdade não são fixos e também não são naturais, são impostos de forma injusta e convertem-se em campos de disputa.

Antes de adentrarmos à discussão das lutas e, posteriormente, a uma retomada histórica dos movimentos sociais no Brasil e o contexto de formação do próprio MAB, movimento social que ancora as reflexões contidas nesse trabalho, gostaria de fazer uma

breve explanação sobre a perspectiva das Epistemologias do Sul, apoiadas no pensamento de Santos (2019a).

As Epistemologias do Sul dizem respeito a produção e validação de conhecimentos fundados nas experiências de resistência de grupos sociais que sofrem sistematicamente arroubos de opressão, injustiças e privações da dignidade humana.

Essa é uma noção de sul epistemológico, não necessariamente geográfico, que nasce das lutas contra a dominação, por isso os conhecimentos produzidos neste contexto de lutas são necessariamente contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. O objetivo das epistemologias do sul é criar um espaço para que grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e, sobretudo, o representem a sua própria maneira, somente dessa forma é possível que grupos oprimidos possam transformar suas realidades, tendo como ponto focal suas próprias aspirações e cosmogonias (SANTOS, 2019a).

Ainda sobre o conceito de Epistemologias do Sul, trata-se de identificar e valorizar conhecimentos produzidos no seio da experiência contra a dominação, o que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento válido, à luz das epistemologias dominantes e eurocentricas, se trata também de abordar a dimensão cognitiva das lutas contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão,

As epistemologias do Sul ocupam o conceito de epistemologia para o re-significarem enquanto instrumento de interrupção das políticas dominantes e dos conhecimentos que as sustentam. São epistemologias experiências. Existem epistemologias do Sul apenas e na medida que existem epistemologias do Norte. As epistemologias do Sul existem hoje para que deixem de ser necessárias no futuro (SANTOS, 2019a, p. 18).

Para Santos (2019a), as Epistemologias do Sul desafiam as epistemologias dominantes em dois níveis diferentes, o primeiro deles diz respeito à importância de discutir a validade de conhecimentos não reconhecidos como tais pelas epistemologias dominantes. Esse primeiro plano, concentra-se em conhecimentos inexistentes aos olhos do pensamento moderno colonial, inexistentes por serem produzidos em dissonância com as metodologias entendidas como válidas, ou produzidos por sujeitos concebidos como incapazes de produzir conhecimento válido, por não se inscreverem nas características que os classifiquem como plenamente humanos.

Em um segundo nível, as Epistemologias do Sul precisam transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes, esse movimento é condição basilar para identificar e validar conhecimentos que promovam a emancipação e a libertação social. É nesse nível

que as Epistemologias do Sul invocam outras ontologias, desvelando outros modos de ser, modos que têm sido radicalmente excluídos da forma dominante de ser e conhecer.

Santos (2007) considera que o pensamento moderno ocidental é um Pensamento Abissal, consistindo em divisões mais visíveis e menos visíveis que se estabelecem por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos, o que se configura “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. Essa divisão é tão definitiva a ponto de o autor reconhecer que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se, nessa medida, inexistente (SANTOS, 2007, p. 71).

Estar, portanto, do outro lado dessa linha abissal, do lado colonial, equivale a ser impedido de representar o mundo refletindo uma cosmogonia própria e conforme termos que divergem do conhecimento entendido como válido a partir do Norte global,

Resgatar o saberes suprimidos, silenciados e marginalizados requer a prática daquilo que tenho chamado de “sociologia das ausências”, um procedimento destinado a mostrar que, dada a resiliência da linha abissal, muitas práticas, saberes e agentes que existem do outro lado dessa linha são de fato ativamente produzidos como inexistentes pelos saberes “deste” lado da linha abissal, especialmente quando resistem às exclusões abissais causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. A identificação da existência da linha abissal é o impulso fundador das epistemologias do Sul e da descolonização do conhecimento que visam empreender (SANTOS, 2019a, p. 28).

Tomando a perspectiva das epistemologias do Sul como ponto de partida para o tema da luta, podemos ver um número infinito de formas de lutas travadas contra as opressões do mundo ocidentocêntrico – fundado a partir do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado – dentre as tantas possibilidades, temos as lutas explícitas e organizadas por grupos sociais, movimentos sociais e organizações, com vistas a diminuir ou por fim a casos de exploração, opressão ou injustiça.

Para Santos (2019a), independentemente do formato dessa luta contra dominação, ela sempre produz conhecimento, gerando diferentes tipos de conhecimento e que a opção por esse tipo de conhecimentos desencadeia diferentes construções cognitivas. Cito Santos (2019a),

Os grupos que lutam contra dominação têm de lidar com três tipos de conhecimentos: os seus próprios conhecimentos, que sustentam e legitimam a sua luta; os conhecimentos que os grupos dominantes produzem e ativam a fim de assegurarem a reprodução do seu poder; os conhecimentos gerados ou mobilizados por outros movimentos ou grupos sociais com os quais são possíveis articulações e alianças baseadas nas ecologias de saberes (SANTOS, 2019a, p. 122).

Conhecimentos esses expressos em narrativas e discursos tomados pelos grupos de contestação social, ou movimentos sociais, muitos deles norteados pela narrativa dos direitos humanos como discurso público. É, muitas vezes, por meio da narrativa dos

direitos humanos, que esses grupos se fazem compreender pelo público que não pertence ao mesmo universo cultural, é ainda uma forma de lidar com as burocracias administrativas e judiciais do Estado, também um meio de construir alianças entre outros grupos que sofrem violações sistemáticas, mas, antes de tudo, é uma forma de narrar uma experiência vivida em contextos de exploração, como foi tratado no primeiro capítulo desse texto.

Ainda sobre a questão da experiência, voltaremos a discuti-la mais adiante, nesse momento gostaria de fazer uma breve retomada histórica dos contextos de formação das lutas emergentes capitaneadas pelos movimentos sociais na América Latina e no Brasil.

2.1 Movimentos Sociais na América Latina, no Brasil e a constituição do MAB

Os movimentos sociais gradualmente passaram a ser considerados atores políticos importantes para a garantia dos direitos civis e da cidadania. Para Bringel (1990), indígenas e camponeses ocupam um espaço de destaque no cenário da contestação global. Considerados como atrasados pelo sistema moderno-colonial e passivos, numa perspectiva marxista, camponeses e indígenas têm protagonizado resistências e lutas pelo direito ao território e a sua cosmologia no mundo inteiro.

Ainda para esse mesmo autor, o espaço geográfico não se insere apenas no contexto de uma ação coletiva, mas, antes disso, em um campo de disputa. Os movimentos sociais, sob essa perspectiva, representam a luta por novas formas de apropriação e representação do espaço.

As lutas dos movimentos sociais por ressignificar, subverter e defender os lugares normalmente não é simplesmente uma estratégia de luta local, mas frequentemente implica a construção social de escalas tanto em seu salto ao terreno nacional, regional ou global, como na superposição dessas escalas, onde há uma contínua tensão entre atores e projetos. Neste processo, as redes de movimentos sociais, sejam formais ou informais, táticas ou estratégicas, possuem um papel central já que possibilitam o intercâmbio de experiências e informação e a criação de identidades coletivas e elos simbólicos (BRINGEL, 1990, p. 196).

Operam, portanto, como uma espécie de tradutores das visões e anseios da coletividade nos processos de contestação política e passaram a desempenhar um importante papel como catalisadores de demandas sociais não atendidas pelo Estado (BRINGEL, 1990; MACHADO, 2007).

Sob a compreensão de Maria Glória Gohn (2011), os movimentos sociais atuam por meio de ações sociais coletivas que procuram viabilizar formas de organização e expressão de demandas populares. Em suas formas de ação, podem operar por meio

de denúncias, pressões diretas – como por exemplo mobilizações, marchas, passeatas, ocupações de espaços, atos de desobediência civil, negociações – ou através de pressões indiretas. Realizam diagnósticos sociais e constroem propostas para enfrentamento e, muitas vezes, mitigação de uma realidade conflitante.

Na América Latina, houve o ressurgimento de lutas sociais que buscam visões democráticas mais plurais, como, por exemplo, os movimentos de indígenas na Bolívia e no Equador e os movimentos nacionalistas como o dos bolivarianos, na Venezuela. Outro exemplo é o *bien vivir* dos povos andinos da Bolívia e do Equador, como uma alternativa frente ao desenvolvimento que conhecemos e tornando-se uma proposta de gestão do Estado – considerado plurinacional porque se compõem por povos de distintas cosmovisões e etnias.

Conforme análise de Gohn (2011),

Movimentos que estavam na sombra e tratados como insurgentes emergem com força organizatória, como os piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia e Peru e zapatistas no México. Outros, ainda, articulam-se em redes compostas de movimentos sociais globais ou transnacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e a Via Campesina, além da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) (GOHN, 2011, p. 337).

Para essa mesma autora, um dado inegável é a contribuição decisiva dos movimentos sociais brasileiros das décadas de 70 e 80 para a redemocratização e conquista de múltiplos direitos sociais, atuando por meio de demandas e pressões organizadas que, posteriormente, foram inscritas em leis e na própria Constituição Federal de 1988. As ações desses movimentos possibilitaram, a partir de 1990, a criação de outras formas de organização popular mais institucionalizadas, como os fóruns. Nas agendas desses fóruns são produzidos grandes diagnósticos sociais, assim como objetivos e estratégias para alcançá-los, como exemplo desse tipo de organização, podemos citar o Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros.

Outros movimentos sociais surgiram a partir de descontentamentos com as políticas neoliberais adotadas pelo Estado ou como resposta à crise econômica. Maria Glória Gohn (2011, p. 343) destaca que na década de 1990 surgiram importantes movimentos sociais como os dos “indígenas, dos funcionários públicos – especialmente das áreas da educação e da saúde – e dos ecologistas”. No caso dos últimos, a autora comenta que após a Eco-92 houve uma crescente expansão no número de movimentos sociais ligados às questões ambientais. Inclusive, pontua que, após esse mesmo marco, as Organizações não Governamentais (ONGS) passaram a ocupar um papel de maior

destaque na agenda de discussões, operando políticas em parceria entre o poder público e a sociedade.

Maria Glória Gohn (2011) trabalha em seu texto com uma espécie de quadro de conjuntura, explicitando o campo sócio-político e econômico de atuação dos movimentos sociais no Brasil. Não cabe aqui reproduzir esse quadro, mas gostaria de delinear os principais campos de atuação dos movimentos sociais, para que possamos compreender o cenário em questão.

A seguir enumero os principais eixos temáticos trabalhados pela autora: 1) movimentos sociais pela moradia; 2) mobilização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa das cidades; 3) movimentos sociais em torno da questão da saúde; 4) movimentos de demandas na área do direito, em dois diferentes eixos, humanos e culturais; 5) movimentos sindicais contra o desemprego; 6) movimentos acerca de questões religiosas; 7) mobilizações e movimentos dos sem-terra; 8) movimentos contrários às políticas neoliberais; 9) fóruns de mobilização da sociedade civil organizada contra a globalização econômica ou alternativa à globalização neoliberal; 10) movimento das cooperativas populares; 11) mobilizações do Movimento dos Atingidos por Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal; 12) movimentos sociais no setor das comunicações, (GOHN, 2011, p. 344-346).

Gohn (2011) também trabalha a questão dos direitos e como eles passaram a ser um tema importante para os movimentos sociais a partir da redemocratização do país, ela ainda comenta a importância dos movimentos sociais que questionaram diretamente o regime militar, a própria anistia, ou movimentos de resistência armada que optaram pela guerrilha, salienta que, durante o regime militar, os movimentos sociais se tornaram espaços de educação não formal, buscando levar elementos para uma análise crítica e política de seus participantes.

Já nos anos 80, os movimentos sociais se aproximam ainda mais de uma perspectiva educadora, através de trabalhos em educação popular e a própria luta pelas Diretas Já, culminando na organização de propostas que mais tarde compuseram a Constituição de 1988. Desta forma, uma nova cultura política foi construída, com uma nova agenda de demandas proposta pelos movimentos sociais (GOHN, 2011).

Sob a perspectiva dos direitos na democracia, Marilena Chauí faz uma reflexão importante contida no Congresso de Direitos Humanos em 2006, ela nos diz que cada direito declarado abre espaço para outros, seja como efeito, complemento ou ainda

recurso de legitimação. Sob essa mesma lógica, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 trata-se de uma declaração de direitos civis, embora se referindo aos direitos universais da pessoa humana, sua intenção é a existência de dispositivos legais e poderes públicos que possam garanti-los. Contudo, uma declaração de direitos civis abre campo para a busca e conquista de direitos sociais, tais como acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, acesso à terra e outras demandas contidas no campo de debate dos movimentos sociais.

Podemos, então, dizer que as declarações de direitos afirmam mais do que a ordem estabelecida permite e afirmam menos do que os direitos exigem, e essa discrepância abre uma brecha para pensarmos a dimensão democrática dos direitos. Essa contradição produz efeitos sociais e políticos decisivos para a democracia (CHAUÍ, 2006, p. 13).

Dentro dessa perspectiva de luta por direitos explicitada pela autora, em meados dos anos 70 surge um crescimento na organização e combatividade dos atingidos por barragens, mobilizações estimuladas por construções de grandes hidrelétricas em diferentes regiões do Brasil, como é o caso da binacional Itaipu, na bacia do rio Paraná. Conforme relato de Vainer (VAINER, 2004), religiosos da Igreja Católica e representantes da Igreja Evangélica Luterana do Brasil desempenharam um papel determinante nas mediações entre agricultores, cujas terras seriam inundadas pela barragem de Itaipu.

A Comissão Pastoral da Terra e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil iniciaram uma série de pressões para que o governo negociasse melhores condições de indenização. A crescente mobilização, somada a uma cobertura da imprensa local que explicitava os impactos ambientais e a perda contida no desaparecimento dos Saltos das Sete Quedas, conduz à II Assembleia de Santa Helena, em 1979, nessa oportunidade se constitui a Comissão de Coordenação e Representação. Segundo Vainer (2004, [s.n.]), “talvez seja possível reconhecer nesta Comissão a primeira experiência de organização de atingidos por barragem”.

Para o autor, Itaipu não foi importante apenas por ser a maior hidrelétrica do Brasil, até então, e nem porque foi onde a luta dos atingidos por barragem teve início, mas, antes disso, porque se tornou exemplar o desprezo com que os direitos das populações atingidas foram tratados.

Após os eventos de organização por melhores negociações no caso de Itaipu, Vainer (2004) enumera ainda mais dois conflitos importantes para que cheguemos à criação do Movimento dos Atingidos por Barragens. A segunda delas se refere à região do Alto Uruguai,

Quando, em 1979, correm na região do Alto Rio Uruguai as primeiras notícias de que que serão construídas 25 usinas na bacia, 3 das quais binacionais, atingindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, expulsando de 200.000 a 300.000 pessoas, o exemplo dramático dos expropriados de Itaipu será evocado por aqueles que tomam a iniciativa de informar, organizar e mobilizar os agricultores (VAINER, 2004, p. [s.p]).

A organização de luta que se inicia a partir da chegada de notícia sobre a construção de novas hidrelétricas no Alto Uruguai segue uma trajetória muito próxima à observada no caso de Itaipu, contudo, há uma importante novidade, uma vez que as mobilizações começaram a ser articuladas antes mesmo da construção da barragem. A ideia era que essa comissão – integrada por atingidos, religiosos e sindicalistas – pudesse obter do consórcio construtor da obra informações sobre o projeto, divulgando e advertindo os atingidos.

Outro caso relatado pelo autor que nos interessa particularmente é Tucuruí, importante nessa reflexão não apenas por se tratar de uma hidrelétrica construída na região amazônica, mas também porque uma série de enganos e contradições estão imbricados na construção dessa barragem, anos antes da construção de Belo Monte, abordada nos capítulos subsequentes.

A hidrelétrica de Tucuruí foi construída no rio Tocantins, no estado do Pará, sua inauguração aconteceu em 1984 e inundou uma área de 2.830 km², deslocando aproximadamente cinco mil famílias. A partir de 1978, a Eletronorte, empresa responsável pela construção da barragem, começou a cadastrar as famílias a serem deslocadas, mas as obras de Tucuruí já haviam começado anos antes, em 1975. Observa-se que em 1981 a empresa apontava ter concluído a etapa de indenizações, oferecia agora uma pequena colaboração aos atingidos que desejassem abandonar a área por conta própria (VAINER, 2004, [s.p.]).

Em relação aos que haviam sido reassentados, observa-se no trecho a seguir que a realidade proposta pela empresa era bem diferente do que havia sido acordado anteriormente,

Os poucos reassentados, no Loteamento Rio Moju, enfrentavam uma realidade bem distinta do que havia sido prometido: lotes de 10 alqueires (inferiores ao módulo regional), terras de péssima qualidade, falta de água, necessidade de construírem eles mesmos suas casas. Para agravar a situação, a transferência havia sido feita no período das chuvas, quando é impossível fazer a derrubada para dar início às roças. Como de hábito, as indenizações pelas culturas permanentes e outras benfeitorias haviam sido irrisórias, seguindo uma tabela que não havia sido objeto de qualquer negociação (VAINER, 2004, [s.p]).

A partir de 1981, o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí começa uma série de denúncias e reivindicações contra a Eletronorte, dentre as reivindicações estavam o direito a indenizações justas e o ressarcimento dos prejuízos sofridos até ali. Como forma de pressão, o movimento se mobiliza em acampamentos no escritório da empresa, o primeiro deles acontece em 1982 e consegue reunir 200 pessoas, já o segundo, sete meses depois, reúne duas mil pessoas, conseguindo então abrir uma mesa de negociações com a Eletronorte (*Ibidem*, 2004, [s.n.]).

Depois das primeiras pressões, a empresa se compromete a realocar todas as famílias “em lotes de 100 hectares, pagar indenizações justas e ressarcir os prejuízos pelo tempo em que ficaram proibidos de plantar”, segue o relato de Vainer (2004, [s.n.]). Conforme afirma o nosso autor, a luta pelo cumprimento dos acordos se mostrou tão penosa quanto a abertura das negociações.

Seguindo um ritmo muito lento, as indenizações não haviam alcançado nem a metade da população a ser removida, quando as comportas da barragem foram fechadas em 1984. Outra demonstração de negligência foi a constatação de que a maioria dos lotes destinados aos reassentamentos pertencia originalmente às terras dos índios Parakanã, muitas das famílias já reassentadas, temendo um confronto com os indígenas, acabaram por abandonar as terras.

Todo esse cenário de tensões leva a um novo ato público de bloqueio da estrada que leva à cidade de Tucuruí, ato que encontra um forte aparato repressivo por parte do Estado, seguido de um acampamento em que mais de 2.500 pessoas exigiam uma solução dos problemas em relação às demarcações dos lotes e indenizações.

Deixo a seguir relato do autor para que se possa compreender como a empresa responsável pela obra e o Estado atuaram com total falta de responsabilidade, frente aos efeitos da construção de Tucuruí e, sobretudo, no apoio aos deslocados.

Mas, neste caso, a realidade torna-se ainda mais dramática em virtude do fato de que 600 famílias já reassentadas têm suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se havia equivocado na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, em que a dimensão social da degradação ecológica alcança uma dimensão exemplar, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, é infestada por uma praga de mosquitos até então desconhecidos na região (VAINER, 2004, [s.p]).

Diante de um cenário tão caótico, como o enfrentado pelas populações atingidas em cada uma das ocasiões enumeradas anteriormente, assim como diante da efervescência dos movimentos sociais, conforme destacado, pudemos perceber o acirramento das lutas, especialmente no campo, conforme propõe Vainer (2004). A

atuação desses militantes os levou a conquistar espaço na direção dos sindicatos, lugar antes ocupado por dirigentes burocratizados ou mesmo com interesses subordinados a grandes proprietários de terras ou ao Estado.

As mobilizações, no sentido de criar um movimento que representasse os interesses e direitos dos atingidos por barragem no Brasil, desembocaram no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, ocorrido na cidade de Goiânia, em 1989. Entre outros debates, os presentes puderam identificar a política energética nacional como o grande desafio de todas as populações ameaçadas pela construção de novas barragens e das já atingidas.

Ao final dessa primeira reunião, foi proposto o nascimento de um movimento nacional que reunisse as reivindicações dos grupos atingidos por barragens em diferentes regiões do país, discutiu-se ainda estratégias de como manter o movimento coeso, mesmo sendo um movimento de massas. Contudo, é apenas em 1992 que o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens delibera a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) enquanto movimento nacional (VAINER, 2004).

O MAB foi constituído com o objetivo de organizar nacionalmente a luta contra o processo de construção de barragens. É um movimento popular, que visa reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos pela construção de barragens na defesa de seus direitos, sem fronteira de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária (SILVA, 2007).

É composto por uma coordenação nacional, mas se organiza em quinze estados brasileiros, dividido nas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A cultura política do MAB se estrutura sob

[...] uma complexa combinação de elementos herdados do marxismo revolucionário latino americano dos anos 60, da teologia da libertação, das lutas democráticas contra a ditadura militar dos anos 70 e 80 e de movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas (VAINER, 2004 [s.p.]).

De acordo com Silva (2007), o MAB se estrutura a nível local, regional e nacional, sendo os grupos da base formados por militantes, homens e mulheres de todas as idades. Dentre os objetivos do movimento, podemos destacar que os principais são “organizar os atingidos e atingidas expropriados em grupos de base, organizar as comunidades atingidas em cada barragem, unificar a luta na região e criar uma organização única, de caráter nacional” (*Ibidem*, 2007, p. 112).

Fazendo parte da Via Campesina, por ter, originalmente, a maior parte da população no campo, está presente hoje em cerca de 80 projetos de construção de

barragens dos mais de 2000 construídos e em planejamento no Brasil. É um movimento autônomo, no qual as próprias comunidades afetadas se organizam em busca de seus direitos, muitas vezes violados em campos de construção de hidrelétricas (VITAL, 2016).

A luta contra a construção de barragens constituiu não somente a busca pelas compensações materiais e imateriais, mas, sobretudo, articulou o processo de formação da identidade de *atingida* para as mulheres que compõem o movimento, muitas delas tiveram que romper diversas formas de opressão, se transformando em personagens basilares na articulação das lutas contra a construção de hidrelétricas.

Outro aspecto importante para a compreensão das discussões aqui contidas é a maneira como os movimentos sociais constroem identidades para grupos sociais que antes estavam dispersos e desorganizados. Desta maneira, ecoa-se um sentimento de pertencimento por parte dos participantes, os que antes estavam avulsos em uma perspectiva político-social e, por vezes, sentiam-se excluídos, passam a ser incluídos em algum tipo de ação do grupo (GOHN, 2011).

Esse objetivo maior de construir uma identidade do movimento que atravesse os níveis de base e a coordenação nacional está presente em boa parte de suas ações, conforme trecho extraído do texto de Carlos Vainer

A presença crescente do MAB nacional se faz sentir igualmente no esforço de promover cursos e treinamentos reunindo militantes de base das várias regiões, favorecendo a criação de uma identidade com o movimento nacional – antes que, ou pelo menos ao mesmo tempo que, com os movimentos locais (VAINER, 2004 [s.p.]).

O MAB tem procurado discutir a questão ambiental e o direito das populações ribeirinhas à água, tecendo críticas em relação à política energética adotada pelo Brasil e ao padrão de desenvolvimento, articulando a forma como se produzem e distribuem riquezas e a maneira como se apropriam e controlam o recurso ambiental.

No tocante à questão de gênero, historicamente as violações sofridas pelas mulheres são acirradas quando da construção de barragens, observa-se o tráfico de mulheres, exploração sexual, mercantilização do corpo feminino, falta de reconhecimento do trabalho informal quando da negociação com as construtoras, quebra dos laços de vizinhança e vulnerabilidade psíquica.

Segundo o Dossiê de Mulheres Atingidas, elaborado pelo MAB (2015), a opressão sofrida pelas mulheres e as violações dos direitos humanos relacionadas aos campos de construção de barragens, estavam na agenda de discussões desde a constituição do movimento, contudo, existia uma participação maior de homens dentro do próprio movimento. Com o avanço nas formações de gênero, foram formando-se grupos de

coordenação mais compostos de mulheres, permitindo assim uma maior inserção das mulheres nas discussões políticas.

O Coletivo das mulheres do MAB foi criado a partir do I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES ATINGIDAS, ocorrido no período de 04 a 07 de abril de 2011. Nesse primeiro encontro estavam presentes mais de 500 mulheres. Reuniram-se, em Brasília, representantes de 16 estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, BA, ES, CE, PB, PE, TO, MA, PA e RO) e de três países latinoamericanos (Argentina, Paraguai e México). O encontro procurou discutir como o modelo energético afeta de maneira distinta a vida das mulheres.

Em 2011, como resultado do I Encontro Nacional de Mulheres Atingidas, o MAB elaborou a Primeira Cartilha de Mulheres, que continha os tipos de violações que as mulheres sofriam quando da construção de hidrelétricas, conforme relata MAB (2015), essa primeira cartilha tinha o objetivo de iniciar um processo de formação com as mulheres do movimento.

Ainda de acordo com o Dossiê das Mulheres Atingidas por Barragem, em 2012 o MAB produziu uma espécie de diagnóstico dos impactos territoriais sofridos em relação ao gênero no estado de Rondônia, essa primeira iniciativa deu início à implementação de uma metodologia que visava identificar as violações dos direitos das mulheres quando em campos de construções de barragens.

Vital (2016) fala das dificuldades enfrentadas no interior do Coletivo de Mulheres do MAB para trabalhar determinados assuntos, tais como gênero e direitos humanos com as comunidades de base, uma vez que as mulheres tinham menor participação nas discussões do movimento e quase sempre se sentiam muito intimidadas para contar suas histórias de violação.

Paralela aos debates sobre as demandas das mulheres no interior do movimento, a exposição *Arpilleras da Resistência Política Chilena* esteve no Memorial da Resistência de São Paulo, entre 20 de julho a 30 de outubro de 2011. A exposição exibiu 28 arpilleras confeccionadas no Chile, entre os anos de 1970 e 1990, período da ditadura de Pinochet.

No ano seguinte, a mostra percorreu cinco capitais brasileiras, conforme dados anteriormente apresentados. Além da exposição, também foram oferecidas oficinas de bordados, arpilleras, e palestras públicas, o objetivo das oficinas era refletir sobre a relação entre arte e resistência política. A curadora da exposição era Roberta Bacic, pesquisadora chilena e fundadora da *Conflict Textiles*, coleção de arpilleras expostas na Europa e na América, já tendo percorrido mais de 30 países desde 2008.

Anterior a essa exposição, Esther Vital, psicóloga e pesquisadora em arte têxtil na transformação de conflitos, passou a colaborar com o MAB Nacional, no final de 2010. Desde o seu trabalho no mestrado realizado na Europa, Esther refletia sobre o processo de feitura de arpilleras em situações de conflitos, especialmente na Irlanda do Norte, e foi durante esse percurso que ela entrou em contato com Roberta Bacic.

Conforme relato de Esther Vital (2016), foi precisamente durante a exposição *Arpilleras da Resistência Política Chilena* (2012), realizada no Memorial da Resistência em São Paulo, que se deu o ponto de inflexão, pois nessa ocasião Roberta Bacic faz um convite para que Esther cooperasse na realização das oficinas de arpilleras que estavam sendo realizadas em concomitância às exposições.

Com o estreitamento dos laços entre as duas e a atuação de Esther no MAB, criou-se um ambiente favorável à aproximação da técnica das arpilleras a três líderes do Coletivo de Mulheres, as lideranças são convidadas a visitarem a exposição e participarem das oficinas que estavam sendo oferecidas, a fim de conhecerem melhor a técnica.

Depois desse primeiro momento, a ideia de usar as arpilleras com as afetadas já havia sido semeada, o pequeno grupo de mulheres se converteu em procurar condições materiais para realização de um projeto que envolvesse as mulheres atingidas por barragem e a produção de arpilleras.

2.2 Bordando a Resistência: As Arpilleras do MAB

É com a chamada da União Europeia para o financiamento de projetos de desenvolvimento e direitos humanos voltada ao Brasil que o Coletivo de Mulheres do MAB conseguiu os recursos necessários para o início do trabalho com as arpilleras. O projeto aprovado visava a realização de oficinas de arpilleras para documentar as violações que as mulheres vinham sofrendo no contexto da construção de hidrelétricas.

De acordo com a própria Esther Vital (2016), sempre houve um entendimento político dentro do Coletivo de realizar encontros de formação com as mulheres, com objetivo de tratar e construir estratégias de superação desses problemas específicos apresentados, mas essas atividades foram sendo deixadas em segundo plano em razão de temas e ações mais urgentes.

É então a partir da aprovação do projeto “Arpilleras, bordando a resistência” pela União Europeia que as mulheres se viram com a missão de elaborar coletivamente um

projeto político pedagógico que iria nortear as oficinas de arpilleras, seguindo o Plano Geral de Formação e Organização para as Afetadas.

Em setembro de 2013, um grupo de representantes do MAB, composto de 11 mulheres, viajou para a Argentina, onde acontecia a exposição *Retazos testimoniales: arpilleras de Chile y otras latitudes*, no Parque da Memória de Buenos Aires, Argentina. Como parte das atividades do núcleo Outras Latitudes, participaram de uma oficina com as arpilleras chilenas presentes na exposição. No fragmento a seguir podemos intuir a importância desse primeiro momento de formação do primeiro grupo de mulheres,

La comprensión adquirida entre las compañeras del potencial emancipador y empoderador de las arpilleras trajo al colectivo la convicción de que las arpilleras podían y debían ser parte central del método de trabajo usado con las mujeres en el próximo periodo (VITAL, 2016, p. 262)²¹.

Seguindo a agenda de ações para a implementação do projeto, foi realizada uma oficina durante o 1º Encontro Nacional de Mulheres do MAB, ocorrido em abril de 2011 – na cidade de Brasília²². Nessa ocasião, participaram cerca de 70 lideranças de comunidades afetadas por barragem, a proposta inicial era que as mulheres aprendessem a técnica de composição têxtil e também que fosse criado um espaço para a elaboração de uma narrativa coletiva, o trecho a seguir explicita essa perspectiva,

En primer lugar, incluir el taller dentro de los propios espacios organizativos del colectivo, hizo que no se valorase como algo “externo”, separado. El “crear” arpilleras así no se ve como una actividad “lúdico-artística”, separada de una dinámica de análisis, discusión y elaboración que se dan dentro de los espacios cotidianos del colectivo, sino como una herramienta que facilita esta dinámica. Así, las arpilleras son vistas como elemento mediador para el análisis de la realidad y problemática de las mujeres, como una actividad principalmente “política” (esto traerá también una serie de dificultades más adelante). En este sentido, tanto en la presentación de las arpilleras al grupo, como en el método de trabajo, nos focalizamos en el componente testimonial de las arpilleras (VITAL, 2016, p. 262).

As oficinas de arpilleras, agregadas aos trabalhos já realizados pelo Coletivo de Mulheres, tinham um objetivo muito específico, produzir e recolher uma série de testemunhos têxteis das violações dos direitos humanos sofridas pelas mulheres afetadas por construções de barragens, esses testemunhos coletivos serviriam como

²¹ Essa citação compõe o livro “La Embarcada Artivista, arte terapia y activismo”, editado pela Fundación Museo de la Paz de Gernika e organizado por Carrascosa, Astorka e Idigoras (2016). Como se trata de uma publicação sobre a arte empreendida no ativismo em várias partes do mundo, Esther Vital conta a experiência de implementação da técnica das arpilleras com as mulheres atingidas por barragem do MAB, por isso o trecho citado encontra-se em espanhol.

²² Matéria veiculada no site do MAB à época do evento – <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>>. Acesso em: 20 out. 2019.

fonte documental para a elaboração de um dossiê que trabalhasse detalhadamente as violações ocorridas pelo modelo de implantação de barragens do país.

Esther Vital (2016) revela que a forma de introduzir a técnica das arpilleras no coletivo respeitou as estruturas organizativas do próprio movimento, que visava articular os processos de cima para baixo e de baixo para cima. Desta forma, as 11 mulheres que haviam feito a primeira oficina na Argentina contribuíram na formação de outras 70 mulheres, que por sua vez multiplicaram a técnica levando-a às diversas regiões do país, realizando mais de 100 oficinas em suas comunidades locais.

No ano de 2013, o MAB inicia concretamente o trabalho de confecção dos testemunhos têxteis, por meio de oficinas, a técnica das arpilleras e o debate do feminismo percorrem os mais diferentes espaços sociais. Os temas abordados quando das oficinas dizem respeito a prostituição, violência doméstica, trabalho, acesso a políticas públicas, saúde da mulher, entre outros. Segundo dados do movimento, naquele ano mais de 400 mulheres atingidas confeccionaram por volta de 58 peças em todo o Brasil (MAB, 2015).

As oficinas pensadas pelo MAB seguem o mesmo percurso que as oficinas do Vicaría de la Solidaridad, no Chile, e pode-se inferir que o projeto do MAB, com a coadjuvação de Roberta Bacic e Esther Vital, realizou as primeiras oficinas para formar facilitadoras e expandir a técnica da arpillera às mulheres atingidas das cinco regiões do Brasil. Ao todo foram 12 oficinas com a participação de 465 mulheres (MAB, 2015).

Vital (2016) também discorre sobre a dinâmica das oficinas, segundo ela existia uma preocupação da direção do Coletivo de Mulheres de que a produção de arpilleras não despertasse expectativas econômicas nas mulheres envolvidas, por isso sempre houve o cuidado de explicitar o caráter político da atividade em cada uma das oficinas realizadas no Brasil todo.

A dinâmica da oficina inicia-se com uma breve explanação sobre como a técnica foi utilizada como veículo de resistência política no Chile, seguida do debate sobre o modelo energético vigente no país e a construção de hidrelétricas nesse contexto. Depois desse primeiro momento, aborda-se a técnica de feitura de uma arpillera (por meio de uma pequena cartilha elaborada pela coordenação nacional do movimento), seguindo-se à confecção das arpilleras coletivas. O grupo é sempre dividido entre 4 a 5 mulheres para discussão do tema que será transportado para a arpillera e a posterior confecção da peça. Segundo relato contido no Dossiê das Mulheres Atingidas

A ideia de realizar oficinas de arpilleras com as atingidas objetivou explorar e refletir sobre as potencialidades do uso do testemunho têxtil como forma de resistência. Como a experiência das arpilleras chilenas, pode-se ajudar no trabalho de documentação e denúncia de direitos humanos que estava sendo desenvolvido com as mulheres atingidas, (MAB, 2015, p. 30).

É um momento de construção da mulher enquanto sujeita de sua história, desde as arpilleras chilenas, a forma de fazer política dessas mulheres não seguiu os padrões dominantes, a maneira de atuar politicamente não condiz com as diretrizes geralmente operadas na política. Segundo avaliação de Vital (2016), a principal contribuição do trabalho com as arpilleras se deu através dos processos de empoderamento das mulheres afetadas.

2.3 Arpilleras, empoderamento e a conquista de novos espaços

O termo empoderamento, de conotação política emancipatória, surge nos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment*. O uso do termo por parte dos grupos feministas tem suas raízes na importância adquirida na ideia de poder através da conscientização política emancipatória que promove a liberação das estruturas que limitam a participação social, intelectual e política (LEÓN, 2000).

O conceito de empoderamento surge como uma estratégia do Movimento das Mulheres do Sul, com vistas a avançar na mudança de suas vidas, gerando, conseqüentemente, um processo de transformação das estruturas sociais. A partir dessa postura política, o empoderamento é um elemento importante para a conquista das visões alternativas das mulheres, cooperando assim para uma mudança gradativa nas relações sociais (*Ibidem*, 2000).

Para Léon (2000), as relações de poder podem significar dominação, mas também desafio e resistência às fontes de poder, no intuito de obter uma maior participação sobre elas. A autora ainda observa que o empoderamento não é algo linear,

El empoderamento no es un proceso lineal con un inicio y un fin definidos de manera igual para las diferentes mujeres o grupos de mujeres. El empoderamiento es diferente para cada individuo o grupo según su vida, contexto e historia, y según la localización de la subordinación en lo personal, familiar, comunitario, nacional, regional y global (LÉON, 2000, [s.p.]).

Dessa maneira, compreende-se empoderamento como um processo que visa a superação da desigualdade de gênero. Busca, antes de mais nada, que as mulheres reconheçam que há uma ideologia que legitima a dominação masculina, desnaturalizando a subordinação promovida pelo modelo patriarcal. Significa a produção

de uma mudança de dominação dos homens quanto ao controle do corpo feminino, a sexualidade, a mobilidade e ao abuso físico.

Optou-se pelo uso da categoria na perspectiva organizacional, isto é, com referência as organizações sociais, comunitárias, as quais “oferecem oportunidades para adquirir novas ferramentas, desenvolver um sentido de confiança e de comunidade, e melhorar a vida comunitária” (SILVA E MARTÍNEZ, apud KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 739) ou, ainda agindo no processo de fortalecimentos dos sujeitos, em espaços de participação popular e democratização política. Empoderamento em processos de mobilizações serve para impulsionar comunidades por melhorias de condições de vida; autonomia ou gestão (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p 735).

Para Roberta Bacic, curadora da exposição Arpilleras da Resistência Política Chilena, colaboradora na formatação das oficinas do MAB, a técnica da arpillera contribui para o empoderamento da mulher.

As mulheres tiveram que se empoderar diante dos problemas que as afligiam e atuaram com as ferramentas que tinham ao seu alcance, neste caso a costura. As oficinas de arpilleras, apoiadas pela Vicaria de Solidaridad e outras instituições do Chile, geraram nelas um espaço de socialização, fraternidade, diálogo, ação e reflexão. Estas oficinas também foram uma fonte de trabalho (WEISSMAN, 2013, [s.p]).

A construção de hidrelétricas, de acordo com Cruz e Silva (2010), ocasiona a ruptura das relações sociais e econômicas dos atingidos com o espaço habitado. Esse espaço ganha novos usos e sentidos em que o modo de vida é transformado, os projetos de vida são desfeitos, e os laços afetivos são destruídos. Por essa razão, bordar tornou-se um ato de resistência, para as mulheres, o drama começa no canteiro de obras, por isso as arpilleras são costuras de memórias que a barragem rompeu. Esther comenta que as próprias mulheres avaliam que o trabalho com as arpilleras criou um espaço de autorreconhecimento, onde elas puderam compreender e fortalecer uma identidade de afetadas, “las arpilleras han sido un nuevo language para poder re-significar la propia identidad, las propias relaciones, la propia experiencia, la propia historia” (VITAL, 2016, p. 265).

Outro aspecto importante no trabalho com as arpilleras diz respeito ao ato de narrar, muitas das mulheres se sentem inseguras e incomodadas com narrativas em público ou ainda não se compreendiam como pessoas que têm seus direitos violados. Desta forma, as arpilleras atuam como um elemento mediador, facilitando o processo de integração enquanto costumam e é nessas rodas de conversa que as mulheres podem trocar experiências, impressões e expressar seus sentimentos por meio do bordado. As

arpilleras são uma forma de dizer de outra maneira, implicam em descobrir internamente os efeitos de uma determinada experiência, muitas delas traumáticas, e criar elementos e formas que possam explicitar o que vai no interior.

Através da consolidação dessas narrativas têxteis que o Coletivo de Mulheres engendra um marco significativo na ocupação de novos espaços, o projeto culmina na exposição “Arpilleras, bordando a resistência”, realizada no Memorial da América Latina, Salão de Atos Tiradentes, na cidade de São Paulo, em 2015.

O processo que levou à exposição foi todo percorrido de forma coletiva, desde a seleção das peças que entrariam para a mostra até a escolha dos eixos temáticos. Foi durante o Encontro Nacional do Coletivo de Mulheres em 2015 que se organizou o processo de documentação das violações dos direitos humanos recolhidos por meio das arpilleras, na ocasião as 70 mulheres que representam suas comunidades no Coletivo recolheram os bordados realizados até então e debateram o tema mais amplo do dossiê (Vital, 2016)

Esse grupo maior foi dividido em 6 grupos menores com objetivo de estudar, discutir e agrupar as arpilleras em função dos eixos temáticos que organizavam o dossiê, eram eles: mundo do trabalho, laços comunitários, água e energia, violência e prostituição e acesso a políticas públicas. As arpilleras eram agrupadas em relação ao tipo de violações dos direitos humanos que representavam, respeitando os eixos temáticos explicitados. Desta feita, os grupos elegeram três arpilleras para cada eixo temático, a ideia era que o conjunto escolhido pudesse representar de forma multidimensional as violações, a composição estética e a narrativa da peça (*Ibidem*, 2016).

Depois desse primeiro momento, realizou-se uma outra oficina com a curadora Roberta Bacic, a ideia era que os conceitos de curadoria e questões relativas aos cuidados com as peças pudessem ser trabalhados pelas mulheres do MAB, concomitantemente à montagem da exposição em São Paulo.

Conforme relato de Esther Vital (2016), o Coletivo de Mulheres decidiu realizar uma exposição internacional, por isso foram incluídas na mostra 12 arpilleras da coleção *Conflict Textiles*, dirigida por Roberta Bacic,

El que estuvasse por detrás una colección de peso internacional hizo que el equipo del Memorial también se comprometiese con el proyecto y se arriesgase a trabajar con otro tipo de actor cultural, dejando hacer y poniendo a disposición sus espacios y recursos y “no poniendo muchas pegas” a la transgresión que supuso la ocupación, literalmente hablando, del Memorial durante un mes (VITAL, 2016, p. 268).

Durante a exposição foram realizados debates, seminários e rodas de conversa sobre o modelo energético, as violações dos direitos humanos em campos de construção de hidrelétricas e o protagonismo das mulheres como agentes de transformação da realidade. Todas essas atividades contaram com a presença de pesquisadores, autoridades políticas, agentes da sociedade civil, militantes de outros movimentos, organizações de direitos humanos, organizações feministas, entre outros.

Mulheres de todo o Brasil afetadas por barragens vieram de suas comunidades para a culminância do projeto, puderam ver as arpilleras bordadas por elas expostas no Memorial e também trabalharam ativamente em toda a preparação do evento, bem como nas visitas guiadas da exposição. As arpilleras e militantes se dividiram em pequenos grupos organizados por turnos e faziam explicações a respeito dos bordados contidos na mostra.



Figura 9 - Momento de reflexão das mulheres na Exposição no Memorial da América Latina em 2015. Foto: Monise Busquets, 2015.

A exposição contou com 24 telas produzidas pelas mulheres atingidas das mais variadas regiões do país, dentre as obras selecionadas, encontravam-se também arpilleras do MAB Nacional, realizadas na Argentina e nos primeiros encontros

destinados à explanação da técnica. Era dado o primeiro passo para que as mulheres se reconhecessem como autoras de suas histórias e sujeitas de direitos.

Em entrevista realizada em 22 de maio de 2016, Esther Vital, curadora da exposição e militante do MAB, falou sobre o que significou para as mulheres atingidas ter ocupado o espaço do Memorial da América Latina com as arpilleras,

[...] na questão do empoderamento, eu me lembro assim de chegarem as mulheres e virem as peças delas alí como obra de arte, [...] elas protagonizando isso. Eu me lembro assim, para a Exposição a gente criou uma dinâmica de sempre ter duas mulheres atingidas das regiões lá, durante todos os dias da Exposição para receber as pessoas que vinham ver a Exposição, né?! E no início a gente fazia meio que treinamento com elas para mostrar a Exposição, porque tinha uma parte internacional, então nisso elas chegavam todas tímidas, era super bonito ver como era depois quando elas se colocavam, o protagonismo de explicar para as outras pessoas, sabe?! Nossa a própria ocupação do espaço foi super lindo, super lindo, ver uma mulher chegar assim caladinha, toda humilde, envergonhada, aí ela se colocando, explicando para um grupo toda a Exposição. Isso foi para mim, essa transformação das mulheres no espaço, foi super incrível. E elas se verem ocupando, o simbolismo das mulheres atingidas, a luta delas ocupando o espaço do Memorial. Você chegava lá no Memorial e a Exposição nossa tampava o quadro Tiradentes que estava atrás. Então era o Portinari e o Tiradentes, dois símbolos masculinos, mas era essa a imagem da ocupação do espaço simbólico, da gente tirar dois símbolos masculinos de um espaço que tem 50 metros de altura, com as histórias bordadas e a arte, era o símbolo de resistência de Tiradentes dando espaço ao símbolo de resistência das mulheres atingidas, e o do pintor brasileiro internacional pelas artistas bordadeiras da comunidade do artesanato, então eu acho que foi muito legal no nível simbólico. E elas se colocando aí como protagonistas, eu acho que isso deu uma virada, eu me lembro assim, quando nós fizemos a Exposição a gente se viu numa hora um pouco sozinhas, porque era uma coisa que as pessoas não entendiam muito bem como que ia ser... E quando no dia da abertura os homens, olhando aquilo, vendo a repercussão que isso tinha, o simbolismo da gente ocupar um espaço como o Memorial, um espaço nacional, eu acho que foi muito forte ver o protagonismo das mulheres como depois no 8 de março também, eu acho que a gente conseguiu fazer essa viagem de vítimas a protagonistas (Esther Vital, São Paulo – SP, entrevistada em 02/05/16).

Através do projeto financiado pela União Europeia, as mulheres iniciaram o processo de feitura das arpilleras, conforme relatado anteriormente, a ideia era promover uma compilação das narrativas contidas nos bordados. Desta forma, o Coletivo de Mulheres consolidou as violações sofridas em uma espécie de relatório, a fim de abrir espaços de discussão nas instituições competentes, o fragmento a seguir demonstra esse objetivo,

A partir de este trabajo de documentación ha sido elaborado un dossier en forma de denuncia y se ha entregado en varios espacios institucionales, proponiendo una serie de recomendaciones para mitigar las violaciones de derechos. Estos esfuerzos han ido de la mano de otros esfuerzos por crear marcos jurídicos que regulen e fiscalicen el tratamiento de las poblaciones afectadas por parte de las empresas (VITAL, 2016, p. 268),

Segundo Sandoval (2004), mulheres que vivem cotidianamente situações opressivas, pouco a pouco adquirem consciência da política patriarcal, a partir de suas próprias experiências cotidianas e desenvolvem, dessa maneira, estratégias de resistência, ainda que não se deem de forma organizada.

Ainda para a autora, um problema no conceito de gênero reside no fato de que está consolidado em uma base material da diferença biológica entre mulheres e homens. Contudo, o que se constrói sobre essa base não é apenas uma feminilidade, mas várias, em relação a uma masculinidades.

Dentre as correntes do feminismo da diferença, o ecofeminismo busca entender como se conjuga a divisão dos sexos e a constituição da ordem simbólica, intenta compreender como se dão os processos de legitimação de dominação do homem à mulher e à natureza (LEFF, 2004).

O ecofeminismo e as reivindicações de gênero atuam numa política da diferença, não se resumem a uma luta por redistribuição econômica e ecológica, reificando direitos de propriedade e apropriação da natureza a partir da ótica da racionalização, pois que as relações de poder estabelecidas na larga história de dominação da mulher e da natureza não se encerram na divisão de funções e cotas em um mundo coisificado e regulamentado pelo que Leff (2004, p. 8) chama de “sociedade falocêntrica”.

Seguindo o feminismo radical, o ecofeminismo vê nas hierarquias sociais do patriarcado a principal causa da destruição da natureza e o domínio da mulher, pois é esse patriarcado que organiza o pensamento, a cultura e as relações de gênero (LEFF, 2004; SHIVA, 1995). No contexto das mulheres atingidas por barragens, os ideais de luta feminista fazem pouca diferença, as pessoas engajadas pela luta podem até compreender alguns desses pressupostos, mas as necessidades são tão urgentes que postergam qualquer engajamento político. Não se pode com isso dizer que as mulheres não são engajadas ou não dão importância para a luta, mas acontece que as necessidades da vida cotidiana consomem as forças das mulheres porque precisam alimentar suas famílias, seus filhos e elas próprias.

Esse mesmo patriarcado regula as relações sociais de gênero e as preferências sexuais – a heterossexualidade como norma –, fazendo, no campo da autoridade e economia, mas também no campo do conhecimento – o que se deve e pode conhecer,

quem pode conhecer. Mulheres, indígenas e negros não tinham acesso à cúpula do saber, e mesmo quando desafiavam essa lei, eram marginalizados (JIMÉNEZ-LUCENA; LUGONES; MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2014). Exatamente por este ponto é que a negação da existência é ainda mais ampla, profunda e de difícil superação, existe em vários níveis, tanto em relação às questões mais básicas da vida como acesso à comida e serviços de saúde, quanto com relação ao tempo livre para estudar, pensar e fazer participação política.

Mesmo depois de findado o fomento da União Europeia, as mulheres do Coletivo continuaram promovendo encontros e discussões sobre o modelo energético e as violações dos direitos das mulheres afetadas utilizando a técnica das arpilleras. Em 2016 o Coletivo de Mulheres organizou uma exposição de arpilleras confeccionadas na região amazônica, a ideia era reunir telas produzidas por mulheres afetadas por empreendimentos na região Norte.

Para a ocasião foram selecionadas 17 arpilleras, dentre elas haviam telas produzidas por mulheres atingidas por Belo Monte – PA, Tucuruí – PA, Santo Antônio e Jirau – RO, Estreito – MA/TO e arpilleras produzidas por mulheres ameaçadas pelos empreendimentos de Marabá - PA e Tapajós – PA. O evento foi realizado na cidade de Belém – PA e contou com o apoio logístico do Serviço Social do Comércio (SESC).

A mostra foi dedicada à Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha, militante do MAB assassinada em Rondônia em janeiro de 2016 e reuniu uma série de atividades abertas ao público em geral. Além da exposição, houveram exhibições de filmes que relatam a luta dos atingidos por barragem, como os documentários “Mãe Amazônia”, produzido pela TV Al Jazeera, “Jirau e Santo Antônio” e “Tucuruí, a saga de um povo”. Ocorreram também rodas de conversas com as arpilleras do MAB e uma oficina de bordado que visou ensinar a técnica das arpilleras às mulheres presentes por meio das vivências, experiências e reflexões das próprias participantes.

2.4 Delineando as linhas de pesquisa

Ponto de partida metodológico

No primeiro plano de pesquisa, tratei do contexto social, político e histórico onde

floresceu a técnica das arpilleras no Chile e, nesse mesmo esforço, tracei uma breve historiografia de como as arpilleras chilenas chegaram ao Brasil e acabaram por figurar no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Entretanto, antes de prosseguirmos, gostaria de fazer um relato dos caminhos que me levaram à opção metodológica, até o delineamento dessa pesquisa e de como tomei contato com as arpilleras do MAB.

A opção por esse caminho metodológico se deu por duas vias distintas, uma se reflete no fato de eu ter iniciado um caminho interdisciplinar desde o mestrado, tendo me afastado de uma proposta de pesquisa disciplinar, partindo da necessidade de me debruçar sobre um caminho de emergências e problemas complexos, tais quais se apresentam as interfaces entre a investitura do capital, o ambiente e os processos sociais. Também porque no meu trabalho de pesquisa, isto é, desde a concepção até aos procedimentos, desejo perseguir um ideal que revele um conhecimento entranhado na vida das pessoas. Um conhecimento enraizado no cotidiano, nos sentidos e no fazer das pessoas.

Em outra mão, posso considerar que os conhecimentos produzidos no âmbito mais disciplinar de minha formação inicial, Jornalismo, se mostraram também ponte de interlocução com as emergências sociais que me eram apresentadas, foi através desses conhecimentos obtidos que fui demandada a produzir documentários que versassem sobre as injustiças causadas nos territórios coloniais na implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, ao longo dos últimos 8 anos tenho trabalhado ativamente em diferentes conjunturas e produzido filmes que falam das experiências de vilipêndio dos atingidos por barragem.

Considero que fui capturada pelos estudos decoloniais em primeiro plano pelo desconforto de construir uma pesquisa interdisciplinar e também por ter tido contato com muitas experiências de sofrimento injusto, desde o povo Xerente, afetado pela UHE Luís Eduardo Magalhães, história que alimentou o documentário que dirigi e roteirizei “Da Luz da Vida à Água que Morre”²³, até a série documental de curta-metragens²⁴ que abordam

²³ Documentário vencedor do Prêmio Cacá Diegues de Incentivo à Cultura do Estado do Tocantins, o filme está disponibilizado através do seguinte link – <<https://www.youtube.com/watch?v=G4l6iX67HK8>>. Acesso em 12 de jul. 2019.

²⁴ Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Árvore de Palavras. 2017. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=14euLujGXw0>;

as experiências de povos indígenas afetados pela construção de hidrelétricas na Amazônia, produzidos no contexto do projeto de pesquisa Gestão participativa da biodiversidade em “Terras Indígenas afetadas por barragens hidrelétricas brasileiras”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para elaboração dessa pesquisa, tomei como ponto de partida metodológica as epistemologias do sul, empenhadas por Boaventura de Sousa Santos (2010; 2019a), o esforço contido no desdobramento desse trabalho visa compreender e valorizar a diversidade cognitiva dos grupos sociais envolvidos, procurando utilizar procedimentos metodológicos capazes de promover o interconhecimento e, sobretudo, a interinteligibilidade. Essa escolha permite que tanto em níveis de esforços procedimentais, isto é, como acesso às pessoas durante o trabalho de pesquisa, quanto os níveis de análise, aquilo que vou apresentar como discussão, são feitos, todos, sob a perspectiva de uma ciência vivida e não como uma ciência experimental. Temos de pensar uma nova forma de apresentar essas epistemologias.

A posição metodológica aqui explicitada se refere aos contextos de luta social muito efervescentes na América Latina como um todo, mas também no que Santos (2019a) reconhece como Sul Global, um Sul não geográfico e anti-imperial, composto pelas lutas contra o domínio do capitalismo, colonialismo e do patriarcado, seja em que lugar do globo for.

A potência da investigação que toma a ecologia dos saberes²⁵, Santos (2010), como referência metodológica, consiste em possibilitar um ciência ativamente empenhada, articulada com os saberes artesanais, na identificação e na denúncia das

Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas - Discurso Xerente. 2017. Link: < [https://www.youtube.com/watch?v=mXQSDa9JaAQ](https://www.youtube.com/watch?v=mXQSDa9JaAQ;)>;
Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Experiências dos povos indígenas nas negociações. 2017. Link: < <https://www.youtube.com/watch?v=nLbVxdCGrXw>>;
Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Gestão Territorial das Terras Indígenas - Povo Juruna. 2017. Link: < <https://www.youtube.com/watch?v=-1HRQqkT98c>>;
Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Gestão Territorial das Terras Indígenas - Povo Kaiabi. 2017. Link: < <https://www.youtube.com/watch?v=eB1op7FTM5w>>;
Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Gestão Territorial das Terras Indígenas - Povo Xerente. 2017. Link: < <https://www.youtube.com/watch?v=40Uk5o9bLB8>>;
Barragens Hidrelétricas e Povos Indígenas: Gestão Territorial das Terras Indígenas - Povo Apinajé e Kraho. 2017. Link: < <https://www.youtube.com/watch?v=huq3-7dY3gg>>;

²⁵ A ecologia dos saberes tem como premissa a ideia de diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento de uma diversidade de conhecimentos para além do conhecimento científico positivista (SANTOS, 2010).

exclusões, injustiças e opressões causadas pela linha abissal, com o objetivo de credibilizar a produção de conhecimento fruto das lutas sociais e de uma ciência politicamente comprometida com o sofrimento humano.

O enfrentamento da opressão virulenta que acomete os territórios coloniais só poderá tomar marcha quando situada a perspectiva da experiência social, da experiência da falta da dignidade humana, do sofrimento injusto e sistêmico operado do outro lado da linha abissal, para utilizar o pensamento abissal de Santos (2010). É aprendendo com as lutas sociais, ou com as epistemologias do sul, que confrontamos a monocultura da ciência moderna e as atrocidades cometidas nos territórios coloniais. Dito de modo mais aproximado com as pessoas às quais tive acesso ao longo deste trabalho, é aprender no ato de lutar que a luta é a única possibilidade de brigar pelo direito de existir. A opressão de que fala Santos (2010) é tão enalacrada no tecido social que os movimentos de luta precisam mirar em várias direções ao mesmo tempo. Por isso, a ciência que fala desses conflitos, que reporta essa violência precisa, a um só tempo, ser ciência, a rigor, e ser também parceira de batalha.

Santos (2019a) esclarece que, com o advento do colonialismo²⁶, o mundo ocidentalocrêntrico iniciou um processo de opressão com sua atitude de superioridade paternalista, se apropriando de tudo o que lhe era estranho para que fosse passível de ser usado de maneira extrativa. Para o autor, a resistência em entender o outro como humano integral parte da arrogância da epistemologia do Norte,

O reverso de tal orgia de arrogância e de poder é a dificuldade de aceitar o outro, de escutar profundamente o outro e aprender com ele, de reconhecer o desconhecido como um desafio mesmo antes de conhecê-lo, de arriscar distanciar-se até certo ponto dos seus próprios modos e hábitos de proceder (a sua zona de conforto) para conseguir uma maior aproximação com a diversidade do mundo (SANTOS, 2019a).

Parto da ideia de que as lutas sociais e os contextos de subordinação latino-americanos nos impelem a abordar os novos movimentos sociais sobre formas que se distanciam da dicotomia pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto, implicando assim um trabalho em que esse pesquisador pós-abissal está envolvido não unicamente como investigador, mas dotado de um compromisso político que visa eliminar o modelo que temos em curso em nossas sociedades, um modelo de exploração, seja da potência

²⁶ O colonialismo se apresenta como a opressão e a dominação da Europa sobre o Sul global, mas possui também um contexto mais amplo, significando um modelo eurocêntrico de dominação, baseando-se na privação ontológica, na recusa de reconhecer a humanidade integral do sujeito do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2019a).

humana, seja dos territórios. Nesse contexto, conforme argumentado por Santos (2019a), o pesquisador pós-abissal – e no contexto dessa pesquisa – a pesquisadora pós-abissal, se recusa a praticar as pretensas formas de distanciamento da realidade social ao delimitar a “objetividade” e a “neutralidade” como pressupostos de pesquisa. A pesquisadora pós-abissal tem em mente que o mundo está mergulhado em contextos de profunda injustiça aos quais não é possível ser neutro, sem que com isso não se coadune com os opressores. Há uma certa celeuma com uma ideia de pesquisa que produza resultados mais atinados com um ideal político militante que com aquilo que seria a missão, em si, da ciência. Mas no contexto em que lido neste trabalho, jamais seria possível não sentir a dor que eu, como pesquisadora, vi e vivi.

O que Santos (2019a) entende como conhecimento artesanal, a dimensão cognitiva das práticas sociais de luta, contribui com as experiências vividas dentro e fora das relações de dominação. É do conhecimento artesanal que surgem as narrativas de sofrimento injusto, a memória da dor e do sofrimento inscrito nos territórios e nas práticas de luta. Cada uma dessas contribuições tem uma lógica cognitiva própria e é sobre essa lógica cognitiva, é sobre o conhecimento artesanal desenvolvido no interior da luta contra a dominação e a exploração em contextos de construção de barragem na Amazônia que esse trabalho pretendeu se debruçar.

Construindo a análise

Na tecitura dessa pesquisa sempre me inquietou o conhecimento que emerge das lutas, dos quadros de profunda opressão, sobretudo nos territórios coloniais, onde quer que eu tenha ido, seja em São Paulo ou em Altamira. Percebi a profunda experiência da humanidade que desumaniza e é sobre esse quadro de sofrimento humano e de emergência de um conhecimento que advém do interior da luta que fui sendo atravessada pelas imagens, pessoas e autores, evidentemente por meio de suas ideias.

Parti inicialmente da observação participante, quando das oficinas de criação de arpilleras do MAB, dos encontros que estive presente. Tal como as arpilleristas chilenas, o coletivo de mulheres do movimento faz uma conversa acerca do tema a ser investido na tela, abrindo-se assim um espaço de discussão entre as atingidas. Esse espaço de debate é importante para os objetivos contidos na pesquisa, desta forma pude tomar nota do que as mulheres dizem quando no grupo de construção coletiva, como o fazem, que sentido produzem para os desafios vividos quando da construção de barragens nas

proximidades de suas moradas.

A exata noção da existência da linha abissal que divide os territórios, coloniais e metropolitanos, residia na gênese desse esforço de pesquisa, percebia também que o *locus* de pesquisa se abrigava do “outro lado” da linha abissal, ou seja, do lado dos oprimidos. Desta forma, acabei por exercitar uma observação participante pós-abissal e foi também por meio da entrevista aberta que tomei contato direto com o universo a ser investigado, sendo atravessada por certas dimensões do tema estudado. Conforme salienta Velho (2009), é necessário o contato mais estreito entre o pesquisador e o grupo, aspectos de um determinado fenômeno cultural nem sempre estão à superfície, sendo necessário um esforço prolongado, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1998), o trabalho da observação participante reside na tríade de olhar, ouvir e escrever. E esse olhar não é um olhar qualquer, mas, antes disso, devidamente sensibilizado pela teoria disponível do grupo estudado, a fim de que nenhum detalhe passe despercebido e os elementos que compõem a realidade local possam cooperar em favor da decodificação dos sentidos sociais.

Para o autor, “a teoria social pré-estrutura o nosso olhar e sofisticada a nossa capacidade de observação”, as faculdades de olhar e ouvir não podem ser separadas no exercício da investigação, uma vez que complementam-se e servem para o pesquisador como “muletas”, à medida em que permitem a caminhada, ainda que de maneira instável, no universo a ser investigado (OLIVEIRA, 1998, p. 21).

Por meio do olhar e o ouvir, pode-se obter informações não alcançáveis quando de uma entrevista pontual, esse período prolongado do pesquisador junto ao campo estudado é onde a busca por evidências simbólicas se dá. Sob esse aspecto, os sentidos no encontro com a experiência de pesquisa pós-abissal, Boaventura de Sousa Santos (2019a), salienta que a pesquisa pós-abissal é sempre como uma espécie de autopedagogia pós-abissal, o pesquisador deve estar ciente da linha abissal que separa os dois mundos, pesquisador e grupo social. E assim, atuar sob uma visão profunda, aproximando as escalas de visão, tanto do pesquisador como dos grupos oprimidos,

Mesmo quando parecem olhar para a mesma realidade, o investigador pós-abissal e o grupo social em luta veem-na em diferentes escalas; na verdade não veem a mesma realidade, uma vez que não vemos os fenômenos, mas apenas escalas de fenômenos. Assim sendo, a visão profunda implica que as escalas se aproximem gradualmente, e, nesse caso, o investigador pós-abissal precisa recorrer a uma pedagogia transescala:

a pedagogia de ver o grande no pequeno e o histórico no aqui e agora sem perder de vista o pequeno e o aqui e agora (SANTOS, 2019a, p. 250).

Desta forma, Santos (2019a) atualiza a tríade sensorial proposta por Oliveira (1998), sob o prisma do pensamento abissal, redimensionando o olhar, o ouvir e o escrever, tendo como objetivo último o conhecer - com e não sobre, exigindo um exercício de transposição das diferenças culturais em oportunidades de inteligibilidade intercultural, não se tratando, portanto, de eliminar as diferenças, mas de criar alguma inteligibilidade recíproca. Para Santos (2019a), o ouvir implica um uso ainda superficial do ouvido, já a escuta, um ato de vontade, por isso ele se refere a esse exercício como a escuta profunda, atualizando uma vez mais a perspectiva colocada por Oliveira (1998).

Nesse sentido, a escuta profunda não atua como uma espécie de economia de audição, visando extrair a máxima quantidade de informação relevante no menor período possível, para Santos (2019a), a escuta profunda requer proximidade e intimidade, nesse caso, o pesquisador pós-abissal se depara em muito com o silêncio, fruto da linha abissal e das exclusões abissais por ela gerada, a escuta profunda empreende a perda de controle das sequências e dos ritmos, ter a capacidade de abrir mão do controle dos ritmos de escuta/fala implica ter a capacidade de silenciar a si próprio e dar voz.

Desta forma, acredito que a observação participante, conforme descrito por Geertz (2008) na citação abaixo, seja um exercício importante, ainda que, nessa opção metodológica, evidentemente que tendo em conta a linha abissal como um elemento balizador do esforço de pesquisa,

[...] é uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos dos quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos e interpretados, e sem as quais de fato eles não existiriam (GEERTZ, 2008, p. 7).

Assim, uma pesquisa pós-abissal é também um trabalho monumental de autorreflexividade e de autotransformação, um esforço desumano, mas empreendido na promoção da humanidade. Por isso, acredito que o estar presente, observar e experienciar a realidade do grupo social vítima da exclusão abissal, tendo em conta a busca pela tradução intercultural e as escalas de opressão, são alternativas para um exercício de pesquisa não extrativo. Vejo que o intento aqui foi o de realizar um diálogo em profundidade, dialogar com as pessoas que comigo estiveram, respeitando os ritmos e as diferentes escalas da realidade, mas, antes disso, produzir uma reflexão científica que reconheça as mulheres bordadeiras amazônicas como sujeitas epistêmicas, além

de refletir sobre o processo de luta empreendido pelas bordadeiras do MAB.

Esse trabalho tem ainda uma dimensão da memória, conforme proposto por Michel Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que “é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda neste esforço de compreender o fazer em si do trabalho de pesquisa, percebi que a reunião de argumentos destes autores aqui citados, Oliveira (1998), Geertz (2008) e Pollak (1992), sobre como deveria ser o contato entre quem deseja fazer a pesquisa e quem é o alvo das intenções de pesquisa, o grupo social oprimido. Essa relação, em síntese, deveria ser dialógica e feita com reciprocidade. Por isso, as epistemologias do sul de Santos (2019a) ratificam tanto estes pressupostos de pesquisa quanto o meu desejo de fazer um trabalho que leve em conta o saber de quem comigo falou e vivenciou.

Para a leitura das imagens das arpilleras, selecionei o tema da memória e direitos humanos e procurei traçar o estudo dessas imagens levando em consideração os depoimentos obtidos com as mulheres atingidas quando das entrevistas, nas estadas em São Paulo, Belém e Altamira, e também utilizei as cartas contidas nos versos dos bordados. Essa análise não tem uma preocupação estética, por isso não se trata de produzir sentidos a partir da iconografia do bordado, mas compreender o que as bordadeiras narram, sentem e vivem a partir das violações da dignidade humana sofrida em contextos de construção de hidrelétricas no Brasil e, sobretudo, na Amazônia. Para isso, intentei procedimentos metodológicos que não tivessem um caráter extrativo, o ouvir em profundidade, o observar em profundidade, convertendo essa experiência numa pedagogia para a libertação dos sentidos.

As epistemologias do sul valorizam a experiência sensorial do contato com o outro, que, quando do contato com o outro, se converte em intersensorial, e são particularmente importantes nesse contexto de pesquisa por abrigarem processos não-extrativistas de interação cognitiva. Procurou-se partir de um elemento basilar para uma construção versada nas epistemologias do sul, a reciprocidade, mesmo diante do *locus* enunciativo que separa o pesquisador do seu entrevistado, mesmo diante das diferenças que assolam os dois universos, o de pesquisa e o de vivência da opressão.

Procurou-se estabelecer um diálogo quando das entrevistas que fosse delineado tanto pelo pesquisador, quanto pelo sujeito da fala, algumas questões de interesse do pesquisador estavam presentes e norteavam o contato, mas a condução da conversa ia muito do desejo do entrevistado e da condução dele no processo. Nesse sentido, defendo que a reciprocidade é um elemento que ajuda a abrir pontes em lugar de muros quando da pesquisa pós-abissal, uma vez que o trabalho do pesquisador é compreender como os corpos são desiguais, sobretudo, porque sentem e são sentidos de forma desigual, reproduzindo as desigualdades sociais a que estão sujeitos.

A reciprocidade está presente nas discussões da epistemologia do sul apresentada por Santos (2019), mas também surge como um quarto elemento da busca de um projeto histórico que priorize a dignidade humana, segundo a perspectiva de Segato (2016),

Es percibir que a las tres consignas de la Revolución francesa, igualdad / libertad / fraternidad, les faltaba una cuarta, muy propia de los experimentos de nuestro continente, con su propuesta comunal: la reciprocidad, pues la reciprocidad arraiga, localiza y relaciona de forma concreta. El arraigo y la centralidad de la vida vincular es una alternativa disfuncional al mundo que se orienta por las cosas y obstaculiza el proyecto histórico del capital con su meta colocada en la acumulación y su consecuencia ineludible, la concentración (SEGATO, 2016, p. 106).

Procurei trabalhar as entrevistas para que elas fossem levadas para um campo de diálogo, de trocas de experiência ainda que desiguais, mas que versavam sobre um mundo a ser conhecido pelas duas partes envolvidas, pesquisador e sujeito de experiência. O intento era que as entrevistas fluíssem de maneira espontânea e que fosse possível perpassar por temas e narrativas entrelaçadas ou não, mas que de algum modo pudessem interligar perspectivas cognitivas diferentes, que empenham-se em trazer luz e resistência a opressões causadas pelo capitalismo-colonialismo-patriarcado. Aqui, de um lado dessas conversas, eu, a pesquisadora, investida das intenções de pesquisa, com os prazos e rigores, os métodos e os medos, e de outro lado, uma outra mulher, ser aprendente na e da luta, falando comigo, desconfiada, em falas de ressalvas e aproximações, alegrias contidas, mas num esforço de se fazer íntima.

A ideia aqui era que as emergências surgidas a partir da fala das mulheres norteariam a retórica desse texto. Dessa forma, iriam propondo algumas direções, por isso as arpilleras aqui contidas foram selecionadas a partir da indicação das mulheres bordadeiras como obras de importância significativa, seja para o contexto da luta, seja pelo caráter pessoal e sensorial da tela. Tomei o cuidado de observar como as

entrevistadas se referiam a cada bordado e os bordados aqui selecionados tinham um especial apreço das bordadeiras, sobretudo, por tratarem de um cenário de vilipêndio da condição humana e do silenciamento dos corpos, assim como na história chilena.

Muito embora eu tenha tido contato com muitas arpilleras ao longo da condução dessa pesquisa, tanto nas oficinas – vi algumas arpilleras nascendo do tecido – como nas exposições, as que foram elencadas como peças de importância para esse trabalho, seja como instrumento de luta, seja como narrativa sensorial, foram as arpilleras que o quarto capítulo apresenta. Resalto que o Coletivo de Mulheres do MAB ainda não dispõe de um acervo organizado, integrando a produção de arpilleras de todos os estados brasileiros, muitas arpilleras são produzidas cotidianamente nas mais diferentes regiões. Notadamente esse é um esforço hercúleo, muito porque o movimento que abarca as arpilleras é um movimento vivo, de produção crescente que vai além do próprio controle da militância.

E, finalmente, optei por manter o nome de cada uma das entrevistadas contidas no capítulo 4 desse trabalho, por ter mapeado as histórias de vilipêndio, através de reportagens veiculadas em diferentes portais de notícias, tanto regionais, como nacionais e internacionais. Observei que as reportagens traziam os nomes reais e fotografias das famílias vítimas da violência em Altamira, as reportagens usadas nesse trabalho foram veiculadas entre os anos de 2016 – 2019 e foram apresentadas em notas de rodapé.

2.5 Tomando contato com as arpilleras

Nesse trabalho, as informações que tive acesso foram a partir de participações em eventos, oficinas, reuniões e vivências em campo. Sendo algumas realizadas entre 2015 e 2016 e a estada mais prolongada foi quando fiz uma parada em Altamira, em julho de 2019. Estive, em 2018, em Santiago, no Chile, para a participação em um evento e aproveitei a estada para uma visita ao “Museo de la Memoria y los Derechos Humanos”.

Meu primeiro contato com as arpilleras do MAB se deu a partir da exposição em São Paulo, em outubro de 2015, foi lá que pude conhecer o trabalho do Coletivo de Mulheres e registrar as primeiras informações sobre o movimento. Além disso, fotografei a exposição e acessei o catálogo que incluía as obras que estavam na mostra, tanto as arpilleras brasileiras como as chilenas, fiz também contato com as coordenadoras do projeto, com o objetivo de entrevistá-las futuramente e recolher depoimentos e as

histórias de vidas das mulheres envolvidas.

Alguns meses depois, já em maio de 2016, estive novamente em São Paulo para entrevistar as coordenadoras nacionais do projeto “Arpilleras, bordando a resistência”. Na ocasião, obtive o relato de Esther Vital e Tchena Mazo. Além das entrevistas, participei de uma oficina de produção de arpilleras realizada por Esther Vital no SESC – São Caetano do Sul (SP), em 2 de maio de 2016.

Nessa primeira participação na oficina de arpilleras, pude experienciar o processo de interação entre as mulheres, o movimento de trocas de experiências com relação ao bordado e à costura. Esther Vital foi a facilitadora desse encontro que aconteceu em uma tarde, nos jardins do prédio do SESC em São Caetano, região metropolitana de São Paulo, a oficina não foi voltada a mulheres atingidas por barragem, era um trabalho com senhoras que participavam de grupos da melhor idade do próprio SESC e interessadas.

Optei por participar do encontro com o objetivo de fazer uma aproximação com a técnica e perceber como Esther Vital conduzia as discussões, mesmo que o encontro não fosse voltado para mulheres atingidas por barragem, era uma ocasião em que eu poderia compreender como eram tecidas as ligações de afeto entre as mulheres enquanto bordavam. Estávamos todas sentadas ao redor de uma grande mesa e lá haviam muitos tecidos de diferentes cores e tamanhos, pequenas bonequinhas de pano, muitos tipos de linhas, tesouras, agulhas de diversas espessuras e as telas de juta vazias, esperançosas por nossas narrativas.

Iniciamos o encontro com um vídeo contido no Youtube²⁷, esse pequeno filme conta a história das arpilleras durante a ditadura de Pinochet e explicitava para aquele grupo de mulheres como a técnica havia sido ferramenta de denúncia e resistência naqueles tempos sombrios. Em um segundo ponto, Esther falou brevemente do trabalho realizado pelas mulheres do Coletivo do MAB e seguiu exemplificando como diferentes mulheres no mundo inteiro usaram esse bordado em contextos de crise e violência.

Passado esse momento de reflexões mais teóricas, Esther dividiu o grupo maior

²⁷ Como Alitas De Chincol (2002), de Vivienne Barry, o curta-metragem de animação conta a história das mulheres chilenas que bordaram arpilleras como uma forma de resistência à Ditadura de Augusto Pinochet. O filme recebeu o prêmio Coral de Animación do Festival del Nuevo Cine Latinoamericano de La Habana, dentre outros prêmios na América Latina e Europa. A seguir o link do filme no Youtube – <https://www.youtube.com/watch?v=CNKeLhTyiWQ&index=7&list=PLGCpe9M_HIC8NTATrOIVXZiIYka7dhsIa>. Acesso em: 05 ago. 2018.

em grupos menores e foi ensinando a técnica propriamente dita, exemplificou inicialmente como se faziam as bonequinhas, ela trazia consigo um pequeno pedaço de feltro com seis pequenas bonecas, nelas se podia compreender como eram construídas as bonequinhas, pois havia um passo a passo, conforme imagem a seguir.



Figura 10 - Passo a passo da feitura das bonequinhas tradicionalmente inseridas nas arpilleras. Oficina de Arpilleras em São Caetano do Sul (SP), 2 de maio de 2016. Fotografia – Monise Busquets.

Nessa oportunidade, pude perceber como estava organizada a estrutura das oficinas, uma vez que a mentora do projeto das arpilleras do MAB era a própria Esther

Vital, seguia o exemplo das promovidas pelo Vicariato da Solidariedade, conforme pude constatar mais tarde, quando da visita ao Museu da Memória e Direitos Humanos do Chile, uma vez que tive acesso a uma espécie de cartilha contendo o passo a passo da feitura das arpilleras, documento enumerado acima como fonte de pesquisa documental.

O meu segundo e definitivo contato com o bordado de arpilleras se deu meses depois, quando da exposição de arpilleras amazônicas, em Belém, setembro de 2016. Definitivo não porque pressuponha a desobrigação de participar de novas oficinas, mas, antes disso, no sentido de compreender porque a técnica consegue oportunizar experiências transformadoras.

Em Belém, nos reunimos na sede do SESC Boulevard, conforme relatado anteriormente, a mostra expositiva das arpilleras produzidas na região amazônica veio acompanhada de uma série de atividades, entre rodas de conversas e exibições de filmes. Para além disso, o Coletivo de Mulheres do MAB organizou nos últimos dias de exposição uma oficina de arpilleras, que tinha o objetivo de discutir as experiências vividas por mulheres atingidas por barragens. Lá se reuniu um grupo de mulheres de diferentes setores da sociedade, haviam alunas de mestrado da Universidade Federal do Pará, militantes dos movimentos feministas do estado, interessadas em bordado e mulheres atingidas pela barragem de Belo Monte, além de pessoas que costumavam frequentar as atividades que o SESC realizava na cidade.

A primeira parte da oficina foi toda dedicada a explicitar as origens da técnica e o contexto histórico, tal qual Esther havia feito na primeira oficina que participei. As coordenadoras do Coletivo no Pará, Cleidiane e Gizely, conduziam as explicações, fizeram um passeio histórico por toda a conjuntura política do Chile e desembocaram nas violações dos direitos humanos sofridas por mulheres do Brasil inteiro com a construção de barragens, foi aí que as participantes puderam entender onde as arpilleras do MAB se inseriam.

Foi feito ainda um relato extenso sobre a construção de Belo Monte e das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, boa parte das mulheres conhecia os empreendimentos, ou pelo menos Belo Monte, e foi participando ativamente das discussões, estávamos sentadas em roda, conforme fotografia a seguir.



Figura 11 - Oficina de arpilleras da exposição “Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos”, realizada em 27 de setembro de 2016. Fotografia – Monise Busquets.

Assim como na oficina de São Caetano (SP), o grupo maior foi dividido em grupos menores de quatro ou cinco mulheres cada, a partir daí as facilitadoras do MAB iriam explicitar como seriam feitas as arpilleras. A primeira instrução que nos deram foi a de discutir os custos sociais e ambientais da construção de barragens no Brasil, a ideia era promover reflexões nesse grupo menor até formarmos uma cena em que pudessemos

começar a desenhar a arpillera para então bordar.

Depois de alguns minutos de conversa, o grupo que eu integrava decidiu fazer uma arpillera que contasse a história de Belo Monte, os peixes que deixaram de existir, as ilhas que foram tomadas, o trator que atravessava o barco para o outro lado do rio e a ameaça de instalação de uma mineradora na região da Volta Grande do Xingu, Belo Sun. Conforme nos foi orientado, primeiro fizemos um desenho no papel dos elementos que comporiam a cena retratada na arpillera, depois fomos em busca de tecidos que pudessem melhor representar o que gostaríamos de narrar por meio dos bordados.

Algumas das mulheres ficaram responsáveis por fazer o preparo da juta, material que dá suporte ao bordado, outras foram cortando o tecido de acordo com as formas do que representaríamos e eu fiquei com a responsabilidade de fazer as bonequinhas, tecer com pedaços de meias de nylon as pessoas que estariam em nossa arpillera. Tomei liberdade para fazer as bonequinhas porque, meses antes, na primeira oficina de arpilleras, eu tinha aprendido como fazê-las e as outras mulheres do grupo tinham grande habilidade com o bordado e a costura e, por isso mesmo, preferiram se dedicar aos elementos que exigiam maior prática de bordado.



Figura 12 - Processo de bordado coletivo da arpillera “Ouro na Morada dos Deuses”, oficina realizada em 27 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia – Monise Busquets.

Nossas mãos eram ágeis, costurávamos e falávamos sobre como as águas do

Xingu eram pulsantes, falávamos de como as pessoas se relacionavam com a água do rio, a paisagem primeira, íamos tecendo memórias, compondo com tristeza o cenário que a construção da hidrelétrica produziu. A hidrelétrica atingiu os povos tradicionais que viviam ali, contavam as companheiras de bordado. Falavam elas, “gente, o rio não corre mais livre”, lembrando a todo momento as terras indígenas afetadas, o impacto na vida de plantas, peixes endêmicos e encerravam “o água é dos povos e não de Belo Monte”.

Conforme íamos tecendo, compondo o cenário ideal para tratar do que nos afligia, passamos a discutir também a possível instalação de uma empresa canadense, Belo Sun, que àquela altura já realizava estudos na Volta Grande do Xingu, trecho de vazão reduzida, com vistas à extração de ouro. Essa nova ameaça foi se convertendo no tônus da arpillera que bordávamos. Paralelos ao nosso grupo, haviam cerca de 5 outros também bordando e conversando entre si, sempre contando com o apoio e instrução das facilitadoras do MAB.

Para a ocasião, as facilitadoras do Coletivo de Mulheres do MAB elaboraram um pequeno passo a passo para o bordado de arpilleras²⁸, de posse desse material e das orientações que nos davam, conseguimos criar os elementos a serem fixados na peça, inicialmente prendíamos cada um desses elementos com alfinetes, até que dispuséssemos de todo o quadro já preparado, aí então começaríamos a bordar cada um dos elementos na juta.

Depois de dois dias de oficina, as arpilleras em construção já estavam bem compostas, haviam algumas já finalizadas, por isso Cleidiane e Gizely, militantes do MAB e facilitadoras, pediram a todos os grupos que se reunissem novamente para que pudéssemos discutir o que havia sido feito e qual a impressão que cada uma de nós havia tido depois da experiência.

As facilitadoras do MAB também explicitaram que, depois de finalizadas as arpilleras produzidas naquela oficina, era importante que escrevêssemos uma carta contando a história daquela arpillera, de como havíamos pensado sua composição, o que os elementos diziam e o que o bordado significou para nós, ao final poderíamos assinar. Também nos foi solicitado que as arpilleras fossem doadas para o acervo do MAB, pois que nenhuma arpillera produzida nas oficinas era destinada à venda, e de

²⁸ Pequena cartilha com as instruções da feitura de arpilleras contida nos Anexos desse trabalho.

posse dessas peças, o MAB faria outras exposições no país inteiro.



Figura 13 - Grupo reunido com as arpilleras bordadas na oficina da exposição “Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos”, 29 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia: Monise Busquets.

No grupo maior pudemos ver a composição das outras arpilleras, como as mulheres haviam pensado a questão da construção de hidrelétricas no Brasil, falamos especialmente de como a técnica nos levou a refletir em profundidade sobre o tema, a

criar elementos que pudessem expressar as narrativas que havíamos discutido inicialmente e cada arpillera contava uma história.



Figura 14 - Arpillera "Ouro na Morada dos Deuses". Tela bordada por Cynthia Cárdenas, Mayara La Roque, Monica Lizardo, Monise Busquets e Ciléa Malato, acervo do MAB. Oficina de bordado realizada na exposição "Arpilleras Amazônicas: Costurando a luta por direitos", 29 de setembro de 2016, Belém – PA. Fotografia: Monise Busquets.

Ainda sob o mesmo esforço de compreender a conjuntura política em que as arpilleras foram lançadas como manifestos de resistência, estive em Santiago, no Chile, para a participação em um evento e aproveitei para fazer uma visita ao "Museo de la Memoria y los Derechos Humanos", um museu todo dedicado ao registro histórico da ditadura militar chilena, desde o golpe e número de pessoas desaparecidas, às arpilleras políticas chilenas que estão dispostas no último andar do museu. O material histórico disposto no acervo advém das informações obtidas por meio das Comissões da Verdade instauradas no Chile e representa uma mostra permanente e também um patrimônio nacional.

O acervo do museu foi elaborado por meio da Comissão Nacional de Verdade e Conciliação, de 1990, pela Corporação Nacional de Reparação e Conciliação, de 1996,

pela Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, de 2004 e pelo informe da Comissão Presidencial Assessora para a Qualificação de Presos Desaparecidos, Executados Políticos e Vítimas de Prisão Política, de 2011. Na biblioteca do museu podemos acessar manuscritos com poemas e relatos das bordadeiras de Santiago, bem como moldes dos bonequinhos que compõem as arpilleras, uma parte desse material recolhido foi utilizado para compor o primeiro capítulo desse trabalho.

2.6 A estada em Altamira

A última imersão no campo aconteceu em julho de 2019, foi a minha estada mais prolongada e também a que tive a oportunidade de ter contato com as mulheres atingidas em seu ambiente mais íntimo, a casa. Nesse pequeno relato de campo, trato das pessoas com quem falei e como se desdobraram os encontros, a fala dos entrevistados acerca das arpilleras e da violação dos direitos humanos vivida em Altamira a partir da construção de Belo Monte está disposta no quarto capítulo desse trabalho.

Em Altamira fui recebida por Edizângela, militante do MAB e ex-conselheira tutelar, mas, antes de qualquer coisa, uma mãe de cinco filhos atingida por Belo Monte. Foi por meio de Edizângela que visitei a casa das outras bordadeiras e atingidas que compuseram a trama desse trabalho.

Edizângela é uma figura incrível, aguerrida na luta, destemida e sofrida, muito atuante no MAB, sempre demandada por reuniões, conversas, participações, articulações e, mesmo assim, cuida sozinha dos filhos. Foi na casinha verde sem muros, no fim da rua, no limite do bairro Mutirão, que ela me recebeu. Sua casa fica de frente para o Reassentamento Urbano Jatobá, era lá que morava antes do divórcio, processo sofrido que ela vem enfrentando, sobretudo por ter que se mudar constantemente com os filhos.

Com Edizângela aprendi que, mesmo quando as condições não são as melhores, devemos continuar seguindo, lutando, sonhando, desejando um futuro melhor. Quando cheguei em Altamira, ela estava organizando uma festa junina (quadrilha), mesmo diante dos ensaios com a quadrilha, articulação com os moradores, organização dos detalhes da festa, ela teve um tempo para me guiar à casa de Dona Sonia, me recomendar para Dona Málaque Mauad e Dona Antonia Martins.

Foi também através de Edizângela que conheci o Reassentamento Urbano (RUC) Jatobá, o nosso primeiro encontro em Altamira foi no barracão do bairro, localizado na rua Angelin. Eu estava hospedada no centro de Altamira e por isso acabei pegando um mototáxi para o trajeto, as pessoas para quem pedi informações me disseram que não havia transporte público para o local.

Uma vez no mototáxi, andamos cerca de 10 minutos, atravessamos a rodovia Transamazônica, engendramos em um bairro muito grande e fervilhante, conhecido como Mutirão, lá vi um número enorme de transeuntes, motos de diversos modelos e cores, muitas que trabalhavam como mototáxis, outras que eram de uso doméstico. No caminho haviam semáforos, as ruas estreitas, casas de madeira se misturavam com construções mais recentes de alvenaria, um número muito grande de pessoas circulava pelas ruas do bairro.

Ao cruzarmos esse bairro movimentado e cheio de vida, nos deparamos com o reassentamento construído pela Norte Energia, é incrível a dissonância da paisagem entre um bairro e outro, sobretudo, porque as casas do RUC Jatobá são todas padronizadas e seguem também um padrão nas pinturas, as ruas são delineadas de forma regular e não existe muita arborização, como cheguei por volta de 11 horas da manhã, o sol ia a pino. No topo da colina que apresenta o bairro, avistei o barracão, era uma espécie de quadra poliesportiva coberta com folhas de zinco. Aportei e então logo avistei Edizângela, ela estava com um grupo de adolescentes do bairro, organizando os últimos preparativos do “Arraiá” que não pudera ser realizado em junho. Estavam lá mais de 20 adolescentes, haviam algumas crianças também, cerca de 5, e Edizângela tentava articular um apoio financeiro da Norte Energia para a realização da festa, processo esse que não estava sendo muito fácil.

Deixando suas atividades para depois, Edizângela saiu comigo pelas ruas do bairro, me mostrou como o reassentamento fora dividido, as duas escolas que haviam sido construídas recentemente, o escritório da Norte energia S/A que fica no centro do bairro e, por fim, me mostrou a rua em que vivia antes da separação. Depois desse reconhecimento inicial, fomos para a casa de Dona Sonia, mãe de quatro filhos assassinados em Altamira, três deles por conta da relação do aumento da violência e da construção de Belo Monte. A entrevista de Dona Sonia está disposta no capítulo 4 desse trabalho.

Ao chegarmos na casa de Dona Sonia, avistamos uma pequena cerca de madeira na entrada, batemos palmas e então a própria Dona Sonia nos recebeu, pediu que nos sentássemos, eram 2 pequenos caixotes de plástico de acondicionar verduras e uma cadeira de macarrão azul. Sentamos, Dona Sonia e Edizângela conversaram sobre os encontros das mulheres que foram realizados anteriormente e sobre um projeto do MAB no bairro, o Projeto Ciranda, que segundo a fala de Edizângela se refere a um encontro entre as crianças do bairro, visando o estímulo à leitura. Segundo a própria Edizângela, o projeto havia ganhado novos livros e aconteceria uma vez por mês, Dona Sonia disse que mandaria os netos participarem.

Dona Sonia, assim como Edizângela, morava nos baixões de Altamira²⁹, o bairro era todo formado por casas de palafita que se localizavam às margens do rio Xingu, a maioria das famílias que viviam na região sobreviviam da pesca. Ao se apresentar para mim, acabou por dizer que criava 11 crianças em sua casa, eram os filhos de seus filhos mortos, ela sustentava com muita dificuldade os netos com o salário mínimo de merendeira na escola do bairro. Para Dona Sonia, a principal dificuldade era conciliar a vida de cuidados com as crianças, a saudade dos filhos que foram precocemente arrancados de suas vidas, a doença do marido e o medo de represália que sofriam por parte da facção criminosa que havia ceifado a vida de sua última filha.

Sob esse aspecto, o marido de Dona Sonia acabou por contar-nos que eles estavam sofrendo ameaças constantemente, desde que ele fora denunciar a morte de sua filha às autoridades. Recentemente, estavam sendo alvo de ameaças enviadas por mensagens de texto, saraivadas de pedras no telhado de zinco que cobre a varanda na frente da casa, e o marido de Dona Sonia ainda comentou que já havia sido jurado de morte antes, me mostrou também a coleção de pedras que estava sendo jogada, sempre de noite, com o intuito de intimidar a família.

²⁹ Os baixões eram considerados microterritórios e áreas de relevo mais baixo, que no período chuvoso na Amazônia tinham suas áreas inundadas pelo aumento no nível da água no Igarapé Altamira, afluente do rio Xingu. Os Baixões se compunham do conjunto das seguintes ruas: “Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Travessa do Meio, Rua dos Operários e Beco do Grude, sendo suas imediações diretas a Rua Itamaraty, Rua Luís Coutinho, Acesso Cinco (5), Rua Anchieta e uma parte da Rua dos Operários(6), distribuídas entre os bairros (Brasília, SUDAM I e Jardim Altamira)” (MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015, p. 173).



Figura 15 - Pedras na casa de Dona Sonia. Dona Sonia e seu marido me mostram as pedras arremessadas no telhado de sua casa. Altamira, julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.

O casal se mostrou muito receoso sobre a vida ali em Altamira, mas disse que não havia possibilidade de sair da cidade com 11 crianças, sobretudo, levando-se em consideração os recursos financeiros que seriam necessários para a viagem. Dona Sonia me disse que as casas no bairro Jatobá não valem muita coisa, muito embora ela tenha ficado com as casas de dois de seus filhos mortos, o valor de cada casa não alcançaria mais de vinte mil reais. Para se ter uma ideia da desvalorização das casas no bairro, Dona Sonia disse que conseguiu alugar as duas casas de seus filhos pelo valor mensal de R\$ 200,00, quantia essa que, somada ao salário de merendeira, possibilita o sustento precário da família.

Na visita a esse casal, percebi o medo que havia no olhar das pessoas do bairro, muita gente já havia sido morta e a vida parecia não valer nada, Dona Sonia e seu marido me falaram sobre o medo de estar em um lugar onde não se pode viver com dignidade, eles, que cuidam de 11 netos, ainda estavam sendo alvo de ameaças por procurar justiça e por acompanharem o andamento processual do assassinato da filha, ocorrido havia pouco mais de um ano, dezembro de 2017. Relataram também outros casos de assassinato na zona rural de Altamira, pessoas conhecidas que haviam sido mortas, o vilipêndio da vida humana é assunto comum para aquelas pessoas, embora nunca deixe de assustá-los, faz parecer que a vida não vale muita coisa, talvez aquelas vidas não valham.

Depois da conversa com Dona Sonia e seu esposo, fomos até a casa de Edizângela, já era passada da hora do almoço e ela decidiu que faria um almoço rápido para que pudéssemos continuar as atividades. Essa estada na casa de Edizângela me foi particularmente importante porque, muito embora fosse a terceira vez que nos encontrávamos, era a primeira vez que eu estava tão próxima a ela. Uma vez em sua casa, eu lavei algumas louças para adiantar o serviço, enquanto isso, Edizângela limpou três peixes pequenos, ela me disse que tinha ganhado aqueles peixes do vizinho e que agora eles serviriam para o nosso almoço. Conversamos amenidades, falávamos de filhos, da rotina de viagens de Edizângela e das outras vezes que havíamos nos encontrado.

Depois de comer, quando estávamos sentadas à mesa, Edizângela me contou sobre as cenas tristes presenciadas por ela quando ainda atuava no Conselho Tutelar, na ocasião ela foi chamada para o resgate de uma adolescente que se encontrava nas margens do Xingu, próximo ao centro de Altamira. Edizângela conta que a garota estava visivelmente dopada e certamente havia sido abusada sexualmente, apresentava marcas no corpo. Edizângela, com os olhos marejados, me disse que foi a pior ocasião que presenciou ao longo desse trabalho junto ao Conselho Tutelar, relata que foi através das experiências obtidas por meio do trabalho como Conselheira que pensou mais na própria família e em ser uma mãe mais carinhosa e, sobretudo, muito mais preocupada com o bem estar de seus filhos, que cresciam naquela mesma Altamira.

Depois do almoço, nesse dia, seguimos para o barracão, Edizângela precisava dar encaminhamento às atividades da festividade que iria acontecer dali a poucos dias,

paralelo a isso, recebi um convite do militante do MAB e companheiro de lutas de Edizângela, Jhonatan. Jhonatan havia me convidado para ir ao município vizinho, Brasil Novo, eram 50 quilômetros de Altamira e o MAB iria apresentar uma agenda para o Governador do Estado do Pará, que estava em caravana pela região do Xingu, apresentando os investimentos do Governo Estadual previstos para a região. No caso de Brasil Novo, o Governador foi anunciar que o Governo custearia o asfaltamento de 15 quilômetros na cidade e a construção de uma escola³⁰.

Considere particularmente interessante a visita porque gostaria de conhecer o município de Brasil Novo, localizado às margens da Transamazônica e impactado pela construção de Belo Monte. Para a incursão a Brasil Novo, acabei viajando com os militantes do MAB, Jhonatan e Wesley, os dois rapazes são militantes por mais de cinco anos e estavam muito animados com a possibilidade de entregar uma solicitação de agenda, a demanda do MAB visava discutir a regularização de uma área de ocupação na cidade de Vitória do Xingu, outro município vizinho à Altamira e também impactado por Belo Monte.

A passagem do Governador por Brasil Novo estava marcada para o fim da tarde e fomos com toda a pressa para o local que o evento iria se realizar, quando aportamos em Brasil Novo, percebemos que a comitiva, trazendo alguns Deputados Estaduais e Secretários de Estado, ainda não havia chegado. Teríamos que esperar. Andamos até a praça central da cidade, lá estavam reunidos alguns dos moradores, o Prefeito, cinegrafistas e a Banda de Fanfarras do Município, foi dito que todas aquelas pessoas aguardavam o Governador desde as 16h, a essa altura passava das 19h, mas as pessoas seguiam aguardando a chegada da Caravana que havia passado por outras cidades.

³⁰ Matéria jornalística fala da Caravana Por Todo Pará, realizada no mês de julho de 2019, momento em que o governador apresentava os investimentos do Governo em uma série de cidades. Reportagem na íntegra através do link - < <https://agenciapara.com.br/noticia/13666/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.



Figura 16 - Brasil Novo aguarda a Caravana Por Todo o Pará. A cidade de Brasil Novo antes da chegada da Caravana, em 10 de julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.

Esperamos por mais de 3 horas, quando finalmente a caravana foi anunciada pelo alto-falante, já passava das 21h. As pessoas se aglomeraram nas proximidades do palanque, um pequeno palco montado na praça central, antes que os cerimonialistas dessem início aos pronunciamentos, a Banda de Fanfarras de Brasil Novo iniciou uma apresentação ali mesmo, em frente ao palco. Finalizada a apresentação, os políticos começaram a falar sobre o quão importante era a realização de uma política engajada com as necessidades do povo, participativa e próxima, dois Deputados Estaduais falaram antes do Prefeito da cidade e na sequência veio o Governador.

Achei particularmente interessante a fala de Helder Barbalho, sobretudo, porque ele disse que mesmo após 40 anos da construção da Transamazônica, fator definitivo no surgimento do município, Brasil Novo ainda aguardava o progresso, mas que isso viria

na sua gestão como Governador. Confesso que me lembrei que essa mesma tônica estava presente no discurso de implantação da hidrelétrica de Belo Monte, uma vez que Brasil Novo foi um dos municípios afetados pela construção da usina, me lembrei também que Helder Barbalho atuou como Ministro da Integração Nacional, dentre outros cargos políticos. Era uma contradição tamanha estar na região para pesquisar o efeito da falta de dignidade na vida dos atingidos depois da construção de Belo Monte e me deparar com uma cena daquelas.

Helder bradava ao povo, “vamos construir a escola e mais 15 km de asfalto para Brasil Novo e vamos fazer mais, porque o povo de Brasil Novo merece o desenvolvimento e uma vida digna”, o mais interessante é relacionar essa cena com o que veio depois, o massacre de 55 detentos no presídio de Altamira³¹, fato que ocorreu poucos dias após a visita do Governador a Altamira e região. A chacina a que me refiro é a maior desde à do Carandiru (1992), matando 62 detentos, e não por acaso ocorreu em Altamira. Conforme o site de notícias Metrópolis, “a idade das vítimas varia entre 18 e 52 anos, e a maioria dos detentos respondia por tráfico de drogas, homicídio e associação criminosa”, sendo que 41% dos detentos mortos ainda aguardava julgamento.

A conjuntura de calamidade na segurança pública, a ausência de dignidade humana em Altamira e região são notáveis, não apenas pelo número de pessoas mortas nessa chacina, mas também pelo medo inscrito no olhar das pessoas com quem estive e conversei, o medo é a tônica de quem vive na região, mesmo com medo as pessoas continuam a lutar. Apenas para encerrar o caso da Chacina de Altamira, uma das condicionantes impostas para a Norte Energia S/A era a construção e entrega do presídio na cidade de Vitória do Xingu, fato que não havia ocorrido até a data desse capítulo na história marcada pela violência na região. O Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu foi inaugurado recentemente, novembro de 2019, após seis anos desde o início das obras. O atraso na entrega do presídio foi alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF), sobretudo, após o Massacre em Altamira³².

³¹ Reportagem que relata ocorrido no Centro de Recuperação Regional de Altamira - <<https://www.metropoles.com/brasil/dos-62-presos-mortos-em-altamira-quase-metade-esperava-julgamento>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

³² O G1 noticiou a entrega do Complexo Penitenciário, segundo essa mesma reportagem o Presídio tem capacidade para 163 detentos, mas estava com 343 quando ocorreu o massacre. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/11/04/apos-seis-anos-em-obras-presidio-previsto-em-convenio-de-belo-monte-e-inaugurado-em-vitoria-do-xingu-no-pa.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Outra visita importante na minha estada em Altamira foi a viagem à Vitória do Xingu, município sede da construção de Belo Monte, foi também através de Jhonatan que me foi possível visitar a cidade. Ainda de manhãzinha tomamos assento em uma van que faz o itinerário de Altamira à Vitória do Xingu, a pequena van sai do centro de Altamira e segue trazendo os passageiros de um lado para o outro. A cidade de Vitória do Xingu fica a 41 km de distância de Altamira e foi muito impactada pela construção da usina, sobretudo, porque a vila dos trabalhadores foi construída na sede do município.

Vitória do Xingu também fica às margens do rio Xingu, diferente de Altamira – mais agitada – Vitória do Xingu é uma cidade pacata, pequena, arborizada, as casas são quase todas de alvenaria, mas bem logo na entrada podemos ver a ocupação da Caixa D'água. Jhonatan me relatou que aquela ocupação havia sido legalizada, mas existiam outras três ocupações em Vitória do Xingu, sendo que a ocupação do Lixão surgiu a partir da retirada das famílias do Porto de Vitória do Xingu, essas famílias não foram assistidas pelos programas de deslocamento capitaneados pela Norte Energia S/A.

Ao andar pela cidade, nos deparamos com a Caravana Por Todo o Pará, Helder Barbalho seguiu pelas estradas esburacadas que levavam à Vitória do Xingu e foi inaugurar a disponibilidade de internet na praça central da cidade, foi lá também que ele, sob a sombra do coreto da praça, falou de desenvolvimento e melhorias para a vida do povo. Enquanto os fogos de artifício indicavam que a fala do Governador chegava ao fim, eu e Jhonatan andávamos pelas ruas da cidade, tivemos de atravessá-la para chegar até a casa de Dona Beliza, moradora da ocupação do Laticínio, região ainda não legalizada.



Figura 17 - Vitória do Xingu e a Caravana Por Todo o Pará. Fotografia da Caravana Por Todo Pará, na cidade de Vitória do Xingu em 11 de julho de 2019. Fotografia: Monise Busquets.

Foi caminhando pelas ruas de Vitória do Xingu que avistamos o Estádio Municipal de Futebol Padre João – Arena Xingu, a construção destoa do tamanho da cidade, o estádio dispõe de telões de led para a exibição de detalhes durante os jogos, é uma construção dantesca para a pequena cidade. Segundo Jhonatan, o estádio é uma das compensações sociais da construção de Belo Monte.

Conforme conversa com Jhonatan, na época em que a Norte Energia S/A estava construindo o alojamento dos trabalhadores, o prefeito impediu que fosse construído próximo ao centro da cidade, para evitar que um número grande de trabalhadores da obra estivesse circulando pela cidade. Entretanto, muitas pessoas tinham esperança que o prefeito permitisse à Norte Energia S/A construir as casas dentro da cidade, isso porque, depois que as obras de Belo Monte acabassem, as casas poderiam ser

ocupadas pelos moradores das invasões.



Figura 18 - Arena Xingu, localizada na cidade de Vitória do Xingu, uma das compensações da Norte Energia para o município. Fonte: RG 15/O Impacto e Ascom/VTX.

Jhonatan me contou que vive em Vitória do Xingu por acreditar que a cidade tem mais condições de oferecer uma melhor qualidade de vida, sobretudo, por se tratar de uma cidade muito menor que Altamira, sendo possível viver com a família sem tanto medo da violência que assola a região. Por outro lado, era próximo o suficiente de Altamira para que ele continuasse a militar e fazer articulações de luta com os outros companheiros do MAB.

Passei um dia em Vitória do Xingu e pude entender melhor o processo de construção de Belo Monte sob o olhar de alguns dos moradores da ocupação do Laticínio, bairro que aguarda regularização, essa era a demanda que os militantes do MAB haviam entregado ao Governador na noite anterior, em Brasil Novo. A intenção dos militantes é que a ocupação possa ser reconhecida e que as pessoas possam contar com as casas em que vivem, além de poderem ter acesso a uma estrutura mínima do Estado, como asfaltamento, esgoto e água tratada.

CAPÍTULO 3

O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE A AMAZÔNIA

Os Estatutos do Homem
(Ato Institucional Permanente)

A Carlos Heitor Cony

Artigo I.

Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida,
e que de mãos dadas,
trabalharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II.

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III.

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV.

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo Único:

O homem confiará no homem
como um menino confia em outro menino.

Artigo V.

Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.
Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura de palavras.
O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser servida
antes da sobremesa.

Artigo VI.

Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Artigo VII.

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Artigo VIII.

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX.

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

Artigo X.

Fica permitido a qualquer pessoa, a qualquer hora da vida, o uso do traje branco.

Artigo XI.

Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que por isso é belo. muito mais belo que a estrela da manhã.

Artigo XII.

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido. tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo único:

Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Artigo XIII.

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Artigo Final.

Fica proibido o uso da palavra liberdade. a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

Na Amazônia se confluem variadas formas de vida, em um dos maiores territórios do continente, todas essas diferenças se organizam em torno daquilo que seria um eixo principal – o rio Amazonas. Mas que também é uma fronteira de ocupação organizada em outros cursos d'água, como os rios Madeira, Tapajós, Xingu. Estes, como um todo, são hoje matéria de projeção de produção de energia. A Amazônia é formada por nove países que se unem por meio dessa grande região: Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Os rios dessa região descendem dos territórios andinos e foram gerando historicamente múltiplas formas de relação do homem com a natureza, o que para a pesquisadora chilena Ana Pizarro, “lá o tempo individual e social é regulado pelo tempo das águas, os ciclos do rio” (PIZARRO, 2005, p. 61).

Os povos indígenas que tradicionalmente ocupavam a região desenvolveram um diálogo intenso com o meio ambiente, a Caverna Pintada em Monte Alegre, estado do Pará, revela sinais de organizações sociais que viveram na região mais de 11 mil anos atrás, ali estão registrados o universo social e imaginário em que viviam esses povos. Desta forma, conforme salientado por Edna Castro, referidas descobertas arqueológicas “servem para sustentar a tese da presença de sociedades complexas na Amazônia pela ancestralidade da ocupação humana e com formas de organização econômica e administrativa que comportavam povoados de 10.000 habitantes” (CASTRO, 2012, p. 17).

A história de ocupação da Amazônia é uma história de lutas e conquistas, desde a colonização Portuguesa e os primeiros navegantes que subiram o rio Amazonas, a chegada de instituições religiosas e forças militares, desde o projeto expansionista visando a integração nacional, até a abertura de novas fronteiras e os megaprojetos de infraestrutura. São séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcada por conflitos, violência, uso da natureza como fonte de recursos e, sobretudo, dominação. Para os fins deste trabalho, esta parte do texto, faz uma breve resenha da história da Amazônia a partir desse viés de ocupação para fins econômicos, entrelaçando, portanto, com os grandes barramentos que por agora são as novas matrizes de produção energética brasileira.

3.1 O processo conflitivo de ocupação da Amazônia: o Ciclo da Borracha

A conflagração das lutas em torno dos grandes empreendimentos de geração de energia resulta, também, da concepção, ratificada ao longo da história, de que a Amazônia é o lugar de oportunidades. Não há como problematizar a região Amazônica sem compreender as marcas deixadas por mudanças profundas – tais como os ciclos econômicos – as intervenções do mundo capitalista operaram grandes mudanças e acabaram por moldar a região desde o no final do século XIX e começo do século XX. Com as recentes demandas da Revolução Industrial e, em um segundo momento, a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia acabou se convertendo em importante fornecedora de látex³³ – o ouro branco.

Conforme Cavalcanti (2015), a inserção da borracha no contexto monopolista internacional assume um papel fundamental na formação socioeconômica da Amazônia. Com o crescente avanço do capital sobre a matéria-prima, fundamentalmente o látex, a migração para região se intensificou significativamente, constituindo-se a base do processo de urbanização da região. Cavalcanti (2015) relata a chegada no Acre do navio Ananjá, em março de 1878, marcando o início de um intenso fluxo migratório do Nordeste para a Amazônia, com vistas à extração da borracha. As pessoas eram atraídas pelos recrutamentos promovidos pelos governos de Manaus e Belém e endossados pela grande seca que atingiu o Nordeste em 1877, desembocando numa grave crise econômica na região.

O intenso movimento migratório modificou o perfil populacional da região amazônica, constituindo-se assim a base do processo de urbanização de toda a região, resultando em transformações radicais na vida das populações que ali viviam. Implantou-se uma atmosfera de “garimpo de ouro”, as pessoas eram atraídas uma vez mais pelo sonho do El Dorado, mito fundador da Amazônia, conforme relatado por Edna Castro no fragmento a seguir

De mito fundador da Amazônia, primordial na conquista do continente sul-americano, o El Dorado embala os sonhos de riqueza, de apropriação de novos recursos da floresta

³³ O látex é extraído da seringueira, *hevea brasiliensis*, ficou mundialmente conhecido por sua maleabilidade e impermeabilidade. Eckhard Kupfer (2015), relata que, mesmo antes de ficar conhecido pela indústria automobilística, “os índios do México e de outros países latino-americanos conheciam as vantagens desse produto: utilizavam o material para fazer bolas que pulavam muito mais alto que as pessoas, e também para, através de camadas desse em seus tecidos torná-los impermeáveis. Na língua dos Maias era chamado de *cautchuc*” (KUPFER, 2015, p. 189).

e das águas, por conter uma promessa de riqueza monetária ainda não explorada. O mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessam os séculos e ainda são a chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores. Assim é construída, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias (CASTRO, 2010, p. 106).

A ideia de que a Amazônia seria a terra das oportunidades fomentava cada vez mais a imigração, atraindo jogadores, negociantes e aventureiros dos mais diferentes estados brasileiros. Para Gondim (2007), no bojo de toda corrida pela exploração da borracha também estiveram presentes a devastação do capital mercantil e do capital industrial, alterando a forma de organização social anteriormente conhecida, modificando a Amazônia profundamente, tanto economicamente como socialmente, quebrando o isolamento e levando a região a se integrar ao mercado internacional.

Ribeiro (1995) relata que cerca de meio milhão de nordestinos migraram para a Amazônia por conta da exploração dos seringais nativos. Os recém-chegados eram pessoas que careciam de políticas públicas e assistência social, muitos deles foram incentivados a migrarem para a Amazônia fugindo da miséria e atraídos pelas propagandas governamentais que estimulavam a migração com o *slogan* “Rumo à Amazônia, Terra da Fartura”, esses e outros slogans fizeram parte da “Campanha da Borracha”, a seguir alguns dos cartazes que foram veiculados à época.



Figura 19 - Campanha da Borracha. Acervo Jean Pierre Chabloz , Fortaleza, 1943 – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Já na década de 40 e diante do amplo financiamento norte-americano para reanimar os seringais na Amazônia brasileira, muito em razão das crescentes demandas que a II Guerra Mundial impunha ao mercado internacional, o governo brasileiro procurou incentivar o fluxo migratório para os seringais. Com vistas à angariar mão de obra e incentivar a migração, o governo cria o Serviço Especial de Mobilização dos

trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), com sede em Fortaleza – Ceará, esse núcleo tinha como função mobilizar e selecionar trabalhadores, além de encaminhá-los até Belém – PA, onde eram redistribuídos aos Seringais por um outro órgão do Estado, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) (MORAES, 2012).

Para Castro (2015), o elemento que viabilizou a exportação da borracha foi a forma pela qual o trabalho foi organizado, objetivando a produção e o escoamento da borracha aos mercados internacionais, segundo essa mesma autora, a servidão nos seringais e o uso do sistema de aviamento eram práticas comuns em toda a extensão da Amazônia. Segundo Cavalcanti (2015), o sistema de aviamento funcionava da seguinte forma, o proprietário das terras (seringalistas) fornecia os bens de consumo e os utensílios necessários para a exploração da produção do Látex a crédito e o produtor direto (seringueiro) empenhava sua força de trabalho na extração gumífera

Não havia circulação de dinheiro, mas o seringalista usufruía dos lucros através do monopólio exclusivo do comércio de mercadorias. Os preços eram fixados pelo aviador (aquele que fornecia a mercadoria – e isto permitia aferição de ganhos extras). O seringalista, por sua vez, era aviado pelas “casas aviadoras”, em sua maioria estabelecidas em Belém e Manaus, as reais beneficiárias desse lucro extra (CAVALCANTI, 2015, p. 48).

A partir de 1940, no segundo ciclo da borracha, o Banco de Crédito da Borracha decreta o fim do sistema de aviamento, o Estado passou a bancar os recursos para a economia extrativista, a regulamentar as relações de trabalho e os preços praticados para o produto final (CAVALCANTI, 2015).

Nessa espiral, – presente no primeiro ciclo da borracha com o sistema de aviamento e, posteriormente, capitaneada pelo Banco da Borracha – a remuneração do trabalho do seringueiro não conseguia pagar as mais elementares necessidades humanas, o endividamento crescente do seringueiro era o que mantinha a produção. Conforme Cavalcanti (2015), “o endividamento se alastrou no sentido seringueiro/casas aviadoras/Banco da Borracha, sendo este último o financiador da produção e, em decorrência, o credor e responsável por toda a articulação da produção gumífera”.

O cultivo planejado da borracha que havia sido tão próspero na Ásia, inspirou a montadora de automóveis americana Ford, que buscava se tornar mais independente dos fornecedores ingleses e por isso investira em uma plantação própria. Em 1927 a empresa americana adquiriu uma área de 1 milhão de hectares próximo ao rio Tapajós e, depois de desmatar a área, deu início às plantações, fazendo surgir no meio da floresta

amazônica a cidade de Fordlândia (KUPFER, 2015). Contudo, ainda conforme o relato do mesmo autor, um número muito grande de pragas acometia as plantações, insetos que não atacavam as seringueiras nativas o faziam nas plantadas. Em 1934, apenas 3.400 hectares haviam sido plantados em Fordlândia, nos anos seguintes, seguia apenas como uma estação de testes, quando em 1946 foi vendida ao governo brasileiro.

O seringueiro, recrutado pelo Estado como soldado da borracha, agora amargava o prejuízo econômico e o declínio da venda da borracha, isso porque depois da Segunda Guerra Mundial as colônias britânicas voltaram a produzir o Látex para o mercado internacional, desta forma, havia um excedente de matéria-prima, fazendo o valor da borracha cair drasticamente. Associado a esse fato, os americanos davam preferência pelo produto dos seringais do oriente, por serem mais baratos do que o produto brasileiro, a concorrência, que havia dado trégua durante a Segunda Guerra³⁴, estava de volta.

Kupfer (2015) salienta que mesmo depois do pós-guerra houveram novas tentativas de plantações na região de Ananindeua e Iguapé-Açu, no Pará, financiadas por fabricantes de pneus – Goodyear e Pirelli, mas uma vez mais as pragas atacaram as plantações e verificou-se também que a quantidade de látex produzida por árvore não atingia o esperado.

Embora as seringueiras continuassem sendo uma fonte de borracha natural, sobretudo, pela extensão da bacia do rio Amazonas, a prosperidade alcançada entre 1885 e 1910 não foi mais possível novamente. Cavalcanti (2015) salienta que a partir de 1950 a oferta de borracha natural não era suficiente para suprir nem a demanda do mercado interno.

A partir da década de 1960, a Amazônia passou a ser vista como um espaço para a aplicação dos investimentos capitalistas, apoiados pelas políticas econômicas e fiscais do Estado brasileiro. Esse período marca a abertura da Amazônia para os grandes empreendimentos de infraestrutura – como a construção de rodovias e projetos de colonização, é a consequente abertura de novas fronteiras guiadas pelas bandeiras do nacionalismo e do desenvolvimentismo.

³⁴ Os seringais da Malásia e no Ceilão haviam sido tomados pelos japoneses, acarretando a redução dos estoques de borrachas disponíveis aos aliados em um momento de grande produção da indústria bélica (CAVALCANTI, 2015).

3.2 Expansão da Fronteira: a Era dos Megaprojetos

Para Edna Castro (2015), a Amazônia brasileira foi forjada no seio das elites nacionais e concebida como fronteira de recursos na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação, tal ideia sempre foi endossada pela compreensão de que a Amazônia era um vazio demográfico e, portanto, passível de ocupação e exploração do território. A autora ainda considera que qualquer tipo de representação da Amazônia multicultural e multiétnica passou ao largo da ideia-força que tomou o centro dos debates e compreensões sobre a Amazônia.

Mesmo após o ciclo de exploração da borracha, o Estado brasileiro considerava a região amazônica como uma área de interesse nacional e estratégica para os planos de desenvolvimento previstos àquela altura. A matriz básica de expansão da fronteira no Brasil reproduziu os padrões do modelo americano e canadense – marcha para o Oeste, a versão brasileira foi pensada no Estado Novo, governo de Getúlio Vargas, a ideia de integrar o país e construir um sentimento nacionalista comandava o centro das discussões naquele momento.

A integração é instrumentalizada por meio de obras de infraestrutura, a construção de rodovias, certamente, teve um papel protagonista no avanço da fronteira agrícola e econômica

Os demais programas seguem a mesma matriz de intervenção no território das quais o Estado afirma o movimento nacional-desenvolvimentista, com seus personagens que reeditam a saga bandeirante e de sertanistas, com a invenção de uma pseudointegração de mundos muito diferentes, o moderno, civilizador, e o não moderno, identificados nos personagens do camponês, do índio, do caboclo, do ribeirinho, do pantaneiro e do sertanejo, ligados apenas pelos processos de conflito (CASTRO, 2015, p. 110).

Para essa mesma autora, Castro (2015), desde o programa do Estado que incentivava o avanço da fronteira para o oeste do país, o que estava em jogo era a ideia de brasilidade, a construção de um sentimento de nação e a incorporação dos sertões brasileiros ao mercado e à racionalização do capital. Projetado e pensado no seio do capitalismo, esse avanço da fronteira é, antes de tudo, um lugar de atualização dos mitos, confunde o conhecido e o desconhecido, a ideia de conquista está contida inclusive no nome das cidades, vilas ou povoados, tais como por exemplo: “Eldorado dos Carajás, Mundo Novo, Nova Esperança, Vitória da Conquista e Redenção” (CASTRO, 2015, p. 111).

A partir de década de 50, ações estatais começaram a implementar o desejo de integração nacional proposto pelo Estado, em 1953, Getúlio Vargas sanciona a Lei nº 1.806, que tinha como objetivo favorecer a industrialização de matérias-primas da Amazônia para o mercado interno e exportação; desenvolver a produção agrícola, extrativa e animal; elaborar e executar um plano de transporte e comunicação; estabelecer uma política energética, através da utilização dos recursos naturais, para fornecimento aos centros industriais do país. Com vistas a cumprir esses e outros objetivos, o plano teve como órgão responsável por sua execução a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) (CARSOSO; MULLER, 2008).

O SPVEA gerenciava o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia que era composto, dentre outras fontes de recurso, por 3% da renda tributária da União, dos Estados e Municípios da região amazônica. Anos mais tarde, em 1966, houve uma reedição dos principais objetivos do Plano, tornando a execução das ações mais descentralizadas, passando a criar programas e projetos referentes a setores específicos. Cardoso e Muller (2008) falam que também foram feitas algumas modificações importantes em relação ao tipo de desenvolvimento desejado para a Amazônia, proponto uma nova associação entre o capital nacional, estrangeiro e também privado, observa-se que o Estado abriu, com isso, o terreno para o capital privado.

Além da reedição dos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, a lei de 1966 também extinguiu o SPVEA e criou em seu lugar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que teve como papel principal coordenar as ações federais na Amazônia, a SUDAM era a “principal encarregada da elaboração e execução do Plano de Valorização, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia” (CARDOSO; MULLER, 2008, p. 89).

A SUDAM passaria a avaliar e fazer as alterações necessárias no Plano, coordenar e supervisionar os programas de outros órgão federais atuantes na Amazônia, fiscalizar a aplicação de verbas empregadas e também promover estudos sobre as potencialidades da região. É também sob a supervisão da SUDAM que o Governo Federal passou a fazer uma série de deduções tributárias e incentivos fiscais para os investidores, as áreas prioritárias eram: energia, transporte, educação,

comunicação e colonização. Conforme relatado por Cardoso e Muller (2008), os incentivos fiscais poderiam ser,

[...] todas as pessoas jurídicas poderiam descontar do imposto de renda: a) até 75% do valor das obrigações do BASA que adquirissem; b) até 50% do valor do imposto devido para investimentos em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos, segundo critérios e prioridades determinados pela SUDAM (CARDOSO; MULLER, 2008, p. 91).

Ainda na esteira de incentivos fiscais promovida pelo estado, foi criada em 1967 a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Com vistas a incentivar as empresas a se estabelecerem na Amazônia, o Estado outorgou a isenção de tarifas alfandegárias na importação de produtos e a isenção de taxas aduaneiras para as empresas sediadas em Manaus – AM. A SUFRAMA pretendia integrar a Amazônia ao resto do país, por meio da criação de centro industrial e agropecuário.

Essas medidas promovidas pelo Estado intentavam a reestruturação do financiamento de projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Conforme considerou Little (2013), esse planejamento foi forjado com base nas políticas de internacionalização das empresas nacionais e a construção de lideranças regionais dominadas por capital nacional.

A partir do governo militar, após o golpe de 1964 – já na década de 1970, o lema do Estado era “ocupar para não entregar”, segundo Tavares (2011) o quinquênio de 1967 – 1971 se configura como o Primeiro Plano de Integração (PIN) sob o lema “segurança e colonização”, a proposta para esse momento era preencher o suposto vazio demográfico da região. O Plano Nacional de Integração (PIN), estabelecido pelo governo Médici (1972 – 1974), buscava desmobilizar a luta pela reforma agrária no Nordeste, passando a colonizar a região amazônica por meio de projetos de colonização capitaneados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (TAVARES, 2011).

A primeira etapa do PIN ocorre com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá – Santarém e é ao longo dessas rodovias, em especial a Transamazônica, que o INCRA implementa os projetos de colonização e reforma agrária, promovendo o assentamento de pequenos agricultores ao longo de toda a rodovia e suas vicinais. Em um primeiro momento, foram assentadas famílias oriundas do Nordeste, dada a grande seca que assolou a região em 1970, depois dessa primeira etapa, passaram a

predominar famílias de outras regiões do país (TAVARES, 2011; CASTRO; CAMPOS, 2015).

No ano de 1974 é implementado o POLAMAZÔNIA, tendo como finalidade promover os setores de agropecuária e agroindustrial em áreas prioritárias na Amazônia, pecuaristas e empresas privadas tomavam recursos da SUDAM e do BASA para o financiamento de projetos agropecuários, contudo, conforme relato de Castro e Campos (2015), no caso específico do Pará, os esforços empenhados pelos governos militares não alcançaram os resultados esperados,

Os esforços dos órgãos de planejamento dos sucessivos governos militares, no entanto, foram insuficientes para prever os problemas sanitários associados à pecuária extensiva praticada no sul do Pará. Só recentemente, em agosto de 2013, o Pará teve reconhecida, pelo Ministério da Agricultura, a condição de “área livre de febre aftosa com vacinação”, o que abre as portas para a exportação de carne in natura. Alijada do mercado internacional e pouco competitiva nos distantes mercados mais nobres do Centro-Sul do país, à pecuária de estrada do sudeste do Pará restou o mercado paraense e regional para desaguar sua produção (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 449).

Todas as ações aqui descritas cooperaram para uma mudança profunda na vida social e na economia da Amazônia, estava inaugurado o período dos grandes projetos de infraestrutura e comunicação. De acordo com a reflexão inicial do texto de Cardoso e Muller (2008), a Amazônia deve ser vista, sobretudo quando se trata de sua história de ocupação, em relação ao processo de expansão do próprio capitalismo, que se dá por incentivo e direção do Estado,

O caráter autoritário do Estado que promove o atual devassamento não deve ser visto, entretanto, como pressuposto necessário para a incorporação da Amazônia à economia nacional. Ele emergiu da resolução de impasses políticos nucleados em outras áreas do país. Na medida em que o espaço e os interesses amazônicos se integraram ao desenvolvimento nacional o autoritarismo colocou-se como ponto de partida do atual perfil da ocupação da Amazônia (CARDOSO; MULLER, 2008, p. 2).

O autoritarismo, descrito pelos autores no trecho citado, desencadeou uma série de conflitos que se arrastam até os dias de hoje, uma série de confrontos relacionados ao crescimento da grilagem de terra, à mineração predatória e desorganizada, à devastação da floresta por conta da retirada ilegal de madeira e para criação extensiva de gado, conflitos agrários envolvendo grandes latifundiários e o movimento sem-terra. Sem tocar na questão indígena, com a ameaça constante de invasão de território, mineração e retirada de madeira clandestina por parte de fazendeiros e do próprio Estado.

Somada a todos os conflitos descritos, a região enfrenta ainda a construção de

grandes hidrelétricas que ferem os marcos referenciais dos direitos humanos das populações afetadas, como foi o caso de Balbina, Tucuruí e, mais recentemente, o Complexo Hidrelétrico do Madeira e Belo Monte. Desde o governo militar, o potencial hídrico da Amazônia tem sido colocado na pauta dos projetos de investimentos, para Castro (2015), a pressão dos produtos que demandam um alto consumo de energia contribui com a visão hegemônica que considera os rios amazônicos como prioridade energética.

Paul Little (2013) salienta que uma das principais características dos projetos de grande escala é o “gigantismo”, sobretudo, porque quase sempre as decisões são tomadas por gestores, levando em consideração as proporções do investimento e não as populações impactadas diretamente pela obra,

O gigantismo valoriza obras de grande escala, como um valor em si, que serve para justificar a elaboração de iniciativas e programas para a construção de uma infraestrutura enorme, que serve como um mecanismo que favorece as grandes empresas de construção civil, que influenciam fortemente dentro de seus respectivos governos. Também reforça a ideologia dominante de planejamento “de cima para baixo” que permeia a maioria dos governos da região, especialmente com referência às suas regiões amazônicas (LITTLE, 2013, p. 29).

Nesse sentido de integração competitiva, o projeto regional que envolve países da América do Sul, conhecido como Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), adota o modelo de desenvolvimento baseado na elaboração de megaprojetos de investimento. Esse conjunto de programas visa integrar os países pertencentes através de três eixos: logística de transporte, energia e comunicação (CASTRO, 2012).

Segundo Little (2013), as iniciativas de integração entre países da América do Sul representam outro fator importante para se compreender o avanço de fronteiras na Amazônia contemporânea e, conseqüentemente, levou à proliferação de projetos de grande porte na região conhecida como Panamazônia.

El proyecto IIRSA es un proceso multisectorial que pretende desarrollar e integrar las infraestructuras de transporte, energía y telecomunicaciones. Se trata de organizar el espacio geográfico con base en el desarrollo de una infraestructura física de transporte terrestre, aéreo y fluvial: oleoductos, gasoductos, hidrovías, puertos y tendidos eléctricos, así como de fibra óptica, entre los más destacados. Esas obras se materializarán en diez ejes de integración y desarrollo, corredores que concentrarán las inversiones para incrementar el comercio y para crear cadenas productivas conectadas con los mercados mundiales (ZIBECHI, 2013, p. 213).

Para os governos dos países sul americanos, o IIRSA representa a possibilidade de tornarem seus produtos mais competitivos para o mercado internacional e, dessa

forma, se colocarem em condições lucrativas no cenário global. O Brasil, por meio de instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiou projetos em inúmeras frentes e fronteiras nacionais de países signatários do IIRSA.

Em território nacional, a construção das obras propostas pelo IIRSA foram capitaneadas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³⁵, constituindo uma macropolítica de crescimento econômico. A partir de 2007, o PAC marca o avanço do capital nacional e estrangeiro investido em obras de infraestrutura em todo o país, mas com especial interesse na Amazônia. Seguindo uma vez mais o modelo de desenvolvimento já implementado pelos governos militares, o PAC converge suas estratégias com vistas ao mercado global, mais especificamente os países asiáticos, por isso o projeto prevê uma série de saídas para o Pacífico e a interligação rodoviária entre o Brasil e outros países da América Latina.

O PAC I e PAC II buscaram acelerar o crescimento econômico, somente entre 2007 e 2010 foi previsto o investimento de R\$ 503,9 bilhões, conforme dados apontados por Castro (2012, p. 49). Com a construção de megaprojetos, o governo assegurou também a implantação de grandes grupos empresariais nas áreas de mineração, agricultura mecanizada, pecuária e exploração madeireira, todos esses setores têm como produto final a geração de *commodities*.

Zibechi (2013) relaciona que o grande empenho em prover energia elétrica por meio dos rios da Amazônia corresponde também a alimentar as grandes indústrias exportadoras, tal como as indústrias de minério, pois elas são as principais consumidoras de energia e água do país. Além disso, projetos de infraestrutura, como a construção de grandes barragens, têm grandes orçamentos, representando enormes lucros para os consórcios construtores. Até aqui, como se percebe, a Amazônia como ideal de lugar de oportunidades trouxe enormes prejuízos ambientais. Porque todos os ciclos econômicos implantaram projetos que, entre outros dramas e problemas, destruíram a natureza, acabaram com espécies e impuseram a morte de pequenos rios.

³⁵ Informações adicionais sobre o PAC estão disponíveis em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 10 maio 2019.

3.3 A construção de hidrelétricas na Amazônia

Para efeito de análise dessa discussão, faremos agora um passeio panorâmico pelas principais construções de hidrelétricas na Amazônia, desde a outorga de Tucuruí, no estado do Pará, até a instalação de Belo Monte. A proposta desse item é compreender como o projeto e a construção dessas hidrelétricas têm violado sistematicamente os marcos referenciais dos direitos humanos das populações atingidas desde a década de 1980. Cumpre lembrar que o objeto de análise desse estudo é Belo Monte, mas a construção dessa usina está longe de ser um caso isolado, repete uma vez mais os padrões das construções de hidrelétricas anteriores, tais como Tucuruí e Balbina, ou mesmo as hidrelétricas no complexo do Rio Madeira e é sobre esse cenário que trataremos à seguir.

Para Fearnside (2015), a construção de barragens na região Amazônica representa significativos impactos ambientais e sociais, o autor considera que os impactos locais são subestimados, enquanto a tomada de decisão tende a superestimar os benefícios desses empreendimentos.

Ainda para esse mesmo autor, é preciso compreender que a geração de energia por meio de hidrelétricas não pode ser considerada uma geração de energia limpa, isso se deve ao fato dos reservatórios em áreas de florestas tropicais, tal como a Amazônia, quase sempre possuem grandes lagos, ocasionando a decomposição da vegetação coberta pela água (mesmo quando o trabalho de retirada da madeira é feita antes do enchimento), essa decomposição ocorrida no fundo do reservatório a cada ano produz o metano. O metano originado por meio da vegetação da zona de deplecionamento³⁶ representa uma fonte constante desse gás de efeito estufa, quando a água do fundo do reservatório emerge das turbinas e dos vertedouros, grande parte desse gás é liberado para a atmosfera (FEARNESIDE, 2015; BERMANN et al., 2010).

³⁶ “A cada vez que o nível mínimo operacional normal é atingido, um vasto lamaçal é exposto, e a vegetação herbácea, de fácil decomposição, cresce rapidamente nesta zona, conhecida como zona de “deplecionamento”, ou de “drawdown”” (FEARNESIDE, 2015, p. 128).

3.3.1 UHE Tucuruí

Desde a construção da usina de Brokopondo³⁷ na década de 1960, no Suriname, a instalação de hidrelétricas têm agravado o quadro de grandes conflitos com consequências sociais e ambientais. A construção de Tucuruí, no estado do Pará, é um dos exemplos de hidrelétricas que geraram uma série de controvérsias durante sua construção e, mesmo após o início de operação, continuaram a causar danos para as populações locais.

A construção foi iniciada em 1976, bloqueando o rio Tocantins, no estado do Pará, e depois de cheio o reservatório inundou 3.513,29 km²³⁸, afetando os municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí, incluindo parte das terras indígenas Parakanã, Assurini do Trocará e Gavião (RODRIGUES, 2010). Tucuruí estava prevista para ser construída em duas etapas, conforme relato de Fearnside, “a casa de força tem 4.000 megawatts (MW) de capacidade instalada na sua fase inicial (Tucuruí-I), que aumentaria para 8.000 MW em uma segunda fase planejada (Tucuruí-II)” (FEARNSIDE, 2015, p. 38).

A usina, construída pela subsidiária da ELETROBRÁS – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), iniciou a operação em 1984, tendo a primeira etapa finalizada apenas em 1992, com 4.245 MW de capacidade de geração de energia, capacidade instalada que dobrou com a segunda etapa finalizada em 2007, chegando a 8.535 MW, conforme dado contido no “Banco de informação de geração”, elaborado pela ANEEL³⁹.

Ainda segundo relato de Fearnside (2015), a ELETRONORTE não incluiu nenhum estudo que versasse sobre os impactos sociais na avaliação prévia da barragem, o autor aponta ainda que não constavam nos termos de referência nenhuma possibilidade de modificação das decisões da engenharia, incluindo o nível da água. A hidrelétrica foi

³⁷ Com capacidade instalada de 189 MW, o reservatório tomou uma área de 1.560 km², levando à expulsão de cerca de 6.000 pessoas que viviam em 34 vilas na região. As comunidades de Saramaca e Njyuka acabaram sendo removidos para vilas de transmigração (BERMANN et al., 2010).

³⁸ Dados consultados no site de Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do seguinte endereço eletrônico - <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/Default.cfm?CFID=29956889&CFTOKEN=3ea4631cbdc14f16-71B1442B-EDA4-E59B-D5CE73DE9B141302&jsessionid=783039bb9538ea3dcead6b75461050a35785>.

³⁹ Disponível no seguinte endereço eletrônico - <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>. Acesso em 15 de jul. de 2019.

construída no período anterior a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e dois meses após o início da construção, apenas um consultor foi destacado para fazer uma espécie de avaliação ambiental.

O relatório que resultou de um mês de visita de campo, apontou que em média dois terços das famílias deslocadas não teriam nenhum direito a compensação por falta de títulos da terra. Para Fernside (2015), o relatório elaborado⁴⁰ representou um erro grosseiro no levantamento de pessoas a serem deslocadas, chegando ao número de 15 mil pessoas a serem realocadas pela ELETRONORTE. As deficiências dos estudos feitos antes do enchimento do reservatório subestimaram o número de pessoas a serem deslocadas, conforme relato do autor “estimativas oficiais do número de pessoas subsequente aumentaram até 23.871” (FEARNSIDE, 2015, p. 40).

Segundo o mesmo autor, um dos fatores que levou a subestimativa no número de afetados foi a consideração de apenas pessoas que residiam apenas na área de inundação, excluindo-se, portanto, as famílias que residiam em áreas adjacentes e se utilizavam das várzeas sazonalmente para a agricultura de subsistência. Outro fator apontado, foi o crescimento populacional ocorrido entre o levantamento e o enchimento do reservatório.

Os moradores que já haviam sido realocados pela ELETRONORTE, tiveram que ser transferidos uma vez mais, porque os reassentamentos foram inundados pelo reservatório. Um total de 3.700 pessoas foram retiradas e encaminhadas para um segundo reassentamento, fato esse que foi resultado de erros topográficos que indicavam as áreas que seriam inundadas. Os erros topográficos ocorreram nos dois sentidos, em alguns casos áreas não previstas inicialmente foram inundadas e em outros, áreas ficaram, inesperadamente, secas,

Tensões adicionais surgiram quando uma parte da população que tinha sido removida pela ELETRONORTE voltou espontaneamente para a faixa entre as cotas de 72 e 76 m. O limite superior para re-assentamento foi originalmente estabelecido em 86 m, e subsequente reduzido até 76 m (em parte, com base em informações topográficas melhoradas) depois que a maioria dos residentes já tinha sido deslocado; o movimento de volta para a faixa entre 76 e 86 m criou muitas injustiças, especialmente para os numerosos residentes originais que não tinham a titulação legal (FEARNSIDE, 2015, p. 40).

⁴⁰ Segundo o Relatório Final da Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (1999), a regularização ambiental do empreendimento foi conduzida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do Pará.

Um grave problema de saúde pública gerado a partir do enchimento do reservatório de Tucuruí foi o aumento vertiginoso do mosquitos do gênero *Monsonia*, conhecido regionalmente como Carapanã, o surto de mosquitos se deu pelo fato do reservatório não ter tido a área desmatada previamente e quando a água tomou os espaços que antes eram compostos pela vegetação, acabou desequilibrando o nível de nutrientes contidos no lago. Conforme Fearnside (2015), o surto dos mosquitos era uma consequência previsível, porque acredita-se que as macrófitas aquáticas do reservatório atuam como uma espécie de criadouros para estes mosquitos em toda Amazônia.

No relato a seguir, o senhor Payaré, Cacique da tribo Gavião da Montanha, comenta a dificuldade que era viver na área em que ocorreu o surto de insetos, “mosquito?!... mas rapaz era em grande quantidade, a pessoa precisava pegar o mosquiteiro para poder comer, porque não dava, né?! Porque entrava na boca era demais... E também era muito inseto deles, era demais”, fala registrada pelo documentário “Tucuruí – A Saga de um Povo”⁴¹, a praga de mosquitos afetou severamente a área de reassentamento dos indígenas Parakanã.

Em razão desse grande número de mosquitos e da dificuldade enfrentada pelas pessoas instaladas nas proximidades do reservatório, muitos dos atingidos acabaram saindo das áreas de reassentamento. Além dos impactos brevemente relatados aqui, os atingidos de Tucuruí ainda tiveram que conviver com um número crescente de Malária, o desaparecimento da pesca que tradicionalmente servia de sustento para os ribeirinhos e também contaminação por mercúrio (FEARNSIDE, 2015).

Conforme parecer do Relatório Final da Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2006, p. 95), tomando como base os marcos referenciais dos direitos humanos e as informações levantadas sobre os atingidos de Tucuruí, concluiu-se que na implantação desse megaprojeto os seguintes direitos humanos foram violados:

⁴¹ “Tucuruí – A Saga de um Povo” relata a luta de centenas de atingidos, muitos deles continuam sem indenização e as famílias que moram perto da usina não possuem luz elétrica e condições dignas de vida, o curta-metragem fala ainda de como Tucuruí não trouxe o progresso prometido para a região. O filme foi produzido pela equipe de comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=NSm8J3CUsOU>> . Acesso em: 13, maio 2019.

- Direito à informação e à participação – a dispensa dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), restringiu o acesso a informação e, sobretudo, a participação da população;
- Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida – caso dos pescadores que atuavam à jusante que tiveram que abandonar a atividade pesqueira em função da redução do número de peixes. Agricultores que foram reassentados em terras não produtivas e comerciantes transformados em colonos;
- Direito à moradia adequada – para os atingidos que tinham moradia foram entregues o “kit-casa” (material para a construção da casa), não sendo consideradas as condições das moradias anteriores, tal como: tamanho, segurança, equilíbrio, bem-estar. Além das condições ambientais estabelecidas pela barragem, tal como a praga de mosquitos, que ocasionou o abandono de casas;
- Direito à um ambiente saudável e a saúde – comprometimento do sistema do atendimento em saúde com a praga de mosquitos *Monsonia* e o aumento vertiginoso no número de casos de malária;
- Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais – os deslocamentos forçados ocasionados pela construção de Tucuruí, acarretaram na perda dos conhecimentos e costumes locais, tanto nas comunidades ribeirinhas como para os povos indígenas afetados;
- Direito à alimentação – redução da agricultura de várzea e dos estoques pesqueiros;
- Direito dos povos indígenas e tradicionais à posse permanente e usufruto exclusivo da terra;
- Direito à melhoria contínua de vida – casos em que os reassentamentos não corresponderam à terra anteriormente possuída;
- Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial – o povo Gavião teve que esperar 17 anos por decisão judicial;
- Direito à dignidade da pessoa humana – comprometimento da reestruturação da vida individual e coletiva;

Na avaliação final, Fearnside (2015) afirma que o alto custo financeiro na condução da obra de Tucuruí, o deficitário retorno econômico para região – uma vez que

Tucuruí foi construída para fornecer energia para o beneficiamento de alumínio e não para o consumo de energia local – e os impactos sociais de longo alcance, fizeram da história de implantação dessa usina emblemática e um exemplo de muitas injustiças sociais. Para o autor, os altos custos sociais e os impactos ambientais devem ser melhor avaliados quando da implementação de projetos como esse na Amazônia, mas que, sobretudo, haja uma política de mitigação justa dos impactos vividos pelas comunidades locais.

3.3.2 UHE Balbina

As obras da hidrelétrica de Balbina foram iniciadas na década de 70, ainda durante a ditadura militar no Brasil, assim como Tucuruí. A usina barrou o rio Uatumã, no centro da região Amazônica, no estado do Amazonas, localizada a oeste do município de Presidente Figueiredo, a 192 km de Manaus. A importância de Balbina para essa retomada histórica se faz pelo projeto ter se convertido em uma obra “faraônica”, para citar o termo que Fearnside (2015) utiliza ao descrever a construção de Balbina, e por ser um exemplo de falta de planejamento tanto quanto com relação aos impactos ambientais, como quanto aos custos financeiros e, sobretudo, pelo caráter autoritário na condução das obras, características que se repetem mesmo na construção de hidrelétricas no período democrático do Brasil, como é o caso do complexo do Madeira e de Belo Monte.

A geografia plana da região e o pequeno porte da bacia do rio Uatumã, acabaram contribuindo para a formação de um grande lago – a usina inundou uma área de 2.996 km²⁴² e possui uma pequena produção de energia. Com capacidade instalada de 250 MW, já que a usina foi proposta para operar com 5 turbinas de 50 MW cada, um lago tão grande e raso acabou formando uma série de ilhas, existem 3.300 ilhas no lago de Balbina e inúmeras baías com água parada (FEARNSIDE, 2015, p. 98).

⁴² Fearnside (2015) e Baines (1994), apresentam esse dado sobre o reservatório de Balbina, contudo na página da ANEEL na internet a área inundada é de 4.437,72 km², informação pode ser consultada através do endereço a seguir - <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/Default.cfm?CFID=29956889&CFTOKEN=3ea4631cbdc14f16-71B1442B-EDA4-E59B-D5CE73DE9B141302&jsessionid=783039bb9538ea3dcead6b75461050a35785>. Acesso em: 13, maio 2019.

Esse imenso lago gerou uma série de problemas, tais como a decomposição da vegetação no interior da represa, água ácida e anóxica, emissão de gás metano, além do deslocamento compulsório do povo Waimiri-Atroari, já vilipendiado pelas ações do Estado. Fearnside (2015) busca compreender porque o governo militar decidiu construir Balbina e, dentre alguns possíveis argumentos, enumera que o projeto foi apresentado a população local como um exemplo da capacidade do governo estadual de obter financiamentos e benfeitorias na esfera federal. Contudo, em 1982 o partido que havia iniciado as negociações e estudos para implementação de Balbina o Partido Democrático Social (PDS) não venceu as eleições, o novo partido no comando do Estado, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mesmo depois de uma hesitação inicial, acabou defendendo o projeto como uma espécie de salvação do Estado (FEARNSIDE, 2015, p. 101).

Outro possível motivo elencado por Fearnside (2015), intenta que Balbina foi construída para facilitar a extração de minérios na região,

A mina de Pitinga, situada na parte superior da bacia hidrográfica de Balbina e na bacia adjacente do rio Alalaú, é cotada como sendo a maior jazida no mundo de cassiterita de alto grau de pureza. Algumas ocorrências de estanho têm sido identificadas na área de inundação, porém a ELETRONORTE insiste que essas não são exploráveis economicamente (FEARNSIDE, 2015, p. 101).

Contudo, para Rodrigues (2013) a construção de Balbina foi motivada pela Zona Franca de Manaus, conhecida atualmente como Polo Industrial de Manaus, sobretudo porque, a hidrelétrica tinha como objetivo inicial atender 50% da necessidade da cidade de Manaus, que em “1987 consumia 1.300 toneladas de combustível fóssil por dia a um custo US\$ 175.341,00 ou US\$ 64 milhões por ano” (RODRIGUES, 2013, p. 52). Considerando esse argumento como um possível fator motivador para a construção de Balbina, podemos concluir que essa tomada de decisão foi um fracasso, especialmente porque atualmente a usina de Balbina consegue atender somente 10% da necessidade de energia demandada pela cidade de Manaus.

Por outro lado, observa-se que as motivações para a construção de Balbina partiram em grande medida de uma necessidade política e não unicamente econômica, isso porque a região Amazônica já dispunha do projeto de uma grande usina – Tucuruí, mas como a hidrelétrica seria implementada no estado vizinho, o Pará, a classe política amazonina se apoiou no seguinte entendimento,

[...] quanto mais obras em um determinado Estado da Federação mais a área seria, aos olhos do governo, vista como um imenso polo de desenvolvimento, o que poderia ser apresentado à população como fruto de um plano organizado e coeso de avanço nacional (RODRIGUES, 2013 p. 58).

Objetivava-se gerar energia de baixo custo, a partir de uma mão de obra pouco qualificada, por meio das grandes obras era possível demonstrar os esforços do Estado na modernização da Amazônia no cenário político nacional, mesmo que isso tivesse um custo muito elevado para as comunidade locais e, especialmente, para o povo etnia Waimiri-Atroari.

Construída por meio de um consórcio entre a empreiteira Andrade Gutierrez e as empresas Monasa Consultoria e Projetos Ltda. e EngeRio – Engenharia e Consultoria S.A, Balbina estava prevista para ser finalizada em 1982, mas foi concluída em outubro de 1987 e só em 1989 teve o reservatório completamente cheio. Conforme Rodrigues (2013) o custo de construção da usina girou em torno de US\$ 750 milhões até a sua finalização, desconsiderando o gasto com a linha de transmissão de 170km de distância entre a hidrelétrica e a cidade de Manaus, o que segundo informações de Fearnside (2015) elevou o custo do empreendimento a US\$ 1 bilhão.

Quanto aos atingidos, a ELETRONORTE reconheceu um número muito baixo de pessoas, segundo Fearnside (2015) apenas uma família não indígena foi reconhecida como atingida na área de inundação e mais 100 famílias que estavam localizadas entre o barramento do rio Uatumã e 95 km a jusante. De acordo com informações levantadas por outras organizações que se opunham a construção de Balbina, o número de atingidos era bem maior, perfazendo o total de 250 famílias atingidas diretamente (FEARNSIDE, 2015). Como forma de compensação aos atingidos não indígenas de Balbina, a Eletronorte ofereceu terras num projeto de assentamento do governo.

Ferarnside (2015) destaca ainda que residentes ao longo do rio abaixo da barragem optaram por ficar em suas terras, a eles foram destinados benefícios que compensassem a falta de água potável e a perda do estoque de peixes quando do enchimento da barragem, dentre as ações mitigatórias estavam a construção de poços e tanques de água. Contudo, até o fechamento da barragem, cerca de apenas um terço dos poços demandados haviam sido entregues.

Além da inconsistência na entrega das compensações aos moradores atingidos, a ELETRONORTE acabou por interromper o levantamento do número de famílias que receberiam o programa assistencial, restringindo a 100 o número de famílias, localizadas a 95 km a baixo da barragem. Rodrigues (2013) elucida que todas essas ações visavam a minimização do custo final da obra,

Em Balbina, a existência de populações e a avaliação dos impactos sociais a elas, a retirada dos moradores, a mensuração financeira das compensações pelos deslocamentos e a execução da mitigação possível referente aos casos negativos relacionados a esses deslocamentos não foram analisadas de modo profundo porque representavam custos elevados aos investimentos e estenderiam o tempo do retorno financeiro (RODRIGUES, 2013, p. 85).

No caso dos indígenas o vilipêndio foi ainda maior, de acordo com Viveiro de Castro e Andrade (1988) a região em que a hidrelétrica foi instalada, entre as cachoeiras de Balbina e Morena, era ocupada até a década de 1970 pelos índios Waimiri-Atroari e fora abandonada por eles devido a pressões de invasores, grupos mineradores e contatos violentos com Estado. Antes mesmo da construção de Balbina a reserva fora desmembrada e redimensionada pelo governo militar, conforme consta no trecho a seguir,

A Reserva Indígena foi desfeita e redefinida pelo Decreto Presidencial No.86.630 de 23.11.81, desmembrando justamente a área previamente invadida por empresas mineradoras do Grupo Paranapanema junto com uma vasta extensão do território indígena a ser inundada posteriormente pelo reservatório da UHE Balbina (BAINES, 1994, p. 2).

Os Waimiri-Atroari acabaram por se instalaram nas cabeceiras dos rios Santo Antônio e Abonari, região que também fora impactada pela construção da usina, o reservatório de Balbina acabou por inundar 331 km² da reserva dos Waimiri-Atroari e duas das dez aldeias foram inundadas, Taquari e Tupupunã. A perda da área inundada pela UHE Balbina levou a ELETRONORTE e a FUNAI a instituírem um programa de compensação, Programa Waimiri-Atroari (PWAIFE). O referido programa foi criado em 1987, na fase final das obras, meses antes do fechamento das comportas para enchimento do lago e previa um plano de assistência à comunidade indígena.

A ELETRONORTE capitaneou em 1987 um encontro dos Waimiri-Atroari com os Parakanãs, afetados pela construção de Tucuruí – PA, a ideia do encontro era que os Waimiri-Atroari pudessem buscar com antecedência a solução mais apropriada para os impactos derivados da construção da usina. Sobre o encontro e mais contundentemente sobre o Programa compensatório, Viviero de Castro e Andrade (1988) finalizam,

Não nos parece, por outro lado, haver muitas soluções a serem encontradas neste caso, pois a obra já está praticamente concluída – o encontro foi promovido a menos de um ano do início do represamento do rio. Está-se confundindo, mais uma vez, busca de soluções alternativas com medidas paliativas e tardias, de caráter cosmético, tomadas quando todas as decisões referentes à obra já foram efetuadas. Cria-se assim uma falsa idéia de participação (VIEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988, p. 16).

O que se seguiu acabou por confirmar a análise feita por Vivieiro de Castro e Andrade (1988), uma vez que até abril de 1987, sete meses antes do enchimento do reservatório, não existia qualquer plano de transferência. A população da aldeia Taquari – que contava com a 72 indígenas, e a população da aldeia Tapupunã – com 35 pessoas, representavam 29% do número total de Waimiri-Atroari e foram deslocados conforme relato seguinte,

A população do aldeamento de Tobypyna foi relocada, via Manaus, para a bacia do rio Curiauí, enquanto a população do aldeamento de Taquari foi relocada pelo PWAIFE para um local num igarapé afluente do médio rio Alalaú, a poucos quilômetros da estrada BR- 174. Neste local, o desmatamento foi feito, apressadamente, com tratores, e uma habitação comunal foi construída em cima de um alicerce de cimento planejado por indigenistas do PWAIFE. Como na época da FAWA, seguia-se a política neo-tradicionalista de mandar os Waimiri-Atroari conformar-se às idéias dos indigenistas a respeito de como deveria ser o índio (BAINES, 1994, p. 6).

Tais transferências não levaram em consideração que as áreas propostas já estavam ocupadas por mais oito aldeias e, portanto, não era um território vazio, a forma como ocorreram as negociações e a transferência ocasionaram consequências políticas, econômicas e no modo de vida dos diferentes grupos que viviam na reserva. A condução do processo levou a perdas significativas dos territórios e ameaças ao modo de vida e organização política dos povos envolvidos (VIVEIROS DE CASTRO; ANDRADE, 1988).

O governo militar passou a controlar a vida dos Wamiri-Atroari, incluindo ações de repressão à presença de cientistas, jornalistas e indigenistas contrários aos interesses empresariais e estatais postos naquele momento. Desta forma, o governo militar conseguiu invisibilizar os massacres do povo Waimiri-Atroari por conta da construção da BR - 174⁴³, da da Mineração Taboca, instalação da hidrelétrica de Balbina e pela grilagem de terras em território imemorial dos Waimiri-Atroari. O método de pacificação capitaneado pela FUNAI e ELETRONORTE, consistiu no processo de aliciamento, criminalização e extermínio dos índios, desta forma os projetos de desenvolvimento

⁴³ Na década 1970 o governo militar iniciou a construção da rodovia Manaus – Caracará (BR-174) que liga Manaus com a Venezuela, a rodovia cortou o território dos Wamiri-Atroari. O acesso à área foi restrito pelo exército durante e depois da construção da rodovia, tanto que a partir de 1973 era proibido viajar através da terra indígena e durante mais cinco anos o trânsito era feito por meio de comboios (FEARNSIDE, 2015).

previstos para a região ocorreriam sem entraves (COMITÊ DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2012).

Por conta das atrocidades cometidas contra dos Waimiri-Atroari desde a construção da BR - 174, da mineração no rio Pitinga e instalação de Balbina, o Brasil e a França⁴⁴ foram denunciados por genocídio no Quarto Tribunal Bertrand Russell em Rotterdam, Holanda, em novembro de 1980. O caso de Balbina foi muito significativo, sobretudo porque, mesmo depois de uma guerra declarada do governo militar contra os Waimiri-Atroari – expressa por meio de intervenções bélicas –, os poucos indígenas que restauram depois das ofensivas do Estado, seriam deslocados pelo enchimento do reservatório de Balbina e perderiam uma vez mais parte do território (FEARNSIDE, 2015; BAINES, 1994; COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE, 2012).

Anos depois da construção da BR – 174 e da construção de Balbina, mais um projeto de infraestrutura é gestado pelo Estado e tem impacto direto sobre as terras do povo Waimiri-Atroari. Ainda em 2019, o recém empossado governo Bolsonaro afirma que a crise na Venezuela agravou as falhas no fornecimento de energia à Roraima, único Estado não conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e que, por isso mesmo, é necessária a construção de uma linha de transmissão que ligaria o Estado do Amazonas à Roraima.

No mês de fevereiro de 2019, o Conselho de Defesa Nacional reconheceu a construção da Linha de Transmissão 500 kV Lechuga - Equador - Boa Vista (interligação Manaus - Boa Vista) como um projeto de interesse da Política de Defesa Nacional⁴⁵, tratando-se, portanto, do primeiro passo antes da expedição do decreto. Em entrevista concedida para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 28 de maio, o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque⁴⁶, afirma que até o final do semestre será expedida a licença de instalação.

⁴⁴ Havia um acordo entre a França e o Brasil para a construção de Balbina, assinado pelo presidente brasileiro Ernesto Geisel e pelo então presidente francês Valéry Giscard d'Estaing em 1978. O acordo franco-brasileiro versava sobre a assistência técnica da usina e uma linha de crédito para compra de turbinas francesas, mas Balbina foi inaugurada com apenas uma turbina francesa, as demais foram fabricadas na cidade de Taubaté – SP (FEARNSIDE, 2015).

⁴⁵ Para acesso do Despacho do Conselho de Defesa Nacional na íntegra - <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/65442447/do1e-2019-02-28-despachos-do-presidente-da-republica-65442414>.

⁴⁶ Reportagem na íntegra - <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/ministro-diz-que-licenca-do-linhao-manaus-boa-vista-deve-sair-em-junho>> .

Para a instação de projetos de desenvolvimento ou medidas que afetem a terras de povos indígenas, está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a consulta prévia e informada às comunidades indígenas imbricadas no processo. Por outro lado, o governo defende que o impacto ambiental sobre a Terra Indígena (TI) Waimiri-Atroari seria mínimo, pois o linhão acompanharia o traçado já existente da BR-174.

Contudo, conforme aponta o Instituto Socioambiental⁴⁷,

[...] será necessária a implantação de 250 torres de transmissão, ao longo de 125 km dentro da área. Cada torre terá uma base de quase 50 por 50 metros, devendo manter uma distância de segurança da estrada, além de acessos permanentes para manutenção, com o que a obra e o desmatamento exigido irão muito além da faixa de domínio da rodovia (ISA, 2019, [s/p]).

Ainda segundo a reportagem do ISA, os indígenas temem que ocorram novas investidas do Estado contra os Waimiri-Atroari e ainda receiam pela incapacidade do Estado em mitigar os impactos causados na construção de toda grande obra na Amazônia, como a exemplo do ocorrido durante a construção da BR – 174.

3.4 Belo Monte em perspectiva

A usina de Belo Monte foi projetada ao longo da década de 70 pela ELETRONORTE e desde suas primeiras configurações, apresentou intensa resistência da comunidade local, indígena e não indígena. A ideia de construir Belo Monte atravessou décadas e foi marcada por profundas mudanças no cenário político mundial e nacional. Desde a ditadura militar até a democracia brasileira, a construção desse empreendimento foi apresentado como estratégico para o desenvolvimento do país, criando uma trajetória de conflitos entre as comunidades locais, poder público e o consórcio construtor da obra, conflitos esses que se estendem até o momento atual.

Sofrendo uma série de mudanças no projeto original ao longo dos anos, a construção de Belo Monte incorporou alguns dos debates ocorridos no campo das lutas sociais, mas ainda apresenta uma série de inconsistências e o descumprimento de condicionantes é a tônica das relações estabelecidas entre a empresa construtora e a população atingida. Conforme o Relatório de Vistoria Interinstitucional da Volta Grande

⁴⁷ Reportagem completa em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contralinhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes>>.

do Xingu (2019), o que se pode constatar é uma série de violações dos direitos humanos, que assume dimensões genocida e ecocida. O mesmo relatório, aponta a ausência de condições ambientais, sociais e econômicas para reprodução da vida na região da Volta Grande do Xingu.

Neste capítulo, buscamos mostrar a trajetória de conflitos da UHE Belo Monte, nascidos desde os primeiros rascunhos do projeto, fazer um breve relato da atuação da sociedade civil na paralização do projeto na década de 80, sua retomada anos mais tarde e a concretização da construção iniciada em 2016. Pretende-se ainda, tratar das violações dos direitos humanos sofridos pela população atingida no contexto da construção de Belo Monte.

3.4.1 O caminho ente Kararaô e Belo Monte

Os estudos de viabilidade do rio Xingu⁴⁸ iniciaram-se ainda durante a ditadura militar, no meio da década de 70, motivados pelo aumento do barril de petróleo em 130% no ano de 1973, o evento ficou conhecido como “choque do petróleo”⁴⁹. A partir de então, o governo federal com vistas a seguir o projeto de expansão industrial previsto para o Brasil, conhecido como “milagre econômico”, precisou procurar fontes alternativas e mais baratas de energia. Nessa esteira, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), contratados pela ELETRONORTE, iniciaram os “Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do rio Xingu”, a Amazônia era tida como estratégica para produção de energia, sobretudo, por conter uma das maiores bacias hidrográficas do mundo (FLEURY, 2013).

Os estudos de viabilidade dos rios Amazônicos foram elaborados pela ELETRONORTE e publicados pelo governo brasileiro em 1987, no Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Esse plano detalhava as barragens previstas para serem construídas até 2010, dentre os projetos de hidrelétrica para o Brasil, a

⁴⁸ Afluente do rio Amazonas, localizado no Estado do Pará, a vazão média da bacia hidrográfica pode estar acima de 17 litros de água por segundo, proveniente das chuvas regulares que ocorrem na região. Mesmo o Xingu não sendo o maior afluente do rio Amazonas e sua sazonalidade alterando muito o volume de água ao longo do ano, sua vazão é o dobro das cheias do rio São Francisco (SEVÁ, 2005).

⁴⁹ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), visando a competição no mercado exportador de petróleo, resolve que quem irá estabelecer o preço do petróleo são os países exportadores e não mais o Cartel do petróleo. Conforme relata Nascimento (2011, p. 84) “o primeiro ato da OPEP neste novo contexto que se configurava foi justamente estabelecer uma alta de 70% no preço do petróleo, com posterior reajuste de 130%”. Para uma discussão mais aprofundada consultar (NASCIMENTO, 2011).

Amazônia Legal figurava com 40 projetos, segundo informações contidas no Plano 2010, Elaborado pela ELETROBRÁS, a região se destacava pela dimensão e apresentava o barramento do rio Xingu como o maior projeto nacional previsto para a virada do século (FLEURY, 2013; ELETROBRÁS, 1987).

O inventário identificou 14 distintas localidades que demonstravam um possível potencial para geração de energia em função de suas características geofísicas, nesses lugares da Amazônia foram levadas em consideração variadas alternativas de divisão de queda. E, por fim, 8 dessas localidades acabaram por serem consideradas como de fato viáveis. O interessante é perceber que, desde o primeiro Inventário, a região da Volta Grande do Xingu ganhava destaque em função de sua vocação para geração hidroenergética (NASCIMENTO, 2011).

O CNEC sinalizou, ao fim da realização do inventário, para viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no rio Xingu e uma no rio Iriri, cujos nomes eram indígenas: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri. Ironicamente, Dom Erwin Kräutler, bispo da prelazia do Xingu, diz que os nomes foram dados antecipadamente *in memoriam* àqueles povos, não somente os indígenas, como também os seringueiros, pescadores e ribeirinhos daquela região (NASCIMENTO, 2011, p. 93).

As represas dessas usinas inicialmente pensadas para a bacia do Xingu alagariam mais de 20.000 km², incluindo terras indígenas homologadas ou delimitadas e glebas ribeirinhas. Foram inventariados na bacia do Xingu seis locais de possível barramento, se tratava de um complexo hidrelétrico, os estudos indicavam naquele momento que o aproveitamento total da potência instalada em uma das usinas, a saber – Kararaô, dependeria da regularização da vazão do rio Xingu que seria obtida por meio da construção da usina de Babaquara e, por isso mesmo, as duas hidrelétricas estavam condicionadas (FLEURY, 2013).

Kararaô e Babaquara se fossem construídas tal como previa o projeto inicial, instalariam mais de 17 milhões de kW, inundando uma área de mais de sete mil km quadrados, muitos quilômetros de terras que seguem até a confluência do rio Iriri ao Xingu, desde desse ponto até o final da Volta Grande. A cidade de Altamira ficaria espremida entre o reservatório de Kararaô e o paredão de quase 70 metros previsto para Babaquara (SEVÁ, 2005).

Ainda segundo Fleury (2013), o reservatório de Kararaô abrangeria a planície do rio Bacajá e a calha natural do rio Xingu, acercando a cidade de Altamira – PA. A proposta de construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu foi encaminhada pela

ELETRONORTE, em 1989, ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE)⁵⁰ solicitando sua aprovação e a outorga de concessão para o aproveitamento energético.

Muito embora os estudos de viabilidade do rio Xingu já estivessem sendo feitos desde meados da década de 1980, a imprensa no sudeste do país começou a noticiar a partir de 1986 mais detalhes sobre a implementação do projeto da ELETRONORTE, as informações noticiadas pela imprensa nacional vieram acompanhadas de muita incerteza para a região da Transamazônica e Xingu, sobretudo, porque a ELETROBRÁS não confirmou oficialmente a implementação da obra (FLEURY, 2013; NASCIMENTO, 2011).

A falta de informações mais detalhadas sobre o projeto e a área de abrangência dos impactos, acabaram por motivar as lideranças indígenas e os movimentos sociais a questionar o projeto e sua condução, uma vez que as comunidades locais não haviam sido consultadas e nem conheciam os termos do projeto

Foi em janeiro de 1988 que a oposição ao projeto começou a ganhar maior projeção. Na ocasião, Paulo Paiakan e Kube-I Kayapó participaram, a convite do etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emilio Goeldi do Pará, de um simpósio na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, no qual denunciaram que o Banco Mundial estava envolvido no financiamento de um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios. Os líderes indígenas foram convidados por ambientalistas norte-americanos a repetir o relato em Washington, e, quando retornaram ao Brasil, foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros, sendo ameaçados de expulsão do país. Este fato foi denunciado e divulgado pelo Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), fomentando uma reunião em meados de 1988 na aldeia Gorotire, na qual lideranças Kayapó decidiram pedir explicações oficiais sobre o projeto hidrelétrico no Xingu. Auxiliadas pelo Cedi e pela Prelazia do Xingu, foram encaminhados convites às autoridades brasileiras e a entidades ambientalistas para participarem de um grande encontro com os indígenas (FLEURY, 2013, p. 37).

Esse encontro com os indígenas e a sociedade civil foi realizado na cidade de Altamira, Pará, em fevereiro de 1989 e recebeu o nome de “I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, tinha como objetivo protestar contra as decisões tomadas pelo Estado na região Amazônica sem a participação dos grupos afetados e era uma ação contra a construção do então Complexo Hidrelétrico do Xingu (FLEURY, 2013).

Para Nascimento (2011, p. 96), a realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu foi um marco no ela considerou como “resistência aos projetos de barragens

⁵⁰ Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) foi extinto e substituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada em dezembro de 1996, informações adicionais em: <<http://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=8&idPerfil=3>>.

no Rio Xingu”, organizado pelos povos indígenas que vivem na extensão do rio Xingu com o apoio da Prelazia do Xingu. O evento teve muita repercussão no exterior e no Brasil, segundo Sevá (2005) esse destaque dado na imprensa nacional, levou o Brasil a conhecer as lideranças indígenas regio- nais e a posição dos povos que viviam no Xingu em relação a construção do Complexo Hidrelétrico.

No dia da exposição do engenheiro da ELETRONORTE, Muniz Lopes, sobre a construção da usina intitulada de Kararaô, muitos indígenas vieram se manifestar ali mesmo em frente a mesa de trabalhos, alguns falando em sua língua, outros sendo traduzidos. Dentre outras manifestações contrárias à fala de Muniz, a indígena Kayapó, Tu-Ira, levantou-se da plateia, se aproximou gesticulando e encostou a lâmina de seu facão no rosto do engenheiro da estatal, em um sinal de indignação e advertência. O gesto se tornou tão emblemático que tomou os jornais no Brasil e no exterior, tornando-se uma imagem emblemática na luta dos povos indígenas contra a construção de grande empreendimentos na Amazônia e em defesa de suas terras (FLEURY, 2013; NASCIMENTO, 2011; SEVÁ, 2005).

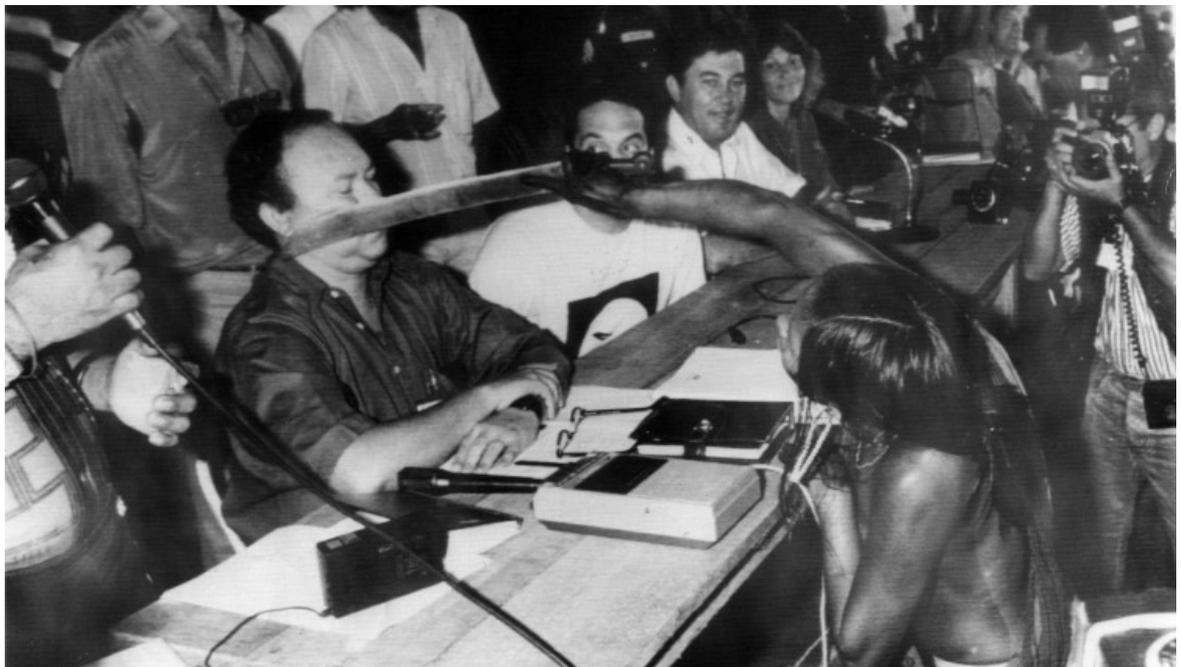


Figura 20 - Tu – Ira, Índia Kayapó, ao protestar contra a construção do Complexo Hidrelétrico no rio Xingu, em 1989. Fonte: ISA (2010).

Ao final do encontro, Muniz Lopes anunciou que a usina de Karara⁵¹ mudaria de nome, por se tratar de uma apropriação cultural e que usinas hidrelétricas não receberiam

⁵¹ Palavra que significa o grito de guerra Kaiap (FLEURY, 2013).

mais nomes indígenas, conforme Fleury (2013) o evento se encerrou com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica.

Após a grande repercussão do evento, o governo brasileiro que dependia dos fundos do Banco Mundial para a construção do Complexo hidrelétrico, teve que suspender a condução do projeto, pelo menos naqueles moldes o barramento do Xingu seria inviável.

Anos depois da conclusão dos estudos de viabilidade, mais precisamente em 1993, técnicos do DNAEE e da ELETROBRÁS fizeram uma avaliação a cerca da continuidade do projeto do Xingu, havia um entendimento de que era necessário fazer uma revisão no projeto original, com vistas a viabilização sociopolítica do projeto (FLEURY, 2013).

Sevá (2005) pontua que a empresa foi discretamente intensificando a implantação do projeto, por meio de modificações geográficas e técnicas da ideia inicial, rebatizado pela segunda vez

[...] agora seria o CHBM - Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, somente com as obras da 1ª usina na Volta Grande. Passou a chamar de Usina ou Aproveitamento Altamira a anterior usina Babaquara, mas desmentia que iria fazê-la, insistindo que Belo Monte tinha viabilidade mesmo que fosse um barramento “isolado” no rio Xingu (SEVÁ, 2005, p. 15).

Conforme relata Sevá (2005), a ELETRONORTE acabou por redesenhar o projeto do barramento do rio Xingu, tentando contornar as terras indígenas que seriam afetadas no projeto original, a ideia era não precisar de autorização dos povos indígenas que deveriam ser consultados quando atividades potencialmente degradantes do meio ambiente tivessem previstas para serem implantadas em suas terras, devendo, portanto, apresentar os estudos prévios de impacto ambiental, conforme preconiza o artigo 231 da Constituição Federal.

Dessa forma, o eixo do barramento principal foi deslocado para as ilhas Pimental e da Serra, cerca de 50 km rio acima da posição anterior, e abaixo da cachoeira conhecida como Jericoá. Com esse arranjo, a terra indígena Juruna – T. I. Paquiçamba – deixaria de ficar submersa, permanecendo agora no trecho seco da Volta Grande.

Em outubro de 1999 o projeto foi encaminhado para a Eletrobrás, que por sua vez, solicitou ao Ministério de Minas e Energia autorização para dar andamento aos estudos que validariam as alterações propostas. Conforme informações de Fleury (2013), a

autorização do Ministério das Minas e Energia foi dado no mesmo mês, culminando na elaboração da “Avaliação da UHE Belo Monte – junho/2000”, o relatório foi elaborado pela Eletronorte, Eletrobrás e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e disponibilizado em junho de 2000. Dentre outras considerações, o documento reconhecia o empreendimento como de alta atratividade econômica e apontava um cronograma de entrada de operação para março de 2008.

Já em 2001, a ELETRONORTE firmou contrato de quase 4 milhões de reais com a Fadesp, com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), ligada a Universidade Federal do Pará (UFPA), com vistas a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Paralelo a isso, o processo de licenciamento da usina tramitava pela Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), no Estado do Pará. A Sectam acabou por aprovar o Termo de Referência para a realização dos estudos que haviam sido feitos pela própria ELETRONORTE. Duas irregularidades foram cometidas durante esse percurso, a primeira diz respeito ao processo de licenciamento da hidrelétrica que deveria ser capitaneado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão legalmente responsável pelo licenciamento de obras dessa natureza, a segunda irregularidade diz respeito ao Termo de Referência para a elaboração dos estudos, que deveria ter sido feito pelo órgão licenciador, no caso o IBAMA (NASCIMENTO, 2011; SEVÁ, 2005).

De posse dessas irregularidades o Ministério Público Federal, montou uma Ação Civil Pública, postulada em Belém – PA, resultando na suspensão da realização dos estudos e, por consequência, do licenciamento que estava sendo capitaneado pela ELETRONORTE, FADESP e SECTAM, de acordo com Sevá (2005, p. 47) “a decisão judicial, uma liminar embargando o EIA, suspendendo o processo de licenciamento, foi tomada pelo juiz Rubens Rollo de Oliveira, da Justiça Federal em Belém, em maio de 2001”.

No ano seguinte, final de 2002, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, confirmou a primeira decisão judicial, mantendo a liminar até a última instância recursal no Supremo Tribunal Federal. Essa foi a segunda derrota do projeto de Belo Monte (SEVÁ, 2005). Mesmo depois da suspensão do processo de licenciamento, ainda em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Política

Energética cria um Grupo de Trabalho com o objetivo de viabilizar a implementação de Belo Monte,

Formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), de Furnas Centrais Elétricas S.A, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, o GT manifestava o declarado interesse do governo federal em Belo Monte, considerando-a uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país e um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas (FLEURY, 2013, p. 40).

O projeto acabou incorporado ao Plano Plurianual do governo FHC – Avança Brasil, para os anos de 2000-2003, se mantendo mesmo no governo Lula como obra prioritária nos planos PAC I e II⁵². Entretanto, para que o projeto tivesse andamento, era necessária a autorização do Congresso Nacional, aprovação que foi obtida em 2005, por meio do Decreto Legislativo N 788/2005. Vale destacar que essa pauta tramitou no Congresso por incríveis quatro dias antes de receber a sanção assinada por Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional à época (FLEURY, 2013).

A sanção do Congresso foi emitida sem a consulta prévia aos indígenas, ato que foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pelo Ministério Público Federal do Pará, entretando, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, derrubou a ação, autorizando a retomada do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte⁵³. Na ocasião, o Desembargador Sebastião de Deus, considerou que não havia problema se os indígenas fossem ouvidos durante o processo de licenciamento da obra.

Um fato inegável é que as comunidades tradicionais e os povos indígenas foram colocados à margem do processo de discussão da obra. Bermann (2012), salienta que os grupos indígenas foram constrangidos de diferentes formas a participarem dos debates, as comunidades ribeirinhas não foram consultadas e houve uma desconsideração sistemática por parte do empreendedor e do governo às críticas levantadas. O processo de consulta nas audiências públicas para o licenciamento ambiental

⁵² O PAC previa a desoneração de tributos com vistas a estimular os investimentos no Brasil, tanto de pelo poder público como por meio da iniciativa privada, contemplando medidas fiscais de longo prazo. Segundo Nascimento, (2011, p. 105) esse movimento implicava uma renúncia fiscal da ordem de “R\$ 6,6 bilhões, em 2007,”. Sobre tudo na região Norte, os investimentos estavam previstos para ocorrerem na indústria de base e projetos de infraestrutura.

⁵³ Notícia publicada no jornal Valor Econômico em 10 de novembro de 2011, acesse na íntegra: <<https://www.valor.com.br/empresas/1089988/tribunal-derruba-acao-contra-belo-monte>>.

da obra foi quase ficcional. O depoimento de Elienete Juruna, atingida por Belo Monte, no documentário “Vozes da Amazônia”⁵⁴, demonstra como as decisões já chegavam prontas à comunidade local,

Esclareceram que nós iríamos ter umas oitiva para conversar para ver se a gente realmente queria isso, para elaborar o PBA junto, depois que a gente sabia que já ia acontecer. Mas aí não aconteceu, quando eles chegaram já estava com a licença... já tinha dado a licença... e como já tinha dado a licença para eles é como se a gente já tinha aceitado, sem consultar a comunidade e até algumas lideranças, que não foram consultadas (ELIETE JURUNA, VOZES DA AMAZÔNIA, 2017).

Entre 2002 e 2010 os movimentos sociais, associação de moradores locais, grupos socioambientais e lideranças indígenas se reuniram e fizeram uma série de discussões acerca do projeto proposto pelo governo, a rejeição da comunidade local foi expressa por meio de cartas abertas, protestos na cidade de Altamira, seminários temáticos, todas as investidas buscavam desacelerar a agenda de construção de Belo Monte, com o objetivo, inclusive, de informar os impactados do projeto.

3.4.2 A construção de Belo Monte e os limites da mobilização social

Assim como brevemente relatado no item anterior, a tônica do processo de licenciamento de Belo Monte se deu em uma arena de disputas judiciais, as batalhas jurídicas questionavam os decretos legislativos, as licenças outorgadas pelos órgãos responsáveis no curso do processo, ações diretas e liminares. Todo esse embroglio acentuou o campo de disputas entre a sociedade civil, o Estado e a empresa responsável pela construção de Belo Monte, as ações impetradas envolveram o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, Tribunais Regionais Federais e a organizações da sociedade civil, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Instituto Socioambiental (ISA), o Greenpeace, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), além de associações e organizações pertencentes às comunidades locais como a Fundação Viver, Produzir e Preservar e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS).

A despeito das ações civis públicas na justiça, o licenciamento ambiental de Belo Monte seguiu avançando, é importante entender o complexo arranjo de medidas que viabilizaram a construção da usina e delinear o conflito, o primeiro deles diz respeito

⁵⁴ Documentário produzido em 2016/2017, aborda a experiência vivida por povos indígenas da Amazônia com a implantação de usinas hidrelétricas em suas terras, tem direção de Monise Busquets e está disponível no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=afBcx1zmjIA>>.

a crise energética ocorrida nos anos 2000. Ainda em 1999 ocorreu o maior apagão energético⁵⁵ desde 1985, devido a falhas na transmissão de energia, uma vez que a transmissão não era feita de forma integrada, e também agravado pelo baixo nível de água nos reservatórios do centro-oeste e sudeste do país (FAINGUELERNT, 2016; FLEURY, 2016).

O episódio comprometeu a oferta de energia elétrica em algumas regiões, mas a crise acabou se agravando entre 2000 e 2002, levando o discurso político-midiático a fortalecer a ideia de que novas hidrelétricas precisariam ser construídas e que o Brasil estaria à beira de um colapso energético, é nessa esteira que o governo brasileiro aposta na construção de mega usinas hidrelétricas na Amazônia e, mais especificamente, o projeto de barramento do rio Xingu (FONSECA, 2018).

Em entrevista a jornalista Eliane Brum⁵⁶, a Procuradora do Ministério Público Federal de Altamira, Thais Santi, revela que Belo Monte foi uma obra “sub judice”, por conta de um mecanismo jurídico chamado “suspensão de segurança”, esse mecanismo impede qualquer julgamento antecipado de uma ação, suspendendo as decisões judiciais até a última instância, influenciado por argumentos políticos onde o Estado pode alegar um ato estratégico economicamente ou politicamente.

O risco de um apagão ocorrido nos anos 2000 servia como justificativa para o andamento das obras, mesmo que muitas etapas do licenciamento fossem consideradas pelo próprio Ministério Público Federal como ilegais, o governo alegava que havia perigo de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública” e, se utilizando da “suspensão de segurança”, obtinha a suspensão de medidas judiciais independente da legalidade do ato.

Isso faz com que o agente estatal tenha “carta branca” para proceder por tempo indeterminado, garantindo que, a despeito de decisões judiciais contrárias (como as ações empreendidas pelo Ministério Público Federal), seus projetos sejam concluídos de maneira irreversível, configurando-se como um “fato consumado” (FONSECA, 2018, p. 168).

Esse mecanismo acabou por driblar os embargos jurídicos em decorrência de seus inúmeros impactos socioambientais, além disso, outro aspecto que merece

⁵⁵ Matéria na íntegra - < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/1999/03/12/12399-blecaute-deixa-dez-estados-e-o-df-sem-luz-e-afeta-76-milhoes.htm>> Acesso em: 10 ago 2019.

⁵⁶ Entrevista na íntegra - < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html> Acesso em: 15 ago 2019.

destaque é o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), documento obrigatório na legislação brasileira para empreendimentos que possam causar qualquer tipo de dano ambiental. O Estado acabou por encomendar o RIMA de Belo Monte, executado por profissionais ligados às empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht (FÔNSECA, 2018).

O RIMA de Belo Monte foi duramente criticado pelas entidades que atuam em defesa do meio ambiente na região do Xingu e Transamazônica, as organizações avaliaram que o relatório foi construído com muitas lacunas, diagnósticos imprecisos e não considerava na totalidade os impactos socioambientais que a obra acarretaria. Como forma de enfrentamento às lacunas deixadas pelo RIMA, um painel de especialistas de diversas áreas organizaram um estudo chamado de “Painel de Especialistas – Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, a ideia era questionar vários pontos do Relatório de Impacto Ambiental que apresentavam dissonância com a realidade e embasar cientificamente os argumentos contrários à construção de Belo Monte.

O resultado foi um documento substancial que analisou várias dimensões do empreendimento, indo desde uma análise social, econômica e cultural dos atingidos, os diversos impactos aos povos indígenas e populações tradicionais, a questão da saúde, educação e segurança dos moradores de Altamira e as ameaças à biodiversidade da fauna e flora da região. Posteriormente, o referido documento serviu como base para uma série de outros estudos e medidas judiciais impetradas pelos movimentos sociais através do Ministério Público Federal (MPF), visando a paralisar a construção da obra e seu posterior funcionamento (FLEURY, 2013, p. 166).

Ainda em 2009, a Justiça Federal suspendeu mais uma vez o licenciamento à pedido do Ministério Público Federal (MPF), a determinação era que houvessem novas audiências públicas para que as populações atingidas pudessem ter uma efetiva participação. Segundo o MPF, as audiências públicas realizadas até então apresentaram problemas na forma de execução, não assegurando a participação e, sobretudo, os direitos da população atingida (FAINGUELERNT, 2016).

No início de 2010, a Aneel aprovou os estudos de viabilidade da usina e a Licença Prévia (LP) foi concedida pelo Ibama com a exigência de quarenta condicionantes para o desenvolvimento do projeto, às quais teriam de ser cumpridas para que a Licença de Instalação fosse autorizada, as condicionantes eram relativas às populações atingidas, considerando aspectos como saneamento básico, qualidade da água, fauna, entre outros (FLEURY, 2013).

Nesse mesmo ano, contrariando todas as disputas judiciais e a resistência com a população atingida, o leilão de concessão da hidrelétrica foi iniciado em 20 de abril, o evento durou apenas dez minutos e foi marcado pelos protestos de manifestantes, incluindo ativistas do Greenpeace, que despejaram cerca de três toneladas de estrume na entrada da ANEEL⁵⁷. Inicialmente suspenso por liminar concedida pelo juiz federal Antônio Carlos Campelo – da Subseção de Altamira (PA) –, uma hora antes do horário marcado para a realização do leilão, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF – 1) derruba a liminar que impugnava o leilão e autoriza a realização do mesmo.

O Consórcio Norte Energia S/A arrematou em leilão realizado nesse mesmo dia (20 de abril de 2010) a usina de Belo Monte, conforme informações da própria Aneel o leilão foi conduzido considerando o menor preço oferecido pela energia elétrica da usina. Deste modo, o proponente que cobrasse menos pela energia elétrica, ganharia o direito de construir a hidrelétrica e vender a energia elétrica de Belo Monte. Segundo informações da reportagem do portal de notícias G1, de 20 de abril de 2010⁵⁸, a Norte Energia S/A – consórcio vencedor –, se comprometeu com o preço de R\$ 77,97 por megawatt hora, o valor máximo estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia era de R\$ 83 por megawatt hora.



Figura 21 - Estrume da Aneel. Manifestantes do Greenpeace despejam estrume na porta da Aneel em Brasília. Fonte: Band News, 2010. Foto: Roosevelt Pinheiro.

⁵⁷ Reportagem na íntegra - < <https://www.band.uol.com.br/m/conteudo.asp?id=291552&programa=brasil>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

⁵⁸ Reportagem na íntegra - < <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/04/consorcio-norte-energia-arremata-usina-de-belo-monte-em-leilao.html>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

Conforme salienta Fônseca (2018), um importante personagem no desenrolar da construção de Belo Monte foi a Norte Energia S/A⁵⁹, o consorcio construtor é uma sociedade anônima de capital fechado, composta por empresas estatais, tal como a ELETROBRÁS e ELETRONORTE, capital privado do setor elétrico, fundos de pensão, de investimento e empresas autoprodutoras para construir e também operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte. É interessante observar o que Fônseca (2018) chama atenção, já que a Norte Energia é responsável pela execução das medidas relacionadas ao empreendimento, atuando, ao mesmo tempo, como órgão governamental e empresa de interesse privado. Desta forma, o Governo Federal operou por meio da Norte Energia S/A no sentido de viabilizar a construção de Belo Monte, ainda que em um cenário tão desfavorável.

Quase um ano depois do leilão de Belo Monte, lideranças indígenas, organizações ambientais e movimentos sociais se reuniram em Brasília (DF) para protestar contra o projeto da usina. Os protestos falavam da responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devido à confirmação da concessão de um empréstimo de R\$ 30 bilhões para a construção de Belo Monte. Segundo Fainguelernt (2016), o investimento do governo para que o leilão acontecesse mesmo com tantas dissonâncias era notável, sobretudo, ao aportar recursos públicos do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, via BNDES, para a construção da obra.

Em 2011, o Ibama concedeu uma espécie de licença parcial, ao emitir uma “autorização de supressão de vegetação”, esta fragmentação não existia na legislação ambiental brasileira e acabou por permitir o desmatamento de mais de 230 hectares, sendo que parte desse território compunha Áreas de Preservação Permanente (APP).

Nessa etapa, as licenças devem ser vinculadas ao cumprimento das condicionantes que em Belo Monte eram quarenta gerais e vinte e seis específicas às populações indígenas. A licença de instalação (LI) foi emitida pelo Ibama em junho de 2011 e determinou uma série de ações que formam o Plano Básico Ambiental (PBA). O Ibama acompanhou o cumprimento das ações, junto com o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal, dos movimentos sociais, organizações, entidades sindicais de trabalhadores urbanos, rurais e dos pescadores e comunidades indígenas. Este plano articula o Governo Federal e o Governo do Estado do

⁵⁹ Descrição contida na página da Norte Energia – <<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri/composicao-acionaria>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

Pará, e pretende promover o desenvolvimento sustentável da região (FAINGUELERNT, 2016).

A usina hidrelétrica de Belo Monte projetada pela ELETROBRÁS no rio Xingu tinha previsão para o início das obras em 2011, mas se deu efetivamente em 2013, a usina hidrelétrica que foi alvo de muita resistência das populações ribeirinhas e indígenas começava então a ser construída nas adjacências de 11 municípios, a saber: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

O projeto aprovado para construção é composto por uma barragem principal, localizada há cerca de 40 km da cidade de Altamira, a região ficou conhecida como sítio Pimental. A principal casa de força da usina está localizada na comunidade Belo Monte e há ainda uma segunda barragem, conhecida como sítio Bela Vista, existem ainda dois canais de derivação e vários diques. Nos anos iniciais da construção de Belo Monte existiam quatro canteiros de obras, eram eles: sítio Pimental, sítios Bela Vista, Belo Monte e a região que seriam implementados os canais de derivação e diques, impactando diretamente os municípios de Altamira e Vitória do Xingu (FLEURY, 2013).

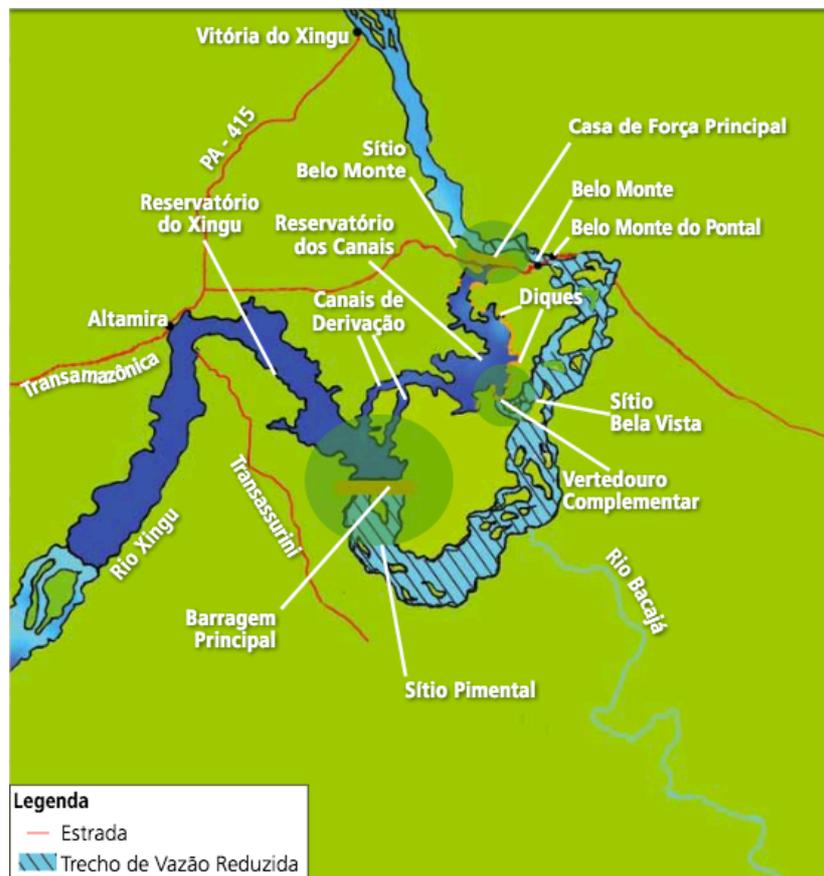


Figura 22 - Elementos constitutivos do projeto de engenharia de Belo Monte. Fonte: RIMA (2009).

O empreendimento foi pensando de forma a fazer o aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e o lugar conhecido como Belo Monte, onde o Xingu passa a sofrer influencia do rio Amazonas. Com relação ao reservatório da usina, a ELETRONORTE com vistas a fazer o aproveitamento da vazão constante, projetou o reservatório para que ele fosse a “fio d’água”, o que implica dizer que essa operação das turbinas depende diretamente das vazões naturais do próprio rio. Por isso, o reservatório da usina foi pensado sem capacidade significativa de acumulação de água, o que regularizaria a vazão da água (FLEURY, 2013).

Conforme a análise de Bermann (2012), a usina foi superdimensionada porque a capacidade estimada de 11,2 mil MW só estará disponível durante três meses do ano. No período de seca do rio Xingu, que vai de setembro a outubro, a capacidade aproveitável da hidrelétrica não será maior do que 1.172 MW. O que representa apenas 10 % da capacidade de geração de energia que Belo Monte tem. Segundo o mesmo autor, essa inconsistência no projeto adveio das tentativas de reduzir os impactos socioambientais da obra com um reservatório menor, à fio d’água. Sem um grande reservatório capaz de regularizar a vazão, a capacidade de geração de energia é de 39% ao longo do ano, abaixo da média das grandes hidrelétricas brasileiras.

O reservatório tem a área total alagada de 492, 62 km²⁶⁰, formado a partir do desvio do rio Xingu nas proximidades do sítio Pimental, ponto que ficou conhecido como trecho seco em consequência desse desvio, a região era anteriormente conhecida como Volta Grande do Xingu, povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas, a saber: Paquiçamba e Arara.

⁶⁰ Conforme dado apresentado no site da Aneel - <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/Default.cfm?CFID=19168331&CFTOKEN=a9befa1dda773037-BDF716F9-C0A0-3D09-51610E812028BCA8&jsessionid=78303509527771206fbc7f2a457277584d6c>>. Acesso em: 15 ago. 2019.



Figura 23 - Volta Grande, antes e depois. Comparação do antes e depois da construção da UHE Belo Monte, região da Volta Grande do Xingu. Fonte: Observatório da Terra, Agência Espacial Americana (NASA).

Sob a bandeira de que a usina de Belo Monte é imprescindível para o país o projeto foi avançando etapa por etapa, gerando inúmeras violações de direitos das comunidades atingidas, agravado ainda mais considerando as condicionantes, com base nas quais o projeto foi aprovado, que foram sendo descumpridas pelo consórcio Norte Energia S/A. Tais condicionantes correspondem a quarenta exigências feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) que visavam mitigar os impactos socioambientais do projeto por meio de investimentos em infraestrutura de educação, saúde e saneamento.

Outra grande medida adotada pelo Estado e operada pela Norte Energia S/A no sentido de minar a resistência indígena local foi o Plano Emergencial, que segundo a descrição do governo era uma série de medidas que visavam apoiar e mitigar os impactos causados na vida dos povos indígenas durante a construção, criando programas específicos para cada etnia, fortalecendo, portanto, os indígenas no período de transição da obra.

Entretanto, conforme entrevista concedida a jornalista Eliane Brum da Procuradora do Ministério Público Federal em Altamira⁶¹, Thais Santi, o que ocorreu foi o contrário, entre 2010 e 2012 uma série de medidas foram adotadas no sentido de desestruturar a resistência dos povos indígenas contrários a construção da mega usina, apoiada na anuência da FUNAI em Altamira, a estratégia adotada pela Norte Energia, foi a de fornecer bens de consumo às comunidades indígenas que seriam impactadas com a construção da usina. As lideranças indígenas recebiam bens materiais no valor mensal de até 30 mil reais, os produtos iam desde alimentos, caixas de refrigerantes, biscoitos e salgadinhos, além de televisores, embarcações, motores de navegação, ferramentas, roupas, brinquedos de plástico e em alguns casos até automóveis.

O Plano Emergencial gerou uma dependência absoluta do empreendedor. Absoluta. E o empreendedor se posicionou nesse processo como provedor universal de bens infinitos, o que só seria tolhido se a Funai dissesse não. A Norte Energia criou essa dependência, e isso foi proposital. E se somou à incapacidade da Funai de estar presente, porque o órgão deveria ter sido fortalecido para esse processo e, em vez disso, se enfraqueceu cada vez mais. Os índios desacreditavam da Funai e criavam uma dependência do empreendedor. Virou um assistencialismo (ENTREVISTA THAÍS SANTI, 2018).

Conforme reflexão feita pela Procuradora, Thaís Santi, nessa mesma entrevista, os efeitos dessa ação foram rigorosamente contrários ao que se pretendia com o Plano Emergencial, porque os indígenas acabaram por se enfraquecer, fragmentado-se socialmente, diminuindo drasticamente a capacidade produtiva, aumentando os conflitos e o preconceito.

Fleury (2013), salienta que a decisão sobre o que seria comprado e entregue à comunidade era feita pela liderança indígena, não havia uma escuta com grupo como um todo, o que acabou incentivando a criação de outras comunidades com o objetivo de solicitarem diretamente à Norte Energia S/A os produtos e poderem fazer diretamente a chamada “lista de compras”. Consequentemente, novos grupos indígenas foram criados e novas comunidades acabaram surgindo, gerando inúmeros conflitos internos dentro das aldeias.

Os produtos recebidos pelas comunidades geraram uma série de impactos adjacentes, que iam desde desnutrição infantil de crianças indígenas, motivada pelo consumo excessivo de alimentos industrializados, abandono do cultivo de roças, da

⁶¹ Entrevista na íntegra - <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em: 15 ago. 2019.

pescaria e caça, sem falar na notável degradação das aldeias, capitaneada pela ingestão excessiva de álcool, aumentando a violência dentro da própria comunidade (FÔNSECA, 2018).

Sem infraestrutura para lidar com o aumento populacional exponencial por conta do início das obras, o crescimento da demanda por serviços e agravamento dos problemas sociais existentes, a construção de Belo Monte foi e ainda é palco de muitas violações dos direitos humanos, dentre as quais está o aumento no índice da prostituição de menores, estupro de mulheres na cidade de Altamira, assassinato de jovens por conta do aumento do crime organizado, até aspectos menos evidentes, como violações do direito à alimentação das populações afetadas, quebra dos laços de vizinhança e mudança no modo de vida que existia anteriormente.

CAPÍTULO 4

CAMINHOS ARTESANAIS

Narrativas de violência e violação dos direitos humanos em Arpilleras

Quero a Esperança das Mães do Xingu
Vitoriano Bill⁶²
É as águas do Rio Xingu
Que gera energia
Ou o sangue de inocentes
Que é derramado noite e dia?
Ainda não entendi o progresso da barragem
Aumentou a pobreza
Estuprando a cidade,
E com toda sutileza
Nos mostrou a face da maldade.
É uma pá de vidas interrompidas pra lembrar
Mais parece um listão de vestibular
Mas a parada é que lhes tiraram a oportunidade de sonhar
Enzo
Gabriely
Lu Brasil
Claudinei Bezerra
Pedro Henrique
Roterdan Dias
Geraldo Serafim
João Carlos
Lucas
Anderson
Telma
Magid Mauad
Artur Teixeira
Paulo Ricardo
Não são somente essas vítimas que temos pra citar
Não são só esses jovens que presenciamos a violência levar
Mas o medo de tantas famílias deixou a dor calar,
Quantas Mães do Xingu
Teremos que ver chorar?
Meu Deus que mulheres de garra
De onde elas tiram força pra ficar de pé?
Meu Deus eu vi o seu rosto na face de cada mulher.
A violência da barragem
Não pode seguir matando
Quero a esperança das Mães do Xingu
Pra minha Altamira seguir sonhando.

⁶² Vitoriano Bill é professor do Ensino Médio, nascido em Altamira-PA, e foi candidato a Deputado Federal no Pará pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

4.1 Direitos humanos e a construção de Belo Monte

Parece algo óbvio falar em direitos humanos. Também parece algo contraditório. Por isso, quando este tema aparece, surge logo uma dúvida: não seriam os humanos, em geral, humanos o suficiente para terem os mesmos direitos? Não. Não seriam, e ainda não são. A noção de direitos humanos é justamente uma pauta nascida deste reconhecimento de que era preciso, à época, falar do óbvio: reafirmar a humanidade. Neste sentido, ainda hoje é preciso reafirmar que não basta ser humano para ser tratado como humano. Os direitos humanos, portanto, ainda são uma necessidade de nosso tempo justamente porque as violações que ensejaram a pauta deste tema ainda são tão presentes.

Nesse item fiz uma reflexão acerca da gramática hegemônica dos direitos humanos, observando uma hierarquia entre humanos, baseada nos limites e padrões colonialistas do que é entendido como direitos humanos, refletiremos sobre o fato de determinadas violações da dignidade serem reconhecidas e outras não, levando em consideração os esquemas interpretativos e de ação eurocentrados, tomando como norte as concepções contra-hegemônicas e uma ideia de pluriversalismo para os direitos humanos, centrada no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2007; 2019b).

A especial atenção para as violações dos direitos humanos ocasionadas pela construção de Belo Monte, na região de Altamira – PA, deve-se à intensa migração populacional em um curto espaço de tempo, a ausência do Estado na implementação e gestão de políticas públicas na região e também a não preparação prévia de ações do poder público que suportassem a nova demanda social, em face da construção do mega empreendimento,

Muitas foram as manchetes dos principais jornais do país que relataram, e ainda relatam, as violências sofridas no contexto de construção de Belo Monte, dentre as principais violações relatadas, o Dossiê Belo Monte – Vozes do Xingu (2015), organizado pelo Instituto Sociambiental, compilou algumas das violações sofridas pela população afetada pela construção da barragem àquela altura, a denúncia se referia à falta de cumprimento das condicionantes por parte da Norte Energia S/A, condição aceita pelo Estado ao autorizar a Licença de Operação, mesmo diante de um quadro grave de violações contra os direitos da população atingida.

Os imbróglis judiciais que envolveram os processos de outorga de Belo Monte, como falamos anteriormente, motivaram denúncias nos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) solicitou ao Brasil o cumprimento de medidas cautelares. Conforme Puentes e Vieira (2015), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Estados signatários da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitaram também que o Brasil apurasse as violações de direitos humanos cometidas em função da autorização e construção de Belo Monte. No caso específico dos povos indígenas, o relator Especial da ONU para assuntos indígenas, James Anaya, expressou preocupação com relação aos indígenas afetados por Belo Monte, sobretudo, no que diz respeito à consulta prévia, uma vez que os indígenas não foram incluídos nos processos de tomada de decisão quando do início dos planos de construção da usina.

Conforme relato das autoras, o caso de Belo Monte não parou por aí,

Em 2011, a Comissão de Especialistas em Aplicação de Convenções e Recomendações (instituída pelo Conselho de Administração da OIT, que se reuniu em Genebra, de 25 de novembro a 10 de dezembro de 2010), no informe de aplicação das normas internacionais do trabalho, também expressou preocupação em relação à não participação no licenciamento e à ausência de consulta prévia aos povos indígenas afetados pela UHE Belo Monte. Na ocasião, a comissão solicitou ao governo brasileiro informações detalhadas sobre o caso em questão [...] (PUENTES E VIEIRA, 2015, p. 161).

Segundo as mesmas autoras, o Brasil acabou por ignorar as recomendações, descumprindo os marcos referenciais dos direitos humanos e, inclusive, impedindo qualquer diálogo no sentido de avaliar a implementação de Belo Monte sob uma perspectiva independente e que leve em consideração as pautas dos direitos humanos.

Uma decisão importante dada em 2011 pela CIDH constou de uma medida cautelar cujo objetivo principal era evitar que houvessem danos irreversíveis para os povos do Xingu, a medida cautelar solicitava a imediata suspensão do processo de licenciamento de Belo Monte, impedido-se qualquer execução da obra até que fosse efetuada a consulta prévia, livre e informada, com vistas a alcançar um acordo direto com cada comunidade afetada. Essa decisão estava respaldada na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Convenção 169 da OIT, das quais o Brasil é signatário.

O governo brasileiro, por sua vez, acabou por não se justificar formalmente, iniciando a construção de Belo Monte. Ademais, segundo pontuam Puentes e Vieira (2015), o Brasil acabou por retalhar a Organização dos Estados Americanos

(OEA), suspendendo a contribuição financeira anual e retirando o embaixador do Brasil da mesma, removendo, ainda, a candidatura própria para a CIDH.

Assim como considera Herrera Flores (2009), uma constituição, um tratado, ou ainda uma recomendação internacional não cria os direitos humanos, segundo esse mesmo autor, entender que o direito cria direito, significa cair em um ciclo vicioso positivista e retrógrado. Existe um esforço do mundo ocidental/moderno empreendido no sentido de criar marcos referenciais para os direitos humanos internacionais, que pudessem abarcar todos os indivíduos e formas de vida que compõem a ideia de humanidade. E aqui notadamente podemos citar alguns dos marcos referenciais, a saber: Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos e o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, sem falar no trabalho das comissões internacionais que atuam na defesa dos direitos humanos no mundo todo.

Entretanto, como explicitado no texto de Herrera Flores (2009) e observado claramente no caso de construção de Belo Monte, todos esses textos anteriormente citados foram editados e pensados em condições muito diversas das que temos hoje como cenário mundial, pois há 40 anos os Estados controlavam as consequências do mercado de forma interventora. Atualmente é o mercado que impõe as regras aos Estados por meio de instituições financeiras globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, sobretudo, a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Continuamente assistimos a substituição do que chamávamos de direitos obtidos e suas respectivas garantias jurídicas, por aquilo que agora o mercado entende como liberdades e, em nome da competitividade, os direitos sociais passaram a ser considerados como custos sociais das empresas, devendo, portanto, serem suprimidos cada vez mais.

Nesse novo contexto de atuação dos mercados e de reposicionamento dos Estados Nacionais, compreender os direitos humanos como um conceito estanque, como algo que nos impulsionará à criação de direitos, mas, sobretudo, com o objetivo de outorgar-nos o reconhecimento e uma aplicação universal, dado e entendido pelo fato de sermos humanos e, por isso mesmo, detentores de direitos a despeito de qualquer condição social, raça ou gênero é uma armadilha. Pois, muito embora os direitos estejam

dispostos nos marcos referenciais internacionais, a imensa maioria da população mundial não pode acessá-los por falta de condições materiais para isso (HERRERA FLORES, 2009).

Sob a perspectiva desse mesmo autor, os direitos humanos, mais que direitos tácitos, são frutos das lutas sociais, são processos cujos resultados são sempre provisórios e produto das lutas que os seres humanos empenham no sentido de acessar bens necessários à vida, portanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não cria propriamente os direitos humanos.

Os direitos humanos são uma convenção cultural que utilizamos para introduzir uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais que buscam tanto seu reconhecimento positivado como outra forma de reconhecimento ou outro procedimento que garanta algo que é, ao mesmo tempo, exterior e interior a tais normas. Exterior, pois as constituições e tratados “reconhecem” – evidentemente não de um modo neutro nem apolítico – os resultados das lutas sociais que se dão fora do direito, com o objetivo de conseguir um acesso igualitário e não hierarquizado “a priori” aos bens necessários para se viver. Interior, porque essas normas podem dotar tais resultados de certos níveis de garantias para reforçar o seu cumprimento (certamente não de um modo neutro nem à margem das relações de forças que constituem o campo político) (HERRERA FLORES, 2009, p. 28).

Boaventura de Sousa Santos (2019b, p. 17), avalia que no centro da teoria liberal sempre estiveram presentes os direitos cívicos e políticos, direitos esses que serviram como que limitadores do autoritarismo estatal, o que significaria dizer que na origem fundacional dos direitos humanos existe o que o autor chama de “pulsão anti-Estado”. Já com relação aos direitos econômicos e sociais, o papel do Estado se centra na prestação dessas demandas e pressupondo sua cooperação ativa, o que se converte numa luta política para a apropriação dos recursos advindos do poder público. Santos (2019b) considera que a efetivação desses direitos humanos depende integralmente do Estado, implicando numa transformação na natureza desse mesmo Estado.

Essa transformação ocorreu nos polos geopolíticos mundiais por meio de processos muito distintos, mas basicamente aconteceu quando da passagem do Estado Liberal para o Estado social de direito, no Norte global, ou para o Estado neodesenvolvimentista, no Sul global. Para Santos (2019b), enquanto o campo democrático conservador continuou a defender uma posição anti-Estado dos direitos humanos e privilegiando a concepção liberal e, portanto, se concentrando nos direitos cívicos e políticos, em outra face dessa mesma discussão, o campo mais progressista e nacionalista, ou uma concepção mais próxima da esquerda política, defendeu uma atitude de centralidade do Estado na construção de uma integração social em relação

aos direitos humanos e, naturalmente, dando mais atenção aos direitos sociais e econômicos.

Para Santos (2019b) todo esse cenário de discussões políticas em relação aos direitos humanos acabou tendendo a um entendimento,

Ao longo dos anos, foi conquistando aceitação – mais teórica do que prática – a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos e, portanto, a ideia de que só o reconhecimento dos diferentes tipos de direitos humanos garante o respeito de qualquer um deles individualmente (SANTOS, 2019b, p. 14)

O direito ao desenvolvimento deu seus primeiros passos a partir do final da década de 1960 e, de forma muito parcial, foi se avolumando por meio da Declaração sobre o Progresso Social e Desenvolvimento (1969) e a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1981), o que mais tarde acabou ganhando destaque no sistema mundial por meio da Declaração do Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas (1986) e com uma série de encontros e discussões sobre o direitos dos povos ao desenvolvimento organizados pela Nações Unidas ao longo da década de 1990 (SANTOSb, 2019).

No contexto da Guerra Fria, os países do terceiro mundo buscavam garantias internacionais para o seu desenvolvimento, tratando-se de uma contestação dos termos de troca desiguais que vigoravam no mercado internacional, essa troca desigual condenava os países de terceiro mundo a exportar matérias-primas por preços fixados por países que dela necessitavam e não pelos países exportadores. Considerando que o contexto político em que esse movimento acontecia era o de Guerra Fria, havia a possibilidade da opção entre o capitalismo em processo de globalização e um desenvolvimento socialista.

Depois da queda do bloco socialista, intensificaram-se ainda mais as reivindicações para uma nova ordem econômica internacional, gerando uma resposta do Norte Global, liderada pelos EUA, que vem a ser o neoliberalismo, com o qual o direito ao desenvolvimento, discutido décadas antes, se converteu no dever de desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista passou a ser uma condicionante imposta e operada por meio das Normas do Consenso de Washington, cujo os agenciadores eram o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (SANTOS, 2019b).

Boaventura de Sousa Santos (2019b) analisa que a onipresença do desenvolvimento é bem observada quando, no início do século XXI, da ascensão ao

poder de governantes progressistas, em especial na América Latina, que viram na eclosão da ideia de conversão dos recursos naturais oportunidade de desenvolvimento e para a realização de políticas sociais e redistribuição de recursos. Cabe ressaltar que esse perfil de neodesenvolvimento, ou ainda neoextrativismo, foi uma importante concepção balizadora nas políticas operadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, Lula e Dilma, período em que se efetivou a construção da Usina de Belo Monte.

Entretanto, apesar de seu perfil mais nacionalista e, mesmo que tenha atuado no combate à pobreza, esse modelo corresponde a uma lógica neoliberal que em nada contraria a ideia força de acumulação capitalista. Santos (2019b) considera que as fragilidades desse modelo ficam facilmente expostas com as dificuldades econômicas resultantes da oscilação internacional dos recursos naturais. E a pior face desse modelo neodesenvolvimentista é a concessão de progresso que se instala a partir da devastação ambiental e da destituição de formas de ocupação humana pluridiversa.

Nesse contexto de embates de perspectivas civilizacionais, o que para Boaventura de Sousa Santos (2007) é entendido como pensamento abissal e que tem como característica fundamental a impossibilidade da co-presença de universos cognitivos distintos,

O pensamento moderno ocidental é, assim, um pensamento abissal profundamente marcado pela criação de dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Esta divisão, ainda que invisível, é tão consistente que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade (SANTOS, 2019b, p. 22).

Tomando esse entendimento como princípio, o discurso de emancipação dos direitos humanos não foi feito para vigorar, no que Santos (2019b) considera como o “outro lado da linha”, isso acontece porque o centro da imaginação eurocêntrica reside na ideia de que a humanidade constitui um projeto comum e que, portanto, os direitos humanos são universais, desde que balizados e operados pelo código de conduta forjado no sistema-mundo colonialista e, logicamente, assegurando os direitos e a dignidade dos humanos inscritos nesse mesmo sistema.

Para Boaventura de Sousa Santos (2019b), perceber os direitos humanos como uma linguagem contra-hegemônica implica compreender porque tanto sofrimento injusto e vilipêndio à dignidade humana no mundo inteiro não são reconhecidos como violação aos direitos humanos. Sob essa perspectiva, a hegemonia dos direitos humanos como

gramática da dignidade humana convive com a constatação de que a maioria da população mundial não é o humano dos direitos humanos, ou seja, não é sujeito, mas antes objeto dos seus discursos.

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob nenhuma forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2007, p. 45).

É nesse “outro lado da linha” que residem as práticas mágicas ou idolátricas e sob o império cognitivo eurocentrado, os humanistas do século XV e XVI chegaram à conclusão que haviam sub-humanos, que no caso eram os selvagens. Quando o Papa Paulo III concebeu que a alma dos povos selvagens era um receptáculo vazio, justificou-se a invasão dos territórios indígenas e também a conversão violenta do modo de vida de comunidades inteiras ao modelo civilizacional eurocêntrico. É isso que Santos (2007) chama de concepções epistemológicas abissais, uma vez que a universalidade da tensão entre regulação e emancipação aplicada no lado da linha do pensamento moderno não entra em contradição com a tensão entre apropriação e violência, aplicada aos territórios coloniais, ou o outro lado da linha.

Do outro lado da linha abissal existe um universo que se estende muito além da legalidade e da ilegalidade, do que é verdadeiro e do que é falso, essas formas de negação radical produzem, portanto, a ausência de humanidade, ou a sub-humanidade. Justificando, desta forma, a apropriação e a violência operada do outro lado da linha, a apropriação envolve a incorporação, o aliciamento e a assimilação, enquanto a violência envolve a destruição física, material e cultural.

Assim, a exclusão se torna simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subhumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social (a suposta exterioridade do outro lado da linha é na verdade a consequência de seu pertencimento ao pensamento abissal como fundação e como negação da fundação). A humanidade moderna não se concebe sem uma subhumanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite, por um lado, que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo e, por outro, que a criatividade do pensamento abissal banalize facilmente o preço da sua destrutividade) (SANTOS, 2007, p. 76).

Para compreendermos esse entendimento de sub-humanidade, Mignolo (2009) faz uma análise muito oportuna sobre os humanistas da Europa renascentista, que considero importante que retomemos de passagem. O autor apresenta que a ideia de humano e a ideia de direitos, apresentadas juntas ou separadamente, foram construídas por humanistas do Renascimento Europeu.

Mignolo (2009) faz uma análise do momento em que os seres humanos, até então nascidos iguais, começaram a perder a igualdade, propõe que é a partir do surgimento do Novo Mundo e das novas pessoas que habitavam esses lugares que os humanistas tiveram que rever suas premissas epistêmicas sobre o que é ser humano. Em primeiro plano, os humanistas introduziram o conceito de homem, com vistas a se desvincular do controle da igreja. Por outro lado, ao conceber a ideia de homem, os humanistas se diferenciaram das comunidades existentes até então para o mundo europeu e consideradas como ameaçadoras ou inimigas, tais como: sarracenos, orientais e pagãos. Foi nessa diferença, e a partir do conceito de homem, que se colocou a ideia do ocidente, definindo-se o local da enunciação, não como geo-historicamente e geo-politicamente localizado, mas como a enunciação do universal. Definindo o cristianismo como o ponto de referência, por ser entendida como uma religião mais sofisticada em relação às outras religiões, designadas como rústicas. O humanismo nomeou e descreveu os pagãos, ideia usada para se referir a todos aqueles que não eram cristãos e nem judeus, ancorada no *lôcus* de enunciação do cristianismo e do judaísmo.

Como argumenta Mignolo (2009), os cristãos repetiram com as pessoas do Novo Mundo o que haviam feito com seus vizinhos ou inimigos, classificando como índios todos os habitantes do Novo Mundo. Operando sob a força e violência, principalmente sob o crescente poder de seu próprio *lôcus* de enunciação, que os cristãos e comerciantes ocidentais europeus assumiram que havia apenas um Deus e que eles próprios eram seus representantes na terra. Mignolo (2009) acrescenta que o Homem Vitruviano⁶³, de Leonardo da Vinci, traduziu para a linguagem visual o que os humanistas estavam retratando em palavras. O humanismo tornou-se referência, permitindo que o enunciador inscrito na genealogia greco-latina decidisse quem pertencia ao que era entendido como humanidade, durante o Renascimento Europeu quem falava pelos humanos era o humanismo.

Essa breve retomada histórica é interessante para se compreender sobre que bases, ou como refere Mignolo (2009), sobre que *lôcus* de enunciação foi fundada a ideia de homem. Desde o século XVI até a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quem fala pelos humanos é a personificação do ideal ocidental e cristão, esse

⁶³ O Homem Vitruviano é o desenho icônico feito por Leonardo da Vinci, representando o ideal renascentista eurocentrado de equilíbrio, proporção e harmonia do corpo humano. O desenho mostra a figura de um homem nu, com os braços e pernas abertas em diferentes posições, todas elas simétricas.

humano dos direitos humanos é uma invenção imperial ocidental e não o conceito de uma entidade existente a que qualquer habitante do mundo terá acesso.

Desta forma, podemos compreender porque muitas das violações dos direitos humanos ocorridas ao redor do mundo todos os dias não estão credenciadas no ideal eurocentrado de direitos humanos, uma vez que a ideia de "humano" foi dada como certa na Declaração Universal do Direitos Humanos, muito embora já tivesse sido perfilada no Renascimento e ensaiada no Iluminismo. O que Mignolo (2009) postula é que um remapeamento geopolítico ocorreu, tendo como parâmetros as mesmas intenções ocultas que os humanistas renascentistas haviam operado, por meio dessa reclassificação que o planeta foi dividido em Primeiro, Segundo, Terceiro e, posteriormente, Quarto Mundo. O autor esclarece que a categoria de Quarto Mundo foi criada para abarcar os indígenas das Américas, Nova Zelândia e Austrália, que haviam ficado de fora da classificação inicial.

O que ocorreu é que uma vez mais essa reclassificação foi feita sob a perspectiva do Primeiro Mundo e não dos demais, mesmo quinhentos anos tendo separado os economistas políticos e cientistas sociais do pós-guerra e humanistas renascentistas, algo em comum permanecia, a lógica. O Segundo e o Terceiro Mundos se distanciavam do modelo ideal de humanidade, relegado apenas ao Primeiro Mundo. Contudo, uma Declaração dos Direitos Humanos havia sido forjada e ela era universal, o que fazia crer que toda a população do planeta tinha o direito de ter direitos.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi dito às pessoas do Segundo e Terceiro Mundos que elas tinham o direito de ter direitos, mas junto a isso foi informado a elas também que estavam no Segundo e Terceiro Mundo, sendo que os primeiros estavam sob regime totalitário e os últimos ainda eram subdesenvolvidos. Para Mignolo, a ordem internacional agora era mapeada nos termos dos direitos humanos, o autor aponta que, até 1989, uma das principais funções dos direitos humanos era observar atentamente as violações ocorridas nos países comunistas e nos países do Terceiro Mundo, sobretudo, os não alinhados com os Estados Unidos. Os salvadores do Primeiro mundo defendem a causa da democracia e, portanto, buscaram denunciar, acusar e, quando possível, penalizar os violadores dos direitos humanos (MIGNOLO, 2009, p. 167).

O autor ainda aponta que foi em Guantánamo e Abu-Grahib que o Primeiro Mundo se mostrou como violador e perpetrador e não mais como o salvador dos direitos humanos, a diferença basilar é que a violação não ocorreu no Primeiro Mundo, mas em território do Terceiro Mundo. Por isso mesmo, considero particularmente importante para as reflexões aqui contidas uma ideia desenvolvida por Mignolo (2009), a de que humanidade não é uma essência transcendental e, sobretudo, neutra, que qualquer pessoa possa se apropriar e descrever. A ideia de humanidade foi criada sobre categorias filosóficas e antropológicas do pensamento ocidental, localizada sob as diferenças coloniais epistêmicas e ontológicas, portanto, para se utilizar a ideia de direitos humanos devemos especificar que tipo de pessoa é esse humano, aí teremos com clareza se essa humanidade está inscrita no cânone hegemônico dos direitos humanos e, por isso mesmo, passível de direitos.

Essa argumentação foi tão importante para este trabalho porque me ajudou a ver, em dois momentos distintivos, como o peso do conceito ocidental de direitos humanos é uma pedrada na vida das pessoas atingidas pelos barramentos e também pelo modo como as políticas econômicas tratam a natureza. De um lado, as pessoas que foram atingidas quase não podem acessar direito algum, como disse antes, porque as enormes burocracias do sistema judicial impedem o acesso destas pessoas e, de outro lado, a natureza é vista como um espaço sobre o qual o capital deve agir para a produção de riquezas. Não há nenhuma preocupação nem com as pessoas e nem com a natureza. O capital, assim, seria o pressuposto, os métodos, e a finalidade da existência humana. O intento é varrer os empecilhos, tirar tudo que atrapalha o crescimento do capital. É assim que o termo desenvolvimento cai como uma luva neste cenário. Desenvolver é tirar tudo que está envolvido, é desligar, é desmanchar, desorganizar.

Agora vou me ater às violações dos direitos humanos descritas em Relatórios do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), do Ministério Público Federal do Pará, ou mesmo as violações descritas no Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira – PA e, sobretudo, a narrativa cotidiana dos moradores dos cinco reassentamentos urbanos de Belo Monte. Eu gostaria de traçar um pequeno panorama acerca dos enfrentamentos sofridos desde a instalação da usina.

No Relatório sobre os Direitos da População Atingida pela Implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun (2017), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) apresenta as principais violações dos direitos humanos sofridas no percurso entre a construção de Belo Monte e a autorização da Licença de Operação (LO), salientando uma vez mais que as condicionantes impostas, descritas anteriormente, não precisaram ser totalmente cumpridas para que a LO fosse outorgada.

Dentre as várias violações dos direitos humanos ocorridas nesse contexto, destaca-se ainda a falta de informação prévia e efetiva sobre os direitos das populações impactadas no processo, a ausência de informações sobre os critérios e procedimentos adotados nas compensações da população atingida por Belo Monte. Segundo o próprio relatório, quando se refere ao projeto de mineração de ouro de Belo Sun,

[...] observa-se a total ausência de consulta prévia, livre e informada com os povos tradicionais e indígenas sobre os impactos cumulativos e sinérgicos com Belo Monte, o que, como já exposto, viola as garantias dispostas aos povos indígenas e populações tradicionais na Convenção 169/OIT, notadamente o direito à consulta prévia, livre e informada sobre as medidas que afetem suas vidas (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 43).

Outro ponto de discussão desse mesmo relatório se refere ao saneamento básico, uma vez que, para a outorga da Licença de Instalação e Licença de Operação, o IBAMA exigiu que a Norte Energia assegurasse a construção do saneamento básico para o município de Altamira, medida que muito tardou e foi cumprida parcialmente, sendo inclusive objeto de mais uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Pará.

Muito recentemente, mais precisamente em 18 de setembro 2019, a Norte Energia fez a prestação de contas da instalação do sistema de saneamento básico de Altamira, a audiência pública ocorreu na Câmara de Vereadores. De acordo com os dados apresentados pela empresa, 28% das casas da cidade ainda não estão integradas à rede de abastecimento de água e 29,6% ainda não estão conectadas à rede coletora de esgoto⁶⁴. Além da inconclusão no serviço de saneamento básico, foram relatadas as frequentes denúncias de falta de água nos reassentamentos urbanos coletivos dos atingidos pela barragem e demais bairros.

⁶⁴ Informações obtidas por meio de reportagem contida no site do MAB e A Voz do Xingu. Para obter os relatos na íntegra, acesse – <<https://www.mabnacional.org.br/en/node/6638>> ou <<https://avozdoxingu.com.br/regiao/camara-de-altamira-realiza-audiencia-e-cobra-explicacoes-da-norte-e-da-pma/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Considerando os marcos referenciais da Organização das Nações Unidas (ONU) votadas durante a Assembleia Geral em 2010⁶⁵, o acesso à água potável e ao saneamento básico se configuram como direito humano essencial para o pleno desfrute de uma vida digna. E sobre essa condicionante parcialmente cumprida, ainda em 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos pontua,

Assim sendo, o descumprimento da condicionante ambiental de conclusão das obras de saneamento básico para todo o município, previstas para setembro de 2016, é atentatório à dignidade da pessoa humana dos moradores de Altamira, ferindo o pleno gozo dos direitos humanos, como o acesso à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Cabe destacar que a rede de saneamento e abastecimento de água aos domicílios ainda encontra-se inconclusa (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 45).

Quanto ao tema da saúde, o CNDH avalia que a implantação de Belo Monte acarretou sérios impactos sobre as condições de saúde da população, indígena e não indígena, os impactos sobre a saúde da população se deu por conta das dificuldades de mobilidade urbana, terrestre e fluvial, dificultando o acesso aos serviços de saúde, também pela precarização das condições do abastecimento de água e sanitárias e ainda pelo descumprimento das condicionantes que tratam das compensações dos impactos sobre o sistema de saúde.

O mesmo relatório aponta que, em 2016, a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) constatou um colapso no sistema de saúde do município de Altamira, por ocasião do surto de gripe H1N1. Em razão do atendimento deficitário operado na cidade, muitas crianças e idosos acabaram morrendo nesse episódio.

No item “5.4 Moradia Adequada”, do mesmo Relatório sobre os Direitos da População Atingida pela Implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun (2017, p. 46), o CNDH avalia que um dos grandes problemas constatados recorrentemente nas missões da Comissão, é o direito à moradia digna. Na avaliação do CNDH, os Reassentamentos Urbanos (RUC’S) de Altamira continuam sem acesso a serviços públicos básicos, como transporte, saúde e educação. Para a Comissão, a questão da moradia digna é um dos problemas centrais que envolvem os impactos sociais da construção de Belo Monte, sobretudo, porque o modo de vida dos

⁶⁵ Informação recolhida do site das Nações Unidas no Brasil, conforme matéria – <<https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

deslocados não foi respeitado, não sendo garantido acesso ao rio, condição basilar à reprodução física e cultural da população.

Outro aspecto que não foi tomado como prioritário pela Norte Energia, quando do deslocamento das famílias retiradas dos baixões próximos ao rio para os reassentamentos, diz respeito aos laços de vizinhança. Antes do deslocamento forçado, as pessoas tinham uma vizinhança estabelecida, laços de convivência e cooperação que foram totalmente ignorados pela empresa, mesmo tendo inicialmente garantido que não haveria mudança no modo de vida dos deslocados, como veremos mais detalhadamente no item 4.3 desse capítulo.

Além da quebra dos laços de vizinhança, os RUC'S foram entregues pela Norte Energia S/A sem contar com o aparelhamento do Estado em relação à educação também, segundo dados levantados pelo CNDH, a rede de educação nos RUCs é insuficiente, conforme relato

[...] a oferta do ensino básico encontra-se incompleta, sendo disponibilizadas turmas apenas até o sétimo ano, e apenas um dos assentamentos possui oferta de ensino médio, cuja competência é do governo estadual. Outrossim, encontra-se descontinuada a oferta de transporte escolar para os reassentamentos urbanos, violando o direito de acesso à educação (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 47).

Assim como observado pelo Conselho, o acesso à educação foi afetado quando do deslocamento para os reassentamentos, sobretudo, porque não existe transporte público para que os estudantes se desloquem até o centro da cidade. Por outro lado, o Conselho verificou que instalações de creches e escolas de ensino fundamental e médio não foram construídas em todos os reassentamentos urbanos, dificultando duplamente o acesso das crianças e jovens à escola, conforme preconizado pelo art. 205 da Constituição Federal, entendido como direito de todos e dever do Estado, direito esse assentado igualmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com relação ao aumento vertiginoso da violência na cidade de Altamira, o CNDH apresenta a seguinte análise,

A escalada da violência foi tamanha que o município de Altamira passou a encabeçar a lista das dez cidades mais violentas do país, com média de 124 assassinatos por cem mil habitantes, taxa superior à verificada em Honduras, apontado pela Organização das Nações Unidas o país com a maior taxa de homicídios do mundo (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 47).

Conforme esse mesmo relatório, a taxa de homicídios se manteve crescente desde 2009, momento em que ocorreu o pedido de concessão de Licença Prévia, tendo chegado ao ápice em 2015, ano da concessão da Licença de Operação. O relatório reflete que a sensação de insegurança é patente, independentemente do bairro em que se esteja na cidade, e esse fenômeno se deve ao notável fluxo populacional ocasionado pela instalação de Belo Monte e pela ausência de investimentos nas políticas sociais e na preparação da cidade, a falta de ação do poder público, acabou por aumentar os problemas existentes e criar muitos outros.

Em relação ao tipo de crime observado, o relatório aponta um aumento avassalador da violência, mas também o crescimento das ocorrências de delitos contra o patrimônio – como por exemplo roubos, furtos e latrocínios –, contra a integridade física – lesão corporal –, ameaças de morte, violência doméstica e familiar, e sobretudo, o aumento exponencial no tráfico de drogas.

O tráfico de drogas tem sido um dos principais problemas enfrentados ainda hoje na região, isso ficou refletido nas entrevistas realizadas quando da minha estada em Altamira, muitos dos filhos dos atingidos e reassentados acabaram por se envolver no tráfico e foram, muitos deles, assassinados em razão desse envolvimento, a dor dessas mães que perderam e perdem seus filhos para o tráfico acabou se convertendo em uma bandeira de luta, dando vazão para o surgimento de um grupo de mulheres chamado “Coletivo Mães do Xingu”.

O Coletivo Mães do Xingu surgiu da iniciativa e do sofrimento de uma mãe que teve seu filho assassinado na cidade de Altamira, Magid Elias Mauad França⁶⁶, tinha 22 anos e foi morto em 2 de outubro de 2017, no RUC São Joaquim, um dos cinco bairros construídos pela Norte energia.

Em 2017, Altamira sofreu com nove assassinatos em um período de quatro dias, entre 29 de setembro a 2 de outubro, dados confirmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará. Na noite em que Magid, filho de Málaque Mauad, foi assassinado, outros dois jovens também foram mortos, o universitário Paulo Ricardo e o dentista Claudinei Almeida.

⁶⁶ Reportagem sobre a Morte do jovem Magid, assassinado juntamente com outros dois jovens, pode ser acessada no link a seguir – <<http://carajasojournal.com.br/cidades/sul-e-suldeste/item/8744-triplo-homicidio-no-ruc-sao-joaquim-em-altamira-pa-no-sudoeste-do-para.html>>. Acesso em: 05 out. 2019.

Desde então Málaque Maud, mãe de Magid, tem lutado pela memória de seu filho e encorajado outras mães que haviam perdido os filhos em razão do aumento alarmante da violência em Altamira. O Coletivo Mães do Xingu nasceu da necessidade de abrir um espaço de diálogo sobre a situação de extrema violência a que essas famílias estão expostas e também ser um suporte para as mães, que assim como Mauad, sofrem a perda de seu filhos,

[...] que é um grupo de mães que tiveram os seus filhos mortos por conta da violência, quer eles tenham envolvimento no crime ou não, pra gente não importa, importa que eles morreram. E aí, eu sempre falo, eu sempre falo essa frase, que eu sou a voz do meu filho. Nossos mortos têm voz, eu sou a voz do meu filho, eu sempre falo isso (Málaque Mauad, Altamira – PA, entrevistada em 11/07/2019).

Em entrevista realizada na cidade de Altamira, Málaque Mauad, nascida e criada na região, conta como observou a escalada da violência, prostituição e o consumo de drogas no contexto de construção de Belo Monte,

Eu observo que a prostituição e o crime organizado, né, vindo junto com drogas e tudo, eles se instalaram aqui no decorrer da obra, né, porque assim, você andava aqui na rua, aqui tinha um ponto de prostituição, tinha umas meninas que trabalhavam aqui na frente. Aqui tinha duas meninas que trabalhavam, a gente chamava até as vizinhas, que elas moravam aqui na vila.

Duas meninas aqui, seguindo aqui como se fosse pra orla do cais, ali tinha mais dois, dois pontos só nessa travessa aqui. Então assim, a gente sabe que rolava droga, rolava muito, muito, e o dinheiro, rolava muito dinheiro. Tinha dinheiro. E aí, depois, que aconteceu? Os meninos ficaram viciados, né, porque eles foram usados... usados pra venda, né, de aviõezinhos, enfim, e acabaram experimentando, e acabaram ficando dependentes, e aí foi ficando escasso, e aí o consumo, né?

Indo embora e foi ficando aí. Aí tão se matando. Aí, as crianças viciadas, as mães desesperadas, correm, pedem socorro pro Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar encaminha pro Ministério Público, e aí fica esse joguinho, né?! De Ministério Público e Governo Municipal, e ninguém sabe o que faz. E aí fica um monte de gente precisando de tratamento e não tem como. E a gente foi perdendo, perdendo mesmo, tem morrido muito jovem por conta dessa questão da disputa de território também. E de consumo (Málaque Mauad, Altamira – PA, entrevistada em 11/07/2019).

Não é necessariamente sobre o Coletivo das Mães do Xingu que esse ponto do trabalho pretende se debruçar, mas fazer uma reflexão sobre como o território colonial sofre com a entrada do capital, é em razão desse contexto de negação da dignidade humana na construção de Belo Monte que muitos levantes ocorreram, é sobre essa terra arrasada que o Coletivo de Mulheres do MAB se colocaram a bordar e traçar novas estratégias de luta frente à expropriação do território em que viviam e, sobretudo, do sofrimento causado pelo impacto de relações sociais perversas que acabam por recair sobre os corpos racializados, sexualizados e mercantilizados.

4.2 As emergências da luta e as arpilleras do MAB

Como forma de enfrentamento das atrocidades do capitalismo, da colonialidade e do patriarcado, Santos (2019a, p. 17) aponta as epistemologias do sul como um terreno possível para se criar o que ele considera como “caminhos artesanais para futuros artesanais”. Ainda sobre a perspectiva das Epistemologias do Sul, existem os sofrimentos e as exclusões abissais e não abissais, a diferença existente não se refere diretamente à intensidade do sofrimento individual ou coletivo, mas se refere, sobretudo, a indiferença com que esse sofrimento é praticado, essa indiferença o autor salienta que reside tanto em sua prática (à sangue frio), como com relação a impunidade.

Esse sofrimento injusto, nascido da linha divisória que Santos (2007) reconhece como abissal, é um sofrimento sem importância política, como vemos no caso das mortes dos jovens de Altamira, ou ainda sobre o vilipêndio sexual das mulheres e crianças que tiveram seus corpos marcados ou mesmo ceifados por conta da exploração sexual. As lutas ancoradas nas epistemologias do sul partem das consequências, dos corpos em sofrimento e da política do cuidado, incluindo o cuidado das famílias e dos grupos sociais mais afetados pela violência.

Sobre a questão do corpo, Santos (2019a) entende que nos grupos sociais que as atrocidades do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado são materializados em sofrimento físico, o conhecimento é corporizado, manifestando-se em corpos físicos, é partindo desse conhecimento corporizado que as lutas contra a opressão são empreendidas. É com o corpo que pensamos e conhecemos o mundo e é com esse mesmo corpo que experimentamos e acessamos a memória, entretanto o conhecimento científico positivista tende a ver o corpo como um mero suporte sobre o qual a inteligência produz,

Isso é especialmente verdade no que se refere ao conhecimento eurocêntrico, científico ou não, devido aos pressupostos judaico-cristãos que lhe são subjacentes, impregnados da distinção absoluta entre corpo e alma. O corpo de emoções e afetos, do sabor, do cheiro, do tato, da audição e da visão não está incluído na narrativa epistemológica, mesmo depois de Spinoza ter criticado definitivamente essa exclusão como sendo irracional e estúpida. As epistemologias do Norte têm grande dificuldade em aceitar o corpo em toda sua densidade emocional e afetiva sem o transformarem em mais um objeto de estudo. Não conseguem conceber o corpo como uma urnarrativa, uma narrativa somática que precede e sustenta as narrativas das quais o corpo fala ou sobre as quais escreve. O fato de essas narrativas serem as únicas que são consideradas epistemologicamente relevantes baseia-se na ocultação da narrativa

somática que as fundamenta. O corpo torna-se assim uma presença ausente (SANTOS, 2019a, p. 137).

Quando partimos do pressuposto e da defesa de Santos (2019a) de que todo conhecimento é corpóreo, contrariando as concepções judaico-cristãs dispostas no trecho anterior, podemos crer que não é aceitável que a experiência seja compreendida como algo inferior à teoria. Sobretudo, porque a experiência produz uma concepção testemunhal de verdade, é sobre essa concepção que falamos no primeiro capítulo desse texto, e para além do testemunho, é a experiência que cria uma relação imediata e intensa com os fatos vividos.

As experiências de injustiça e opressão experimentadas socialmente em função dessa linha abissal e empreendidas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, quase sempre são experiências corpóreas, a tirar pelas que movem as discussões desse trabalho, contudo, essas experiências corpóreas mobilizam dimensões físicas, emocionais, mentais, espirituais e são vividas mais intensamente quando empreendem resistência e a luta contra a injustiça.

Um dos conceitos de experiência tratado por Santos (2019a), e especialmente importante para as reflexões contidas nessa pesquisa, é a ideia de experiência vivida, onde não se pode dividir ou distinguir a experiência em si mesma do sujeito que a viveu ou que a vive. A experiência vivida por quem está sujeito aos vilipêndios da dominação capitalista é uma experiência vivida no sentido mais visceral possível, porque não há outra opção senão vivê-la, até que se substancializem elementos a esse corpo no sentido de resistir.

A luta e a resistência não devem ser entendidas como exercícios de liberdade com vistas a erradicar a opressão ou a injustiça, resistir a opressão é tanto uma necessidade como quanto é vivê-la, só quem não passa pela experiência de injustiças poderia crer que a resistência é empreendida unicamente como um ato de liberdade. Quanto mais agudizada é a opressão, mais difícil se torna para os grupos sociais oprimidos comunicar os sofrimentos, os sentimentos e as experiências vividas a partir do contexto de sujeição em que vivem. Eis aí o principal desafio das epistemologias do sul, a comunicação e a partilha do sofrimento e da experiência obtidas por grupos sociais sujeitados às injustiças capitalistas, coloniais e patriarcais. Esse esforço pela partilha do conhecimento empenhado nas lutas contra a opressão, aprofundam e ampliam a cooperação entre os que estão na luta e seus aliados (SANTOS, 2019a).

Tomando como princípio norteador a linha abissal, as exclusões sociais ocorridas no “lado de cá” da linha percorrem um campo de profundas injustiças – como no caso do deslocamento compulsório dos moradores dos antigos baixões de Altamira para os reassentamentos urbanos, desconsiderando completamente a maneira com que essas pessoas viviam anteriormente⁶⁷ – injustiças essas que são de difícil transmissão e compreensão por parte de quem habita o outro lado da linha abissal, sobretudo, porque boa parte do sofrimento injusto vivido no sul global é irrelevante, ou inteligível, ou apenas inexistente aos olhos dos que habitam a faixa metropolitana dessa mesma linha.

A dificuldade de entender e de fazer entender a experiência da exclusão como algo injusto e contra o qual é imperioso lutar reside no fato das epistemologias do Norte se esforçarem incessantemente em negar a possibilidade de exclusão abissal, convertendo-a numa condição natural ou merecida, um estado de coisas determinado pelo destino, ou até, mais perversamente ainda, uma forma de inclusão (SANTOS, 2019a, p. 133).

As lutas sociais são processos que se desenrolam a partir composições complexas, nas quais o raciocínio e as emoções confluem, para as epistemologias do sul as emoções são a porta por onde se dá a vida e é exatamente nesse mesmo ponto que se dá a luta pela dignidade humana. No caso do corpo, eles estão presentes no centro da luta, tanto quanto as lutas estão presentes no corpo. E, por meio do corpo, é que diferentes capacidades de luta são mobilizadas ou em diferentes momentos da mesma luta.

As capacidades mobilizadas com o princípio de buscar um mundo mais pluriverso por meio das lutas, podem ser empenhadas em diferentes sentidos, utilizando-se das capacidades múltiplas da corporeidade, tal qual voz, as pernas, os braços e as mãos, como é o caso do ato de bordar, construindo uma resistência que articule memória e denúncia.

Mesmo sendo o sofrimento injusto a base para a denúncia da dominação, ele por si só não consegue desencadear a resistência. Parafraseando Boaventura de Sousa Santos, o que desencadeia a resistência é a descoberta de que o opressor possui pontos fracos, de que existem caminhos possíveis, por mais difíceis que eles sejam, na luta contra opressão e, sobretudo, de que existe capacidade para percorrer esses caminhos (SANTOS, 2019a).

⁶⁷ Discussão desenvolvida no item 4.3 Representação da quebra dos vínculos comunitários em arpilleras amazônicas.

É nesse ponto que considero uma aproximação muito potente das lutas empenhadas pelas epistemologias do sul, explicitadas por Santos (2019a; 2019b), e o próprio ato de bordar, seja nas arpilleras chilenas, que refletiam a ausência do seus entes queridos, ou as arpilleras amazônicas das mulheres do MAB – que refletem as injustiças e vilipêndios impingidos ao corpo quando da construção de Belo Monte. Sobretudo, porque o conhecimento que mobiliza as mulheres que bordaram no Chile ou no Brasil, advém de um carácter corpóreo, o que implica necessariamente dizer que o conhecimento não é unicamente mobilizado apenas com base na razão, ou na formulação de conceitos, pensamentos e análises.

Ainda que todo esse empenho da razão seja muito importante para formular os termos da luta, não conseguem mobilizar as pessoas no sentido da ação, a menos que estejam presentes afetos, emoções e sentimentos, elementos indispensáveis para converter a resistência no único caminho possível.

4.2.1 O ato de bordar – Aquecendo a razão e as suficiências íntimas

Ainda que o inconformismo, a raiva e até o desespero sejam latentes, não são elementos suficientes para ativar a vitalidade da luta contra uma situação injusta. A luta quando vista de seu interior depende sempre da construção de uma vontade que sustenta a necessidade de lutar, a sensação interna de que, uma vez empreendida a luta, é um caminho sem a opção de volta. Embora existam dúvidas no decorrer do processo, elas existem enquanto reflexão prudente e não como motivos para desistir.

Segundo as epistemologias do sul, os conceitos, argumentos e teorias tem relevância na potência que mantém a luta em marcha, desde que aquecidas à luz das emoções e dos afetos. Tomando a razão como um elemento importante, mas não o único que mantém a chama da luta acessa no centro dos movimentos sociais, Santos (2019a) descreve dois conceitos fundamentais das epistemologias do sul que empreendem o ato de lutar. Acredito que esses dois conceitos que trataremos nesse item são particularmente importantes para compreendermos o ato de bordar em contextos de violação dos direitos humanos, vivido tanto pelas mulheres no Chile como pelas mulheres afetadas por barragens na Amazônia.

Esse aquecimento da razão de que fala Santos (2019a), é o processo através do qual as ideias são empreendidas no sentido de gerar emoções motivadoras, criativas e que reforcem a importância de lutar e, evidentemente, a disponibilidade de correr riscos.

Esse despertar acontece na medida em que as ideias e os conceitos, e mesmo as teorias, são associados ou com imagens desestabilizadoras de repugnância e indignação ou com imagens de uma vida alternativa, digna, imagens realistas porque acessíveis e, portanto, portadoras de esperança (SANTOS, 2019a, p. 150).

Para Santos (2019a) esse processo de aquecer a razão não dispensa os conceitos, as teorias e o uso da razão, contudo os transforma em desafios vitais, experiências concretas da vida próxima, levando o grupo social envolvido a ter forças para lutar, sem o aquecimento as razões e os argumentos seriam insuficientes para empreender em luta. Esse aquecimento traz o que Santos (2019a, p. 150) chama de “razão sem razões que impele a razão com razões para a luta”, o que parafraseando seu conceito, seria o mesmo que transformar a latência em potência de luta, a ausência de condições em emergência e o inalcançável em possível.

Nessa perspectiva, aquecer a razão é o modo como ocorre a combinação da razão e das emoções, originando assim uma força capacitadora,

O coração guia a razão, seja para gozar o mundo, um mundo composto de humanos e não-humanos, ou para transforma-lo. Nem o coração é um mero órgão humano, nem a razão é a racionalidade cartesiana, nem a espiritualidade tem de ser entendida dar forma específica como os povos indígenas a usam para exprimir a presença constitutiva de um mundo transcendente no mundo imanente. Corazonar significa experienciar o infortúnio ou o sofrimento injusto dos outros como se fosse próprios e estar disponível para se aliar à luta contra essa injustiça, ao ponto mesmo de correr riscos. Significa acabar com a passividade e fortalecer o inconformismo perante a injustiça. Corazonar nunca significa que as emoções deem origem a uma falta de controle. Pelo contrário, as emoções são energia vital que impele as boas-razões-para-agir à passarem a ação ponderada. Corazonar produz um efeito de aumento por meio do qual um mundo remoto e desconhecido se torna próximo e reconhecível (SANTOS, 2019 a, p. 154. Grifo do autor).

No termo utilizado por Santos (2019a) na citação anterior, *corazonar* é aquecer a emoção, usar o coração e também a razão no sentido de criar uma forma amplificada de reciprocidade e a comunhão na luta pela dignidade humana, é um processo revitalizador de subjetividades que se envolvem e que ajudam a fortalecer a partilha e a ampliar o sentimento de corresponsabilidade na busca por alternativas à opressão. Para o autor, o ato de *corazonar* não se enquadra nas dicotomias mente/corpo, interno/externo, público/privado, individual/coletivo e memória/expectativa, *corazonar* é “um sentir-pensar que junta tudo aquilo que as dicotomias separam” e por fundir a razão e a emoção é uma

alternativa que busca-se instrumentalmente útil, sem deixar de ser expressiva (SANTOS, 2019a, p. 154).

Para as mulheres bordadeiras do MAB, o ato de bordar é também um ato político, é por meio do bordado que elas contam histórias de um mundo que já não existe, ou de um mundo que seria mais justo e socialmente igualitário, ou ainda denunciam as misérias causadas na vida delas próprias e dos seus, no contexto do desenvolvimento predatório. O que aquece a luta contra a investida do capital nos territórios sagrados das populações ribeirinhas e indígenas da Amazônia – uma das frentes de luta das arpilleas do MAB se deu também com mulheres indígenas, sobretudo da etnia Munduruku⁶⁸, é o desejo de que suas vozes sejam respeitadas, de contar elas próprias a história vivida ou desejada.

Na narrativa a seguir, Gisely Moura, ativista do Coletivo de Mulheres do MAB e também liderança representante do estado do Pará, relata o que para a luta e para o próprio coletivo de mulheres é o uso do bordado como resistência,

Então, a técnica, as arpilleras pra nós foi muito importante nesse campo, de dizer que nós somos protagonistas, né? Que nós estamos aqui pra lutar, que nós estamos aqui... que nós somos principalmente resistência, né? Viemos resistindo a todas essas formas machistas do patriarcado e támo aqui lutando pra dizer que não queremos isso, que queremos uma nova forma de sobreviver e de se reproduzir nessa terra, né? De que o nosso direito tem que ser garantido, e as arpilleras, elas trazem esse respaldo e essa visibilidade à sociedade. Sem contar que é uma nova técnica de luta, né? Que a partir do momento que a gente tá fazendo uma exposição, essa exposição é uma ferramenta...

E várias outras portas com essa forma de denúncia, elas foram abertas via arte, então mais uma vez, né? As mulheres quebrando paradigmas, mostrando uma arte e denúncia. Então, acho que o que mais é belo nas arpilleras, é essa possibilidade de mostrar esse sofrimento das mulheres, que é um momento muito difícil, mas também transformar esse momento difícil em luta (Gisely Moura, Marabá – PA, entrevistada em 07/07/2019).

Quando na fala de Gisely, ela enumera e reconhece que mesmo quando diante de um quadro grave de violação da dignidade humana, ainda assim surge um desejo coletivo de lutar e transformar dor em resistência, penso particularmente que esse ímpeto de lutar e representar a dor por meio do bordado, é sim fruto da memória e da experiência do corpo que sofre as marcas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, mas é também produto do aquecimento da razão, é quando se constroem pontes entre as emoções e os afetos de um lado e o conhecimento e a razão, de outro lado.

⁶⁸ Reportagem do MAB que fala das Mulheres Munduruku e o bordado em arpilleras <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/ind-genas-entregam-abaixo-assinado-ao-governo-contra-barragens-no-tapaj-s>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Para Boaventura de Sousa Santos, o aquecer a razão ou o que ele, inspirado nas lutas dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina, nomeia de *corazonar* não pode ser planejado, surge das relações sociais, por meio das interações que clarificam a percepção de injustiça e buscam caminhos para minimizá-las. Por outro lado, reconhece o autor que há contextos que favorecem ou dificultam sua ocorrência,

Ao nível sociocultural, *corazonar* pressupõe a expectativa da aceitação da partilha de riscos no grupo social. Por outras palavras, longe de ser reativo, o *corazonar* é um agir criativo que visa à resolução de problemas. Pressupõe uma familiaridade latente que aumenta com a sua explicação. Essa familiaridade inclui muitas vezes memórias partilhadas de opressão e de sofrimento injusto. A partilha pode ser facilitada pelo pertencimento local, territorial, mas pode também acontecer através de uma condição de pertencimento desterritorializado (SANTOS, 2019a, p. 155).

O ato de bordar é em si mesmo a partilha da memória no momento que as mulheres estão bordando, aquecido e reaquecendo a razão uma vez mais por meio da troca de experiências, sentimentos, entendimentos e narrativas, promovidas nas oficinas. E é também produto, quando uma tela nova é finalizada e embebida nas histórias e narrativas que comungam com as epistemologias do sul, ou seja, que buscam levar ao mundo dividido e profundamente marcado pela linha abissal, o grito dos excluídos, isso em si mesmo é narrativa materializada.

Eu não sei te dizer quantas arpilleras, porque todas elas... tanto é que umas de Marabá, como os de Altamira, de Itaituba, em Belém, todas essas arpilleras, senão a maioria delas, eu tive presente, né? Então, não é que eu tenha costurado em todas, mas o debate político, eu tive em praticamente todas, então eu sinto sim de que ajudei a construir, né? Dando um viés mais político, trazendo essas dores dessas mulheres pra um viés mais político e poder esclarecer, falar assim, "olha, a gente tá sofrendo esse momento por causa das hidrelétricas e o ocasionou isso é o avanço do capitalismo, é o avanço do agronegócio também, né? É os grandes fazendeiros que querem se apropriar do acampamento, que nunca deixou que isso virasse assentamento", então transformando essas dores em algo mais político. E claro, às vezes sentando na mesa, costurando com elas, conversando, costurando a arpilleras e construindo... e costurando também uma resistência. Porque a partir desse momento que a gente tá costurando, tá colocando as nossas indignações nas arpilleras pra ser expostas, a gente também tá fazendo mobilizações, organizações e planejando a luta, porque além de ser exposta, o que mais a gente pode fazer com essas arpilleras? É uma denúncia, é ir na prefeitura, é ir na câmara dos vereadores. O que mais a gente pode fazer no local, né? (Gisely Moura, Marabá – PA, entrevistada em 07/07/2019).

Para Santos (2019 a), uma vez que a razão esteja aquecida pelas emoções da experiência, ou para utilizar o termo que ele cunha, *corazonada*, o grupo oprimido constrói a determinação de continuar a luta, mesmo contra situações difíceis, ou de escassas hipóteses de mudança, como é o caso da luta contra a investida do capital na Amazônia de que Gisely fala. Apesar da investida colonialista sobre a Amazônia desde a extração da borracha, tendo vivido todos os ciclos de exploração, as comunidades

persistem na disponibilidade de esperança para a luta contra a dominação e a expropriação.

Ao fazer a leitura desse texto de Boaventura de Sousa Santos, fui apresentada ao texto de Santiago Arboleda (2002), em que estuda o processo de mobilização dos povos afrodescendentes na Colômbia, nesse texto ele fala sobre o conceito de *suficiências íntimas*, o que para ele é o acúmulo de experiências e valores emancipatórios, são estratégias de vida construídas no seio das comunidades e/ou grupos sociais oprimidos pelas visões hegemônicas do capital, do colonialismo e do patriarcado, caracteriza-se pelo conjunto de recursos que se encontram na memória coletiva, que são acessadas em momentos de opressão como garantia da construção de estratégias de vida.

Arboleda explicita o motivo pelo qual entende esse mecanismo como *suficiências*, “la medida en que - no sin eludir de las carências - insisten en un punto de partida positivo, vivificante para el individuo y su comunidad, y no propiamente en una actitud reactiva frente a los otros grupos” (ARBOLEDA, 2002, p. 417). Trata-se de um conjunto de sentidos, acumulados por meio da experiência em contextos de perda da dignidade humana, que acaba por dar forma a um desejo social e cultural da memória coletiva, representam uma forma de resistência, que implica também uma outra maneira de re-existir no espaço da luta social.

As *suficiências íntimas* atuam de um lado, pela denúncia radical de uma ausência epistemológica produzida, pelo que Santos (2007) entende como linha abissal, linha essa que autoriza a apropriação e a violência nos territórios coloniais. E de outro lado, a construção de uma identidade capaz de atuar politicamente a partir do exercício da conscientização, processo que faz emergir memórias e histórias suprimidas. É por meio de uma vivência do passado que se cria a força para lutar por um presente-futuro, as *suficiências íntimas* conferem aos grupos sociais que as produzem a força de não conseguir esquecer e mesmo assim,

[...] indican que no se trata de una anacronica vuelta al pasado sino mas bien de una forma de desatar la potencia de nuestras formas de pensar, hacer, nombrar, en la via de esculpir, labrar y, finalmente, abrir caminos alternos a la institucionalidad oficial, cual es valido para repensar el accionar del movimiento social (ARBOLEDA, 2002, p. 418).

Considero particularmente interessante observar a fala de Gisely sob o prisma das *suficiências íntimas*, descrito por Arboleda, é por meio da costura e das conversas elaboradas no ato de bordar, que também se acessa a memória coletiva dos vilipendios

sofridos em campos de construção de barragens, é no momento de trocas de experiências, aquecendo a razão com os sentimentos e as sensações que atravessaram e atravessam o corpo das mulheres em luta, é que se constrói uma concepção intensificada do presente, como algo urgente e que precisa ser narrado. É no momento do bordado que se constrói uma ferramenta poderosa para tornar acessíveis e inteligíveis as experiências de completa falta de dignidade humana.

No relato a seguir Edizângela Barros reflete sobre a questão do ato de bordar e a construção de uma consciência a respeito da perda da dignidade humana, é possível observar a materialização do conceito de que trata Arboleda (2002),

Então, o projeto das Arpilleras, ele é isso, ele é um instrumento que ajuda a gente a mostrar a nossa realidade, a falar o que a gente não consegue falar, mas, às vezes, a gente consegue demonstrar isso no bordado, ali nas peças. Então, é muito interessante. E assim, a Arpillera também não é só a gente construir ela, tem uma questão do debate também. Antes da construção da Arpilleras, a gente também conversa sobre a realidade, os temas que a gente tem vivido na nossa realidade, nas nossas comunidades. Então, é a questão da violência, é a questão do tráfico de drogas, tráfico de mulheres, abuso e exploração sexual, então tudo isso assim, os impactos que a barragem causa na nossa vida. Então, esses problemas acabam... fazendo a gente refletir, é isso mesmo, fazendo a gente refletir, que às vezes as coisas vão acontecendo, a gente nem percebe que isso é ocasionado por alguma coisa, pela construção da hidrelétrica, ou por políticas públicas mal implantadas pelos governos, e às vezes a gente acaba achando que isso é natural, mas não, quando a gente vai debater a fundo, e conversando passo a passo quais são esses impactos na nossa vida, a gente percebe que muitas ações assim, inclusive do Governo Federal e das grandes empresas, têm tudo a ver com a nossa vida, porque impacta diretamente (Edizângela Barros, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/19).

Em resposta à atuação do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado nos territórios coloniais, as mulheres do MAB produzem uma espécie de testemunho acerca do binômio colonial-capitalista, cujo os efeitos revelam a desqualificação do valor da vida das pessoas que viviam nos baixões de Altamira – PA, requerendo dessas mulheres um esforço de superação do silenciamento e da invisibilidade, para então passarem a compor uma luta carregada de sentidos. Sentidos esses, conforme explicitado por Santos (2019a), que podem ser construídos por meio de histórias e talvez essas sejam as formas mais poderosas de se tornar mutuamente acessíveis e relevantes as experiências sociais.

No item que se segue passo a fazer uma discussão sobre as representações contidas em algumas das arpilleras produzidas pelo Coletivo de Mulheres do Mab no contexto de construção de Belo Monte, muitas das arpilleras aqui dispostas foram descritas e apresentadas a mim quando do trabalho de campo no Pará, nas ocasiões em

que estive em contato com as mulheres do movimento do MAB – Pará, ou quando estive em contato com as histórias de vida de mulheres que perderam seus entes queridos. As arpilleras aqui dispostas foram incluídas na discussão dada a sua importância na luta do movimento em si e também por conterem fragmentos das histórias de vida das mulheres com quem conversei ao longo dessa pesquisa.

4.3 Tecendo a luta pela dignidade: Representação da quebra de laços de vizinhança, violência e exploração sexual no contexto de construção de Belo Monte⁶⁹

As consequências da ocupação dos territórios coloniais pelo neoliberalismo e pelo avanço do capital, é sentido pelas comunidades locais em várias escalas e medidas, como vimos anteriormente muito do direito à dignidade humana foi negado à comunidades afetadas, indígenas e não indígenas, em um espaço de dominação capitalista, colonial e patriarcal. Não apenas o território físico padece pela exploração e o vilipêndio, mas também o corpo das comunidades afetadas, como um outro território a ser apropriado, para Segato (2016) o patriarcado exerce a apropriação sobre o corpo das mulheres como a primeira colônia a ser tomada.

Segato (2016) entende que a estrutura que molda a relação entre posições de prestígio e hierarquia de poder nos territórios coloniais, embora radicalmente agravada e transformada em uma ordem de alta letalidade pelo próprio processo de conquista e colonização, na verdade advém de uma hierarquia simples, ao que ela denomina de patriarcado de baixa intensidade ou baixo impacto, para a era colonial-moderna. A articulação do mundo capitalista, colonialista e patriarcal, descreve historicamente a prioridade do patriarcado como apropriador do corpo das mulheres e, compreende também, que o corpo dominado é a primeira colônia.

A respeito da atuação dos homens do território colonial, ou seja os homens subalternos, Segato (2016) analisa que a conquista teria sido um empreendimento impossível sem a preexistência desse patriarcado de baixa intensidade, que torna mesmo os homens do lado de cá da linha abissal, dóceis ao mandato da masculinidade e, portanto, vulneráveis à exemplaridade da masculinidade vitoriosa. Para essa autora,

⁶⁹ Parte dessa discussão integra artigo publicado na Revista Tábula Rasa, Bogotá – Colômbia, N°.30: 109-131, enero-junio 2019. Link do trabalho <<https://doi.org/10.25058/20112742.n30.0>>. Acesso em 20 set. 2019.

os homens dos povos colonizados funcionam como um elemento de articulação entre os dois mundos, ou territórios coloniais e metropolitanos, para usar um conceito de Santos (2019a), divididos, por um lado, entre ao seu povo e, por outro lado, no mandato da masculinidade (SEGATO, 2016, p. 19).

No texto que me refiro, Rita Segato (2016) faz uma análise muito oportuna acerca da mutação histórica da estrutura de gênero, ao que ela define como a transformação do sujeito masculino em modelo do humano moderno e sujeito de enunciação paradigmática da esfera pública. Segundo a autora, esse sujeito masculino é dotado de politicidade, interesse geral e valor universal, já às mulheres, o sistema-mundo reservou tudo que é relacionado ao cenário doméstico, esvaziando-se, portanto, de politicidade e vínculos corporativos de que se constitui a vida comunitária, destituindo as mulheres da vida política. É nesse processo que o espaço doméstico adquire os contornos de uma esfera privada, que não existia antes, e é a partir dessa mutação que a vida das mulheres assume a fragilidade que vivenciamos, sua vulnerabilidade e letalidade são estabelecidas e passam a operar até o presente, seja nos territórios metropolitanos ou nos territórios coloniais (SEGATO, 2016, p. 20).

O vilipêndio sobre o feminino se manifesta pela destruição corporal sem precedentes, como também sob a forma de comercialização até o limite de tudo que os corpos femininos podem suportar, para Segato (2014) a ação violenta dos corpos femininos ou feminizados tem sido praticada como nunca, e é nesta etapa apocalíptica da modernidade-colonialidade que os corpos femininos têm sido espoliados até que apenas os restos sejam deixados.

Segato (2014) avalia que a violência contra as mulheres aumenta à medida em que a modernidade e o mercado se expandem e ocupam outros territórios, sobretudo os territórios coloniais, embora existam os marcos referenciais dos direitos humanos, como já debatido anteriormente, a mulher racializada não ocupa os cânones de proteção da dignidade humana que o sistema moderno-colonial opera, é sob a sombra da barbárie crescente de gênero moderno, ou do que a autora considera como “genocídio de gênero”, que vivem as mulheres camponesas, mulheres indígenas, negras e subalternas do sul global.

Maria Lugones (2008), ao se referir as mulheres que habitam os territórios coloniais como mulheres subalternas, vítimas da dominação racial, faz uma intersecção

sobre os conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a indiferença dos homens diante das violências que sistematicamente recae sobre as mulheres vitimas da colonialidade do poder e, por isso mesmo, vitimas do que é entendido pela autora como colonialidade de gênero. Essa indiferença tratada por Lugones (2008) existe tanto na vida cotidiana como também em relação à construção de teorias da opressão, para a autora a indiferença não é provocada apenas pela separação das categorias raça, gênero, classe e sexualidade, não se tratando, portanto, de uma cegueira epistemológica,

Las feministas de color han dejado en claro lo que se revela, en términos de dominación y explotación violentas, una vez que la perspectiva epistemológica se enfoca en la intersección de estas categorías. Sin embargo, esto no ha sido suficiente para despertar en aquellos hombres, que también han sido víctimas de la dominación y explotación violentas, ningún tipo de reconocimiento de la complicidad o colaboración que prestan al ejercicio de dominación violenta de las mujeres de color. En particular, la teorización de la dominación global continúa llevándose a cabo como si no hiciera falta reconocer y resistir traiciones o colaboraciones de este tipo (LUGONES, 2008, p. 76).

Nesse trabalho, Lugones (2008) utiliza o sistema do que ela nomeia de gênero moderno-colonial, apoiada na ideia de que a colonialidade do poder introduz a classificação social universal da população do planeta em termos de raça, conceito esse trabalhado por Quijano (2009), a invenção da ideia de "raça" é uma virada profunda, justamente por criar as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação, estabelecendo, portanto, os humanos dignos de direitos e os sub-humanos, conforme discutido anteriormente nas considerações sobre os direitos humanos.

Para Lugones (2008), reconhecer a humanidade e as relações através de uma ideia inventada de superioridade racial, é o que Quijano (2009) elabora como um conjunto de teorias eurocêntricas das classes sociais e em Santos (2007; 2019a; 2019b) está articulado sobre o conceito de Pensamento Abissal, que é a divisão do mundo em Europa e não-Europa, ocidente e o resto do mundo. A análise de Quijano (2009) fornece um espaço conceitual para a centralidade da classificação da população mundial em termos de raça no capitalismo global.

Desde entonces, ha permeado todas y cada una de las áreas de la existencia social, constituyendo la forma más efectiva de la dominación social tanto material como intersubjetiva. Por lo tanto, «colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas.

Para ponerlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad (LUGONES, 2008, p. 79).

Rita Segato (2016) ao refletir sobre a exploração e a destruição do corpo feminino nos territórios coloniais, faz uma articulação sobre o conceito de colonialismo elaborado por Quijano (2009), refletido também por Lugones (2008), e importante para a análise das narrativas contidas em arpilleras das mulheres violentadas pelo sistema capitalista-colonial-patriarcal,

La modernidad, con su precondition colonial y su esfera pública patriarcal, es una máquina productora de anomalías y ejecutora de expurgos: positiviza la norma, contabiliza la pena, cataloga las dolencias, patrimonializa la cultura, archiva la experiencia, monumentaliza la memoria, fundamentaliza las identidades, cosifica la vida, mercantiliza la tierra, ecualiza las temporalidades (SEGATO, 2016, p. 24).

Esse processo é observado com facilidade quando fazemos referencia as violações da dignidade humana no contexto de construção de Belo Monte e é sobre o opressão do patriarcado e do capital que as mulheres subalternas ressignificam a luta por meio do bordado. Nesse sentido, poderíamos refletir se bordar é um ato transgressor? Ao considerar toda articulação do sistema mundo, dentro da epistemologia do norte ou da construção cognitiva ocidentalocêntrica, até aqui explicitadas, considerarmos a crueldade operada nos corpos coisificados pelo patriarcado, percebemos que a história das mulheres têm sido censurada, emudecida e perdida na transição do mundo-aldeia para o mundo colonial-moderno (SEGATO, 2016).

Ainda com o intento de responder a pergunta anterior, é que me reporto uma vez mais ao texto de Segato (2016), ela refere que a experiência histórica masculina se caracterizada por viagens de longa distância, quando da busca por alimento (caça), parlamentares e de guerra e, posteriormente, pela frente colonial ultra-marina. Por outro lado, a história das mulheres enfatiza suas raízes e relacionamentos íntimos. Para essa autora, o que deve ser recuperado é o estilo feminino de fazer política, num espaço de ligação, de contato corporal próximo e menos protocolar.

Segato (2016) entende que a forma da mulher de fazer política, é antes uma política de construção de ligação entre as pessoas, e não promotora de distâncias criadas pelos protocolos e pela abstração burocrática. A autora percebe que a autonomia política feminina depende, sobretudo, do resgate do valor e reavaliação da memória de fazer

política feminina, bloqueada pela perda abrupta de prestígio e autonomia do espaço, conforme referido no início dessa argumentação.

A forma de fazer política feminina seria menos suprir a escassez em tempos de escassez – como no caso do voluntarismo – e mais partir de uma organização da densidade simbólica do grupo social, fornecida por seu próprio cosmos, e uma percepção de seus membros de que existe uma história comum, possivelmente uma história de opressão, que claramente não os desprovidrá de conflitos internos, mas que os façam compreender que estão caminhando para um futuro comum. Ou seja, na proposição de Segato (2016) uma comunidade pode desenvolver esses laços de proximidade corpórea a construção de uma luta articulada com a feminilidade, porque compartilha uma história. “É o desejo de estar em conjunto, em interlocução, é o que faz uma comunidade, além da obrigação permanente de reciprocidade que faz com que diferentes tipos de recursos fluam entre seus membros” (SEGATO, 2016, p. 29).

Sob esse *locus* enunciativo podemos entender o bordado, ou as narrativas nele contidas, como um ato transgressor, um ato que contraria a construção cognitiva do mundo operado pela política racionalizada e centrada nas epistemologias do norte. Bordar é mesmo construir uma forma de fazer política feminina, de proximidade física com as outras mulheres que compõem esse mesmo bordado, uma vez que nenhuma tela é tecida por uma mulher apenas, é também uma forma de contar uma história de violação, partindo do princípio que existe uma história comum àquela comunidade e essa história é de profunda violação da dignidade humana.

Articulando esse entendimento da construção de uma política feminina, podemos tomar as arpilleras do MAB e suas representações contidas nesse trabalho, gostaria de fazer referência a uma parte muito significativa dessa análise, o bordado que narra a quebra de laços de vizinhança, a violência física e exploração sexual de mulheres e crianças embricadas na construção de Belo Monte.

Para efeito didático, divido a análise das telas e a fala das entrevistadas em três diferentes *corpus*, que serão explicitados um a um. O primeiro deles diz respeito ao Corpo coletivo, nesse item trabalharei a representação da quebra dos laços de vizinhança quando do deslocamento do atingidos para os reassentamentos urbanos em Belo Monte, o segundo deles é o Corpo que sofre, nesse item tratarei da representação da exploração sexual nos corpos femininos e feminilizados na região do Xingu – PA. E por último, o

Corpo que cala, onde abordarei a escalada da violência e o assassinato de jovens representados em arpilleras amazônicas.

A opção por dividir a análise das telas nos três *corpus* acima enumerados foi motivada pela reflexão acerca de um postulado de Santos (2019a) a respeito do caráter corpóreo das epistemologias do sul – ao contrário das epistemologias do norte que procuraram dividir e afastar sentimento e razão, corpo e espírito –, as lutas das epistemologias do sul são quase sempre corpóreas, os corpos estão no centro da luta, assim como as lutas estão no centro dos corpos.

Santos (2019a) avalia que por mais enfaticamente teórica que a vigilância epistêmica capitalista-colonial-patriarcal se julgue, exige poder de previsão, planejamento, metodologia e resultados, ao contrário dos corpos, que são acontecimentos, às vezes latentes e às vezes evidentes, deixando um enorme vazio antes e depois dos acontecimentos. E por isso mesmo, as epistemologias do sul tem um profundo interesse pelo corpo.

Como o trabalho de bordado existe a partir do corpo, seja o bordado chileno que requer os corpos de seus entes queridos como descrito no capítulo 1; ou as mulheres oprimidas e violentadas pela construção de hidrelétricas no Brasil que bordam com seus corpos, reclamando o esgarçamento do corpo comunitário, corpo coletivo; ou a mercantilização e a violência relegada ao corpo feminino, corpo sofredor; ou mesmo através da narrativa de aniquilamento do corpo quando da violência sem precedentes, corpo que cala. Em todos esses casos, o corpo explicita os principais efeitos do impacto das relações sociais perversas sobre corpos racializados, sexualizados e mercantilizados.

O corpo coletivo⁷⁰

A construção de grandes usinas hidrelétricas, além das mudanças socioeconômicas e ambientais, também provoca a perda de redes de sociabilidade nas comunidades afetadas. “A Quebra dos vínculos familiares e comunitários das famílias reassentadas” é o título de uma arpillera bordada por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte. Assim como as arpilleras chilenas, as arpilleras bordadas pelo Coletivo de

⁷⁰ Todas as arpilleras analisadas nesse capítulo serão apresentadas em tamanho ampliado nos anexos desse trabalho.

Mulheres possuem uma carta que conta a história narrada por meio da tela, a carta é sempre assinada pelas mulheres que bordaram a peça e é guardada no verso da arpillera. Especificamente em relação a essa arpillera, a carta fala da expectativa das mulheres que moravam em casas de palafitas antes da remoção.



Figura 24 - Arpillera “Quebra dos vínculos familiares e comunitários”. Fonte: Acervo MAB. Altamira – PA, 2015. Fotografia: Monise Busquets.

A Norte Energia apresentou um projeto do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC's), onde as casas seriam feitas de tijolos, em três tamanhos. A empresa comunicou à comunidade que proprietários, agregados e inquilinos teriam direito à moradia e “disseram para nós que permaneceríamos perto de nossos familiares e vizinhos e que não mudaria nossa vida”. (“QUEBRA DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS”, 2015).

Ao observar o bordado, podemos ver um lacinho de linha unindo duas casas, o que simboliza os laços de vizinhança, mas conforme explicita a própria carta contida na

arpillera, a expectativa não se concretizou, “pois os laços familiares e comunitários foram quebrados nos colocando distantes uns dos outros”. Nos baixões de Altamira, onde a comunidade vivia, não era um lugar perfeito, “pois tinha vários problemas como a falta de políticas públicas, mas éramos felizes com nossa família e nossos vizinhos, onde ajudávamos uns aos outros”. Para as mulheres atingidas, “a Norte Energia nunca vai repor o bem mais precioso que tínhamos: o vínculo familiar e comunitário.” (“QUEBRA DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS”, 2015).

Para Ana Soares Barbosa, a demolição das casas, nos baixões de Altamira, levou embora “histórias construídas e solidificadas há cerca de 30 anos, entre amigos, vizinhos e jovens, que fizeram dos baixões seu espaço de moradia, trabalho, lazer e cultura”. Terminou com o modo de vida da comunidade que aprendeu “com os fenômenos naturais das cheias do rio Xingu a definir seu próprio tempo de trabalho e lazer, e serem solidários uns com os outros nos momentos das enchentes” (BARBOSA, 2015, p 119)⁷¹.

Sobre perdas simbólicas, Helena Palmquist diz que no dia 13 de junho não acontecerá o tradicional festejo de Santo Antônio na comunidade de mesmo nome “que existia desde a década de 1970, entre a rodovia Transamazônica e o rio Xingu”. A comunidade, removida por estar no caminho da barragem, não sediará mais os festejos, pois o loteamento receberá novo nome.

As 252 casas foram demolidas e os moradores, agricultores e pescadores que levavam o modo de vida tradicional das comunidades rurais da Amazônia, transferidos para cidades da região, longe do rio Xingu” ” recuar citação (PALMQUIST, 2015, p 122).

⁷¹ Barbosa, Ana Soares. A cada dia, um morador perde o direito aqui em Altamira. *Dossiê Belo Monte*. ISA. s/l, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>> . Acesso em: jun. 2016.



Figura 25 - Arpillera “A destruição da comunidade” – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a luta por direitos – Centro Cultural Sesc Boulevard - Belém (2016). Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Já a arpillera intitulada de “A destruição da comunidade” apresenta a narrativa da remoção das famílias que moravam em casas de palafitas, nos baixões. Do lado esquerdo, o rio, a igreja, a escola e casas de madeira sendo derrubadas pelo trator. Na narrativa contida nessa arpillera há um registro da inquietação de moradores sem títulos de propriedade ou recibos de aluguel. Do lado direito, em destaque, as linhas de transmissão mostrando que a energia gerada por Belo Monte não ficará na comunidade, conforme a carta da arpillera argumenta: “Energia que vai para fora da região”, sem trazer benefícios para os atingidos.

No plano superior da tela, podemos ver as casas padronizadas, observando-se a existência de apenas três opções de cores e tamanhos, disponibilizadas pela Norte Energia S/A, as famílias receberiam as casas no reassentamento apenas se cadastradas com direito à indenização e por critérios definidos pela empresa. No caso dos atingidos

com direitos assegurados, eles poderiam optar por carta de crédito ou moradia nos loteamentos da Norte Energia S/A. Nessa arpillera, as atingidas denunciam a especulação imobiliária em Altamira, enquanto o valor das indenizações era cotado abaixo do valor de mercado.

O PBA da Norte Energia (2011, p. 40)⁷² identifica a área do Igarapé Altamira como sendo, entre os três igarapés da área urbana de Altamira, “o que se encontra em maior estado de degradação ambiental”. Nos trechos entre a sua foz e a Rua Pe. Antônio Goldim,

[...] é possível observar as estruturas em palafitas onde vivem milhares de pessoas com alto grau de vulnerabilidade, sob o risco de contaminação, enchente, queda de pessoas (na seca as palafitas podem chegar a mais de três metros de altura) e desabamento das encostas” ” recuar citação (NORTE ENERGIA, 2011, V2, t1 p. 40).

Soeren Weissermel faz críticas ao Projeto Básico Ambiental da Norte Energia por ignorar a história dos bairros e das famílias em seu entorno, histórias e vivências que são,

[...] fundamentais para a memória e os laços dos moradores atingidos. Sendo bairros bem centrais, um de seus aspectos mais relevantes é a proximidade de todos os serviços, seja a escola, o hospital, o supermercado ou o próprio centro comercial da cidade (WEISSERMEL, 2015, p. 136)⁷³.

Ainda de acordo com esse mesmo autor, a interação cotidiana da vizinhança era o que dava sentido aos lugares de pertencimento, o deslocamento significava o rompimento com a comunidade onde viveram. “Sair dele e perder a vizinhança é perder a identidade, perder a própria história” (WEISSERMEL, 2015, p. 136).

Em Altamira, cerca de 5.000 casas estavam previstas para desapropriação até a data da conclusão da barragem no rio Xingu, sendo que 3.000 casas já haviam sido demolidas, entre elas, a casa de Edizângela Barros, ativista do MAB. Edizângela vivia com a família no bairro Boa Esperança, na rua 8, em Altamira. “Onde eu morava —, a

⁷² Norte Energia S.A., *Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte: Planos, Programas e Projetos*. Volume. II, Tomo 1,2, ano 2011.

⁷³ Weissermel, Soeren, Consequências das condicionantes de remoção para os atingidos no âmbito do reassentamento urbano coletivo. *Dossiê Belo Monte*. ISA, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

minha casa era de palafita, como o empreendedor chama —, a minha casa era de madeira, mas conseguia abrigar toda a minha família” (LEITE, 2015, p. 156).⁷⁴

A casa de Edizângela, que é mãe de cinco filhos, era uma espécie de casa de apoio, segundo ela própria: “Minha mãe também morava comigo, meu pai passava um tempo comigo, minha irmã que mora em São Félix do Xingu, quando precisava vir para Altamira, ficava na minha casa” (LEITE, 2015, p. 156).⁷⁵

No Projeto Básico Ambiental (2011), a Norte Energia fez a caracterização da área a ser impactada, o bairro Boa Esperança, onde Edizângela tinha sua casa de madeira, segundo o PBA da empresa, aquela era uma área de inundação natural do rio Xingu e dos respectivos igarapés, sujeita a enchentes periódicas pelo regime hídrico desses cursos d’água.

Sobre a ocupação urbana, o PBA diz: “São áreas que apresentam uma ocupação urbana diversificada, embora, em sua maior parte, sejam ocupadas por populações de baixa renda com grande carência de infraestrutura e saneamento básico” —, configurando um quadro de ocupação desordenada —, “sendo expressiva a ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés Altamira e Ambé, o que lhes imprime uma significativa degradação ambiental” (NORTE ENERGIA, 2011, V2, t1 p. 237).

Quando os moradores de Boa Esperança ouviram falar pela primeira vez da usina hidrelétrica Belo Monte, eles não acreditavam que deixariam seu bairro e “que iríamos nos separar da forma como a gente foi separada” — recorda Edizângela, atingida pela UHE Belo Monte, ela e 1.100 famílias foram removidas para o Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá. “Os assistentes sociais diziam que a gente iria melhorar de vida, que

⁷⁴ A entrevista com Edizângela Barros está publicada in: LEITE, Letícia. “Belo Monte: os filhos da barragem” *Voices do Xingu: Dossiê Belo Monte*. ISA, s/l, jun. 2015, p. 152 Disponível em: Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

⁷⁵ A entrevista com Edizângela Barros está publicada in: LEITE, Letícia. “Belo Monte: os filhos da barragem” *Voices do Xingu: Dossiê Belo Monte*. ISA, s/l, jun. 2015, p. 152 Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

iríamos ter direito a permanecer juntos. Muita gente acreditou nisso” (LEITE, 2015, p. 156)⁷⁶.

Edizângela e as companheiras bordaram arpilleras para denunciar as condições precárias do Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá e a violência contra a mulher: estupros, cárcere privado e prostituição estão retratadas na arpillera “Boate Xingu”, que analisaremos no item 4.3 desse trabalho. Sobre o Jatobá, a arpillera “Divisora de águas” traz uma narrativa dividida em três partes. Apresentando a tela atravessada pela barragem, onde se lê: “Belo Monstro”, a faixa divide a comunidade antes e depois da remoção pela Norte Energia S/A.



Figura 26 - Arpillera “Divisora de águas” – Altamira. Fonte: *Exposição Costurando a Luta por Direitos. Centro Cultural Sesc Boulevard. Belém (2016). Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.*

⁷⁶ Idem.



Figura 27 - Vista aérea do bairro Jatobá, reassentamento construído pela Norte Energia. Fonte: BBC Brasil. 2014. Acesso em: 10 jun. 2016.

O primeiro quadro, parte superior à esquerda, representa a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens, a comunidade que luta por direitos conduz uma faixa, onde se lê: “Água e energia não são mercadorias”. O segundo quadro, parte superior à direita, onde está escrito “RUC” (Reassentamento Urbano Coletivo) mostra as casas padronizadas do Jatobá, pintadas nas cores laranja, amarela e azul, em tamanhos diferentes, ocupadas de acordo com o tamanho da família, conforme explicitado anteriormente, o loteamento foi construído para abrigar 1.100 famílias atingidas pela UHE de Belo Monte.

“Nesse local, os laços familiares e comunitários são quebrados, pois as famílias vizinhas foram separadas, e em alguns casos, famílias que tinham desavenças foram colocadas próximas” (DIVISORA DE ÁGUAS, 2016). A carta das atingidas é reforçada por um desenho que representa a comunidade, sobreposto por X, isto significa que tudo que era vivenciado ali, as trocas entre os vizinhos, a proximidade, a cooperação já não existe mais.

No terceiro quadro, parte inferior à esquerda, são colocadas as casas de palafitas, que estavam nas áreas alagadiças conhecidas como baixões, onde viviam as famílias que foram reassentadas no Jatobá. Lá, elas “tinham seus vínculos comunitários

estabelecidos. A barragem é o divisor de água na vida dessas pessoas e recebeu o apelido de Belo Monstro” (DIVISORA DE ÁGUAS, 2016).

Sobre o direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana considera que os processos de deslocamento compulsório acabam acarretando a perda nos laços de sociabilidade, fundados nas relações de troca e cooperação entre os deslocados, o CDDPH considera essas redes de sociabilidade como um fator preponderante para a existência do próprio grupo,

(I) — “que os processos de deslocamento muitas vezes implicam na separação de grupos familiares extensos, rompendo redes de solidariedade comunitária, religiosa e de vizinhança.” — (II) que as redes de solidariedade “fundadas no parentesco e vizinhança desempenham, em algumas comunidades, recurso fundamental para a coesão social e, mesmo, para a subsistência do grupo (ajuda mútua, mutirões, etc.)” (CDDPH, 2010, p. 54).

Diante do exposto, o Conselho recomenda aos Ministério de Minas e Energia, Ministério de Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, IBAMA e órgãos ambientais no âmbito estadual que estabeleçam programas e projetos de deslocamento e reassentamento que “contemplem, sempre que possível e desejado pelos interessados, a recomposição das vizinhanças e proximidades espaciais preexistentes” (CDDPH, 2010, p. 54-55).

No relato a seguir, Edizângela fala sobre a vida no reassentamento Jatobá, quando perguntada sobre a vida no assentamento Jatobá, lamenta a perda dos laços de vizinhança, mas também relata que a nova realidade, além de ter privado os moradores da proximidade com o rio, aumentou muito os custos financeiros do orçamento doméstico,

Então, esse vínculo, ele foi quebrado. E tinha essa questão da questão econômica. Lá a gente morava mais próximo do rio. Então a maioria das famílias, são famílias de pescadores. As famílias que moravam nos baixão de Altamira, a maioria são famílias pescadoras, que muitas das vezes elas... nós tinha a casinha aqui na cidade, onde nós, as mulheres, as crianças ficavam pra estudar, pra acessar os equipamentos públicos, e os homens iam pro rio pescar, e trazia o alimento... O sustento do rio. Tinha essa proximidade com o rio. E também do supermercado, era tudo perto, né? Então assim, onde a gente morava tinha isso, o supermercado era próximo, então, tudo era mais perto pra gente, o centro, a gente fazia as compras, era perto, a gente ia de pé, inclusive. E aí após a mudança pro reassentamento teve todo esse impacto na questão da quebra do vínculo, dos laços comunitários que a gente tinha, das famílias que foram separadas, e nessa questão da econômica nossa, a energia passou a ser mais cara pra gente. Antes a gente pagava um talão de 30, 40 reais, então no reassentamento passamos a pagar talão de energia de 200 reais, 250, 300, né? Tem famílias pagando muito mais do que isso, 500, 600 reais de energia. Então, essa mudança na questão

econômica, ela se tornou bem mais difícil pra gente. Então assim, se a gente for comparar a vida... A vida que a gente tinha antes, antes era melhor nesse sentido assim, de que a gente, por mais dificuldade que a gente passava, mas a gente tinha um pouquinho de alimento. Então no reassentamento essa questão econômica, ela aumentou muito. E tem famílias que passam fome mesmo, pra falar a verdade, passam fome nessas comunidades. Não têm da onde tirar, o rio ficou distante. Pra ir pro rio, por exemplo, os pescadores pagam um frete de 50 reais lá no Baixão. Às vezes, quando precisava, ia de pé, levava o motor e a chave de peça a pé. Quando precisava pagar, pagava uma carroça, que era 10 reais (Edizângela Barros, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Numa situação concreta, após a leitura dos depoimentos das mulheres reassentadas no RUC's e a representação da perda de redes de sociabilidade em arpilleras, podemos observar, no primeiro quadrante da tela-narrativa, as comunidades em casas de palafitas antes da construção de Belo Monte. E em um segundo momento, a moradia nos RUC's, tendo como cenário as casas padronizadas e laços comunitários já desfeitos. Ao contrário do que indicava o “Plano de atendimento da população atingida” (PBA, 2011) da Norte Energia e os pareceres do CDDPH, contidos no documento “Diretrizes ambientais para projetos e construções de barragens e operação de reservatório” (2005), no momento do deslocamento da comunidade afetada, retirada dos baixões de Altamira para os RUC'S, não ocorreu efetivamente a recomposição da vizinhança na comunidade.

O PBA da Norte Energia (2011, p. 237) foi criticado por desqualificar o modo de vida das comunidades, limitando-se a caracterizar a área impactada como local de “expressiva ocorrência de palafitas, o que lhes imprime uma significativa degradação ambiental” e também desconsiderou o modo de vida tradicional de comunidades que aprenderam com as cheias do rio Xingu, de acordo com Barbosa (2015, p 119), “a definir seu próprio tempo de trabalho e lazer, e serem solidários uns com os outros nos momentos das enchentes”, um outro fator a ser observado é que as comunidades foram transferidas para longe do rio Xingu.

A realocação de comunidades de baixa renda, em reassentamentos com alto custo das tarifas públicas nos remete à outra realidade, diferente do que está idealizado nos estudos do PBA da empresa, em 12 de abril de 2016, o jornal *Estadão* publicou uma matéria com depoimentos de moradores do Jatobá queixando-se de não conseguirem arcar com despesas das tarifas públicas, e casas sendo colocadas à venda, a matéria narra várias histórias, uma delas é a história de Izael, ex-morador da Ocupação dos Padres.

Izrael mudou-se com a família de uma casa de palafita para uma casa nova e ampla em Jatobá, menos de um ano depois, ele já havia acumulado três faturas de contas de energia, no valor de 700 reais, decidiu vender a casa. “uma moradora vendeu a moradia por R\$ 20 mil porque era grande demais para limpar e voltou pra um barraco, além disso, ela nunca pagou energia”⁷⁷ (PEREIRA, Caderno de Notícias, 2016). Outra desistiu da casa e mudou-se para Vitória do Xingu porque além da conta de luz, ela recebeu um carnê do IPTU. “Nem sei o que fazer com isso. Ainda não paguei,”⁷⁸ relata a ex-moradora da Ocupação dos Padres (PEREIRA, Caderno de Notícias, 2016).

O desprezo às condições dignas de vida no deslocamento dos reassentados de Belo Monte é patente, seja pela falta de aparelhamento dos reassentamentos urbanos, que ainda hoje se apresenta deficitário ou inexistente, conforme descrito pelos moradores; seja na violência operada na transferência dos atingidos que não puderam manter os laços de vizinhança no novo bairro.

No caso da quebra dos laços de vizinhança, observamos o esgarçamento do tecido que mantém o grupo unido, a proximidade física, é através da destituição da unidade do grupo social, da história e da construção de uma memória coletiva que o capitalismo opera o desmonte da resistência e da coesão nos territórios coloniais.

Uma vez mais observa-se que a população atingida sofre os vilipêndios da falta de cumprimento dos dispositivos legais que versam sobre os deslocamentos forçados em contextos de construção de hidrelétricas. No caso de Belo Monte, o poder público e a empresa responsável pela obra, criaram um cenário de recorrentes violações dos direitos humanos, uma vez que mesmo diante do não cumprimento das condicionantes estabelecidas como critérios para a outorga da Licença de Operação, a Norte Energia tenha saído exitosa das batalhas judiciais que tentaram impedir que Belo Monte fosse adiante, fatos esses sofridos pela população atingida e narrados nas histórias bordadas pelo Coletivo de Mulheres do MAB.

⁷⁷ PEREIRA, Renné. “Para se livrar das contas, morador coloca casa à venda”. *Estadão*. São Paulo 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.altamira-enfrenta-a-ressaca-de-belo-monte,1000024436>>. Acesso: 16/08/2016.

⁷⁸ PEREIRA, Renné. “Para se livrar das contas, morador coloca casa à venda”. *Estadão*. São Paulo 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.altamira-enfrenta-a-ressaca-de-belo-monte,1000024436>>. Acesso: 16/08/2016.

O corpo que sofre

Em fevereiro de 2014, veio a público uma série de denúncias de exploração sexual na região do Xingu, o que compreende os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. No caso mais emblemático, conhecido posteriormente como Boate Xingu, uma operação da Polícia Militar apurou um esquema de tráfico de pessoas na cidade de Vitória do Xingu, município que fica a cerca de 50km de Altamira e também impactado pela construção de Belo Monte. A Polícia Militar desmantelou uma rede de prostituição que aliciava mulheres do sul do país e as enviava para o Estado do Pará com a promessa de que teriam grande lucro com a prostituição, dentre as mulheres que eram mantidas em cárcere privado, existia uma adolescente e uma travesti⁷⁹.

A investigação apurou que essas mulheres eram mantidas em cárcere privado e sob a vigilância de homens armados, a boate estava localizada na região das obras da usina de Belo Monte, entre Altamira e Vitória do Xingu. A denúncia só foi possível porque uma adolescente de 16 anos conseguiu fugir de uma das boates e procurou o conselho tutelar de Altamira. Na ocasião, a Polícia Civil do Pará e o Conselho Tutelar de Altamira libertaram 17 mulheres e uma menina de 16 anos de um prostíbulo próximo a um dos canteiros do empreendimento, conforme nota pública do Ministério Público Federal do Pará⁸⁰.

Com vistas a compreender o contexto de exploração sexual que está representado na arpillera bordada pelo Coletivo de Mulheres do MAB, intitulada de Boate Xingu, entrevistei por duas ocasiões a militante do MAB, Edizângela Barros, o primeiro encontro ocorreu em 2016, na cidade de Belém, e o segundo aconteceu em Altamira, no ano de 2019. Edizângela atuava como Conselheira Tutelar na época da denúncia da Boate Xingu e acompanhou com proximidade a situação em que se encontravam as mulheres exploradas sexualmente. Na entrevista mais recente, ocorrida em julho de 2019, Edizângela conta como foi para a população de Altamira a chegada dos trabalhadores,

Foi bem tenso. Aí foi nesse processo assim, de 2013 até meados de 2016, que foi muito forte assim a questão da violência contra as mulheres, abuso e exploração sexual de menores, foi muito forte. Eu tava, nessa época, no Conselho Tutelar. Eu não era, assim, uma militante fixa no movimento ainda, eu participava de todos os espaços do movimento, mas eu era conselheira tutelar. Muitas denúncias. Inclusive, a gente fez

⁷⁹ Notícia publicada pelo G1 e disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/08/mulher-e-presa-suspeita-de-trafico-sexual-de-jovens-em-altamira-pa.html>>. Acessado em: 5 out. 2019.

⁸⁰ Nota pública disponível por meio desse link - <<http://www.turminha.mpf.mp.br/noticias/boate-xingu-mpf-pa-inicia-investigacao-sobre-exploracao-sexual-em-belo-monte>> . Acesso em 5 out. 2019.

um... organizou relatórios pra poder organizar os dados estatísticos da questão, dessa questão da violência contra menores. E a gente recebia muitas denúncias. Aí nós tivemos várias frentes, assim, de violação de direito, de violência. Por exemplo, a questão de abuso e exploração sexual de menores, alguns hotéis, por exemplo, a Arpillera, ela retrata os hotéis na frente das escolas. Não sei se você já viu lá na Arpillera, Boate Xingu. Tem o hotel e tem as casinhas, em tese, seria as escolas. Então, os hotéis aqui, onde ficavam os trabalhadores alojados, aqui na cidade, eram colocados sempre, a maior parte dos hotéis, era na frente das escolas, onde as meninas era aliciadas...E a gente tinha muitos relatos assim no conselho tutelar. Aqui mesmo, na frente da Escola Dom Clemente, tinha um hotel, que chamava Hotel dos Barrageiros, inclusive, e a escola do outro lado. E eram muitos homens. Nessa época estavam trabalhando no canteiro de obras de Belo Monte, mais de 30 mil, 30 mil homens, era bem no auge. Então, ficava muitos alojados lá no canteiro de obras, mas a maioria vinha pra Altamira, ficava alojado em Altamira nos hotéis. Então, era muito forte. Tinha também essa questão das orgias nas chácaras. Por exemplo, antes de Belo Monte, claro, existia já a violência, tinha a exploração, não do tanto que foi no período da construção da barragem, e aí teve uma nova configuração dessa exploração. Por exemplo, as boates que existiam dentro do município, deixaram de ser dentro do município e passaram a ser em chácaras fora da cidade (Edizângela Barros, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Conforme descrito por Edizângela, as mulheres da região representaram a virulência sentida nos corpos femininos a partir da chegada dos trabalhadores de Belo Monte. O bordado retrata todo processo vivido na região e também exprime a questão da trivialização do sofrimento injusto, uma vez que expõe através de símbolos e cores a consequente desvalorização do corpo que sofre, do corpo tratado como uma extensão do território encampado pelo capitalismo-colonialismo-patriarcado.



Figura 28 - Arpillera “Boate Xingu”. Bordador produzido na região de Altamira – PA, 2014. Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

A arpillera acima disposta está dividida em duas diferentes cenas, na parte superior à esquerda, a tela faz menção a um edifício denominado de Hotel Barrageiro, esse hotel está localizado nas proximidades de pequenas casinhas que representam as escolas e casas dos moradores de Altamira. Essa cena, em particular, versa sobre o assédio sofrido por crianças e adolescentes na rotina diária de convivência com os trabalhadores de Belo Monte, uma vez que eles se hospedavam nas cercanias de escolas e residências.

Na segunda parte da narrativa, podemos observar uma fila de cinco funcionários da empresa Norte Energia S/A, é possível identificá-los a partir dos uniformes representados por meio da roupa cinza com um barrado azul na parte inferior, eles estão em fila como que para se servirem da moça que segue deitada e presa a uma espécie de casa que contém grades, justamente para evitar que ela fuja. A moça representada no bordado está nua e apresenta um sangramento na região genital, a casa onde essa garota é confinada recebe o nome de Boate Xingu. A seguir, podemos notar o rio Xingu

representado de azul, ele une a história narrada na parte superior do bordado e a cena contada na parte inferior, no meio desse rio existe uma tarja de tecido marrom que representa o bloqueio do rio, a barragem, ela recebe o nome de Belo Monte.

A arpillera Boate Xingu retrata o assédio sexual sofrido por crianças e adolescentes nas proximidades das escolas, muito porque os trabalhadores da obra estavam hospedados no seio da comunidade, partilhando do mesmo espaço, a arpillera fala ainda sobre a denúncia de exploração sexual em prostíbulos localizados no canteiro de obras de Belo Monte, a garota representada na tela é a adolescente que conseguiu fugir do cárcere privado e denunciar a exploração sexual às autoridades, o rio Xingu e Belo Monte são os elementos pelos quais as duas cenas se unem, o rio porque ele é a paisagem primeira dos moradores de Altamira e a barragem, por ter trazido uma violência sem precedentes.

Edizângela faz um relato sobre a construção narrativa da arpillera descrita acima, uma vez que ela participou do processo coletivo de bordado, lembra o que levou as mulheres que participaram das oficinas na região a bordarem essa história,

Participei da construção da Boate Xingu, na verdade quando a gente fez a oficina lá no Xingu, a gente fez assim a nível de região e a gente fez ela em um processo coletivo, onde várias mulheres ali atingidas da barragem de Belo Monte, no Xingu, nós fizemos a oficina e construímos essa arpillera que retrata um pouco da violência e a exploração sexual na vida das mulheres com a construção das barragens. E aí a gente retrata um pouco de casos específicos que foi o caso da Boate Xingu, que retrato o caso das mulheres que eram mantidas em cárcere privado dentro de uma boate, dentro do canteiro de obras, não só mulheres adultas, como também mulheres adolescentes, né?! Uma dessas adolescentes fugiram do local e conseguiram fazer a denúncia e aí que foi encontrada ali a boate Xingú e aí foi detectado lá vários crimes, né?! O cárcere privado, onde as mulheres eram mantidas em cárcere privado, abuso sexual, era coisa horrível dentro do canteiro de obras. Mas a gente tentou retratar isso na arpillera da Boate Xingu, o caso da mulheres que eram mantidas em cárcere privado e a exploração sexual (mulheres adultas e também adolescentes) mantidas naquele local e a gente retratou vários trabalhadores também usando a mesma mulher e isso aconteceu muito frequentemente na construção da barragem de Belo Monte, não só as mulheres que estavam ali no canteiro de obras, mantidas em cárcere privado, mas também mulheres indígenas e ribeirinhas que viviam às margens do Xingu e que o trabalhadores também se deslocavam, atravessavam o rio para fazer a exploração das mulheres. Então são casos assim de um aumento muito grande dessa violência contra a mulher, né?! Se vocês forem assim em Altamira e puxarem os dados estatísticos do próprio conselho tutelar, como da própria delegacia da mulher, dá de observar, de perceber o grande índice de violência e exploração sexual contra crianças, adolescentes e contra mulheres na construção de Belo Monte e aí isso se repete em várias outras barragens, né?! Tanto na construção de Belo Monte como na construção de Rondônia, também a barragem de Estreito é uma situação alarmante, ali funcionava o comércio do sexo a céu aberto também, né?! Então Belo Monte não foi diferente, foi digamos até que pior do que Rondônia, porque também funcionava da mesma maneira e a população atingida o número era muito maior do que as outras barragens do Brasil, porque na verdade, só de atingidos diretamente, era 7 mil que apontava o PBA, o estudo básico

ambiental da empresa, claro que a gente estima muito mais do que isso, né?! (Edizângela Barros, Belém – PA, entrevistada em 27/09/2016).

Segato (2016), ao entrevistar estupradores condenados em uma penitenciária de Brasília, enfatiza suas impressões ao entender que as violações sexuais são atos que acontecem em sociedade. Tomando o que foi dito por esses presos, todos eles condenados por violações sexuais realizadas no anonimato das ruas, apóia o que Segato (2016) reconhece como tese feminista fundamental, a ideia de que os crimes sexuais não são obra de perfídia individuais, doenças mentais ou anomalias sociais, mas antes disso, se apresentam como expressões de uma estrutura simbólica que enraíza e organiza as ações e fantasias, lhes atribuindo inteligibilidade. O que Segato (2016) quer dizer é que o agressor e a comunidade compartilham o imaginário de gênero, falam sobre as mesmas bases cognitivas e, portanto, podem se entender.

Os estupros e as violações sexuais, na maioria das vezes, não são fruto de ações isoladas cometidas por animais solitários, uma vez que as violações são atos que ocorrem em sociedade, ou seja, em um nicho de comunicação que pode ser penetrado e compreendido. E, a um só tempo, a violência sexual atua como uma tomada forçada do corpo, entendido como um tipo anexo de território, no trecho abaixo Segato (2016) explicita esse processo,

Uso y abuso del cuerpo del otro sin que este participe con intención o voluntad, la violación se dirige al aniquilamiento de la voluntad de la víctima, cuya reducción es justamente significada por la pérdida de control sobre el comportamiento de su cuerpo y el agenciamiento del mismo por la voluntad del agresor. La víctima es expropiada del control sobre su espacio-cuerpo. Es por eso que podría decirse que la violación es el acto alegórico por excelencia de la definición schmittiana de la soberanía: control legislador sobre un territorio y sobre el cuerpo del otro como anexo a ese territorio (Agamben, 1998; Schmitt, 2008 [1922]). Control irrestricto, voluntad soberana arbitraria y discrecional cuya condición de posibilidad es el aniquilamiento de atribuciones equivalentes en los otros y, sobre todo, la erradicación de la potencia de estos como índices de alteridad o subjetividad alternativa (SEGATO, 2016, p. 38).

Ainda segundo essa mesma autora, a violência, cujo objetivo é o controle absoluto de uma vontade sobre a outra, exerce um carácter de violência expressiva e não instrumental e, nesse caso, a agressão mais próxima ao estupro é a tortura, física ou moral. Assim, o domínio, o controle e a soberania são o universo de significado da ação. Para Segato (2016), o controle e a soberania só podem ser exercidos diante de uma comunidade viva e, portanto, se aproximam mais da ideia de colonização do que da ideia de extermínio. Considero essa análise de particular interesse para as violações ocorridas na cidade de Altamira quando da construção de Belo Monte, isso porque os corpos

racializados são destinados a representar o drama da dominação, inscrevendo sobre eles a espoliação expressiva do território corpóreo.

A respeito da violação de crianças, adolescentes e mulheres durante a corrida de construção de Belo Monte que as mulheres do Coletivo do MAB bordaram essa arpillera, como espelhos das telas bordadas no Chile, essas também trazem cartinhas no verso do bordado, falando da motivação da narrativa, a seguir apresento fotografia da carta contida na arpillera Boate Xingu,

14 19 2014

"Prostituição e exploração sexual de
Mulheres, Crianças e Adolescentes do Xingu"

A barragem de Belo Monte está sendo
construída no Xingu, na ilusão de uma
vida melhor de uma projeto perfeito que
mudaria para melhor a qualidade de vida
da população desta região, foi implantada
em nossas cabeças, mas com o decorrer
da construção da Hidrelétrica, fomos percebendo
a grande mentira, começamos a perceber
o aumento impetuoso de violência principal-
mente contra mulheres, crianças, e adolescentes,
de repente uma denúncia e o Conselho Tutelar
de Altamira juntamente com a polícia com uma
ação conjunta estava, uma boate dentro da
própria cantina de obras da barragem, onde
foi constatado mulheres e adolescentes mantidas
em cárcere privado e que foram traficadas
de outra região com promessas boas, percebemos
também a grande quantidade de homens chegam-
do na região principalmente aqui em Altamira
e foi implantado vários hotéis, chamados hotel
dos barrageiros em frente há escolas da
cidade deixando nossas crianças e adolescentes
em situações mais vulneráveis para a explora-
ção sexual. As mulheres aparecem grávidas
e o pai já foi embora para outra barragem
as mães não sabe nem o primeiro nome, pois
o cara disse o nome errado e com falsas pro-

credeal

Figura 29 - Carta "Prostituição e exploração sexual de mulheres e crianças no Xingu". Altamira – Pará, 14/12/2014. Fonte: Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Messas, Alguns apelidam como filhos da
barragem, impressionante como tem aumentado
a quantidade de bordéis na cidade, Altamira
se transformou num intenso "Mercado de
sexo" a seu aberto. Vivemos numa
intensa sensação de insegurança o que
era para ser perfeito se transformou
sem um pesadela, temos crianças sendo
assassinadas e violentadas, crianças desa-
parecidas como o caso do menino Natam
que está desaparecido há 6 meses sem
nenhuma resposta do seu desaparecimento.
Percebemos o Grande aumento absurdo de
mulheres sendo assassinadas, O que fazeri
a realidade que vemos hoje é um Belo
Monte de Mentiras.

Ass: Atingidos pela
"VHE de Belo Monte".

Figura 30 - Carta "Prostituição e exploração sexual de mulheres e crianças no Xingu". Altamira – Pará, 14/12/2014. Fonte: Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.

De acordo com ocorrências levantadas pelo "III Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA", que objetivou o monitoramento das dinâmicas da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira, o principal fator apontado para o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes se deu pela construção de Belo Monte, sobretudo, com relação ao crescimento do contingente populacional e à consequente precarização das condições de vida das famílias, dada a ineficiência do Estado em atuar preventivamente.

Sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados pelo Conselho Tutelar de Altamira desde o início das obras de Belo monte, o relatório refere,

O pico de casos atendidos pelo CTDA foi 2012, com 177 casos, e os anos posteriores continuam a ter quantidade considerável de casos atendidos, inevitavelmente relacionados ao inchaço populacional decorrente do período de construção da UHE Belo Monte, sendo que o estágio de decréscimo verificado a partir de 2015 pode também ser justificado, em parte, pelo processo de desmobilização de recursos humanos que o CCBM passou a empreender de setembro do referido ano em diante (III Diagnóstico Rápido Participativo, 2016, p. 53).

Para se ter uma ideia do número de pessoas vindas de outras regiões do Estado ou mesmo do país que circularam em Altamira, em junho de 2014 a obra chegou em seu auge de contratações, eram 33.115 trabalhadores, segundo dados apontados pela Norte Energia S/A (2015). Esse número decaiu quando Belo Monte entrou no que ficou conhecida como etapa de “desmobilização de recursos humanos”, ocorrida a partir de 2015, quando as obras civis da hidrelétrica foram finalizadas, havendo a desmobilização dos trabalhadores que faziam parte dessa etapa da obra. A partir de setembro de 2015, um total de 15.680 pessoas foi demitido, sendo que 3.332 trabalhadores eram provenientes de Altamira. A projeção era de que, entre maio e dezembro de 2016, outras 10.306 pessoas fossem demitidas, restando um quantitativo de trabalhadores pouco abaixo das 5 mil pessoas, para uma obra que já teve, em seu auge, em junho de 2014, 33.115 trabalhadores e trabalhadoras (NESA, 2015).

Segundo o mesmo III Diagnóstico Rápido Participativo (2016), os dados de atendimentos apresentados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, referentes a período de 2010 a 2015, apontam um grande aumento de atendimentos no ano de 2011 (27 casos), ao contrário do que ocorreu com os dados apresentados pelo Conselho Tutelar de Altamira, conforme referido. Contudo, os atendimentos entre 2011 e 2013 apresentam mais de 20 atendimentos por ano, enquanto a partir de 2014 percebe-se a redução para cerca de 15 atendimentos para o mesmo período.

Conforme a análise feita no III Diagnóstico Rápido Participativo (2016), os dados coletados nas diferentes instâncias públicas revelam que o aumento nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre outros fatores, são efeitos negativos decorrentes da construção da UHE Belo Monte, referindo-se diretamente ao aumento de contingente populacional em um curto período temporal, sobretudo, de

homens solteiros que se deslocam de seus lugares de origem sem famílias. O mesmo diagnóstico estabelece que outro fator de risco para o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes é a existência de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, realidades sentidas pela comunidade e que desembocam na narrativa das arpilleras do MAB.

Sobre o cenário de aumento da violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, vivido em Altamira a partir da construção de Belo Monte e refletido na Arpillera Boate Xingu, Edizângela conta como as experiências vivenciadas pelo grupo social se converte em bordado,

Na verdade é a vivência vamos dizer assim, é o que a gente viveu na nossa comunidade, o que a gente presenciou, então assim a gente de perto lá na região, a gente viu o que aconteceu com essas pessoas e ao mesmo tempo a gente vivencia, né?! Porque a partir do momento que o abuso, a exploração, o crime contra a mulher, essas que vivenciam que viveram esses abusos, todas as mulheres também passaram a sofrer abusos, como quando tem aquele monte de homem e a gente passa na rua e os homens começam a assoviar e começam a falar coisas, né?! E isso a gente viu muito nas ruas de Altamira, nas ruas dos municípios ali, nas comunidades, nos próprios reassentamentos porque as empresas contratam empresas terceirizadas, contratavam pessoas para trabalhar na construção das casas e que a maioria era de fora também, né?! Porque essa propaganda de que a empresa diz que vai contratar mão de obra local é uma propaganda, eles contratam pouquíssima mão de obra local, a maioria vem mesmo de fora e são homens que vem sem a família, eles acabam passando muito tempo também na região, porque a empresa também viola esse direito deles, eles não tem direito de retornar para casa, passam 1 ano, meses dentro da construção de uma barragem, sem ter direito de voltar para casa para visitar a família. Eles acabam também sendo vítima desse processo todo. E aí é isso, dentro dos próprios reassentamentos onde a gente estava sendo realocado para as casinhas lá, os homens (aquele monte de homem) também ali, as meninas passavam e sofrendo assédio sexual pelos homens, né?! Então muito comum, na verdade estava na vista assim o assédio sexual e aí muitas vezes acontecia mesmo estupro, então víamos vários casos de mulheres sendo violentadas e até sendo também assassinadas (Edizângela Barros, Belém – PA, entrevistada em 27/09/2016).

A trivialização do sofrimento e a patente indiferença com que os corpos que sofrem, seja pela miséria física ou pela exploração sexual, resulta do discurso normalizado e estatístico da ciência, que reduz história de violação e perda da dignidade humana ao anonimato. Por isso, a perda da presença desestabilizadora do sofrimento humano é neutralizada por meio de números e de formas sistemáticas que reduzem a narrativa do horror. Digo isso por acreditar que narrativas como as contidas em arpilleras, bordadas a partir de histórias de profunda reflexão do dor, valorizam a experiência concreta do sofrimento humano, não os reduzindo a tabelas e índices estatísticos, e nesse sentido podemos entender o exercício de bordar como uma das formas de atuação das “ecologias de saberes”, proposta por Santos (2019 a),

Ao valorizarem a narrativa concreta do sofrimento das vítimas e a sua luta contra a opressão, as ecologias de saberes podem contribuir para tornar o sofrimento um presença intolerável que desumaniza oprimidos e opressores, e, para além deles, todos os espectadores ou observadores que, pensando não serem nem oprimidos e nem opressores, consideram que o sofrimento injunto é um problema que não lhes diz respeito (SANTOS, 2019a, p. 142).

Em uma outra abordagem, poderíamos encontrar no movimento organizado pelas bordadeiras do MAB, e mais especificamente no trabalho realizado na região do Xingu, o que Segato (2016) entende como o princípio de uma luta contra a pirâmide de dominações. Para a autora, o princípio da luta contra o patriarcado é escrever a história por nossas mãos, mãos femininas, ocupando o espaço de enunciação como protagonistas de uma história própria, produtora de saberes especializados, promotora da estabilidade do cotidiano, emblema das comunidades, especializadas na vida relacional e na gestão dos laços de intimidade, dotadas de uma imaginação marginal e não disciplinada pela norma positiva.

A autora esclarece que a fé colocada sobre o Estado como defensor do enfrentamento das atrocidades cometidas contra as mulheres é inócua, como ela mesma defende, o Estado é por essência patriarcal e não pode deixar de ser, porque a história do próprio Estado é a história do patriarcado. Com isso não se deve abandonar o campo de reivindicações e nem menosprezar a política, mas entender que existem caminhos alternativos de luta pelo direito à dignidade humana e também na busca de enfrentamento à opressão patriarcal que estão para além do Estado,

Quien hace la historia es la gente, capilarmente, con su imaginación y sus insurgencias diarias, con sus tecnologías de sociabilidad, construyendo sus propios mundos, sin vanguardias vanidosas y siempre al final expropiadoras de la voz de los pueblos, con énfasis en los vínculos inmediatos, con la práctica rigurosa de la reciprocidad, como siempre ha sido en nuestro continente (SEGATO, 2016, p. 105).

Segato (2016) defende que a luta por condições dignas de vida, sobretudo as lutas contra o capitalismo e o patriarcado, é feita por fora, na rua e como estratégia feminina, apesar de sua intensa desvalorização por ter sido localizada como uma luta minoritária. O corpo na rua, exigindo explicações, informações, melhores condições, como tantas marchas foram realizadas – seja no Chile ou em Altamira – pressiona os que se encontram nomeados pelo Estado como administradores da nação.

É refazendo as formas de viver, reconstruindo a comunidade e seus vínculos, que as mulheres atuam e lutam segundo suas próprias forças e perspectivas, é por meio do

que Segato (2016) entende como tecnologias da sociabilidade que as mulheres articulam a luta,

[...] consolidadas pela densidade simbólica de um cosmos alternativo, disfuncional ao capital, típico dos povos em seu caminho político, estratégico e inteligente, o que lhes permitiu sobreviver mais de quinhentos anos de conquista contínua (SEGATO, 2016, p. 106).

Esse processo é promovido por meio da política do dia-a-dia, reconstruindo o tecido social da comunidade, derrubando os muros que limitam os espaços domésticos e restaurando a política da vida comunitária.

Quando as mulheres se unem para tecer uma denúncia em arpilleras, elas utilizam um suporte relegado historicamente ao universo feminino (agulha e linha), mas sem, contudo, abrir mão do que a autora reconhece como tecnologias de ligação e muito menos de fazer política através de laços de sociabilidade e memória. Essa é a luta de que Segato (2016) fala, a luta que começa pelo fim do império cognitivo patriarcal, capaz de reorientar a história em direção a uma vida mais digna.

O corpo que cala

Os casos de violência sexual em Altamira ficaram conhecidos no país inteiro muito antes do processo de construção de Belo Monte, ainda no fim da década de 80 e início dos anos 90, foram encontrados restos mortais de diversos adolescentes do sexo masculino com traços de estupro e mutilação sexual, muitos outros adolescentes foram dados como desaparecidos, o caso ficou mais conhecido como “meninos emasculados de Altamira”⁸¹.

O caso das crianças e adolescentes encontrados mortos perduraram até o ano 1993, numa sistemática sequência de sequestro de crianças e adolescentes do sexo masculino, corpos mutilados, com a extirpação dos órgãos genitais, e violação sexual das vítimas. Conforme relatam Pinho e Oliveira (2014), o sofrimento das mães e familiares das vítimas acabou por mobilizar uma série de lutas com vistas a fomentar

⁸¹ Para mais informações sobre o caso, acesse: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/07/caso-emasculados-de-altamira-condenado-a-56-anos-de-prisao-medico-capixaba-vai-para-o-semiaberto-1013958941.html>>, ou ainda - <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/07/caso-emasculados-de-altamira-medico-do-es-vai-para-semiaberto.html>> . Acesso em 5 out. 2019.

o debate acerca das condições de vida e os direitos das crianças e dos adolescentes em Altamira.

Contudo, a memória da dor vivenciada pelas famílias dos meninos mortos e emasculados permanece viva para a comunidade, tomei contato com esse tema dos meninos emasculados quando estive em Belém, em 2016, para Exposição das Arpilleras Amazônicas, em entrevista com Edizângela, que cito a seguir,

Antes do processo de construção da barragem, houve uma época na região que aconteceram crimes bárbaros na região contra crianças, né?! Onde mais de 30 meninos foram emasculados, tirado os órgãos, passou no Fantástico umas duas vezes, isso aconteceu ainda na década de 80 e uns dias atrás passou novamente o documentário porque foi pega a quadrilha que cometia o crime, né?! Tinham médicos pelo meio também. E foram mais de 30 crianças, algumas escaparam, mais a maioria morreu mesmo, outras até hoje ainda não encontraram, mas eram retirados os órgãos, as genitais, dessas crianças e isso marcou muito a história da nossa região como um todo.

E aí assim que a gente acaba essa história triste, né?! Acaba não, mas começa a esquecer um pouquinho dessa história triste, já começa aí a construção da hidrelétrica de Belo Monte e aí começam a acontecer mais coisas de novo, por exemplo nós temos vários casos como o menino Natan que desapareceu, ninguém sabe o que foi que aconteceu com ele, temos o caso da menina Evelyn que foi estrangulada e morta lá dentro das comunidades, lá no município também, temos vários casos de adolescentes desaparecidos e isso tudo aconteceu no decorrer da construção da barragem.

De início lá foram 25 mil homens, de uma vez assim para lá, para começar a construção, depois foi chegando mais. A população que era de 100 mil habitantes, na verdade 102 mil habitantes, passou para 160 mil habitantes ou 150 mil habitantes, nessa faixa aí. Então assim, foi rápido dentro de dois anos rapidamente subiu, aumentando assim essa demanda de pessoas na região e com isso claro que chega também muito aumento da violência, muita coisa, e a especulação também, né?! (Edizângela Barros, Belém – PA, entrevistada em 27/09/2016).

O caso ocorrido em Altamira ainda na década de 80 ficou marcado na experiência vivida pela comunidade e persiste na memória coletiva, anos depois do ocorrido, mais precisamente no ano de 2016, o Coletivo de Mulheres do MAB bordou essa e outras histórias sobre os corpos que se calaram, corpos de crianças e adolescentes que foram violentados, extirpados e brutalmente assassinados, é sobre essa extrema violência relegada aos territórios coloniais que a arpillera abaixo vela.



Figura 31 - Arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Quando da primeira entrevista que realizei com Edizângela, na cidade de Belém – PA, o Coletivo de Mulheres do MAB estava realizando uma rodada de oficinas de arpilleras na região do Xingu, foi exatamente nessa mesma época, setembro de 2016, que as mulheres haviam bordado a arpillera Violência Sexual. Nessa mesma entrevista, Edizângela fala das motivações do grupo de mulheres para o bordado da arpillera acima, que representa o caso da menina Evelyn⁸², encontrada morta com sinais de estrangulamento e estupro, e o caso do menino Natan⁸³, desaparecido dentro de casa na cidade de Altamira, são histórias de corpos que foram silenciados, mas que reverberam no imaginário das comunidades em Altamira. Especificamente no trecho abaixo, Edizângela fala sobre o desenvolvimento que foi prometido com a chegada da

⁸² Sobre esse caso, acesse - < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/crianca-de-9-anos-e-encontrada-morta-com-sinais-de-abuso-no-pa.html>>. Acesso em 10 out. 2019.

⁸³ Para mais informações sobre o caso do menino Natan, acesse a reportagem completa - < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/10/pais-de-menino-desaparecido-em-altamira-pedem-ajuda-da-populacao.html>>. Acesso em 10 out. 2019.

usina e do processo de construção coletiva da arpillera que retrata o desaparecimento e as mortes das crianças,

É o caso da menina Evelyn de dez anos, ela foi assassinada até hoje ninguém descobriu quem foi, encontraram o corpo dela, foi estrangulada e abusada sexualmente, a polícia nunca conseguiu desvendar. E o caso do menino Natan também que ninguém sabe o que aconteceu com o Natan, até hoje não acharam o corpo nem nada. E é isso assim... hoje a gente vive na nossa região lutando por dias melhores ainda, porque o desenvolvimento que o desenvolvimento que eles prometeram para a gente nunca chegou, o que chegou foi isso, foi o aumento da violência. E a gente precisa continuar essa luta, a gente precisa lutar para que esses dias melhores cheguem para gente, que a gente possa ter uma saúde de qualidade, uma educação de qualidade e isso a gente tem tentado dialogar com as mulheres da comunidade, não só com as mulheres, mas com mais pessoas, para que a gente possa unir forças, para que a gente possa ir em busca dessa vida melhor.

Eu nem te falei da arpillera que a gente tá construindo, a gente terminou de bordar essa outra arpillera, a gente achou interessante falar sobre ela, porque ela retrata essa história dos meninos emasculados da época, que é uma história anterior a barragem, e depois da construção da barragem, tem a história do grande aumento da violência e a continuidade dessa violência no decorrer da construção de Belo Monte, que aí retrata vários casos, que é o da Evelyn, do Natan, das mulheres mantidas em cárcere privado, então tem uma arpillera que retrata todo esse contexto da violência contra mulheres e contra crianças e adolescentes, são as principais vítimas, mais vulneráveis a esse contexto todo, vulneráveis pelo olhar da sociedade, né?! (Edizângela Barros, Belém – PA, entrevistada em 27/09/2016).

Para uma análise mais detalhada dessa arpillera, gostaria de trazer as imagens de cada cena que compõe a tela. No primeiro quadrante do lado direito, na parte superior do bordado, existe a representação de duas crianças que carregam um cartaz com os dizeres “O rio é nossa casa, não caminho para a Exploração Sexual”, conforme figura que se segue,

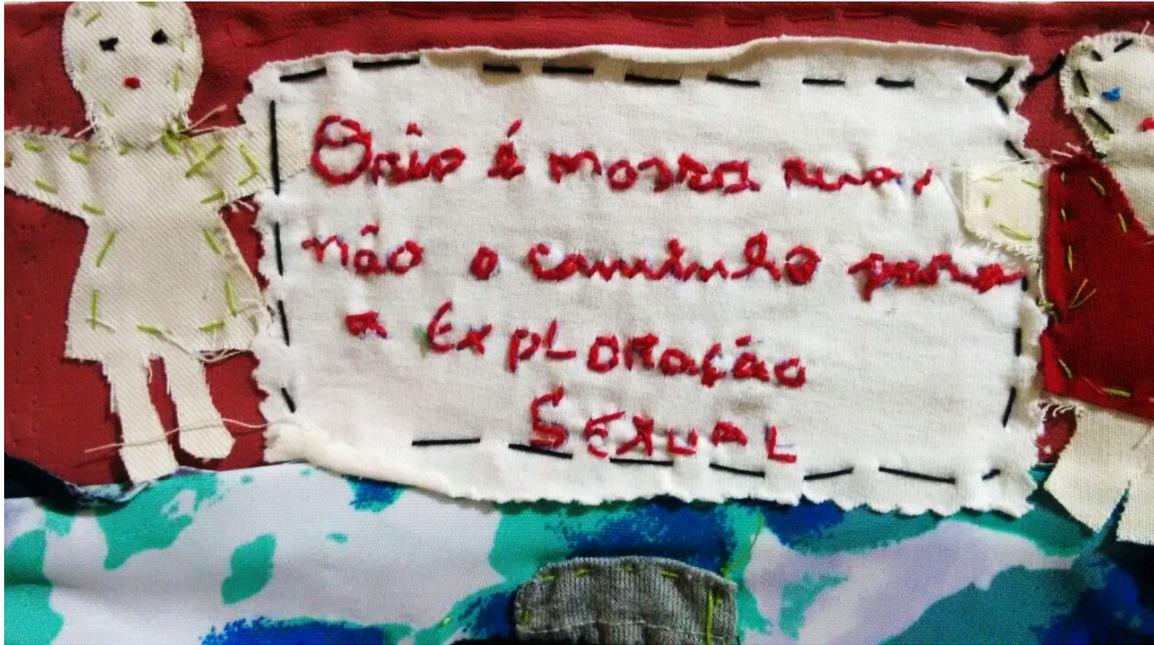


Figura 32 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

As crianças que estão segurando o cartaz às margens do rio Xingu, podemos ver também um barco feito de tecido cinza, preto e rosa que navega no rio, a composição fala do rio com muita proximidade, é ele que permitia a conexão com as várias comunidades residentes nas ilhas formadas pelo serpenteio do rio Xingu, o rio é entendido aqui como a ligação das diversas comunidades, é também a via de deslocamento, fonte de interligação de trocas produtivas. Nesse item as mulheres bordadeiras falam de suas angústias frente a transformação do rio em cenário para exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres.

No fragmento abaixo, seleciono os elementos que compõem o quadrante superior esquerdo da tela, na imagem podemos ver uma pequena casinha representada com o tecido azul, a porta é vermelha e a janela feita de um pedaço de tecido preto, na lateral esquerda da casa podemos ver a mata, representada por árvores feitas com tecido verde e marrom claro, por entre as árvores podemos ver a existência de uma criança deitada, é a menina Evelyn, encontrada com sinais de estrangulamento e violência sexual em um terreno baldio próximo a sua casa. Nessa mesma cena, podemos ver uma estradinha feita com tecido verde e estampado que sai da casa de Evelyn e chega até dois bonequinhos que representam os pais de Evelyn à espera de notícias. Mais à esquerda da cena podemos ver um cartaz bordado com os dizeres “Violência Sexual” e então um quadrado feito com tecido azul, contendo três bonequinhos brancos que, como anjos, trazem os dizeres “Emasculados”.



Figura 33 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

O terceiro e último quadrante é dividido nas próximas duas imagens, a primeira delas diz respeito ao desaparecimento do menino Natan. A narrativa é composta por um menino representado com tecido branco, azul e marrom claro, ao lado de um cartaz com os dizeres bordados “Aonde está o Natan?”. Nesse item em particular, podemos perceber o mesmo padrão estético das arpilleras da ditadura militar chilena, que desenvolveram essa forma de denúncia ao dispor pequenos cartazes bordados com as perguntas “Dónde están?”, quase sempre esses cartazes eram posicionados no contextos de protestos e eram mensagens apresentadas por familiares das pessoas desaparecidas⁸⁴, a narrativa fazia o questionamento sobre a falta de informações acerca do desaparecimento de pessoas durante o regime militar de Augusto Pinochet, conforme descrito no primeiro capítulo desse trabalho.

Embora o padrão estético de representação chilena seja utilizado aqui, quem segura o cartaz e apresenta a denúncia não são os familiares do menino Natan, mas ele próprio, o menino de blusa azul e olhos feitos de fios verdes é quem apresenta a

⁸⁴ Proposta estética observável nas arpilleras chilenas “Fornos de Lonquén”, “Marcha de mulheres familiares de direitos políticos” e “Dónde Están?”, telas dispostas na discussão feita no primeiro capítulo desse trabalho.

denúncia, é sua memória, é ele próprio que aparece na tela, não como a menina Evilyn, tragicamente assassinada e representada na tela já sem vida, é a esperança de ver o menino Natan vivo quem apresenta a denúncia “Aonde está o Natan?”. As mulheres que bordaram a cena apontam a esperança de ver o menino uma vez mais, com vida, não uma imagem emudecida e esbranquiçada como a representada pelos meninos emasculados de Altamira, que se parecem mais com anjos e menos com pessoas vivas.

Nesse item poderíamos fazer uma ligação com o que Santos (2019a) fala a respeito das lutas pela dignidade humana sob a perspectiva das epistemologias do sul, na medida em que as mulheres bordadeiras não se esquecem dos corpos, porque as lutas sociais são processos que se dão sobre os corpos e a ausência do corpo é ainda uma ausência de respostas, seja no caso chileno ou do menino Natan. A ausência do corpo é o total emudecimento dos fatos, não há corpos que possam clamar por justiça, há apenas invisibilidade da banalização do sofrimento humano e o vazio da incerteza. É na esperança de construir um espaço conjunto de afetos e de dignidade humana que as mulheres bordam, mas é também por compreenderem que os corpos racializados é que sofrem com as ruínas operadas pelo capitalismo, colonialismo e o patriarcado.



Figura 34 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Na segunda imagem podemos ver quatro mulheres protestando contra a prostituição e a exploração sexual, na composição elas trazem consigo um cartaz que

pede “Justiça”, as bonequinhas do bordado representam as mulheres libertadas da Boate Xingu, denúncia que desmantelou uma rede de tráfico de pessoas para a prostituição nas proximidades das obras de Belo Monte⁸⁵. Sobre o sentido do bordado, Edizângela finaliza,

Esse tema surgiu porque é um tema que tá empregado assim na nossa vida, a gente não consegue esquecer o que aconteceu, né?! O que tem acontecido conosco, com nós mulheres daquela região, mas também não conseguimos esquecer o que tem acontecido com nossas crianças, com a nossa juventude, né?! **E todas as mulheres que participaram da construção dessa arpillera, tem um mesmo sentimento de justiça, a gente precisa denunciar para mais pessoas e para a sociedade toda, o que está acontecendo, o que tem acontecido na nossa região, na construção das barragem e por isso a gente decidiu fazer essa arpillera, para retratar um pouco dessa realidade.** E aí é nesse sentido assim, a gente quer alcançar mais pessoas, mais gente, para que as pessoas conheçam isso que tem acontecido com a gente, na verdade é isso (Edizângela Barros, Belém – PA, entrevistada em 27/09/2016. Grifo nosso).



Figura 35 - Detalhe da arpillera “Violência Sexual”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Segato (2016) avalia que a crueldade misógina empenhada contra os corpos femininos transforma o sofrimento em um espetáculo banal e cotidiano, para a autora é uma espécie de “pedagogia que habitua as massas a conviver com o arbítrio, com a

⁸⁵ Notícias sobre o caso - <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/08/mulher-e-presa-suspeita-de-trafico-sexual-de-jovens-em-altamira-pa.html>> . Acesso em 10 out. 2019.

margem agramatical da vida humana, com o caráter finalmente ficcional das instituições” (SEGATO, 2016, p. 103).

A crueldade contra o corpo feminino e feminilizado é empurrada para o canto residual da política, da justiça e segurança, considerada, portanto, marginal em relação a tudo que é classificado como questão de Estado, nos fazendo acreditar que existem questões centrais e que elas giram em torno da economia, da política, saúde, educação e segurança pública. Já a questão da misoginia e da exploração dos corpos femininos é tratada como de interesse parcial, estando associadas à crença moderna de que tudo relacionado à questão das relações de gênero é classificável no âmbito do privado e do íntimo.

Para Santos (2019a), as lutas sociais ancoradas nas epistemologias do sul partem das consequências, ou seja, dos corpos mortos ou desaparecidos, dos corpos sofredores ou dos corpos que calam, e obviamente da urgência da necessidade do cuidado, para empreenderem em denúncias e buscas por alternativas de construção de um espaço mais digno e de enfrentamento de uma lógica que destrói vidas e culturas, humilha memórias e experiências, recusando-se a desistir de lutar por uma vida melhor e mais digna.

O corpo que padece por conta dos sofrimentos injustos é visto por Santos (2019a) como a máxima potência na luta, o martírio é entendido pelo autor como um conhecimento corporizado até a extinção do corpo, sem a ideia de autodestruição. Trata-se, no entanto, da autoconstrução por outros meios, isso porque os sobreviventes carregam tanto as vidas como as mortes dos seus entes queridos, reivindicando aquilo que o corpo fez e foi. Santos (2019a) avalia que, no contexto da luta, o corpo que se cala, o corpo sem vida, envolve-se diretamente por constituir-se uma referência de sofrimento humano, quase sempre injusto. Em resumo, o corpo que padece aponta um fim provisório da luta, provisório porque o corpo moribundo toma dimensões de mártir e continua a lutar através de outro corpo na luta.

Essa é uma das razões que levam Málaque Mauad, o grupo de mulheres do Coletivo Mães do Xingu e as bordadeiras do MAB a seguirem lutando em nome de seus filhos, clamando justiça pelas vozes emudecidas dos entes queridos que foram mortos em razão da extrema violência vivida em Altamira. A explosão no índice de homicídios em Altamira segue crescente desde o início da construção de Belo Monte, em 2017 o

Atlas da Violência, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁸⁶, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, analisou dados coletados em 2015 e concluiu que o município de Altamira apresentou a maior taxa de homicídios e mortes violentas com causas indeterminadas, dentre todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes.

Sobre esse índice, o Atlas da Violência acentua,

A fim de analisarmos a prevalência da violência letal nos municípios brasileiros, a Tabela A1, no apêndice, aponta a lista daqueles em que as populações superaram 100 mil habitantes em 2015, que correspondem a um conjunto com 304 territórios. Neste ano, enquanto as taxas de homicídio por 100 mil habitantes nesse grupo variaram de 0,6 (Barreiras, na Bahia) a **105,2 (Altamira, no Pará)**, a média e a mediana foram de 32,5 e 28,6, respectivamente (IPEA, 2017, p. 15. Grifo nosso).

Em relação aos municípios mais violentos do país com mais de 100 mil habitantes, Altamira lidera a lista, a Secretaria de Segurança Pública do Pará sinalizou o número de 114 homicídios e 2 mortes violentas com causas indeterminadas no ano de 2015. No mesmo relatório, o IPEA aponta que o número de jovens com mais de 18 anos no município de Altamira é 46,1%, esse número contrasta com o índice do município de Jaraguá do Sul (SC), que é de 68,7%, considerado pelo Atlas da Violência o município com mais de 100 mil habitantes menos violento do país.

Para o próprio relatório, a questão do Índice de Desenvolvimento Humano de Altamira apontado como nível médio (IDH = 0,665) e o de Jaraguá do Sul em nível alto de desenvolvimento (IDH = 0,803), identifica diferenças socioeconômicas entre dois municípios e serve também para ilustrar o impacto que o desenvolvimento humano tem sobre a criminalidade violenta letal, contudo esse índice não explica todo o aumento na violência. Sobre a taxa de criminalidade alta de Altamira, o relatório salienta,

A forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades (como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte) pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local (IPEA, 2017, p. 19).

Conforme apontado pelo IPEA, o aumento na criminalidade se deve, dentre outros fatores, à maior circulação de dinheiro nas pequenas cidades, sobretudo no interior do país, o aumento na circulação de dinheiro acaba por fomentar os mercados locais de drogas ilícitas. No rastro dos grandes projetos desenvolvimentistas observa-se o

⁸⁶ Matéria completa em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/altamira-lidera-ranking-de-cidades-mais-violentas-do-brasil-diz-ipea.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2019.

incremento à prevalência da violência letal, utilizada na disputa de mercados internos e também para disciplinar devedores ou os próprios trabalhadores do narcotráfico (IPEA, 2017).

Sobre o aumento alarmante na violência e a morte da juventude em Altamira, Dona Antonia Martins, moradora do Xingu por mais de 30 anos, militante e diretora da ONG Fundação Viver, Produzir e Preservar⁸⁷ desabafa,

[...] na verdade, nós estamos vivendo esse momento aí, vamos dizer, desde 2015. Em 2015, na pesquisa do (Ipea), já apareceu Altamira como um dos municípios que mais mata jovens. Eu falo assim do jovem porque, veja só Monise, quando morre um jovem... porque assim, eu sou do movimento de mulheres, né? Mas a minha (tese) com relação à violência não é só sobre as mulheres. Porque quando uma violência... quando acontece uma violência com jovem, quem mais sofre o impacto também são as mulheres. Porque o sofrimento de uma mãe que perde um filho, ele não é contado, porque ele não tem tamanho. Ele é do tamanho do mundo. Então, eu acho assim que as mulheres, nesse sentido... aquelas que sofreram, que foram vítimas da violência mesmo, física, é um grupo grande, as meninas que foram exploradas e tudo mais, mesmo assim... aí tem essas que sofreram a morte dos filhos, do marido. Então, as mulheres, são as maiores vítimas dos projetos, independente se é ela ou se é com alguém dela. Porque quem mais sofre com a violência são as mulheres (Antônia Martins , Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

O sofrimento sentido pelas mães de que fala Dona Antonia está representado em uma arpillera bordada pelas mulheres do Coletivo do MAB em Altamira, bordada no final de 2018, a arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos” narra a história trágica de quatro assassinatos que chocaram a cidade, deixando um rastro de sofrimento para as mães e familiares das vítimas.

⁸⁷ Fundação Viver, Produzir e Preservar é uma organização sem fins lucrativos, com atuação na Região da Transamazônica, sua sede é em Altamira. Fundada na década de 1990 por iniciativa das organizações camponesas, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu, começou a atuação enquanto movimento social organizado na primeira metade da década de 1980, em consequência do abandono do projeto de colonização da região pelo governo federal. Para mais informações acesse o site - <<https://www.fvpp.org.br>> . Acesso em: 15 out. 2019.



Figura 36 - Arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Na arpillera bordada pelo coletivo de mulheres do MAB em Altamira, podemos ver quatro cenas diferentes, a primeira narrativa se encontra no quadrante superior, lado direito e conta a história de Dona Sonia, merendeira da escola do município localizada no reassentamento Jatobá, ela teve quatro filhos mortos por conta da extrema violência vivida na cidade a partir da construção de Belo Monte. No bordado podemos ver Dona Sonia, de vestido verde claro, cabelos negros, ao lado de quatro pequenos bonequinhos feitos com tecido branco, uma cruz preta é bordada por cima da representação dos filhos de Dona Sonia e indica que as pessoas bordadas na tela estão mortas. Em entrevista, quando perguntada sobre a construção de Belo Monte, Dona Sonia conta um pouco de seu sofrimento,

Pra mim, ela foi bom e no mesmo instante não foi, mana, porque de todo logo eu perdi, nessa violência, perdi tudo meus filhos, fiquei só, só com esses neto. É, pra te dizer a verdade, mana, em rival, sabe? Gente com raiva um do outro. É, que eu perdi meus filho, eles... tem três, vai fazer quatro anos. Agora.. Em agosto, dia seis de agosto, um faz quatro anos. Dia 28 de outubro, o outro outro faz quatro, dois meses e pouco de um pro outro. Eu aguntei vários tiro, mas eu sou forte, sabe? Deus me deu consolo (Sonia Fonseca, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Nascida na cidade de Gurupá – PA, Dona Sonia se mudou com a família, mãe e irmãos para Altamira na década de 1970, depois de muito morarem de aluguel, conseguiram se estabelecer nas cercanias do rio Xingu, próximo a um ferro velho. Dona Sonia conta que depois de casada acabou indo embora para Santarém – PA, mas retornou por causa da mãe que estava vivendo sozinha em Altamira, já que os irmãos haviam morrido. Ao ser perguntada sobre o aumento da violência em Altamira, Dona Sonia relembra,

[...] porque o pessoal cresceram muito o olho, assim, sabe, cresceu muito com tráfico de drogas em Altamira. Aí isso foi a perdição dos jovem. Isso foi uma perdição muito grande para os jovem. Aí por isso que teve uma participaçãozinha pela Eletronorte. Muito, muito, muito, que não existia isso não. A gente andava era qualquer hora da noite por aí, eu mesmo trabalhei muito à noite em restaurante, na beira do cais, cansei de vim, duas hora, três hora, só eu e Deus, na minha bicicleta. [...] eu vinha, nunca ninguém me mexeu. Trabalhei quatro ano no restaurante, vindo nesse período. Nunca me aconteceu nada. Depois que chegou a barragem, mana, acabou-se. A tragédia, essas coisas aqui, a gente não pode andar, porque se tu andar bem ali com o celular na mão, já... (Sonia Fonseca, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Dona Sonia mora no reassentamento Jatobá, um dos cinco reassentamentos construídos pela Norte Energia S/A, e lá ela perdeu três de seus filhos por conta da violência do tráfico de drogas. Os dois primeiros morreram ainda no ano de 2015, com diferença de dois meses, o primeiro deles foi Edimilson, morto ao levar sua motocicleta na borracharia na rua de casa, recebeu um tiro nas costas enquanto ainda segurava a mão dos filhos, e Augusto – irmão caçula, assassinado em casa, no momento em que dormia⁸⁸.

A outra filha de Dona Sonia foi morta dentro de casa, no reassentamento Jatobá, no fim de 2017, conforme conta em entrevista,

Aí então, Deus sabe o que faz, porque ela tava aqui comigo, e eu tava tecendo... mesmo que eu tava de férias, mês de dezembro, eu tinha entrado (na entrada) de dezembro, eu tinha entrado dia dois, junto com ela, de férias. A gente... eu entrei do colégio, ela entrou lá da creche. Aí ela tinha ido de lá na festa, voltou, alegre, sentou bem aqui e eu tecendo uma malhadeira. Que eu não paro aqui em casa. Você só me vê trabalhando dentro de casa. Aí eu tava tecendo uma malhadeira, na hora que eu me lembrei que eu tinha que comprar umas pimenta pra botar no molho.[...] Foi só eu sair, não cheguei nem aonde eu ia. Cheguei nem aonde eu cheguei e já o telefone bateu, aí já disse o que tinha acontecido. Só sair de casa. Parece que eles tava dentro dessa casa, bem aí, era parente dele que morava aí, tava aí, só vendo eu sair pra fazer maldade com a minha filha. Aí eu voltei imediatamente, quando eu cheguei, tava lotado de gente, gente, gente, carro, carro, carro, reportagem, polícia que só. Aí aconteceu isso com a minha filha, tem um ano e pouco, um ano e sete mês. É cruel, mas... ando assim, converso

⁸⁸ Uma parte da história de Dona Sonia está relatada nessa reportagem, que conta ainda outros assassinatos motivados pelo tráfico de drogas em Altamira, para a reportagem na íntegra acesse – <<https://oglobo.globo.com/brasil/altamira-vida-na-cidade-mais-violenta-do-brasil-22183157>> . Acesso em: 15 out. 2019.

com os outros, mas só Deus sabe o que eu sinto (Sonia Fonseca, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Os três filhos de Dona Sonia que foram assassinados no Reassentamento Urbano Jatobá tinham envolvimento com o tráfico de drogas. Dez anos antes o filho Marcos fora executado, também na cidade de Altamira. Depois de ter a família desestruturada, Dona Sonia acabou por ficar com a guarda dos 11 netos e é com o salário mínimo de merendeira da escola do bairro que ela sustenta sua família, o marido de Dona Sonia é doente e vende a farinha que eles conseguem produzir ali mesmo na casa.

Dona Sonia revela também que seu marido tem sofrido ameaças dos envolvidos com a morte de sua filha,

É. Espera que Deus tá pra fazer, né? Porque eles prometeram que quando ele sair da cadeia, o próximo alvo deles é o meu marido e essa menina. É, o próximo alvo deles. Porque meu marido denunciou e a mãe do rapaz denunciou. É os que vão lá. Disse que não vão mexer comigo porque eu crio um horror de menino. Diz que o próximo alvo é meu marido. [...] meu marido, ele vai lá direto com o delegado. Já tá feito a ocorrência, já tem outra ocorrência por cima dessa. Não é fácil. Tem hora que eu digo assim, “meu Deus, o que que eu fiz pra merecer tanto castigo?”, porque se eu tivesse condição de eu ter já ido embora. Mas como, mana? Preço de banana as casas que tão hoje em dia. Não dá pra mim comprar uma casa pra onde eu for com essas crianças, é muita criança. Só dá pra pagar passagem (Sonia Fonseca, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Dona Sonia e sua família vivem constantemente com medo de que outro assassinato possa acometer a família, ela relata que seu marido já foi jurado de morte anteriormente e que ali em Altamira existem pessoas que têm como profissão matar por encomenda, revela ainda que a única filha que sobrou sofre tanto com a morte da irmã assassinada que apresentou problemas mentais e recebe acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial de Altamira (CAPS). Sobre a oficina de arpilleras que Dona Sonia participou no próprio assentamento e sobre a construção coletiva do bordado “Eu sou a voz dos meus filhos”, avalia,

É, minha primeira oficina de coisa que eu fui. Eu achei bom, porque mexe muito com a... assim, com as coisas da gente, sabe? Aí eu lembrando tudo das coisas dos meus filhos, aí as meninas lá conversando e eu ia só dando o resumo pra elas e elas iam fazendo. Eu achei muito bom aquele fazer tipo assim, com é que se diz? Uma terapia, né, da mente. É, foi bom (Sonia Fonseca, Altamira – PA, entrevistada em 10/07/2019).

Retomando a representação da história de dor de Dona Sonia, tratada na arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, observamos que, ao contrário das outras cenas contidas na tela, os bonequinhos colocados ao lado de Dona Sonia – seus filhos mortos – aparecem como lembranças cálidas do sofrimento, não tem roupa, nem cabelo, não apresentam feições e nem braços, estão atados a uma cruz, a cruz da morte. Eles

aparecem na cena mais como uma lembrança e menos como personagens ativos e quem carrega essa lembrança é Dona Sonia, representada ao lado direito dos quatro bonequinhos, os braços de Dona Sonia estão repousados sobre o corpo, é como se ela tivesse forças apenas para contar sua história de dor, mas ela está de pé ou como ela diz “Eu aguentei vários tiro, mas eu sou forte, sabe?”.

A outra história retratada no bordado, localizada no quadrante inferior direito, diz respeito ao assassinato do mototaxista de 30 anos⁸⁹, ocorrido em setembro de 2018, o crime teve motivações passionais e deixou a cidade de Altamira alarmada diante do requinte de crueldade. De acordo com as informações da Secretaria de Segurança Pública, a polícia havia sido chamada para atender uma ocorrência de violência doméstica e quando chegou ao local encontrou o mototaxista de 30 anos decapitado. O corpo estava preso a uma árvore e a cabeça estava dentro de uma casa, a suspeita é que a cabeça tenha sido arrancada com golpes de facão. Ainda segundo o Diário do Pará, a principal suspeita é que o crime tenha sido motivado por ciúmes e o principal suspeito era um amigo da vítima e também mototaxista.

No bordado, podemos ver o corpo do mototaxista pendurado em uma das três árvores presentes na cena, a árvore se assemelha com um coqueiro ou um açazeiro, na representação identificamos a vítima também sem braços e com a cabeça deslocada do corpo, logo abaixo uma poça de sangue foi representada com um pedaço de tecido vermelho. Nessa representação, a exemplo da cena anterior, a vítima está toda de branco e sem membros, o que contrasta com o seu entorno, a pequena mata onde o corpo foi encontrado. A cabeça deslocada do corpo, conforme detalhe da figura abaixo, indica a crueldade com que esse crime foi cometido e o fato dessa cena ser retratada na arpillera revela ainda como esses eventos de violência comovem as comunidades em Altamira.

⁸⁹ Reptagem do Diário do Pará sobre a morte do mototaxista - <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-536665-mototaxista-e-decapitado-em-suposto-crime-passional-no-para-suspeito-e-colega-da-vitima.html>>. Acesso em 16 out. 2019.



Figura 37 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

A próxima história de violência retratada por meio do bordado é o caso do assassinato de Gabriely e seu filho recém-nascido, em janeiro de 2018. O corpo de Gabriely foi encontrado enterrado atrás da casa de um pescador, no município de Vitória do Xingu. De acordo com a reportagem do Portal G1⁹⁰, Região do Pará, um pescador de 40 anos é considerado o principal suspeito, o pescador e a vítima teriam tido um relacionamento extraconjugal e o bebê era fruto desse relacionamento.

O corpo do bebê foi encontrado 14 dias depois que o da mãe foi localizado, em uma ilha às margens do rio Xingu, distante cerca de 500 metros de onde estava o da mãe, o corpo foi encontrado dentro de um saco plástico e ao lado havia uma mochila, com roupas e documentos da criança. Segundo a reportagem do Portal G1, “a polícia acredita que o suspeito enganou a mãe da criança dizendo que ia fugir com ela, mas na verdade ele teria premeditado o crime, pois já era casado” (G1 PARÁ, 2018). A família de Gabriely tinha esperança de encontrar o bebê com vida e acompanhou com muita

⁹⁰ A matéria completa sobre o caso está no seguinte endereço eletrônico – <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/corpo-de-recem-nascido-desaparecido-e-encontrado-em-vitoria-do-xingu.ghtml>>. Acesso em 17 de out. 2019.

tensão os dias em que a criança foi dada como desaparecida antes da descoberta do corpo.

É sobre a brutalidade desse evento que a arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos” vela. No detalhe da arpillera abaixo, podemos ver Gabrielly representada com o pijama que estava vestindo na noite em que desapareceu de casa, com detalhes de flores azul, seu filhinho, o pequeno Enzo, está colocado em um saco plástico, apenas a sua cabeça é representada, ele está como que saindo do saco de lixo, pedindo justiça em nome das vítimas do Xingu. Gabrielly não tem olhos e nem boca, foi emudecida às margens do rio Xingu, a violência desmedida cegou Gabrielly para a vida que ela teria ao lado do filho.



Figura 38 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Na próxima história, contada pela arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, representada na parte superior à esquerda, podemos ver três casinhas com telhados vermelhos, uma delas é representada de branco e as outras duas com tecido xadrez, sendo uma delas lilás e a outra laranja, essa composição das casinhas representa o Reassentamento Urbano (RUC) São Joaquim. Na frente das casinhas podemos ver a imagem de três rapazes, um ao lado do outro, essa cena representa o triplo homicídio que acabou por vitimar o filho de Dona Málaque Mauad⁹¹, Magid, morto em 2017 no RUC São Joaquim ao lado de mais dois amigos.

⁹¹ O assassinato de Magid ganhou muita repercussão, sobretudo, pela atuação de Málaque Maud, mãe da vítima, no sentido de cobrar das autoridades que o crime não passasse impune. Reportagem conta a

Entrevistei Dona Málaque em sua casa, em Altamira, lá ela me contou como foram os últimos momentos do filho em casa, na noite de sua morte,

[...] ele fazia faculdade à noite, geografia, né? Aqui na UFPA, e ele chegou mais cedo porque era o dia de início de disciplina, era numa segunda-feira. E aí, ele chegou mais cedo, e eu fiquei admirada, eu falei, “já?”, ele, “já, mãe, foi início de disciplina e tal”. Aí, entrou, jantou, e eu tava aqui na sala e ele sentou do meu lado, aí comeu e foi pra lá lavar a louça dele e falou, “mãe, eu vou na casa do Paulo”, aí, eu falei, “que Paulo?”, ele falou, “Paulo Bezerra”, eu falei, “filho, mas o Paulo não tá em Belém?”, ele falou, “não, mãe, ele veio porque a tia passou mal”, que era a mãe do Paulo, né? “A tia passou mal e ele veio passar esse final de semana, mas ele já tá indo, ele tá me ligando e quer me ver.” Aí eu falei, “olha, Magid, amanhã você tem trabalho”, porque ele era voluntário no corpo de bombeiros, né? “Esteja em casa, porque assim, pra ti dormir, descansar pra ir trabalhar”. E ele era... ele me obedecia muito, não tinha trabalho, não me dava trabalho assim, de... ah ficar acordada, “o menino não chegou, não sei onde tá”, não. E aí, ele foi, foi pra lá, passou na casa do amigo, o amigo tava a fim de beber. E de lá, o amigo falou, “ah, o pessoal tão bebendo, meu primo tá bebendo lá no São Joaquim, me dá uma carona, Magid”, e ele foi levar o amigo lá. E tanto é que ele não ia demorar, ele desceu só pra cumprimentar o pessoal. Porque o celular dele ficou no carro, o som ficou baixo, ele só travou, né, as portas e saiu. Aí, eles já chegam atirando. Meu filho morreu com três tiros, dois na perna, dois na coxa e um nas costas que pegou pro coração [...] um dos meninos morreu com 22 disparos, perfurações, o outro com 17. Eles... tinham mais de 100 cápsulas (Málaque Mauad, Altamira – PA, entrevistada em 11/07/2019).

Sobre a arpillera, Dona Málaque relata como foi a aproximação de Alacídia, amiga e militante do MAB, ao solicitar um pedaço de tecido da roupa de Magid para compor a arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, o que acabou convertendo essa arpillera em uma peça tão especial, não apenas para Dona Málaque e para Dona Sonia, mas para o próprio Coletivo de Mulheres do MAB, ao bordar uma tela com a roupa de uma das vítimas,

Então, aí, ela começou a ... ela chorava, toda vez que eu falava, ela chorava, e um belo dia, ela chegou aqui. E aí falou que ela tava querendo fazer, né, que ela queria fazer uma, mas queria fazer com a morte dos três jovens, né?! Que foi no assentamento São Joaquim. E aí, ela queria um pedaço da roupa dele. Então aquela arpillaria é feita, pelo menos do Magid, que é calça jeans, e uma blusa que tem três bonequinhos. É da blusa dele, da roupa dele. Da roupa dele mesmo. [...] Assim, ela veio me pedir e ela ficou meia sem jeito, né?! E aí, eu peguei, comecei a cortar o pedaço da calça, ela começou a chorar e eu também. Então, uma coisa muito... que marca muito assim, toda vez que eu vejo, agora, ela tava em exposição na Flix, né? Tava em exposição lá, é uma coisa que mexe muito comigo, porque eu vejo ele, ela fez ele gordinho, né? Que ele era bem fofinho, ela fez ele gordinho, mas assim, muito importante o trabalho delas. Antes eram feitos com as roupas, né? Também, mas, ela foi a única, é a única arpillaria que tem, que tem a roupa realmente da pessoa. É muito difícil, porque ele era um cara muito do bem, muito mesmo assim (Málaque Mauad, Altamira – PA, entrevistada em 11/07/2019).

Podemos observar na figura abaixo o boneco que representa Magid, o primeiro da esquerda para a direita, está vestido com uma camiseta que tem três bonequinhos representados, segundo Dona Málaque, o bordado foi feito assim porque ele vestia uma camiseta com três pessoas estampadas no dia do crime, também a calça jeans usada no dia do crime.



Figura 39 - Detalhe da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”. Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

Alacídia Mota, atingida, militante do MAB e uma das bordadeiras da arpillera “Eu sou a voz dos meus filhos”, conta em entrevista para o Jornal local de Altamira, da filiada ao SBT – Vale do Xingu, sobre o processo de bordado da tela,

[..] eu me inspirei nesse assunto porque em nossa Altamira depois que houve esse progresso, né?! Esse desenvolvimento, houve também muita tragédia. Eu também me baseiei na dor de Dona Sonia que perdeu quatro filhos quando chegou aqui, né?! Eu também me baseiei na Málaque, né?! O filho que estava chegando gente de um estudo, né?! De ter passado as férias com os colegas e teve essa tragédia. Sem falar também da Gabriely, recente. O que essa moça não passou desde o início com esse monstro que os pais queriam ajudar...(ALACÍDIA MOTA, VALE XINGU, 2018).

Nessa mesma entrevista, Málaque Mauad fala do que sente ao ver a arpillera bordada com a história de seu filho e também contendo um pedaço da roupa de Magid, doada por ela para compor a peça,

As mulheres do Xingu encontraram uma forma de mostrar a resistência, o bordado, através do bordado colocaram todos os problemas sociais que nós estamos vivendo. É mais uma forma da gente resistir, de nós mulheres do Xingu, especialmente as mulheres do MAB, resistirem e dizerem não a violência e dizer que nós estamos aqui

pronta para a luta e também para colocar em forma de arte, em forma de bordado a nossa dor e a nossa luta (MÁLAQUE MAUAD, VALE XINGU, 2018).

A tela “Eu sou a voz dos meus filhos” tem essa aproximação com as arpilleras bordadas na ditadura militar chilena, muitas delas eram compostas por pedaços de roupa dos desaparecidos políticos como forma de trazer a pessoa para dentro do bordado, imprimindo a marca íntima da memória do desaparecido ou morto, não apenas com a sua representação, mas com o pedaço de um tecido que outrora abrigou um corpo que existia, um corpo vivo. Em alguns dos casos chilenos, os tecidos retirados da roupa guardavam ainda o cheiro de seu dono, como argumenta Marjorie Agosín (1996), a arpillera nasce das mãos de quem a cria e, a um só tempo, é a vida de quem a cria, sobretudo, quando se utilizam das roupas dos entes queridos que se foram, é um rastro de memória irrevogável, materializado agora no corpo do boneco de tecido.

Toda arpillera conta uma história, ou várias histórias, como é o caso da tela “Eu sou a voz dos meus filhos”, nas figuras subsequentes podemos ver a descrição das histórias retratadas pela arpillera e analisadas anteriormente, a carta foi escrita pelas mulheres bordadeiras do MAB e por Dona Sonia, mãe dos quatro filhos mortos, que participou da feitura do bordado.

Altamira 04 de Dezembro 2018

A condenação do movimento atingidos por bar-
ragem, nos ensinou a técnica de construir uma
arpillera, eles falam de muitos textos que inspi-
ra cada um das equipes. A história da ar-
pillera retrata histórias, denúncia e que
essa arte nós bordamos especialmente todos
as demandas, que cada bordado posto na arpillera
emociona qualquer pessoas, jovens, homens, mulheres
que vivenciam ou viver essa história. É o melhor
é compartilhar a técnica de bordar com agulha
e fêce em cima da jita, vê o trabalho fica pronta
É que temos uma grande ferramenta política na luta
contra as violações dos direitos humanos das mulheres
que sofre com muito trabalho. É essa arpillera conta
a história de homicídio que aconteceu no Ruc São
Joaquim há um ano atrás houve uma tragédia!
Os quatro universitários foram interrompidos os
seus sonhos por violência e no mesmo ano um
dela é uma jovem do município de Vitória Régia. Mãe e filho
morto por um monstro. O próprio pai da criança. A criança
foi encontrado dentro de uma saco de plástico. É o caso
do prototaxi que o próprio amigo matou! É o mais
chocantes é uma mãe que ^{perdeu} ~~perdeu~~ os quatro filhos
para violência, logo depois que veio onerar no Resen-
tamento Ruc. Jotoba. É para essa famílias que sofre
até hoje a falta dos seus queridos. Elas se juntas
em uma só voz. Queremos Justiça! que todos
assassinos pague! Para esses jovens mortos -

Figura 40 - Carta da arpillera "Eu sou a voz dos meus filhos". Produzida na região de Altamira - PA.
Fonte: Acervo do MAB.

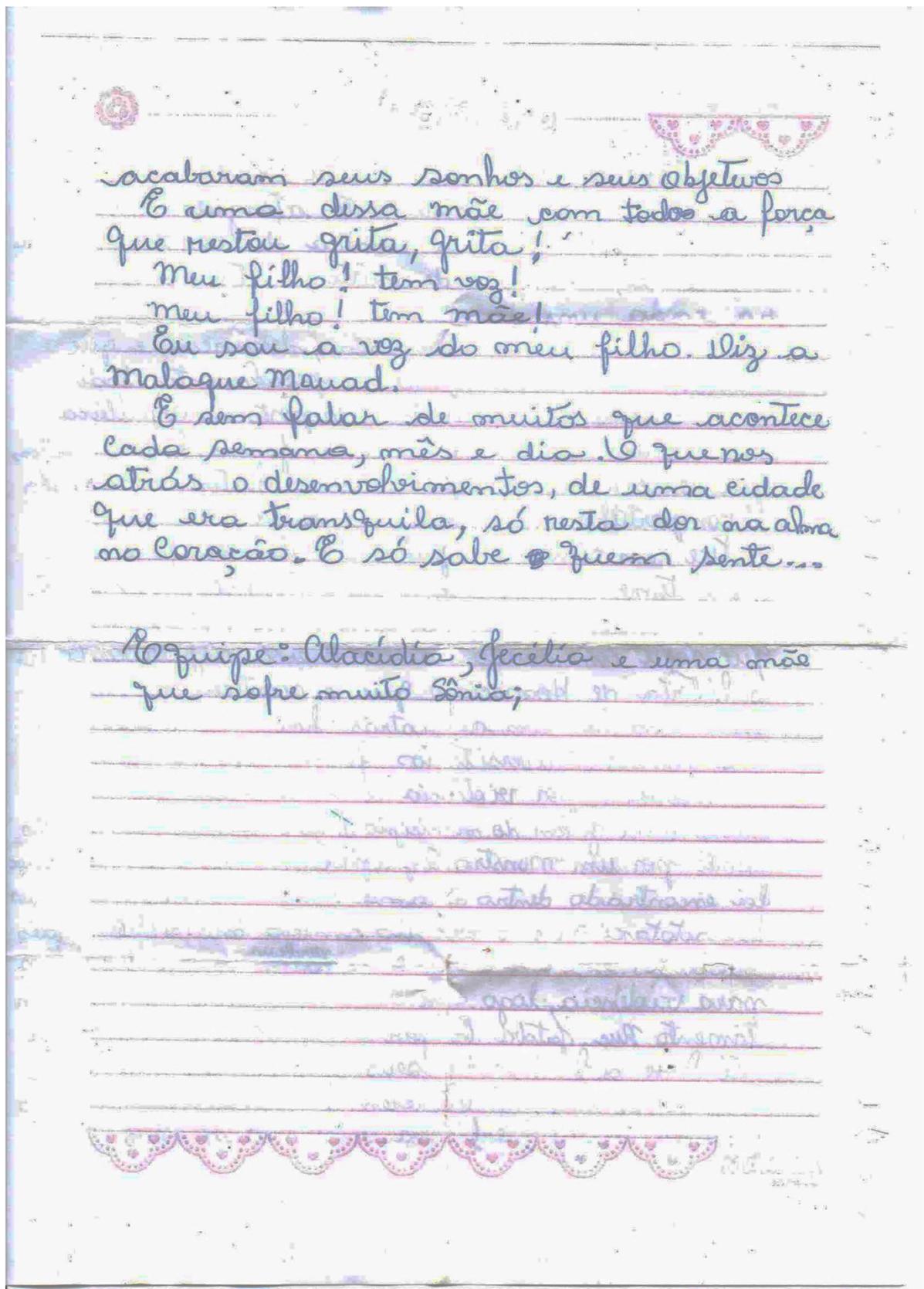


Figura 41 - Carta da arpillera "Eu sou a voz dos meus filhos". Produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB.

Na carta, as bordadeiras lamentam que uma cidade tão tranquila tenha se convertido em palco da violência e atrocidades, tragédia que está refletida nos números do Atlas da Violência, elaborado pelo IPEA, na narrativa dos moradores e também no lamento triste das famílias que perderam seus entes queridos para o vilipêndio sexual, tráfico de drogas ou feminicídios, como é o caso da menina Gabriely.

É interessante observar esse caminho de luta operado pelas mulheres bordadeiras do MAB, em especial quanto às experiências de falta da dignidade humana na construção de Belo Monte, remete ao que Segato (2016) considera como um ativismo tipicamente feminino, ou como já foi dito, o corpo na rua, que faz história, como por exemplo as Mães da Praça de Maio, na Argentina, ou as bordadeiras do Chile e agora as atingidas por barragens do MAB.

Para Segato (2016), esses movimentos femininos cujo gesto estratégico desenvolve uma politicidade que não é parcial, nem particular, também não é minoritária, é um projeto político e histórico de interesse geral, que, ao quebrar com a ideia de que as demandas sociais são periféricas e por isso pouco importantes, contrariando a lógica predatória do capitalismo-colonialismo-patriarcado, introduz desde sua margem uma outra proposta de atuação política.

As arpilleras das mulheres atingidas marcam uma estratégia de luta que abre um novo caminho de politicidade, a resistência por meio do bordado abriga um projeto histórico de ser para e pela comunidade, a construção narrativa dessas lutas transita pela via da reciprocidade. A reciprocidade enraíza, localiza e promove ligações de forma concreta, fortalecendo e centralizando a vida vincular. É um caminho, ainda que estreito, de combate ao mundo que se orienta pelas injustiças, opondo-se ao projeto histórico do capital de acumulação e concentração, é um caminho artesanal que procura e deseja uma vida digna construída sobre o tecido comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora que chego às palavras finais desse texto, tenho em conta que esse trabalho quis refletir sobre as exclusões abissais vividas por povos da Amazônia, em especial as mulheres atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte, considero ainda que esse é um tema que deve ser objeto de permanente reflexão, sobretudo, tendo a linha abissal como uma perspectiva analítica importante.

Ao observarmos a privação da dignidade humana vivida, tanto no Chile, quanto no Brasil, considerando contextos de construção de barragens, tomamos a aproximação dos temas e também das lutas, que nesse caso tiveram o papel das arpilleras como suporte para a denúncia. Entretanto, ao final desse percurso, podemos observar algumas outras dimensões e escalas desse processo de luta que vai além do suporte ou da metodologia.

Ao refletir sobre o que Segato (2016) intenta, veremos que uma outra organização, uma forma de se relacionar com a vida, levando em conta o tecido social e aproximação com o outro, nos parece utópica ou até pode nos indicar um caminho a seguir, mas um caminho que, além de estreito, pode demorar a prosperar. Contudo, acredito que cada ação como a que temos em tela, a organização social por meio do bordado, a luta pela dignidade humana partindo do tecido social, é um passo na direção da construção de uma forma de organização que leve em conta o espaço doméstico como um espaço de valor e, mais ainda, de politicidade.

Segato (2016) sustenta que, para acessar o espaço público de enunciação, considerando um discurso que tenha validade universal, um enunciado político e que seja de interesse geral, como a violação dos direitos humanos, é necessário que tal seja feito na esfera pública. A autora defende que a esfera pública não existia no mundo tribal, por exemplo, já no mundo colonial moderno, a esfera pública é um espaço onde quem fala tem impacto político em uma grande parte das pessoas. Quem quer utilizar esse espaço da esfera pública precisa se adaptar, aprendendo a falar, a utilizar o corpo, fazendo esforço para travestir-se das posturas e códigos de conduta esperados para esse espaço, “ninguém fala de avental”, como refere a própria autora. Essa é a esfera que monopoliza e totaliza o político, o resto é resíduo (SEGATO, 2016, p. 168).

Sob esse aspecto, considerando as narrativas das bordadeiras do MAB, desde as

idealizadoras do projeto, Esther Vital e Tchena Mazzo, até as mulheres que lutam pela sobrevivência em Altamira, como Edizângela e Dona Sonia, observamos que as arpilleras ocuparam muitos espaços de enunciação na arena pública que, de outra maneira, não teriam ocupado, seja por seu caráter artesanal, seja pela articulação interna do movimento social. O que destaco especialmente aqui é que, por meio de agulha e linha, suportes e materiais relegados à mulher e, portanto, ao universo doméstico, elas foram ao espaço público e falaram de política. Ainda que tenham se travestido de alguns códigos de conduta esperados para esse *lócus* enunciativo, a esfera pública, o fizeram a partir de seu próprio olhar, o fizeram tendo em conta as dores e histórias vividas e o fizeram sob uma perspectiva que Segato (2016) reconhece como escrever a história pelas mãos femininas.

Ademais, o movimento do Coletivo de Mulheres do MAB conseguiu ainda travar na esfera pública o debate sobre os crimes sexuais, fazendo uma aproximação dos relatos aos quais tive acesso, tratados nesse texto nas passagens das mulheres mantidas em cárcere privado ou da jovem abusada sexualmente encontrada na praia em Altamira, com a perspectiva de Segato (2016) sobre a violação do corpo feminino e o próprio feminicídio, o corpo feminino serve como suporte por onde se inscreve o vilipêndio das populações submetidas a contextos de opressão.

O que move e evoca questionamentos no âmbito dessa pesquisa é o caráter artesanal da luta empreendida pelas mulheres do MAB, poder-se-ia apenas supor que os bordados contidos em arpilleras são artesanatos que servem como relatos das situações de miséria humana a que as populações da Amazônia vêm sendo submetidas, contudo, acredito que a luta através do bordado extrapola essas fronteiras de análise, demonstrando ainda o caráter anti-imperialista, anti-patriarcal e de luta pelo direito ao território.

O território, em uma perspectiva voltada para as epistemologias do sul, é parte do tecido social, a natureza tem sentido, se não direito, a terra tem outra acepção para as pessoas que vivem em tantos lugares da América Latina, sejam camponeses, indígenas, ribeirinhos ou mesmo os povos da Amazônia, se esse olhar não é entendido, e tão pouco respeitado, temos em conta que apenas um tipo de racionalidade, fundamentalmente, uma racionalidade eurocêntrica está sob o controle territorial. Nesse sentido, o

capitalismo entende a terra (e o que há nela) como recurso e, portanto, passível de mercantilização.

Quando vemos lutas como essa e tantas outras que estão em curso na América Latina, lutas que ressignificam os espaços e as relações de poder segundo a perspectiva de quem luta, de quem reivindica o olhar, temos em curso um movimento um tanto maior que o próprio objeto da luta, qual seja: a terra, a dignidade humana, temos em curso a construção de caminhos alternativos que levem em conta outras epistemologias, contadas a partir de suas próprias mãos.

O caráter anti-patriarcal da luta do Coletivo de Mulheres do MAB reside no fato delas buscarem ser representadas por si mesmas, como sujeitas da própria história e das experiências por elas vividas, nesse sentido, me reporto à fala de Esther Vital descrita no segundo capítulo desse trabalho, bem como à de Edizângela, através das arpilleras, as mulheres foram vistas como agentes de sua própria história e não relegadas apenas ao lugar de vítimas. Muito embora esse esforço teórico tenha mostrado o quanto os corpos racializados e mercantilizados, em sua maioria, de mulheres, padecem em contextos de investidura do capital.

Para encaminhar a finalização desta pesquisa, quero fazer uso de uma ideia: a escala. Essa palavra me chegou depois dessa jornada e da escrita deste texto, surge quando temos em conta a violência apresentada e discutida nesta tese, violência que acontece em várias escalas distintas. De um ponto de vista mais global, pensando em termos de planeta, no sentido mais biológico, a terra como organismo vivo, percebo uma escala de violência. Esta seria uma violação contra aquilo que comumente entendemos como ecossistema, um equilíbrio tênue da vida, que mantém o funcionamento e a interação dos mais diversos organismos vivos.

Numa escala mais próxima, podemos fazer alguma aproximação com o Brasil, como país. Aqui, é possível compreender que os riscos desse tipo de agressão têm custado muito caro à biodiversidade e às pessoas. Mas, se for feita uma aproximação ainda maior, vejo a Amazônia, logo, fica perceptível, como escrevi no capítulo 03, que os programas e projetos de desenvolvimento econômico para essa região consistem em uma forma de liquidar tudo de amazônico.

Numa escala ainda mais próxima, pensando em termos locais, temos a UHE Belo Monte, a maior hidrelétrica em geração de energia do país, me dou conta de que o rio Xingu, como um organismo vivo, como rio de significados e cultura para muitas pessoas, passa por um colapso enorme, como a exemplo da conversão da Volta Grande do Xingu em Trecho de Vazão Reduzida. Em relação aos aspectos da fragilidade da dignidade da vida humana, temos a violência sexual, que reporto em algumas arpilleras, seria também um resultado não só daquilo que é evidente na violação, mas é também um modelo político cujo o pressuposto é a predação.

A dignidade da pessoa humana jamais é considerada pelo violador, tampouco a dignidade da natureza, a beleza e a sensibilidade do rio jamais serão levados em conta pela política de estado que o enforca sob a premissa de barramento. Assim, como uma mãe perde os filhos, vai à delegacia e nada acontece, a não ser mais ameaças, também quase nada acontece em favor do rio.

Desta forma, pensando em termos de escala, podemos ter em conta o quão difícil é a mobilização social no sentido de abrir caminhos alternativos e que preservem a dignidade humana e também é possível perceber a síntese da dominação moderna, separando-se o sofrimento do sentimento de injustiça que vem ligado a ele, o sofrimento abissal é o sofrimento sem relevância política. É por meio das lutas como a que temos em tela que nos damos conta da complexidade e da opacidade enganosa dos mecanismos de opressão, ao mesmo tempo em que vemos novas formas de politicidade sendo construídas, procurando ampliar o significado das vidas que sofrem.

REFERÊNCIAS

AGOSIN, M. Agujas que hablan: las arpilleristas chilenas. **Revista Iberoamericana**, v. 51, n. 132, p. 1–6, 1985.

AGOSÍN, M. **Tapestries of hope, threads of love : the arpillera movement in Chile, 1974-1994**New MexicoAlbuquerque; N.M. : University of New Mexico Press, , 1996.

AGRUPACIÓN DE FAMILIARES DETENIDOS-DESAPARECIDOS. **Arpilleras Otra Forma de Denuncia**, Santiago: [s.d.].

AILLAPÁN, P. et al. La Vicaría de la Solidaridad 1976-1983 . **Revista de Historia y Geografía**, v. N° 26, n. 0716–8985, p. 39–55, 2012.

ARBOLEDA, S. Paisanajes, colonias y movilización social afrocolombiana en el suroccidente colombiano. In: MOSQUERA, C; PARDO, M; HOFFMANN, O.

Afrodescendienyes em las Américas, trayectorias sociales e identitarias.

Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

BARBOSA, A. S. **A cada dia, um morador perde o direito aqui em Altamira.** Dossiê Belo Monte. ISA. s/l, jun. 2015. Disponível em:

<<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 05, mar. 2016.

BAINES, S. G. A Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. In: **Seminário "A Questão Energética na Amazônia: Avaliação e perspectiva sócio-ambientais"**, Belém, 12 a 15 de setembro de 1994.

BARBOSA, S. A. A cada dia, um morador perde o direito aqui em altamira. In: INSTITUTO SOCIAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte, Não há condições para a Licença de Operação.** Programa do Xingu, Instituto Sociambiental, junho de 2015.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.** MME, 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

Diretrizes ambientais para projeto e construção de represas e operação de reservatórios. Brasília: 2005. Disponível em:

<<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3678963/Diretrizes+ambientais+para+projeto+e+construcao+de+represas+e+operacao+de+reservatorios.pdf/7b333ac8-f12b-45db-903d-4e8b4d42b266>> Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Catálogo Arpilleras de la resistencia política chilena.**

Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/catalogo-arpilleras-1.pdf>>. Acesso em: 13, jun. 2016.

_____. Ministério do Planejamento. **Segundo Balanço do PAC (2015-2018).** Ano I, Brasília: (2016). Disponível em:

<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/23216159149151fbfbcedb1d57d_510.pdf>.
Acesso em: 10, maio 2019.

BERMANN, C.; WITTMANN, D.; MORAL HERNANDEZ, F.; RODRIGUES, L. A. Usinas hidrelétricas na Amazônia: o futuro sob as águas. **Anais..** Brasília: Inesc, 2010.

BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

BRINGEL, B. **O Estudo Dos Movimentos Sociais E As Novas Geografias Pós-Coloniais**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, p. 185–215, 1990.

CARDOSO, FH; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mnx6g>>. Acesso em: 10, maio 2019.

CARO, V. D.; HENRÍQUEZ, S. S.; BECERRA, G. A. **Un camino de imágenes: 20 años de historia de la Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos de Chile**. Santiago do Chile: 1997.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W; CASTRO, E. **Amazônia, região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas**. Caderno CRH, v. 25, n. 64, p. 9–16, 2012.

CASTRO, E; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NEA, 2015.

CASTRO, E; CAMPOS, I. Formação Socioeconômica do Pará.. In: CASTRO, E;

CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTI, F. C. Formação Socioeconômica do Estado do Acre. In: CASTRO, E;

CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CDDPH. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>>. Acesso em: 13, jun. 2019.

CDDPH. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/sites/default/les/Relat%C3%B3rio%20Final_0.pdf>. Acesso em: 13, jun. 2016.

COLETIVO DE MEMÓRIA HISTÓRICA CORPORACIÓN JOSÉ DOMINGOS CAÑAS. **Tortura em poblaciones del Gran Santiago (1973 – 1990)**. Santiago – Chile: Bj, Impresos, 2005.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

COMITÊ DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO AMAZONAS. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade, O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROARI.** Manaus, 2012. Disponível em: <
http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf>.
Acesso em: 03, jun. 2019.

CNV. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. Disponível em:
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre os Direitos da População Atingida pela Implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun.** Brasília: 2017.

CORNELSEN, E. L.; VIEIRA, E. M. A.; SELIGMANN-SILVA, M. **Imagem e Memória.** Belo Horizonte - MG: Rona Editora: FALE/UFMG, 2012.

CORPORACIÓN CULTURAL DE PEÑALOLÉN. **Aspilleristas der Peñalolén.** Primera Edición, Mayo de 2016.

CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limó. 2010.

_____. **Sociología de la imagen: Miradas chixi desde la história andina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. **Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios.** Sociedade & Natureza, 22(1), 181-190, 2010.

ELETROBRÁS. **Plano 2010: Relatório Geral. Plano Nacional de Energia Elétrica.** Brasília, DF. 1987.

FAINGUELERNT, M. B. A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XIX, n. 2, p. 247-266, abr.-jun. 2016.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus: Editora do INPA, 2015.

FLEURY, L. C. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Perspectiva.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III) (1916-1917).** 1ª Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. XVI, 1915-1916.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FÔNSECA, L. M. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização na Amazônia: o**

caso da hidrelétrica de Belo Monte. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FUNARTE. Apresentação do Projeto Marcas da Memória. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/Projeto-Marcas-da-Memoria.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GALEANO, E. **Mulheres.** Porto Alegre: 2007. L & PM.

GARCIA, E. V. **The Quilt Project ” y “ The Art of Survival Exhibition : International and Irish QuiltS.** Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe. Máster en Acción Internacional Humanitaria. Universidad de Deusto, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: 2008. LTC.

GOHN, G. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Rev. Bras. Educ., p. 333–361, 2011.

GONDIM, S. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desa os metodológicos.** Paidéia, 2003.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia.** 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GIL, I. C. Olhando as memórias dos outros... Uma ética da fotografia de Freud a Daniel Blaufuks. In: CORNEISEN, E. L.; VIEIRA, E. M. A.; SELIGMANN-SILVA, M. **Imagem e memória.** Belo Horizonte: Rona Editora, 2012.

HERNÁNDEZ, A. BERENGUEL, M. **Las arpilleras, una alternativa textil femenina de participación y resistencia social.** In: GIL, C. BLANCO, P. ¿Por qué tienen que decir que somos diferentes? Las mujeres inmigrantes, sujetos de acción política. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.hegoa.ehu.es/registros/19830>>. Acesso em: 13, jun. 2016.

HERRERA, F. J. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** Saúde e Sociedade.. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

IPEA. **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro, RJ. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8891-1250-170602atlasdaviolencia2017.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação.** Programa Xingu, ISA, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 20, jul. 2017.

JANUZZI, L. **Arpilleras: Bordando a resistência.** Revista Radis - Comunicação e Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. Junho, 2015.

JIMÉNEZ-LUCENA, I.; LUGONES, M.; MIGNOLO, W.; TLOSTANOVA, M. **Género y descolonialidad.** Buenos Aires: Del Signo, 2014.

KUPFER, E.E. Amazônia: do cacau à borracha, da borracha à alta tecnologia. In: . In: BOLLE, W; CASTRO, E. **Amazônia, região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2015.

LEITE, L. **Belo Monte: Os Filhos da Barragem**. Vozes do Xingu: Dossiê Belo Monte. ISA. 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 15, jun. 2017.

LEÓN, M. **Empoderamiento: Relaciones de las mujeres com el poder**. Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 191, 2000.

LEFF, E. **Ecofeminismo: el género del ambiente**. Polis [Em línea], 9 2004. Disponível em: <www.polis.revues.org>. Acesso em: 22, ago. 2017.

LITTLE, P. E. **Megaprojectos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia**. Lima: Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR, 2013.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, núm. 9, julio-diciembre, pp. 73-101 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, 2008.

MAB. **Catálogo Arpilleras: bordando a resistência**. São Paulo: 2015. Prometo Gráfica Zol Design.

MAB. **Dossiê de Mulheres Atingidas**. São Paulo, 2015. Não publicado.

MACHADO, J. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. **Sociologias**, v. 18, p. 248–285, 2007.

MARILENA CHAUI. Direitos Humanos e Educação. In: **Congresso Sobre Direitos Humanos**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/1_c2006_marilena_chau.pdf>. Acesso em 8, mar. 2019.

MIGNOLO, W. **Who speaks for the “human” in Human Rights?** Hispanic Issues Series. Retrieved from the University of Minnesota Digital Conservancy, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11299/182855>>. Acesso em: 10, ago. 2019.

MOYA-RAGGIO, E. **Arpilleras: Chilean culture of resistance**. Feminist Studies, 1984. University of Maryland.

MORAES, C. Mais borracha para a vitória: sobre o primeiro cartaz de Jean-Pierre Chabloz para a “Campanha da Borracha”. **Revista de História da Arte e Arqueologia – RHAA**, n 20, 2012. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2020%20-%20artigo%208.pdf>>. Acesso em: 03, maio 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Catálogo das Arpilleras da resistência política chilena**. Brasília, DF: 2012.

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. **Arpilleras, Colección del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos**. Santiago, Ocho Libros Editores: 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos

Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1984. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_contra_tortura.htm> . Acesso em: 3 maio 2018.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 10 abr. 2018.

NASCIMENTO, S. M. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

NETO, J; CREMASCO, M. **A Clínica Social em Situações Extremas : O Trauma na Dimensão Coletiva.** Interação em Psicologia, v. 15, p. 35–45, 2011.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte.** Planos, Programas e Projetos. Volume II, tomos 1, 2, 2011.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes.** Brasília: 2015.

OLIVEIRA, R. C. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

OLIVEIRA, A. C. **III Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA.** Altamira: UFPA, 2016.

PALMQUIST, H. Remoção forçada de ribeirinhos pelo Belo Monte provoca desastre social em Altamira. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação.** Programa Xingu, ISA, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 20, jul. 2017.

PENZANI, R. **A revolução será costurada.** Revista da Cultura. Ed. Livraria Cultura. Abril de 2015. Disponível em: <<https://negrobelchior.cartacapital.com.br/a-revolucao-sera-costurada>>. Acesso em: 10, ago. 2016.

PEREIRA, R. **Para se livrar das contas, morador coloca casa à venda.** Estadão. São Paulo, 12/04/2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,altamira-enfrenta-a-ressaca-de-belo-monte,10000024436>>. Acesso em: 10, mar. 2019.

PIZARRO, A. **Imaginario y discurso: la amazonía.** Revista de Crítica Literaria Latinoamericana. Año XXXI, No 61. Lima-Hanover, 1er. Semestre de 2005, pp. 59-74.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-2012, 1992.

PUENTES, A; VIEIRA, F. A. Brasil não cumpre: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo**

Monte: não há condições para a Licença de Operação. Programa Xingu, ISA, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 20, jul. 2017.

QUIJADA, G.L. Imágenes e imaginarios de la herida em Chile. In: CORNEISEN, E. L; VIEIRA, E. M. A; SELIGMANN-SILVA, M. **Imagem e memória.** Belo Horizonte: Rona Editora, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra, 2009.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, E. B. **TERRITÓRIO E SOBERANIA NA GLOBALIZAÇÃO: Amazônia, jardim de águas sedento.** Tese (Programa de Pós-Graduação Em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.

SANDOVAL, C. **Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos.** In: Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sonhos, 2004.

SANTOS, B. S. **Por uma concepção Multicultural de Direitos Humanos.** Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48, Junho, 1997.

_____. **Beyond abyssal thinking: From global lines to ecologies of knowledges.** Eurozine. Jun 2007. Disponível em: <<https://www.eurozine.com/beyond-abyssal-thinking/?pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Para Além do Pensamento Abissal.** Revista Novos Estudos. 79 II Novembro, 2007.

_____. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

_____. MARTINS, B. **O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **La Globalización del Derecho: Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación.** Bogotá, Colombia: Universidade Nacional de Colombia, 1998.

SARLO, B. **Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva.** Belo Horizonte - MG: Companhia das Letras; Editora UFMG, 2007.

SASTRE, C. **Reflexiones sobre la politización de las arpilleristas chilenas (1973-1990).** Revista Sociedad y Equidad, v. 2, p. 364–377, 2011.

SEGATO, R.L. **La Guerra contra las Mujeres.** Madrid: Traficante de Sonhos, 2016.

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: **Catástrofe e representação.** Primeira e ed. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73–98.

_____. **NARRAR O TRAUMA - A questão dos testemunhos de catástrofes Históricas**. Psicologia Clínica, v. 20, N. 1, p. 65–82, 2008.

_____. **O local do testemunho**. Revista: Tempo e Argumento, v. 2, n. 1, p. 3–20, 2010.

SEVÁ, A. O. **TENOTÃ-MÕ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SHIVA, V. **Abrazar la Vida. Mujer, ecología y desarrollo**. Madrid: H. Horas. 1995.

SILVA, A. M. **Mulheres em movimento: Luta e resistência contra barragens**. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, 2007.

SEPÚLVEDA, E. **We, Chile. Personal Testimonies of the Chilean Arpilleristas**. Published by Azul Editions. Falls Church, VA – USA, 1996.

WEISSERMEL, S. **Conseqüências das condicionantes de remoção para os atingidos no âmbito do reassentamento urbano coletivo**. Dossiê Belo Monte. Junho de 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/les/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 20, jun. 2016.

WEIMANN, G. Bordar, ato transgressor? **Revista Outras Palavras**. 2013 Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/bordar-ato-transgressor/>>. Acesso em:

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, C. **Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil**. Justiça Ambiental e Cidadania, p. 185–215, 2004.

VELHO, G. Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas. Sociologia. **Revista Problemas e Práticas**, n.59, pp.11-18, 2009.

VILLARROEL, J. M. P; JARA, M. S. M. Reconstrucción Histórica de la Cueca Sola: Desde el imaginario político y social en Chile (1978 - 1990). (Tesis) Universidad de Artes y Ciencias Sociales. Escuela de Historia y Ciencias Sociales. Santiago, 2014.

VITAL, E. “ **The Quilt Project** ” y “ **The Art of Survival Exhibition : International and Irish Quilts**”. Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe. Máster en Acción Internacional Humanitaria. Universidad de Deusto, 2008.

_____. Arpilleras y empoderamiento afectadas por represas, de víctimas a defensoras de derechos humanos. In: CORRASCONA, A; ASTORKA, I. M; IDIGORAS, M. O. La Embarcada Activista: Arteterapia y activismo. Fundación Museo de la Paz de Guernika. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/gernikagogoratz/docs/_ndice_libro_laembarcada_activista>. Acesso em: 05, jul. 2018.

VIVIEROS DE CASTRO, E; ANDRADE, L. M. M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado

contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. DE. **As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

ZIBECHI, R. **BRASIL POTENCIA: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 2013.

ANEXOS

Ouro na Morada dos Deuses⁹²

“O rio sempre foi a vida aqui, esse rio aqui nós faz tudo dentro dele, a gente vai sentir saudade dele com certeza” (morador da comunidade Ilha da Fazenda, localizada às margens do rio, na Volta Grande do Xingu). A ideia da arpillera surgiu de uma reflexão em torno de um embate entre dois olhares, duas formas de percebermos e nos relacionarmos com o mundo, uma entende o lugar em que estamos inseridos de uma forma utilitarista, instrumental: o rio é recurso hídrico. A outra, em que pese o uso cotidiano dos elementos oferecidos pelos rios e matas, nos situa no âmbito da relação: “o rio sempre foi a vida aqui”. Conforme a fala dos *beradeiros* do Xingu, **esse rio é nosso pai e nossa mãe**. Então, a vida do homem se entrelaça à do rio, uma sacralidade envolve o ambiente no qual se vive, o rio é a minha casa, meu parente próximo, um pouco pai, um pouco mãe, tal o caráter relacional.

O Xingu, com quase dois mil quilômetros de extensão, abriga em suas águas singularidades difíceis de descrever. Na Volta Grande a vida é pulsante, intensa: em certo período do ano “as pedras florescem”, são cobertas por uma delicada e colorida vegetação. Ali, inclusive, pouco tempo atrás, foram descobertas espécies ainda não catalogadas cientificamente. Por entre os pedrais vivem peixes que, por sua beleza, geram renda como ornamentais, dentre eles o pequeno acari zebra, um peixe em risco de extinção, endêmico daquele trecho do rio. Exatamente naquele trecho, as águas foram barradas: para que a UHE de Belo Monte possa gerar energia, cem quilômetros da Volta Grande do Xingu tiveram sua vazão reduzida. A hidrelétrica atingiu milhares de pessoas, dentre eles povos tradicionais, ribeirinhos, terras indígenas, reservas extrativistas; e os impactos prosseguem, na vida de plantas, peixes, bicho, gente – o rio não corre mais livre! E é exatamente na Volta Grande que a canadense Belo Sun vem desenvolvendo pesquisas, e aguarda autorização para explorar toneladas de ouro, no trecho de vazão reduzido pela hidrelétrica.

A peça mostra a Volta Grande do Xingu e o barramento principal da hidrelétrica; a parte azul é o reservatório de Belo Monte, o azul estampado é o trecho em que o rio teve suas águas reduzidas. As terras indígenas Paquichamba e Arara da Volta Grande estão presentes na arpillera. Na área em que hoje se encontra o canal de derivação (por onde são desviadas as águas do Xingu) e o reservatório intermediário, se vê a árvore e o peixe acari zebra morto, simbolizando toda a

⁹² Carta que acompanha a arpillera “Ouro na Morada dos Deuses”, finalizada em 29 de setembro de 2016, Belém – PA.

fauna aviltada pela barragem, inclusive, no reservatório principal, o ambiente de pedrais, habitat do zebra, já desapareceu. A árvore, se por um lado lembra as milhares que tombaram, acima de tudo evoca a resistência mediante a barbárie, assim como a cobra que simboliza o imaginário do próprio rio. A canoa retrata a transposição dos barcos que são retirados do rio, puxados por um trator e recolocados no Xingu do outro lado do barramento.

A juta que forma a moldura da arpillera foi tingida com fragmentos de uma rocha da área de mineração da vila Ressaca, comunidade situada a dez quilômetros do barramento de Belo Monte, trata-se de uma região riquíssima em ouro, e ali os canadenses estão se instalando.

Em meio à beleza, à biodiversidade singular da Volta Grande, em meio a tanto capricho com que a morada dos deuses foi tecida pelo tempo, pela natureza, nos perguntamos afinal quanto vale o rio, as águas, as matas? Quanto vale a vida?

Cynthia Cárdenas – Mayara La Roque – Monica Lizardo – Monise Busquets – Ciléa Malato

Metodologia: “Como fazer uma arpillera?”



A base, o lenço

Estão montadas em suporte de aniagem, juta. Pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso. Este suporte é o que determina o nome e o tamanho desta expressão artística popular. O saco era lavado e cortado em seis partes, possibilitando assim que o mesmo número de mulheres bordasse sua própria história, da sua família e comunidade. Além disso, o tamanho era muito prático, já que, ao ser pequeno, podia se ocultar embaixo das roupas para ser transportado. Nós utilizaremos para cada grupo um pedaço de juta com a medida standard das arpilleras chilenas: 60 X 40 cm

Os tecidos

As arpilleras se fazem com “o que tem”. As telas que dão forma aos elementos da arpillera são sempre restos de tecidos, roupas velhas... Muitas vezes, as roupas utilizadas pertenciam aos desaparecidos, presos, exilados ou mortos da família da mulher que as utilizava. É interessante que os participantes tragam algum tecido que tenha um significado especial para eles para ser incorporado no trabalho.



A costura

Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Os pontos são muito simples e na oficina mostraremos como fazer estes pontos àqueles/as participantes que não saibam costurar. Às vezes são adicionados fios de lã à mão ou em crochê, para realçar os contornos do marco, como se fossem quadros, pois as arpilleras eram feitas para exibição, não para cumprir nenhuma outra função, como dar calor, fazer uma bolsa...



Os personagens

Incorporam bonecas e bonecos tridimensionais que os fazem especiais, ajudam a personalizar e dar vida aos personagens, que além de representarem pessoas concretas, com nome próprio, simbolizam o coletivo, fatos que atingiram toda a comunidade.



Os símbolos

Existem elementos presentes em quase todas as arpilleras: a Cordilheira dos Andes como elemento de identidade e unidade de todos os chilenos. O sol, como elemento de universalidade, já que sai e brilha para todos. E as casas coloridas, representando o calor e a seguridade do lar. Nós teremos que construir e elaborar o nosso próprio simbolismo. É muito importante neste ponto a escolha das cores, das texturas, tocar os materiais para ver o que nos transmitem...

O bolso e a mensagem

Muitas das arpilleras incorporavam na parte traseira um bolso que continha uma mensagem escrita à mão, na qual a mulher que elaborou a arpillera escrevia alguma coisa sobre a sua história pessoal, sobre o que queria representar na arpillera ou sobre as difíceis circunstâncias nas quais vivia. Nós utilizaremos este recurso para refletir após a criação da arpillera, do processo como um todo, para elaborar uma narrativa verbal.

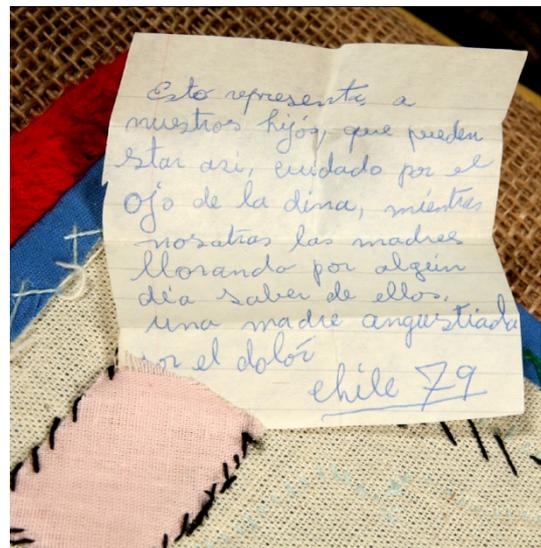




Figura 42 - Arpillera "Quebra dos vínculos familiares e comunitários". Fonte: Acervo MAB. Altamira – PA, 2015. Fotografia: Monise Busquets.



Figura 43 - Arpillera "A destruição da comunidade" – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a luta por direitos – Centro Cultural Sesc Boulevard - Belém (2016). Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.



Figura 44 - Arpillera "Divisora de águas" – Altamira. Fonte: Exposição Costurando a Luta por Direitos. Centro Cultural Sesc Boulevard. Belém (2016). Acervo MAB. Fotografia: Monise Busquets.



Figura 45 - Arpillera "Boate Xingu". Bordador produzido na região de Altamira – PA, 2014. Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.



Figura 46 - Arpillera "Violência Sexual", produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.



Figura 47 - Arpillera "Eu sou a voz dos meus filhos", produzida na região de Altamira – PA. Fonte: Acervo do MAB. Fotografia: Monise Busquets.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido Gizely Souza Moura a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, intitulada "Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte". Possui o seguinte objetivo, fazer uma leitura das narrativas de violações dos direitos humanos em campos de construção de barragens na Amazônia, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres do MAB, tendo em vista a interface das arpilleras políticas chilenas.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo a sua decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador Monise Vieira Busquets Soares e o professor doutor Marina Hainzenreder Ertzoque são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda, que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (63) 99213-6113 ou e-mail monisebusquets@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, GIZELY SOUSA MOURA, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar.

Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: () autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

GIZELY SOUSA MOURA
Assinatura do participante

Local: Marabá - PA

Data 07/07/19

Telefone: (94) 99160-2657



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido Antonia Pereira Martins a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, intitulada "Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte". Possui o seguinte objetivo, fazer uma leitura das narrativas de violações dos direitos humanos em campos de construção de barragens na Amazônia, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres do MAB, tendo em vista a interface das arpilleras políticas chilenas.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo a sua decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador Monise Vieira Busquets Soares e o professor doutor Marina Hainzenreder Ertzoque são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda, que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (63) 99213-6113 ou e-mail monisebusquets@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, Antonia Pereira Martins, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar.

Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: () autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

Antonia Pereira Martins
Assinatura do participante

Local: Altamira

Data 10/07/2019

Telefone: (63) 99244-6208



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido Edizângela Alves Barros a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, intitulada "Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte". Possui o seguinte objetivo, fazer uma leitura das narrativas de violações dos direitos humanos em campos de construção de barragens na Amazônia, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres do MAB, tendo em vista a interface das arpilleras políticas chilenas.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo a sua decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador Monise Vieira Busquets Soares e o professor doutor Marina Hainzenreder Ertzogue são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda, que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (63) 99213-6113 ou e-mail monisebusquets@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, Edizângela Alves Barros, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar.

Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

Local: Altamira/PA Assinatura do participante Edizângela Alves Barros Data 10/07/19
Telefone: (93) 992431336



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido Senia Maria Rodrigues Loureco a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, intitulada "Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte". Possui o seguinte objetivo, fazer uma leitura das narrativas de violações dos direitos humanos em campos de construção de barragens na Amazônia, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres do MAB, tendo em vista a interface das arpilleras políticas chilenas.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo a sua decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador Monise Vieira Busquets Soares e o professor doutor Marina Hainzenreder Ertzogue são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda, que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (63) 99213-6113 ou e-mail monisebusquets@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, Senia Maria Rodrigues Loureco, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar.

Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

Senia Maria N. Loureco
Assinatura do participante

Local: Altomirino - PA

Data 10/07/19

Telefone: (93) 99976-9654



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE- PPGCIAMB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido Máloque Mauad Soberay a participar da pesquisa para uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, intitulada "Memória, violência e violação dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte". Possui o seguinte objetivo, fazer uma leitura das narrativas de violações dos direitos humanos em campos de construção de barragens na Amazônia, contidas em arpilleras do Coletivo de Mulheres do MAB, tendo em vista a interface das arpilleras políticas chilenas.

A participação nesta pesquisa é voluntária, sendo a sua decisão de contribuir ou não. O estudo envolve entrevistas individuais e/ou em grupos, procedimentos que serão realizados no local e hora que melhor lhe convier. O pesquisador Monise Vieira Busquets Soares e o professor doutor Marina Hainzenreder Ertzogue são os responsáveis pela condução da pesquisa e solicitam sua autorização para realizar esta entrevista. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

Informo ainda, que as entrevistas serão gravadas, transcritas e poderão ser divulgadas em artigos de revista científica. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, se assim desejar. Para qualquer outra informação, pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (63) 99213-6113 ou e-mail monisebusquets@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, Máloque Mauad Soberay, fui informado (a) sobre o que o pesquisador pretende realizar e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do estudo, ciente de que não vou receber nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que devo guardar.

Nesses termos e ciente das razões/condições da pesquisa: () autorizo () não autorizo a divulgação da minha identidade.

Local: Altamira Para Assinatura do participante Soberay

Data 11.07.19

Telefone: (93) 99201-1818